

Matilde Araki Crudo

**Infância, trabalho e educação.
Os Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso
(Cuiabá, 1842-1899).**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutor em História, sob a orientação do prof. Dr. Paulo Miceli.

Campinas – São Paulo
2005

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

MATILDE ARAKI CRUDO

Infância, trabalho e educação.

Os Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (Cuiabá, 1842-1899).

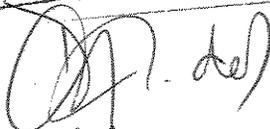
Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutor em História, sob a orientação do prof. Dr. Paulo Miceli.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/06/2005

Prof. Dr. Paulo Miceli (orientador)



Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal



Prof. Dr. Dermeval Saviani



Profa. Dra. Izabel Marson

- Marson



Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá

Prof. Dr. Leandro Karnal (suplente)

Prof. Dr. Oswaldo Machado Filho (suplente)

JUNHO/2005

UNIDADE	B/C
Nº CHAMADA	F/UNICAMP
	C887i
V	EX
TOMBO BC/	65003
PROC.	16-P-00086/05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$11,00
DATA	22-07-05
Nº CPD	

liby - id 358814

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

C887i	<p>Crudo, Matilde Araki.</p> <p>Infância, trabalho e educação : os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso / Matilde Araki Crudo. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.</p> <p>Orientador: Paulo Celso Miceli. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Infância. 2. Menores – Emprego. 3. Educação de crianças. I. Miceli, Paulo Celso. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	--

Palavras -chave em inglês (Keywords): Children.
Child labor.
Children – Education.

Área de concentração: História cultural.

TitulaçãoDoutor em História Cultural.

Banca examinadora: Paulo Miceli, Izabel Marson, Diana Gonçalves Vidal, Dermeval Saviani, Nicanor Palhares Sá.

Data da defesa: 00/00/05.

Agradecimentos

Ao professor doutor Paulo Miceli, que aceitou a tarefa de orientar este trabalho. Mais do que orientador, revelou-se amigo generoso e paciente.

Ao professor doutor Nicanor Palhares de Sá, orientador do trabalho original defendido na UFMT.

A Dermeval Saviani – amigo e orientador há tanto tempo, muitos agradecimentos, inclusive por ter me convidado na década de 90 para participar do projeto de levantamento e catalogação de fontes para a história da educação brasileira, que acabou gerando o projeto de pesquisa; pela confiança e pela persistência na participação dupla nas bancas de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e do Instituto de Educação da UFMT, pela relevância de suas contribuições, dos quais lembro com carinho de Leandro Karnal, Eliane Moura, Cláudio Batalha, Leila Algranti e Izumi Nozaki.

Aos professores que participaram da primeira banca – Luiza Ricci Volpato, Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha, Manoel Francisco de Vasconcelos Motta, pelas relevantes contribuições.

Aos professores da banca de qualificação na Unicamp – particularmente Isabel Marson – pela leitura atenta e crítica e pelas sugestões que nem sempre tive a competência para contemplar.

Aos colegas da Unicamp e da UFMT – parceiros nas viagens de ônibus, nas

200515636

discussões dos textos, nos seminários, nos cafés, nas angústias e nas alegrias do trabalho intelectual.

Aos funcionários dos Arquivos e Bibliotecas pesquisados, pelo atendimento que, em muitos momentos, superou a obrigação profissional.

Aos mais do que companheiros de gestão da UFMT – Paulo Speller, Paulo Teixeira, Adriana Rigon Weska, Marilda Matsubara e Marinêz. Isaac Marques.

Aos servidores da UFMT, particularmente os que sempre se desdobraram para permitir os momentos finais de redação da tese, Sandra, Ana Maria, Alencar, Valéria, entre tantos outros.

Aos professores do Departamento de História da UFMT que pacientemente aguardaram a finalização deste trabalho.

A tantos amigos – dos quais ousou nominar apenas alguns, em nome dos quais corro o risco inevitável de esquecer outros tantos: Angélica, Catarina, Elizabeth, João Antonio, Leny, Lylia, Machado, Maria Adenir, Maria Benício, Sirlei.

Mais uma vez à minha mãe e irmãs, entre outras tantas coisas, pela acolhida carinhosa em São Paulo.

E, finalmente, a Severo, Juliana e Ricardo, sem os quais nada teria valido a pena.

Durante quase 50 anos, centenas de meninos pobres, órfãos ou abandonados, viveram internados no Arsenal de Guerra de Mato Grosso, onde estudaram e trabalharam. Analisar esta iniciativa militar de articular trabalho e educação para disciplinar a população livre pobre, na segunda metade do século XIX, em meio a uma sociedade escravista, é o objetivo desta tese. Na primeira parte, após um rápido histórico do Arsenal de Guerra, criado em 1832 na província de Mato Grosso, para armazenar e produzir objetos necessários à manutenção de tropas militares em área de fronteira, apresento sua estrutura burocrática e examino suas finalidades como unidade complexa que reunia armazéns, oficinas, prisão e escola. Nessa trama complexa de relações sociais, os aprendizes interagiram com soldados artífices e mestres de oficina, professores e guardas, presos civis e militares, escravos e serventes; aprenderam os ofícios de sapateiro, tanoeiro, funileiro, entre outros, mas assimilaram também comportamentos considerados inadequados pelas autoridades imperiais. Ainda na primeira parte, analiso as atitudes contraditórias da população livre pobre, de rejeição e de submissão, ao projeto disciplinar. A inserção dos aprendizes no trabalho das oficinas e o aprendizado dos conteúdos necessários à formação de um trabalhador disciplinado são abordados na segunda parte. A terceira parte examina outros mecanismos de controle utilizados para submeter os aprendizes à disciplina do trabalho e evidencia o êxito da estratégia imperial ao demonstrar que o Arsenal de Guerra conseguiu formar não só bons operários, como também preparar mestres de oficinas. Mas nem tudo foi submissão. Descrevo também os mecanismos de resistência dos trabalhadores à disciplina, destacando as fugas dos aprendizes. Finalmente, evidencio como as atitudes de resistência provocaram o efeito perverso de reiterar o preconceito contra a infância pobre, por meio da construção das categorias de aprendiz para designar a que se submete à disciplina do trabalho e a de menor para discriminar a criança insubmissa.

For almost 50 years, hundreds of orphaned or abandoned poor children were housed in the War Arsenal of the State of Mato Grosso where they studied and worked. To analyse this military initiative of providing work and education to discipline the poor, free population in the second half of the 19th century is the aim of this thesis. In the first part, after a brief history of the War Arsenal, which was created in 1832 in the then province of Mato Grosso to store and produce objects necessary for the maintenance of military troops in the border areas, I present its bureaucratic structure and examine its objectives as a complex unit that combined depots, workshops, a prison and a school. In the midst of complex social relationships where the apprentices interacted with trained soldiers and master tradesman, teachers and guards, civilian and military prisoners, slaves and servants; they learnt the trades of shoemakers, tanners and tinkers among others. But they also adopted types of behaviour considered to be inappropriate by the imperial authorities. Still in the first part, I analyse the contradictory behaviour of the poor, free population of rejecting and submitting to the disciplinary regime. The inclusion of the apprentices in the workshops and the learning of the necessary skills to become a disciplined worker are approached in the second part after a brief review of the literature on work and education. The third part examines other control mechanisms used to submit the apprentices to the work discipline regime and shows the success achieved by the imperial strategy by demonstrating that the War Arsenal managed to train not only good workers but also produced master tradesman. But it wasn't all about submission. I also describe the resistance mechanisms used by the workers against the strict discipline, particularly the escape of apprentices. Finally, I show how this resistance provoked the perverse effect of reiterating the prejudice against the poor children by means of establishing categories for the apprentices to designate those that submitted to the work discipline regime to a higher category and those that refused to a lower category who were thus subjected to discrimination.

Lista de Tabelas

Quadro 1 – Vencimentos dos empregados do Arsenal de Guerra de Mato Grosso	30
Quadro 2 – Conta de vencimentos dos operários do Arsenal de Guerra - agosto, setembro e outubro de 1845.	46
Quadro 3 - Tabela dos jornais dos operários do Arsenal de Guerra da província de Mato Grosso, de 23 julho de 1851 a 30 de junho de 1852.	52
Quadro 4 - Relação de presos no Arsenal de Guerra por ano	58
Quadro 5 - Relação das sentenças cumpridas no Arsenal de Guerra por ano	64
Quadro 6 - Número de menores admitidos no Arsenal de Guerra por ano	78
Quadro 7 – Distribuição dos aprendizes por oficinas em 1849	137
Quadro 8 – Trabalhadores das oficinas do Arsenal de Guerra em 1851	138
Quadro 9 – Estado de instrução dos aprendizes em 1843	151
Quadro 10 – Evolução da aprendizagem de Joaquim Marques da Cruz	151
Quadro 11 – Relação de pedagogos do Arsenal de Guerra de Mato Grosso	156
Quadro 12 - Distribuição dos alunos da Companhia de Aprendizes Artífices em 1877	167

Lista de Abreviaturas

AHME	Arquivo Histórico do Ministério do Exército (Rio de Janeiro)
APMT	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
APSP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
AN	Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
BN	Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
BMMA	Biblioteca Municipal Mário de Andrade – São Paulo
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso

Introdução	1
Parte I O ambiente e os sujeitos sociais	23
Capítulo 1 O Arsenal de guerra	25
Capítulo 2 . Aprendizes	71
Parte II Trabalho e educação	109
Capítulo 3. Trabalho e educação, revendo a bibliografia.	113
Capítulo 4. A inserção dos menores nas oficinas do Arsenal de Guerra	131
Capítulo 5. Os conteúdos formais da educação.	147
Parte III O cotidiano: das normas à resistência	185
Capítulo 6. Práticas disciplinares	189
Capítulo 7. O aprendizado da resistência	223
Considerações Finais	281
Glossário	293
Fontes e Referências bibliográficas	299

Introdução

Na segunda metade do século XIX, centenas de meninos pobres viveram, em Mato Grosso, uma experiência original que articulava trabalho e educação no interior de uma dependência militar.

Em 1842, começou a funcionar em Cuiabá, capital da província, no interior do Arsenal de Guerra de Mato Grosso, uma Companhia de Aprendizizes Menores, com onze meninos. Ano a ano, o número de aprendizes aumentou, ora internados por suas mães que alegavam pobreza para entregá-los aos cuidados dos militares, ora conduzidos pelas autoridades policiais que afirmavam tê-los encontrado *vagabundeando pelas ruas*.

De manhã, os meninos aprendiam as *primeiras letras* (*)¹ e as quatro operações aritméticas. Além da educação religiosa, recebiam aulas de desenho e de música instrumental. Após o *rancho* (*), feito com carne seca, farinha de mandioca e arroz, dedicavam-se, na parte da tarde, aos ofícios de seleiro, alfaiate ou carpinteiro nas oficinas, sob a direção de um mestre geralmente procedente do Rio de Janeiro.

Esta cena se repetiu diariamente, com pequenas variações, para centenas de meninos pobres, em Cuiabá, durante quase 50 anos, na Companhia de Aprendizizes mantida pelo Arsenal de Guerra.

¹ Unidades antigas de medidas, termos militares e palavras em desuso foram arrolados no Glossário (p. 293) com as respectivas acepções. Um asterisco entre parênteses indica que a palavra está relacionada no Glossário.

As instalações eram precárias – o diretor do Arsenal enviou dezenas de ofícios solicitando auxílio ao presidente de província para reformar oficinas ou consertar telhado. A água, até a abertura do poço no pátio interno do Arsenal, era trazida do rio Cuiabá, *a 300 braças (*) de distância*, por presos. O encarregado da instrução fundamental nem sempre era competente – *o pedagogo (...) além de não ter conhecimentos de gramática, nem de música, nem de desenho, cuida pouco de suas obrigações, e é de gênio nimiamente arrebatado*, denuncia o relatório de 1845².

Somente eram admitidos na Companhia meninos pobres, órfãos ou abandonados, de 8 a 12 anos, sob a condição de serem brasileiros natos e de constituição robusta para suportar o trabalho. Os aprendizes eram recrutados também entre meninos que, a critério das *autoridades competentes, vadiavam* (há inúmeros ofícios de viúvas solicitando dispensa do filho *remetido* para servir na Companhia de Aprendizes Artífices, para auxiliá-la nos serviços da casa e da roça)³. Além do recrutamento compulsório, são freqüentes as solicitações de mães ou de curadores de órfãos encaminhando menores à Companhia, porque não tinham mais condições de sustentá-los.

Os menores trabalhavam sob vigilância e, em caso de fuga, eram duramente castigados. Quando dispensados, suas famílias ou responsáveis tinham que indenizar os gastos com *fordamento, rancho (*) e instrução*.

Esta iniciativa militar de articular trabalho e educação na formação de meninos pobres, que se desenvolveu na segunda metade do século XIX, no seio de uma sociedade ainda escravista, é o tema dessa tese.

² Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 16/05/1845. APMT Lata 1845 B/Assuntos Militares.

³ Um viajante estrangeiro descreve a visita de um presidente de província a uma Companhia de Aprendizes Artífices que, após ouvir a reclamação de uma mãe, dispensa um de seus dois filhos recrutados. Ver AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

Resgatar esta articulação como construção histórica e compreender, através da análise de uma instituição específica situada em área de fronteira, como a população livre pobre – e, particularmente, a infância – reagiu de forma contraditória às estratégias implementadas pelo Poder Público, através do Ministério da Guerra, constituem os objetivos gerais.

O objeto específico da tese é a Companhia de Aprendizizes, criada no Arsenal de Guerra da província de Mato Grosso em Cuiabá, no ano de 1842, para receber meninos pobres para instrução e profissionalização⁴.

Obtive a primeira referência sobre a Companhia de Aprendizizes na tese de doutorado de Luiza Rios Ricci Volpato⁵ que a inclui entre as medidas adotadas pelas elites cuiabanas na segunda metade do século XIX para disciplinar a população livre para o trabalho.

Esta referência chamou-me a atenção por se constituir, em Cuiabá, a primeira iniciativa de ensino profissional em Mato Grosso. E, também, pelo fato de ser o Exército o responsável pela iniciativa, em detrimento do governo provincial cujas medidas na área da instrução, no momento, se limitavam a poucas salas de primeiras letras⁶. Em outras províncias, o governo provincial também tomou a

⁴ Nesse momento já funcionavam instituições similares nas províncias do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul e no Arsenal de Guerra da Corte, no Rio de Janeiro.

⁵ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993. p. 53

⁶ Para uma descrição do quadro precário da instrução pública, em Cuiabá, na primeira metade do século XIX, ver: LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública*. Cuiabá: Rio Bonito, 1970. MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963; MENDONÇA, Estevão. *Evolução do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: 1977 e CORREA FILHO, Virgílio. *Questões de ensino*. São Paulo: Ed. Monteiro Lobato, 1925 (Monografias cuiabanas, v. 1). Para uma análise crítica, consultar SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870 - 1889)*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2000.

iniciativa de abrir casas de educandos para abrigar menores pobres – de ambos os sexos – e ensinar-lhes ofício.⁷

Os marcos cronológicos – 1842 e 1899 – referem-se ao período de funcionamento da Companhia de Aprendizes em Mato Grosso. Apesar de institucionais, as datas balizam uma formação social em que ainda predominam relações escravistas de trabalho; uma estrutura social desigual e, conseqüentemente, oportunidades educacionais extremamente escassas; uma forma de governo monárquica e uma administração burocrática e centralizada⁸.

O recorte espacial – Mato Grosso – remete para uma província geograficamente afastada do eixo dinâmico da economia escravista agro-exportadora. Trata-se de área de fronteira, em período tenso caracterizado por conflitos bélicos com países vizinhos⁹, o que justificará a forte presença militar em Mato Grosso. A proporção de militares na província em relação ao total de habitantes, no final do Império, é a mais elevada do Brasil¹⁰.

⁷ Relação minuciosa das casas de educandos e escolas de artífices fundadas nas diversas províncias pode ser encontrada em MOACYR, Primitivo. *A instrução e a república*. V. 6 (Ensino técnico-industrial e ensino comercial) e v. 7 (Ensino agrônômico). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. A primeira iniciativa data de 1836, no Rio de Janeiro.

⁸ MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado imperial. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990. José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e Relume-Dumará, 1996.

⁹ Sobre a situação de fronteiras, ver VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987. CORREA, Valmir Batista. *Mato Grosso 1817-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. São Paulo: FFLCH/USP, 1980 (dissertação de mestrado em História). REICHEL, Heloisa Jochins e GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995. PEREGALLI, Enrique. *Como o Brasil ficou assim? Formação das fronteiras e tratados dos limites*. São Paulo: Global, 1982.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. Sociedade e instituições. São Paulo: Difel, 1985. p. 201.

A distância de Mato Grosso em relação ao centro das decisões políticas e sua localização estratégica levaram o Governo Imperial a criar em Cuiabá um Arsenal de Guerra em 1832¹¹.

Estudar o funcionamento da Companhia de Aprendizes se justifica por inúmeras razões. A primeira delas é a longa duração dessa experiência – 47 anos – contrariando as tendências denunciadas em outras iniciativas de ensino profissional, *que mal saíam do papel e fracassavam*¹².

Em segundo lugar, a Companhia de Aprendizes, além de ser a primeira, é praticamente a única experiência de ensino profissional em Mato Grosso na segunda metade do século XIX. O governo provincial investiu seus poucos recursos em aulas de primeiras letras. O curso de formação de professores– iniciado várias vezes – somente começa a funcionar efetivamente em 1880, junto ao Liceu Cuiabano.¹³ Somente no final do século, os salesianos irão inaugurar outra iniciativa de ensino profissional para os pobres.¹⁴

¹¹ No processo de formação do Estado brasileiro, foram organizados Arsenais de Guerra nas províncias situadas em pontos estratégicos como Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, ampliando e reformando antigas instalações militares criadas no período joanino. Nas demais províncias, foram instalados depósitos de material bélico. Para maiores informações sobre o processo de organização das forças armadas no Brasil, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; SCHULZ, John. “O exército e o império”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPOS, Pedro Moacyr. *História geral da civilização brasileira* (O Brasil monárquico. Declínio e queda do Império). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. v. 6.

¹² A tese de que o ensino profissionalizante anterior às experiências do Estado Novo era um fracasso foi desenvolvida por AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958 (tomo 3, p. 81) e reiterada em inúmeras obras, como FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. Mais recentemente estudos específicos sobre instituições criadas para instrução profissional de meninos e meninas, no período imperial, tem questionado esta tese. Ver também discussão no capítulo 3 da parte II.

¹³ Ver SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação em Mato Grosso. 1870-1889*. *Op. cit.*

¹⁴ FRANCISCO, Adilson José. *Apóstolos do progresso*. A prática educativa salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1854-1922). Cuiabá: UFMT, 1988 (dissertação de mestrado).

A ausência de estudos regionais e escassa bibliografia nacional sobre a aprendizagem nos Arsenais¹⁵ constituem o terceiro motivo que justifica a presente tese. A literatura disponível sobre a história do ensino de ofícios durante o Império é bastante restrita.¹⁶ Por outro lado, na bibliografia sobre trabalho e educação, ainda que a maioria dos autores insista na necessidade de contextualização histórica, são raras as análises que buscam compreender a relação trabalho e educação tal como esta foi concretamente construída ao longo da história brasileira, particularmente na segunda metade do século XIX. A maioria dos trabalhos brasileiros faz uma análise teórica dos fundamentos da educação e trabalho para examinar um aspecto da realidade atual e/ou para encaminhar propostas de reformulação do segundo grau, com base no *trabalho enquanto princípio educativo*, politecnia, entre outros conceitos teóricos.

¹⁵ Um dos poucos trabalhos é a dissertação de mestrado de Acácio José Lopes Catarino. *Da oficina ao Arsenal: Estado e redefinições urbanas no limiar da descolonização*. Recife: UFPE, 1994.

¹⁶ São exceções as obras de SOUZA Filho, Tarquínio. *Ensino técnico no Brasil*. S. 1.: s. n., 1887 e de FONSECA, op. cit. Ver também as obras de Primitivo Moacyr que descrevem cronologicamente as iniciativas consideradas como *antecedentes ao ensino técnico industrial em 20 províncias*. MOACYR, Primitivo. *A instrução e a república*, v. 6 (Ensino técnico-industrial e ensino comercial) e v. 7 (Ensino agrônômico). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. Outro estudo também descritivo é o artigo de Soares em que busca, no Rio de Janeiro, os antecedentes da iniciativa do presidente Nilo Peçanha de criar, em 1909, as escolas de aprendizes artífices, que futuramente se transformarão nas atuais escolas técnicas federais. SOARES, Manoel de Jesus. As escolas de aprendizes artífices e suas fontes inspiradoras. *Fórum educacional*. Rio de Janeiro: v. 5, n.4. p. 69-77, out./ dez. 1981.

Sobre o ensino de ofícios na República, particularmente sobre as Escolas de aprendizes artífices, criadas em 1909, em todas as capitais de Estados, inclusive Cuiabá, ao contrário, existe já uma bibliografia considerável. Entre outros, BOCHETTI, Paulo. "Das escolas de ofício no Brasil ao projeto CEFET". In: MARKERT, Werner (org.). *Formação profissional no Brasil: reflexões teóricas e análises da sua práxis*. Rio de Janeiro: Paratodos, 1997. p. 144-159; FERREIRA, Almiro de Sá. A escola de Aprendizes Artífices no estado da Paraíba: processos disciplinares e de reordenamento para o trabalho assalariado no Nordeste (1910-1940). Brasília: INEP, jul. 1994. (Série documental: relatos de pesquisa, n. 19). FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. *O ensino técnico industrial federal: das escolas de aprendizes artífices às atuais escolas técnicas federais*. São Paulo: Cenafor, 1985. Sobre outras experiências de ensino profissional, Ver os trabalhos de Gitahy, Ribeiro e Caetano in: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.). *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. 2. Ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo 1873-1934*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990 (tese de doutoramento).

Um dos primeiros textos sobre o assunto é o artigo de Cunha¹⁷ em que atribui a persistência do ensino de ofícios em arsenais, tanto do Exército quando da Marinha, às necessidades do aparato administrativo, particularmente do militar, que se constituía.

Finalmente, o motivo mais relevante que justifica o presente trabalho é o caráter original da experiência. No Arsenal de Guerra, os alunos aprendem o ofício trabalhando de verdade em oficinas reais ao lado de trabalhadores adultos. À diferença de outras experiências de ensino profissionalizante, não se trata de um arremedo de trabalho em oficinas improvisadas e/ou mal equipadas em que palidamente se tenta imitar o processo de trabalho real.

Com essa inserção direta no mundo do trabalho e o contato com outros trabalhadores do Arsenal de Guerra – funcionários burocráticos, soldados artífices, presos civis e militares, escravos e serventes eventuais – os aprendizes assimilavam as habilidades características dos ofícios mas também os comportamentos considerados negativos pelas autoridades.

Por que Mato Grosso – província situada longe dos eixos mais dinâmicos da economia – abrigaria uma iniciativa inovadora de articular trabalho, ensino fundamental, ginástica, música, desenho e religião?

A hipótese preliminar – necessidade de preparar trabalhadores livres para a nascente ordem capitalista industrial – foi rejeitada logo no início da pesquisa empírica. Um simples exame dos ofícios ensinados em que predomina a habilidade manual – descarta a preparação para a indústria de forma direta. Essa tese vinculando

¹⁷ CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus e liceus. *Forum educacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.3, n.3, p. 3-47, jul./set. 1979. O tema será retomado na trilogia do autor sobre o ensino de ofícios, dos quais destaco para o período a obra *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. da Unesp; Brasília: FLACSO, 2000.

o ensino profissionalizante do século XIX às formas emergentes da indústria também foi contestada por Franco¹⁸.

Seria então uma iniciativa caritativa em relação aos meninos pobres órfãos? Na segunda metade do século XIX, o problema da infância pobre ganha visibilidade e passa a incomodar as autoridades e a chamar a atenção inclusive de viajantes, que registram cenas de crianças supostamente abandonadas nas ruas, em suas memórias e relatos de viagens.¹⁹ É, nesse momento, que se configura no Brasil a consciência de que a pobreza social é uma questão a ser resolvida pelo Estado:

*Progressivamente, a questão dos menores “abandonados, vadios ou viciados” é encarada menos como um problema da caridade privada e mais como uma questão de responsabilidade pública. Sua regeneração pensada mais como uma questão de disciplina e treinamento profissional do que de correção pelo castigo. As instituições adequadas menos como casas de correção e mais como institutos disciplinares.*²⁰

É o que Donzelot,²¹ examinando o contexto europeu, chama da transição da caridade para a filantropia²². É o momento em que surgem iniciativas por parte da sociedade civil e dos governos – provinciais e imperial – no sentido de criar institutos para abrigar meninos (em alguns casos meninas) pobres para dar-lhes instrução elementar e uma profissão.

¹⁸ FRANCO, Luiz Antônio de Carvalho. *O ensino de ofícios manufatureiros dirigido aos menores abandonados. Brasil 1870-1930*. São Paulo: PUC/SP, 1988 (dissertação de mestrado)

¹⁹ LEITE, Miriam L. Moreira. “A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher. O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996. MOTT, Maria Lúcia Barros. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 31, dez. 1979.

²⁰ CRUZ, Heloisa de Faria. Mercado e polícia – São Paulo, 1890/1915. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, v. 7, n. 14, mar.-ago. 1987. p. 125.

²¹ DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

²² Para o caso brasileiro, consultar os trabalhos de Irene Rizzini, particularmente *O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997. p. 132-81.

A questão do Estado como responsável pela formação das crianças (não apenas as pobres) surge no século XIX quando se questiona a competência da família para educá-las.²³ Torna-se consensual também a idéia de que é mais fácil disciplinar na infância o futuro trabalhador.²⁴

Qual o sentido de preparar trabalhadores? O fato de não se vincular diretamente ao desenvolvimento econômico, não quer dizer que o ensino de ofícios não esteja articulado ao contexto mais amplo. Como já apontou Cunha, o ensino de ofícios em arsenais de guerra tinha por primeiro objetivo atender as necessidades militares. Já no período colonial, o exército preocupava-se em atrair uma mão-de-obra especializada, em uma sociedade caracterizada pela exploração do trabalho escravo.

Para Cunha,²⁵ a persistência do ensino de ofício em arsenais militares, tanto do Exército quanto da Marinha, deve-se à herança colonial. A mudança considerável que houve com a transferência do núcleo do aparelho de Estado metropolitano para a Colônia foi a inviabilização das incipientes corporações de ofícios e o assentamento das bases de asilos formadores de artifices.

*A emergência do Estado nacional, já organizado sob a forma imperial a partir da independência, em 1822, fez progredir bastante as tendências que já se manifestavam desde 1808.*²⁶

²³ FARIA defende a tese de que a estratégia de desqualificação da família (não apenas a pobre) foi utilizada pelos profissionais da educação para afirmar a escola como instituição social mais apta para educar as gerações mais jovens e defender a idéia de obrigatoriedade da escola pública. FARIA FILHO, Luciano Mendes "A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação". In: _____ (org.) *Educação, modernidade e civilização. Fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

²⁴ ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola. Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

²⁵ CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus e liceus. *Forum educacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.3, n.3, p. 3-47, jul./set. 1979.

²⁶ *Ibidem*, p. 3

Ao analisar a fonte das iniciativas de criação e manutenção de instituições de ensino de ofícios manufatureiros, durante o período imperial, afirma:

*Essas instituições surgiram a partir de iniciativas ora de associações civis, ora do próprio aparelho de Estado, ora, ainda, do entrecruzamento de ambas. Surgiam da providência do ministro do Império, de presidentes de província, de assembléias provinciais legislativas. Resultavam, também, de iniciativas de pessoas individuais, em geral membros da burocracia do Estado (civil, militar ou eclesiástica), da nobreza e da burguesia latifundiária e mercantil. Em todas as iniciativas, o Estado marcava sua forte presença, se não na instituição, direção e manutenção das escolas de ofícios, na transferência dos indispensáveis recursos financeiros.*²⁷

Para Cunha, o Estado passa a promover o ensino de ofícios manufatureiros no Brasil a medida que as necessidades do aparato administrativo, judiciário, fiscal e militar se ampliavam e se diferenciavam, ainda que promovesse paralelamente a formação de força de trabalho manufatureira para além do uso de seu próprio aparelho.

Mas o caráter da experiência desenvolvida no Arsenal de Guerra extrapola essa função mais imediata. A relação com o capitalismo é mais complexa e contraditória: o ensino de ofícios não prepara diretamente o profissional para uma função específica existente no mercado de trabalho – aliás, não há como o sistema educacional dar conta desse desafio. Mas prepara o futuro trabalhador, quebrando sua resistência, seu modo de vida, sua cultura, sua visão de mundo. Não só por meios coercitivos – por exemplo, impedindo o uso de terras devolutas e proibindo a pesca – como por meios simbólicos – ensinando-lhe disciplina, respeito à hierarquia, cumprimento de horários, em suma, *domesticando o corpo, docilizando o espírito*.²⁸

²⁷ *Ibidem*, p. 3-4

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. THOMPSON, E. P. “O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo”. In: SILVA, Tomas Tadeu da. *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 44-93.

Conforme explica Volpato:²⁹

A preocupação em recolher os órfãos nos estabelecimentos caridosos estava intimamente ligada à preocupação com a disciplinarização do trabalho. Ai essas crianças receberiam uma educação baseada no trabalho e na religião, que visava torná-las futuramente úteis à sociedade, ou seja, trabalhadores dóceis e disciplinados.

Além do Hospital da Misericórdia, os meninos pobres de Cuiabá podiam ser entregues ao Arsenal de Guerra, onde havia uma Companhia de Aprendizizes, responsável não só pela criação de crianças do sexo masculino comprovadamente pobres, mas também pela sua profissionalização. A Companhia de Aprendizizes exercia a função de disciplinar e preparar para o trabalho os meninos pobres; em seu meio eram aceitos tanto jovens libertos, como descendentes de escravos³⁰. Mais tarde foi criada a Companhia de Aprendizizes do Arsenal da Marinha.³¹

Examinar, portanto o caráter da iniciativa militar de articular trabalho e educação para formar meninos pobres na segunda metade do século XIX possibilita inúmeras respostas, as quais tem que ser compreendidas de forma complementar para captar a complexidade da relação entre ensino de ofícios e capitalismo.

A produção bibliográfica sobre o papel político desempenhado pelos militares durante o Império não examina especificamente suas iniciativas no campo da educação profissional. Mas a partir da análise sobre sua inserção social e política, é possível inferir por que os militares se preocuparam com o ensino de ofícios nos arsenais. São três teses básicas.

A primeira, defendida por Dantas³² e reiterada por Sodré³³ e mais recentemente por Salles,³⁴ afirma que o Exército representava os interesses das

²⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*. Op. Cit. p. 53

³⁰ VOLPATO cita o Ofício do Juiz de Órfãos ao presidente da província João José da Costa Pimentel. Cuiabá, 16/01/1850. APMT Lata 1850C.

³¹ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *A provincia de Mato Grosso*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869. (ed. fac-similar) p. 84

³² DANTAS, Santiago. *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

³³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Op. Cit.

classes médias urbanas e por isso lutou contra a escravidão. Assim o ensino de ofícios patrocinado pelos militares se articulava a uma política de preparação da mão-de-obra livre que substituísse a escrava para atender as necessidades de uma economia urbana nascente.³⁵ Se tal tese é verdadeira, o ensino de ofícios deveria ser eficiente na preparação de trabalhadores.

A segunda tese seria a que considera o exército como “braço armado” da classe dominante – no momento, os grandes latifundiários agro-exportadores, parte favorável à escravidão e parte contrária. No caso, o ensino de ofícios significaria uma medida de controle da população livre e pobre considerada perigosa à ordem e à segurança. O objetivo não seria preparar para ofícios, profissionalizar os livres pobres, mesmo porque há uma preferência pela importação da mão-de-obra estrangeira. Se tal tese é verdadeira, o ensino de ofícios nos Arsenais deveria fracassar e, com a aparência de uma iniciativa beneficente, mascarar a reprodução da desigualdade social.

A terceira tese afirma que o exército representa um segmento social relativamente autônomo em relação aos interesses de classe.³⁶ Nesse caso, é possível inferir que o objetivo do ensino de ofícios responde às necessidades do próprio exército: formar mão-de-obra para os serviços essenciais executados no Arsenal,

³⁴ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³⁵ A tese vinculando exército e classe média foi questionada particularmente por Holanda com o argumento de que no momento praticamente não existiam “classes médias” dignas de tal nome, capazes de representar um tipo de mentalidade especial que as distinguísse dos demais setores da vida nacional. HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil monárquico. Do Império à República*. História geral da civilização brasileira, tomo 2, volume 5. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977. p. 343-4. Ver também HAHNER, June Edith. *Relações entre civis e militares no Brasil: 1889-1898*. São Paulo: Pioneira, 1975.

³⁶ Além de Holanda, já citado, ver o trabalho de Carvalho em que propõe o estudo dos aspectos organizacionais – processo de recrutamento, treinamento de oficiais, estrutura interna e ideologia entre outros aspectos – para o correto entendimento do comportamento político das forças armadas. CARVALHO, José Murilo de. “As forças armadas na Primeira República: o poder estabilizador”. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 3. Ed. São Paulo: Difel, 1985. P. 181-234. Ver também SCHULZ, John. *O exército na política*. Origens da intervenção militar (1850-1894). São Paulo: EdUSP, 1994.

como funilaria, sapataria, alfaiataria, etc. Para essa tese, o ensino seria eficiente para formar os trabalhadores necessários à administração militar, mas poucos adequados ao mercado de trabalho externo.

As três teses, consideradas isoladamente, são insuficientes e devem ser articuladas para explicar, de fato, o caráter do ensino de ofícios nos arsenais militares. Segundo Costa, os processos de construção do exército e de formação do Estado brasileiro desenvolveram-se paralela e contraditoriamente. Por isso, as explicações para a articulação do exército com os interesses de diferentes segmentos sociais devem ser buscadas a cada momento na experiência concreta.³⁷

A metodologia a ser utilizada neste trabalho pretende articular à revisão da bibliografia disponível o exame da farta documentação primária sobre o Arsenal de Guerra e a Companhia de Aprendizes, existente nos arquivos públicos.

A revisão inicial de estudos relativos à historiografia da educação³⁸ critica a predominância de estudos que se dedicam à dimensão escolar da prática educativa, pouco avançando além de análises sobre o pensamento pedagógico e a legislação, principalmente em períodos de reformulação.

Além disso, a história da educação tem privilegiado o ponto de vista “de cima” – isto é, examina uma instituição a partir dos seus estatutos, propostas de criação, objetivos das autoridades, enfim, enfatiza as políticas mais amplas. Mas essas idéias necessitam ser concretizadas no dia-a-dia por meio de ações, práticas, comportamentos, resistências desenvolvidos por sujeitos que nem sempre

³⁷ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles*. O Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec, Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

³⁸ Principalmente WARDE, Miriam Jorge. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em aberto*. Brasília: MEC/INEP, v. 3, n. 23, p. 1-6, set./out. 1984 e da mesma autora. Contribuições da História para a educação. *Em aberto*. Brasília: INEP, v. 9, n. 47, p. 3-11, jun./set. 1990. Ver também NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. *Em aberto*. Brasília: INEP, v. 9, n. 47, p. 37-45, jun./set. 1990 e

(As notas continuam na próxima página)

participaram da formulação desses planos, sob condições nem sempre ideais para a realização plena dos objetivos idealizados. Por isso a importância de se resgatar o cotidiano,³⁹ na medida em que este traduz (ou não) por meio de práticas concretas os planos idealizados.

Tal procedimento resgata também outros sujeitos históricos⁴⁰ – além dos idealizadores, dos planejadores, dos governantes, dos burocratas – para evidenciar que a história é construída no dia-a-dia por outras *pessoas de carne e osso, vontades e desejos, virtudes e defeitos*.

NAGLE, Jorge. História da educação brasileira: problemas atuais. *Em aberto*. Brasília: MEC/INEP, v. 3, n. 23, p. 1-6, set./out. 1984.

³⁹ Sobre o conceito de cotidiano, ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. _____ . *A invenção do cotidiano*. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997. HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. LE GOFF, Jacques. “A história do cotidiano”. In: DUBY, Georges et al. *História e nova história*. Lisboa: Teorema, 1986. LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. LENHARO, Alcir. “História e cotidiano: o lugar de uma categoria conceitual na pesquisa histórica.” In: MARTINS, Angela Maria (coord.) *O tempo e o cotidiano na história*. 2. Ed. São Paulo: FDE, 1994, p. 20-26. PRIORE, Mary Del. “História do cotidiano e da vida privada: In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Dominios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 259-274. Alguns exemplos da historiografia brasileira que utilizam o conceito – nem sempre com a mesma aceção, ver BORGES, Maria Inez Machado. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: EDUSP, 1994; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade*. Vida diária da gente de cor nas Minas Gerais. Século XVIII. São Paulo: Brasiliense, 1994; ANZAI, Leny Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*. Goiânia: UFG, 1985 (dissertação de mestrado); VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*. *Op. Cit.* Exemplos de utilização do conceito na história da educação, ver DOMINGUES, José Luiz. *O cotidiano da escola de 1º grau: o sonho e a realidade*. São Paulo: EDUC, 1988. PASSOS, Elizete. Indicações metodológicas para o estudo do cotidiano de uma escola religiosa. *Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores*. Brasília: INEP, 1995. p. 37-42.

⁴⁰ Sobre a vertente teórica que busca evidenciar a ação de indivíduos comuns no processo histórico, ver E. P. Thompson. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Do mesmo autor, *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 3 vols. Ver também PERROT, Michele. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992; SHARPE, Jim. “A história vista de baixo” In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: EdUnesp, 1992. p. 39-62; FINKELSTEIN, Barbara. Incorporando as crianças à História da Educação. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica Ed., n.6, p. 183-209, 1992. ANDRES-GALLEGO, José. *História da gente pouco importante*. Lisboa: Estampa, 1993.

O cotidiano não se limita ao âmbito do meramente descritivo, singular ou anedótico, mas permite perceber como as práticas do dia-a-dia evidenciam as determinações mais amplas. Essa categoria histórica articula ações várias, dispersas pelo tempo, para dar conta de entender essa multiplicidade caótica. O cotidiano não é apenas a descrição da rotina diária, mas uma categoria construída historicamente que ordena teoricamente o real, para possibilitar sua compreensão.

Conforme já se evidenciou, este projeto pretende examinar um aspecto ainda pouco examinado na bibliografia brasileira – a relação educação e trabalho construída ao longo do século XIX em Mato Grosso, tentando ultrapassar o aspecto meramente descritivo e legislativo.

Barbara Finkelstein,⁴¹ em uma detalhada revisão bibliográfica sobre os estudos norte-americanos em História da infância e da educação, ressalta a necessidade de incorporar a criança na história da educação, não como mero recipiente passivo das diferentes políticas e/ou iniciativas, mas sujeitos também de sua história.

As (...) abordagens incorporam a infância e a juventude às suas histórias, de forma não sistemática. Visualizam os aprendizes como essencialmente passivos. Eles os tem tratado como se eles fossem indefesos portadores de status social, recipientes de uma cultura partilhada, criações involuntárias de arranjos políticos e econômicos – como receptores que absorvessem de forma acrítica papéis, responsabilidades, deveres e habilidades. Suas histórias se desenrolam como se as crianças fossem buracos cavernosos nos quais são despejados status, habilidades, livros e currículos e dos quais emergem seres humanos formados. Involuntariamente afirmando que os seres humanos tornam-se aquilo que outros querem que eles se tornem, e numa seqüência previsível, eles têm tratado os aprendizes e a aprendizagem como mero reflexo.⁴²

⁴¹ Incorporando as crianças à História da Educação. *Teoria e educação*. Porto Alegre: Pannonica Ed., n. 6, p. 183-209, 1992.

⁴² Idem p. 198

O próprio significado etimológico de *infância* revela especificidades desse objeto de estudo e as dificuldades que anuncia ao trabalho do historiador. Conforme adverte Lajolo:⁴³

As palavras infante, infância e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à idéia de ausência de fala. Esta noção de infância como qualidade ou estado do infante, isto é, daquele que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais lingüísticos que compõem a palavra: in= prefixo que significa negação; fante= particípio presente do verbo latino fari, que significa falar, dizer.

Se a infância não fala, o discurso não é feito em primeira pessoa, mas sempre por uma terceira pessoa, caracterizando o silêncio presente na noção de infância que, segundo Lajolo, marca os estudos e a legislação.

Faria⁴⁴ também comenta o significado do termo latino *in-fans* (aquele que não fala) para destacar que as fontes da história da infância são escritas por adultos.

Reconstruir a história da infância passa portanto pelo exame do que os outros (contemporâneos ou não) falaram, pensaram e registraram sobre a criança. O que se sabe da história da infância sabe-se a partir do que os outros falaram sobre ela, à medida que ela não deixa registros. O fato de ser um sujeito sem fala, não tem impedido, no entanto, a realização de estudos nas mais diferentes áreas na década de 1980 e 1990 conforme levantamento elaborado por Kramer e Leite.⁴⁵ As fontes privilegiadas nesses estudos têm sido os censos demográficos, registros paroquiais (atestados de batismo), relatos de viajantes, processos crime entre outros.

⁴³ LAJOLO, Marisa. "Infância de papel e tinta". In: FREITAS, Marcos Cesar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/UFF-IFAN, 1977. p. 225.

⁴⁴ FARIA, Ana Lúcia Goulart. *O direito à infância*. Mario de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária da cidade de São Paulo (1935-1938). São Paulo: FEUSP, 1993 (tese de doutoramento).

⁴⁵ Sonia Kramer ao comentar a variedade de áreas de conhecimento que se dedicam ao estudo da infância no Brasil lista 41 trabalhos produzidos nos últimos 20 anos. Ver KRAMER, Sonia e LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira (orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 1996.

Quanto às fontes, estas se caracterizam por serem, em sua grande maioria, documentos oficiais. Na análise dessas fontes, pretende-se buscar não apenas o ponto de vista da classe dominante, mas captar possíveis manifestações de resistência e de rebeldia dos aprendizes à disciplinarização do trabalho.

Um momento privilegiado para captar esta resistência está nos relatos de fugas, deserções, capturas, doenças dos aprendizes presentes na correspondência enviada pelo Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Por outro lado, ainda que escassos, foi possível localizar diversos documentos de viúvas ou de guardiões de menores órfãos solicitando ao presidente de província autorização para ingressar um menor pobre na Companhia de Aprendizes Artífices, por falta de recursos e de condições para educá-lo. Revelam-se assim as duas faces da mesma moeda – a pobreza gerando a submissão da população livre e pobre ao projeto de disciplinarização, formulado pela classe dominante e, ao mesmo tempo, a resistência.

Dar conta de entender o aprendiz artífice enquanto sujeito de sua história, sem perder de vista as determinações objetivas mais amplas, é o que busca a metodologia a ser desenvolvida neste trabalho.

A pesquisa documental é resultado de mais de quatro anos de pesquisa em arquivos públicos⁴⁶, no processo de levantamento, leitura e transcrição de documentos manuscritos. O início da coleta esteve vinculado ao projeto “Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para a história da educação brasileira”, coordenado pelo prof. Dermeval Saviani, do qual fiz parte em 1992-3.

⁴⁶ Ver a relação de acervos pesquisados e uma breve análise dos principais repertórios documentais em Fontes e bibliografia, p. 299.

Coerente à opção metodológica, procurei explicitar por meio da citação (às vezes exaustiva) dos documentos oficiais o que está subjacente ao discurso da autoridade: na reclamação contra um funcionário, uma divergência de ordem partidária; na denúncia de indolência contra os trabalhadores, as atitudes de resistência à disciplina. Tal opção não excluiu um trabalho de reflexão teórica, uma vez que foi necessário, além de levantar, catalogar e compilar exaustivamente as fontes, organizá-las em categorias como trabalho infantil e educação, disciplina e resistência, para evidenciar, a partir do exame do cotidiano, o caráter do ensino de ofícios desenvolvido pelos militares na segunda metade do século XIX.

Alguns documentos – transcritos com a grafia atualizada - são citados longamente porque expressam detalhes minuciosos do dia a dia ou captam falas, discursos dos sujeitos em conflito que uma paráfrase empobreceria ou calaria. Coerente com a intenção de dar voz ao sujeitos dominados, o texto não podia sobrepor-se a sua fala – ainda que camuflada nas entrelinhas do documento oficial ou filtrada pelo discurso da autoridade que descreve.

Resgatar uma experiência de trabalho e educação, desenvolvida por militares na segunda metade do século XIX, examinado particularmente a Companhia de Aprendizes, em Mato Grosso, exigiu formular muitas questões de ordem teórico-metodológica e atravessar vastos repertórios bibliográficos para enfrentar a tarefa de dar sentido à riqueza que a investigação documental desvelou.

Para estruturar os resultados deste percurso, várias possibilidades se abriam. A que escolhi – entre as muitas opções possíveis – partiu de alguns pressupostos que retomo novamente. O primeiro deles é a idéia de resgatar os aprendizes como sujeitos de história. A preocupação que norteia esta narrativa é entender os aprendizes não como seres passivos das ações das autoridades imperiais, mas como sujeitos que reagiram às políticas de controle e de disciplinarização. Nesse sentido, o texto resgata como a experiência de trabalho e educação foi vivenciada

pelos aprendizes, explicitando os regulamentos, as práticas cotidianas, a submissão e a resistência às estratégias de disciplinarização.

Assim, os aprendizes são os principais personagens desta narrativa. Não os estatutos nem as decisões dos governos provincial e imperial – ainda que estas também estejam presentes e tenham sido exaustivamente consideradas – mesmo porque constituem as fontes básicas.

Para situar a experiência de trabalho e educação, apresento na Parte I, O ambiente e os sujeitos sociais, o cenário em que os aprendizes viveram suas histórias, interagindo com outros trabalhadores. Assim, o primeiro capítulo faz um rápido histórico da criação do Arsenal de Guerra em Mato Grosso e seus principais marcos administrativos (a criação da Companhia de Artífices em 1839 e da Companhia de Aprendizes em 1842); apresenta sua estrutura burocrática e examina suas finalidades como uma unidade militar complexa que reunia oficinas, armazéns, prisão e escola para descrever a complexa rede de relações sociais nas quais os aprendizes se inseriam. A proximidade dos aprendizes com os demais trabalhadores do Arsenal de Guerra também será evidenciada nos capítulos seguintes. Parte do pressuposto de que o ambiente e os demais agentes também educam os meninos, para além dos conteúdos formais e dos agentes responsáveis pela instrução letrada ou profissional. O segundo capítulo, a partir de algumas histórias de vida, apresento as normas de admissão à Companhia de Aprendizes, evidenciando as atitudes contraditórias da população livre pobre – a quem se destinava tal experiência – de rejeição e de submissão. Delimita-se o perfil dos meninos – pobres, órfãos, expostos – procedentes de uma camada social que via no aprendizado de ofícios uma forma de libertar-se das duras condições de vida – numa visão mais idealizada, ou de garantir alimentação, vestuário e abrigo, numa leitura mais pragmática de suas intenções. Observa-se que muitas mães encaminharam voluntariamente seus filhos. Outras pagaram para tê-los de volta, quando suas condições de vida melhoraram ou pioraram a ponto de exigir mais um braço para ajudar no sustento familiar.

A parte II, Trabalho e educação, dois aspectos fundamentais do cotidiano infantil, está dividida em três capítulos. Início fazendo uma discussão bibliográfica no capítulo 3 “Trabalho e educação, revendo a bibliografia”. No capítulo 4, evidencio a estratégia disciplinar utilizada – a inserção precoce das crianças no processo de trabalho desenvolvido nas oficinas do Arsenal de Guerra, ao lado de outros trabalhadores adultos, civis ou militares, escravos ou livres. O capítulo 5 descreve os conteúdos formais necessários ao domínio do ofício: leitura, escrita, operações aritméticas, além do desenho, música e ginástica. O capítulo ainda destaca os agentes responsáveis por sua instrução e iniciação profissional.

Na parte III, O cotidiano: das normas à resistência, adentro um pouco mais no dia-a-dia da instituição, para evidenciar um resultado que regulamentos e práticas disciplinares não previram: o aprendizado de estratégias de resistência por parte dos aprendizes. Início com breve discussão teórica sobre o entendimento que dou a categoria resistência. A seguir, no capítulo 6, descrevo os diferentes mecanismos para submeter os aprendizes à disciplina do trabalho: a prática de internação, a vigilância, o controle do tempo e dos corpos. Encerra mostrando o êxito da estratégia disciplinar na medida em que o Arsenal de Guerra conseguiu formar não só bons operários como preparar mestres de oficinas. No entanto, nem tudo é submissão. O capítulo 7 examina as manifestações de indisciplina dos trabalhadores e os mecanismos de controle da resistência, destacando particularmente as fugas dos menores, para evidenciar que as estratégias de disciplinarização formuladas pelas elites imperiais não encontraram na população livre um recipiente passivo.

Nas considerações finais, volto ao problema e hipóteses iniciais, para examinar o caráter do ensino de ofícios no Arsenal de Guerra, evidenciando a construção histórica da identidade da infância pobre, buscando na segunda metade do século XIX as origens dos dois sentidos atuais das categorias “aprendiz” e “menor”.

A primeira para designar a infância pobre que se submete a disciplina do trabalho⁴⁷ e a segunda para discriminar a criança insubmissa.

⁴⁷ “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”. Nova redação dada ao artigo 403 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) pela Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Parte I

O ambiente e os sujeitos sociais

O edifício, em que funciona o Arsenal, precisa de grandes e radicais consertos em algumas de suas dependências. As casas em que trabalham as oficinas (...) e a casa que serve de xadrez, por estarem as madeiras do vigamento já podres e as paredes que são construídas de taipa, fendidas em muitas partes e todas carcomidas pela ação do tempo, ameaçam constantemente abater-se. (...) A falta de espaço para as diversas funções do estabelecimento, em que tudo se acha aglomerado e amontoado, exige, além do alargamento das que existem, a construção de outras casas, prolongando-se para isto o edifício até fechar o quadro que forma o segundo pátio.⁴⁸

⁴⁸ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/01/1876. APMT Lata 1876 E/Arsenal de Guerra.

Um imenso depósito que armazena de anzóis a espingardas, de brocas a livros de doutrina cristã, de xícaras a folhas de flandres (*). Um conjunto de oficinas que produzem fardas, sapatos, móveis, tinas, marmitas. Uma prisão onde cumprem penas desde soldados que se embriagaram ou se atreveram a dar uma bofetada em seu superior a escravos envolvidos em assassinato. O Arsenal de Guerra de Mato Grosso poderia ser definido como um conjunto de *instituições totais*, se fosse adequado usar no plural o conceito desenvolvido por Goffman.⁴⁹

Em meio a esse turbilhão, vivem, aprendem, trabalham e dormem os aprendizes, que não estão isolados da complexa trama de relações sociais que caracteriza o Arsenal de Guerra. Por isso, o primeiro capítulo desta parte descreve inicialmente o cenário, fazendo um rápido histórico, apresentando a estrutura administrativa para deter-se nas funções que o Arsenal de Guerra desempenhou ao longo da segunda metade do século XIX na província de Mato Grosso. O segundo capítulo informa quem são os aprendizes do Arsenal, as estratégias utilizadas por mulheres pobres para internar e/ou retirar seus filhos no (do) Arsenal e os demais sujeitos sociais com os quais interagiam no dia a dia.

⁴⁹ *Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de maneira ilegal (...).* GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. p. 11.

O Arsenal de Guerra

O Arsenal de Guerra de Mato Grosso foi criado pelo governo imperial, por meio do decreto de 21 de fevereiro de 1832⁵⁰ e extinto na época republicana em 1916.⁵¹ Sua criação tinha por objetivo facilitar o abastecimento das tropas militares sediadas na província situada em região de fronteira distante dos principais centros urbanos do país. Além de depósito de fardamentos, armas, munições e equipamentos diversos enviados pelo Rio de Janeiro ou fabricados nas oficinas de alfaiates, sapateiros, torneiros, ferreiros entre outras que funcionavam em Cuiabá, o Arsenal também serviu como prisão (para civis e militares) e de escola de ofícios para meninos pobres.

Antes do Arsenal de Guerra, funcionou em Mato Grosso, um estabelecimento militar para conserto e fabrico de armas, denominado Trem Real,

⁵⁰ O Decreto de 21 de fevereiro de 1832 trazia três regulamentos, o primeiro para a administração geral do Arsenal de Guerra da Corte do Rio de Janeiro, o segundo para a administração geral da Fábrica da Pólvora da Estrela e o terceiro para a administração geral dos Arsenais de Guerra provinciais, e armazéns de depósito de artigos bélicos. O terceiro regulamento, em seu artigo primeiro, declarava: *Além do Arsenal de Guerra da Corte, haverá mais Arsenais de Guerra nas províncias do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.* Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

⁵¹ O Arsenal de Guerra de Mato Grosso foi extinto pelo artigo 59 do orçamento relativo a 1915. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo general de divisão José Caetano de Faria, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1916. Rio de Janeiro, Imprensa militar do Estado-maior do Exército, 1916. Obtido no Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project. (<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>). A notícia de sua extinção foi informada pelo anuário *Commercial almanach mato-grossense*. Cuiabá: s. n., 1916, p. 133.

criado por D. João VI em 1818.⁵² O Arsenal ocupou as instalações do Trem Real, ampliadas e adaptadas ao seu funcionamento. Seu primeiro Diretor foi o Brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes,⁵³ nomeado pelo decreto de 21 de fevereiro de 1832.⁵⁴

A primeira referência ao Arsenal de Guerra de Mato Grosso, encontrada na documentação disponível no Arquivo Público de Mato Grosso, data de 1836. Entre outras medidas destinadas a sanar irregularidades que encontrou na tropa, o presidente de província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, determinou a mudança do Arsenal para o edifício onde se achava aquartelado o Corpo de Ligeiros, *o qual oferecia todas as proporções precisas para a instalação conveniente da repartição e de suas oficinas.*⁵⁵

Segundo Virgílio Corrêa Filho, Pimenta Bueno possibilitou o aproveitamento do Arsenal de Guerra, mediante a criação de oficinas de seleiros, ferreiros e carpinteiros e empenhou-se pela fundação de uma Fábrica de Pólvora, que aproveitaria o salitre e o ferro, disponíveis na região.⁵⁶

Após a saída de Pimenta Bueno, o Arsenal deixou de funcionar.⁵⁷ A Fábrica de Pólvora começou a ser construída, mas não chegou a produzir, *motivo por que foi desmontada pelo presidente Saturnino, que achou-a em abandono.*⁵⁸

⁵² Carta Régia de D. João VI ao Capitão general de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Rio de Janeiro, 18/04/1818. In: Mendonça, Estevão de. "Arsenal de Guerra de Cuiabá" (datilografado). Arquivo da Casa Barão de Melgaço. Coleção Família Mendonça. A existência dessa transcrição foi-me comunicada por Elizabeth Madureira Siqueira.

⁵³ PÓVOAS, Lenine C. *História geral de Mato Grosso*. Dos primórdios à queda do Império. Cuiabá, 1995. p.

⁵⁴ MENDONÇA, Rubens. Op. Cit. e PÓVOAS, Lenine C. op. Cit..

⁵⁵ AYALA, S. Cardoso & SIMON, F. *Album Gráfico do Estado de Mato Grosso*. Hamburgo/Corumbá: s.n., 1914. p. 184

⁵⁶ CORRÊA FILHO, Virgílio. Op. cit. p. 498.

⁵⁷ Na nota de rodapé 209, Correa informa que *o Arsenal só o era de nome, tendo voltado a não funcionar depois da saída de Pimenta Bueno, durante cujo governo trabalharam diversas oficinas.* Ibidem, p. 519.

⁵⁸ Ibidem, nota 210, da p. 519.

Em 1838, apesar de sua localização estratégica, o Arsenal de Guerra de Mato Grosso ainda funcionava de forma precária. O ministro da Guerra em seu relatório anual manifestava preocupação com a situação de arsenais situados nas províncias *longínquas como Pará e Mato Grosso*, tendo em vista a dificuldade de abastecimento.⁵⁹

Para que o Arsenal pudesse cumprir seus objetivos, o ministro da Guerra propõe, em 1839, a criação de uma Companhia de Artífices para Mato Grosso, alegando ser mais econômica a produção local dos artigos bélicos.⁶⁰

Somente em novembro de 1840, a nova Companhia começou a funcionar, quando o presidente de província de Mato Grosso determinou a passagem de soldados *por serem mestres de ofícios fabris* para a Companhia de Artífices, *a fim de serem distribuídos pelas oficinas do Arsenal de Guerra*.⁶¹

Em 1842, ainda que as disposições legais anteriores previssem a admissão de menores nos Arsenais Provinciais, começou a funcionar em Mato Grosso a Companhia de Aprendizizes, com o ingresso de 11 meninos.

Segundo o Álbum Gráfico, a Companhia de Aprendizizes Menores do Arsenal de Guerra de Mato Grosso foi criada em janeiro de 1842.⁶² Esta é, na verdade, a data do regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842, que dá nova

⁵⁹ Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838 pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838. p. 7-8.

⁶⁰ Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral legislativa na sessão ordinária de 1839 pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839. p. 6.

⁶¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao comandante de armas. Cuiabá, 26/11/1840. Livro de registro da correspondência dos comandos das armas. 1837-1841. APMT054. Fl. 177.

⁶² Cf AYALA, S. Cardoso & SIMON, F. Op. cit. p. 184.

organização às Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra.⁶³ Não há nenhum artigo criando a Companhia de Menores em Mato Grosso. Segundo texto da lei, no momento, funcionavam as companhias de menores nos Arsenais de Guerra da Bahia e Pernambuco.

Em 1872, foi aprovada a reforma dos arsenais de guerra insistentemente reivindicada desde 1835.⁶⁴ Relatórios dos ministros da Guerra justificaram a necessidade da reforma, alegando o crescimento dos efetivos militares e as novas necessidades geradas pelo desenvolvimento do país. A partir do novo regulamento, a Companhia de Artífices passa a se chamar de Operários Militares e a denominação Aprendizes Menores altera-se para Aprendizes Artífices.

A principal alteração do Regulamento de 1872 foi detalhar as funções do Arsenal de Guerra, ao qual compete o fabrico do armamento, fardamento, equipamento, correame, máquinas, aparelhos e mais artigos necessários para o abastecimento do exército, fortalezas e estabelecimentos militares, e bem assim a guarda e conservação do armamento portátil, e trem de artilharia.⁶⁵ As funções relativas a aquisição, arrecadação, conservação, guarda e distribuição da matéria prima e de quaisquer produtos destinados ao Ministério da Guerra foram retiradas do Arsenal e atribuídas a uma nova repartição, a Intendência da Guerra.

Em 1899, o Decreto 3195, de 13 de janeiro, extinguiu as Companhias de Operários Militares e de Aprendizes Artífices do Arsenal.

Com a extinção destas Companhias que tão bons resultados davam a nação, preparando bons soldados, bem disciplinados, bons artilheiros, bons mestres de

⁶³ Coleção das leis do Império do Brasil. 1842. Tomo V, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

⁶⁴ Decreto n. 5118, de 19 de outubro de 1872. Aprova o regulamento que reorganiza os arsenais de guerra do Império. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, s.d.

⁶⁵ Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima quinta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1872. P. 33.

*ofícios, o Arsenal, depois de galgar uma posição de destaque, foi ficando no esquecimento, tendo chegado ao ponto de discutirem na Câmara dos Deputados a sua extinção.*⁶⁶

Alguns anos depois, aparentemente o Arsenal deixa de ter importância. O volume da correspondência entre Arsenal e o governo estadual diminuiu consideravelmente a partir da Proclamação da República. Em 1916, uma publicação local comentava que o Arsenal de Guerra ainda contribuía *de modo lisonjeiro para a vida do comércio local*, mas em nota de rodapé, acrescentada às pressas, informava que a unidade militar *acabava de ser extinta por disposição legislativa*.⁶⁷

Inicialmente, a estrutura administrativa do Arsenal de Guerra era integrada por um diretor, um ajudante do diretor, um almoxarife, um escrivão, um escriturário, um amanuense, um fiel, um apontador, um porteiro, um ajudante do porteiro, *e o número de guardas dos armazéns, que forem indispensáveis à boa arrecadação*.⁶⁸

O diretor é a autoridade máxima do Arsenal, estando sujeito ao presidente da província, que o nomeia *e esta nomeação deverá sempre recair em oficiais militares inteligentes*. A distribuição de qualquer artigo pelo diretor do Arsenal também depende de autorização escrita do presidente da província.

Esta disposição legal tentava impedir que movimentos rebeldes contra o governo utilizassem armas do Arsenal como ocorreu durante rebelião regencial de 1834, conhecida como Rusga.⁶⁹ Na ocasião, os rebeldes

⁶⁶ AYALA, S. Cardoso & SIMON, F. *op. cit.* p. 188.

⁶⁷ *Commercial almanach matto-grossense*. Cuiabá: s. n., 1916. p. 133.

⁶⁸ Artigo 3º do Decreto de 21 de fevereiro de 1832.

⁶⁹ Sobre o movimento, ver SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. São Paulo: USP/FFLCH, 1991 (dissertação de mestrado).

invadiram o quartel e se apossaram de peças de artilharia e munição. Três anos mais tarde, o presidente de província ainda exigia a devolução de armas a um dos líderes da rebelião.⁷⁰

Ainda segundo o regulamento, o almoxarife era *responsável pela guarda de todos os objetos existentes no Arsenal da respectiva província e recebedor e pagador das despesas, que forem determinadas pelo Diretor*.⁷¹ Já o escrivão era responsável por anotar os gêneros que entrassem ou saíssem dos armazéns.⁷²

Os cargos previstos pelo Decreto de 1832 já se encontravam preenchidos em Mato Grosso em 1838, com os vencimentos informados no quadro 1. Os salários mensais variavam de 200\$000 reis (ajudante de pedagogo) até 800\$000 réis (almoxarife). O diretor e o vice-diretor, curiosamente, recebiam menos que o almoxarife – 600\$000 reis. No entanto, estas eram funções exclusivas de militares e assim, este vencimento era acrescentado aos soldos que recebiam de acordo com suas patentes.

Quadro 1 – Vencimentos dos empregados do Arsenal de Guerra de Mato Grosso

Diretor	600\$000
Ajudante do Diretor	360\$000
Almoxarife	800\$000
Escrivão	600\$000
Primeiro escriturário	500\$000
Amanuense	400\$000
Fiel	300\$000
Apontador	300\$000
Porteiro	300\$000
Ajudante de pedagogo	200\$000
Pedagogo	360\$000

Fonte: Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838 pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838. p. 8.

⁷⁰ CORRÊA FILHO, Virgílio. Op. Cit. Notas 153, p. 513 e 195, p. 518.

⁷¹ Artigo 11.

⁷² Artigo 12.

Os salários eram considerados baixos⁷³, mas os cargos eram bastante disputados tendo em vista as poucas oportunidades de trabalho para os homens livres não proprietários.⁷⁴

Em 1872, a estrutura administrativa se tornou mais complexa. Foram criados novos cargos para auxiliar os trabalhos da secretaria e do almoxarifado. Em relação à Companhia de Aprendizes, foram previstos além do pedagogo e seu ajudante, que já existiam na estrutura anterior, os cargos de professores de primeiras letras, de geometria e desenho, de música, de ginástica.

O Arsenal de Guerra é uma unidade militar complexa que reunia várias funções. Era um grande depósito de fardamentos, armas, munições e equipamentos. Como área de fronteira, Mato Grosso dispunha de muitos destacamentos, espalhados em fortes e quartéis.

Grande parte desse material era enviada do Arsenal de Guerra da Corte, no Rio de Janeiro, para Mato Grosso, por via terrestre até 1860, demorando cerca de seis meses. Ocorria muito extravio e perda de material. Com a abertura do Rio Paraguai a navegação, o transporte por via fluvial passou a durar cerca de três meses.

Outra parte era produzida nas oficinas do Arsenal de Guerra de Mato Grosso, pelos artífices, aprendizes e outros trabalhadores. O número de oficinas variou ao longo da segunda metade do século XIX, dependendo da verba orçamentária aprovada para o Ministério da Guerra pela Assembléia Legislativa Geral.

⁷³ Reclamações contra baixos salários serão frequentes entre os funcionários do Arsenal de Guerra. Sobre o assunto, ver o capítulo 7 da parte III.

⁷⁴ A título de ilustração, uma arroba (aproximadamente 15 quilos) de carne custava em Cuiabá 1\$280 réis.

Além de dinamizar a economia local, comprando mensalmente grandes quantidades de matéria prima (material de construção, couro de animais, ferro, carvão), alimentos e produtos manufaturados (sapatos, tecidos, pratos, xícaras, urinóis, remédios e drogas diversas, material de escritório e escolar), o Arsenal empregava diretamente muitos trabalhadores – pedreiros, lavadeiras, costureiras e sapateiros. Era também um grande prestador de serviços: atendia às solicitações do governo provincial, emprestava armas e objetos à polícia, fornecia água e móveis às diferentes repartições, equipava expedições científicas ou de caça aos indígenas.

Como os serviços urbanos ainda não estavam organizados no século XIX, a Câmara Municipal era o organismo responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios, fornecimento de água, limpeza de ruas, policiamento, e solicitava, por intermédio do presidente de província, a mão de obra e os equipamentos do Arsenal de Guerra. O Arsenal consertava ainda ferramentas e utensílios usados no serviço militar e mesmo por civis. Em 1842, por exemplo, consertou ferramentas pertencentes aos índios Quinquinao.⁷⁵ A pedido do bispo diocesano, cedeu oito libras de gesso e duas libras de cola de pelica *para restaurar a imagem de São Luís Padroeiro de Vila Maria*.⁷⁶

Era comum o empréstimo de armas e pólvora para defesa de fazendas que nem sempre as devolvia em bom estado. Por exemplo. Em 1854, o presidente de província de Mato Grosso manda receber no Arsenal de Guerra 61

⁷⁵ Relação das ferramentas dos índios Quinquinao que em virtude da portaria do governo da província se fizeram e consertaram na ferraria deste Arsenal. Cuiabá, 23/09/1842. APMT Lata 1842 A/ Documentos avulsos.

⁷⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 17/07/1954. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 53 v.

*espingardas velhas que tinham sido emprestadas a fazenda Caiçara pelo comandante de Vila Maria.*⁷⁷

O Arsenal de Guerra emprestava armas também para as expedições contra índios, conforme atestam inúmeros ofícios do presidente de província de Mato Grosso. Em 1856, por exemplo, o governo provincial autoriza o Arsenal de Guerra a *fornecer o que for necessário ao chefe de polícia para a organização de uma bandeira que persiga e escarmente(*) os índios que não cessam de cometer depredações até em estabelecimentos rurais não muito distantes dessa capital.*⁷⁸

A variedade de artigos em depósito no Arsenal de Guerra pode ser verificada por esse ofício do presidente de província de Mato Grosso em que determina ao diretor que mande

(...) aprontar e entregar até o dia 6 do corrente oito marmitas de folhas para três praças, 60 facões de arranchar com bainhas, vinte clavinas compridas, 1.200 cartuchos embalados (se for possível de chumbo grosso), 240 pederneiras, vinte cantis, uma toлда de arranchar de cinco praças, dez machados pequenos, dez foices, quatro chocolateiras de folha, três dúzias de anzóis, de piraputanga, três ditas () de ditos de pacu, dez rodas de arame, dois vidros de alcali (*), quatro ditos de arnica, uma libra de linha para os anzóis, duas lancetas, algum sulfato de quina, e uma bússola (se houver no Arsenal), os quais objetos são para a bandeira que sai a afugentar os índios bravios (...).*⁷⁹

A principal finalidade do Arsenal de Guerra era fornecer aos soldados vestuário, armas e equipamentos necessários para o desempenho de suas atividades. Dada a distância da Corte, o governo imperial criou oficinas, enviou

⁷⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 25/10/1854. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 61.

⁷⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 14/02/1856. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. fl. 89 verso.

⁷⁹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 4/07/1857. APMT Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 123.

mestres e matérias primas numa tentativa de tornar o abastecimento militar da província mais independente.

O exame dos processos de trabalho desenvolvidos nas oficinas do Arsenal de Guerra é fundamental para compreender o caráter do ensino de ofícios proporcionado aos aprendizes.

O trabalho desenvolvido no Arsenal de Guerra apresenta as seguintes características: a produção em pequenas oficinas; a utilização de ferramentas manuais⁸⁰ (somente em 1886 compra-se a primeira máquina de costura Singer⁸¹); divisão técnica de trabalho rudimentar, baseada na habilidade – a qual por sua vez justifica um sistema formal de aprendizado inserido diretamente na produção que separa mestres, artífices e aprendizes. Mas a característica fundamental da manufatura é a separação entre o proprietário e o produtor do trabalho, ou seja, a separação entre capital e trabalho. Os trabalhadores não são mais proprietários da matéria prima, nem das ferramentas, ainda que detenham o saber, sua habilidade artesanal – que ainda não foi totalmente expropriada.

No Arsenal, no entanto, há uma diferença importante: o patrão não é o capitalista propriamente dito, mas o Estado Imperial, representado pelo Exército. Isso determinará especificidades nas relações de trabalho: os operários são militares, os burocratas são funcionários públicos, os aprendizes viverão internados na instituição e pagarão sua aprendizagem prestando serviço militar a partir de 16 anos, e a presença de outros tipos de trabalho compulsório. Por sua vez, o tipo de produto

⁸⁰ *[As oficinas] mal montadas, e sem a mais rudimentar máquina, possuem entretanto um pessoal, posto que diminuto para as exigências do serviço, hábil e morigerado, o qual luta com imensas dificuldades na execução de qualquer trabalho mais delicado e impertinente; pois que tudo é feito a mão, circunstância que muito concorre para elevar o custo do feito da obra.* Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/05/1886. APMT Lata 1886 F/Arsenal de Guerra.

⁸¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 23/08/1886. APMT Lata 1886 F/Arsenal de Guerra

atende a necessidades específicas do Estado, ainda que a consideração de economia e racionalização já esteja presente.

As relações de trabalho são muito complexas no interior do Arsenal de Guerra. Coexistem o trabalho assalariado (por contrato, por empreitada, por indicação, por concurso), o trabalho escravo (tanto os alugados por particulares, como os escravos de propriedade do Estado) e outras formas de trabalho compulsório (soldados cumprindo serviço militar como operários militares, ex-aprendizes pagando a dívida de sua criação, presos civis e militares condenados a trabalhos).

Os serviços burocráticos são realizados por trabalhadores civis, alguns contratados a partir de concursos (como o cargo de amanuense e de professor) ou nomeados, a partir de indicação do diretor, pelo presidente de província de Mato Grosso.

O trabalho na oficina é desenvolvido por soldados (que integram a Companhia de Artífices Militares, até 1872 e a de Operários Militares, até 1899), soldados emprestados de outros regimentos com habilidade para ofícios e trabalhadores eventuais. Os mestres das oficinas, no início, eram contratados no Rio de Janeiro. Vinham para Mato Grosso com contratos de quatro anos, renováveis, para dirigir a oficina e formar discípulos. Posteriormente, alguns aprendizes viraram mestres – confirmando o sucesso da articulação trabalho e educação. Trabalhavam também presos civis e militares condenados a penas de trabalhos. Eram chamados de galés (*) ou calcetas (*). Durante a guerra do Brasil contra o Paraguai, soldados paraguaios foram encarcerados no Arsenal de Guerra. Entre os trabalhadores adultos, inseriam-se como aprendizes de ofício os meninos de 8 a 16 anos de idade.

Ofícios solicitando compra de matérias primas, inventários de ferramentas e de produtos existentes nos armazéns e principalmente as relações de

obras⁸² manufaturadas nas oficinas permitem descrever o processo de trabalho no Arsenal de Guerra.

A oficina de alfaiates recebeu, no mês de janeiro de 1853, *80 varas de algodão da terra, 3 quartas de fio de algodão, 3 dúzias e nove botões de cinco furos* para confeccionar *15 calças e 15 camisas* para as praças dos corpos militares sediados na província. No mês seguinte, a oficina recebeu *65 varas de brim liso grosso, 83 côvados (*) e meio de baetilha (*) e 9 meadas de linha de roriz* para produzir *514 sacos de baetilha, 4 lençóis e 16 fronhas de brim grosso*. Além de uniformes e suprimentos militares, costuram e consertam bandeiras *de mastro, de fortaleza, de três panos usando côvados (*) de filete verde e amarelo e oitavas de retrós da mesma cor*.

Quando não havia trabalho na oficina, o mestre empregou-se na limpeza do armamento armazenado. Assim, além de cortar e costurar, o alfaiate limpava e azeitava clavinas (*), espadas e espingardas em alguns meses do ano de 1853.

Coronheiros produzem coronhas de diferentes armas – *clavina (*)*, *lazarina (*)*, *fulminante, espingardas de diversos adarmes (*)* para atendimento das necessidades militares. No mês de junho, a oficina produziu para um particular *uma coronha de clavina incluindo guarda-matos (*)*, *chapa de coice, chapa de boca de coronha e diferentes camudos de varetas*. Os coronheiros também aparelham toros verdes de madeira.

⁸² Para descrever o processo de trabalho nas oficinas, utilizo as Relações mensais de Obras manufaturadas nas oficinas do Arsenal de Guerra. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra. As citações seguintes referem-se a esses documentos. Privilegiei o ano de 1853 porque foi possível localizar uma série quase completa dos mapas (de janeiro a outubro) de todas as oficinas. Existem mapas semanais e mensais das oficinas para outros anos, mas nem sempre foi possível localizar uma série completa. Suponho que os trabalhos das oficinas não variaram muito ao longo do século, até a introdução de máquinas a vapor e outros mecanismos mais complexos já na década de 1890.

Correiros, sapateiros e seleiros produzem sapatos, coturnos, chinelos, selas e selins, patronas (cartucheira), talins (cinto para espadas), tirantes (correias) de artilharia, cinturões, correias para esporas e caixas de espoletas, viseiras de boné, talabartes de instrumentos musicais. No ano de 1853, os artífices *encouraram de sola uma cama de vento*, forraram uma mesa *com sola bandada com baeta verde*, forraram tamboretos *com couro cru de boi*, revestiram *de couro uma cadeira grande de força para o hospital militar incluindo-se seis fivelas de latão*. Como matérias primas, utilizaram couros de veado, de boi, de onça, de *carneiro com cabelo*, de porco e até mesmo de tamanduá, além de ferragens (fivelas, taxas, argolas, ilhoses, pregos, aruelas, suvelas, agulhas, ganchos) e produtos como *polvilho para o grude dos sapatos*, cera branca e cera da terra, azeite de peixe, alvaiade, goma arábica, breu do reino, fio de sapateiro e cadarços.

Os espingardeiros consertam armas, ferramentas (talhadeiras, martelos, brocas, machados, foices, alavancas, enxadas, malhos, tenazes) e produzem cravos, pregos (com *cabeças de tremoços*), grampos, ganchos, ferraduras e até mesmo *quatro dúzias de anzóis sortidos*. No mês de março, consertaram *oito correntes de duas conchas de balança levando 12 ganchos e oito grampos que desmanchou-se de uma corrente velha para o Corpo de Caçadores*. Como matéria prima, usam ferro (em barra, em vergalhão quadrado, vergalhão redondo), aço (de molas, fino de Milão), arame de ferro, além sal, azeite de mamona e grandes quantidades de carvão.

Dada a deficiência no abastecimento de água em Cuiabá, o Arsenal mantinha uma oficina de tanoeiros para fabricar e consertar barris, pipas, tinhas, baldes, cubos e cantis usando tábuas de cedro e vinhático, arcos largos e estreitos de ferro, asas, pregos, dobradiças e cravos de ferro além de um celamin (*) de farinha de mandioca, arame, rolhas, barbante. Em maio, colocaram *tampo em uma tinta de bateria; fundo em uma tina da Santa Casa da Misericórdia* e consertaram 29 cantis.

Trabalham também com madeira os torneiros e os artífices da oficina de construção de obras brancas. Os torneiros fazem tampos para bocas de canos de espingarda, rodas de diversos diâmetros, roldanas, eixos, reparos de artilharia, parafusos de ferro. Além de diversos tipos de madeira (cambaru, cedro, pau roxo, piúva), usam lixas, azeite doce, azeite de mamona e curiosamente couros de tamanduá e chifres de boi. Produzem também pequenos objetos como cravelhas para rebecas, maçanetas para camas, pés de esquife, tinteiros e castiçais, rolhas de cantis, pedras para gamão, cabos para limas, cutelos. A variedade de produtos pode ser exemplificada na relação de obras entregues em dezembro de 1853: *90 cabos de lima, um par de escrivaninha de latão, um molde inteiro de bucha para carroça, uma bucha de metal para o torno, 6 macetes grandes, 3 maçãs de soquete de calibre 6, 4 maçãs de calibre 3, 3 pés de escrivaninha, 6 cabos de cutelos, 2 cabos para estante, 3 pares de torneis de serra, 2 machos para moldes de bucha.*

Na oficina de obras brancas (marcenaria), os operários assentam prateleiras, consertam prensas, colocam fechaduras, produzem armários, camas, mesas, cadeiras, esquifes, caixões para transporte de pólvora, e *1 cama de jacarandá com 7 ½ palmos de comprimento e 3 ½ de largura, levando 202 letras embutidas, etc.* Para os aprendizes, a oficina produziu *um armário grande para arrecadação das roupas dos menores com 12 palmos de altura, 13 de largura e 3 ½ ditos de fundo com duas portas levando cada porta duas folhas (fevereiro); uma mesa com gavetas e fechaduras para aula de desenho (...) com cinco palmos de comprimento e 3 ½ de largo; um armário para a mesma aula com 9 palmos de alto, 6 de largo, 2 de fundo com 2 portas e suas ferragens (agosto) além de por tampa e fundo em uma caixa da Companhia de aprendizes menores (junho) e consertar 1 armário (julho).* Para a Companhia de Artífices, no mês de junho *assentaram-se 4 ferros pedreses nas janelas e fizeram um armário pequeno feito com sobras de tábuas para guardas ferramentas da oficina.* Como outras oficinas também atendiam a outras repartições

militares: prateleiras para o Armazém de Artilharia; camas, guarda-louça e muletas para o hospital militar.

Com metais, trabalham os ferreiros, os funileiros e latoeiros. Os ferreiros transformam ferro, aço e carvão em ferramentas (pés de cabra, machados, talhadeiras, martelos, foices, facão, cravejas, malhos, enxadas) e ferragens (pregos, cravos, ferrolhos, arruelas, grampos, parafusos, ganchos, braçadeiras, cavilhas, argolas). Funileiros trabalham com folhas de flandres (*), estanho, chumbo em barra e produzem marmitas, regadores, latas, almotolias, tinteiros, formas de pomada, lampiões, candeeiros, bacias, talheres, bules, pratos, canecas, etc. Os latoeiros manipulam cobre, zinco, estanho, chumbo para produzir buchas, cucharras (*) e mancais de artilharia, guarda-matos, roldanas, cantoneiras, albarás, além de pequenos objetos como ferragens para talins, fivelas com ferrões, estribos pequenos).

Para construção, reforma e manutenção das obras militares, funcionavam ainda no Arsenal as oficinas de pedreiros, de construção, de pintores.

Os pedreiros assentavam tijolos, cobriam e consertavam telhados, levantavam paredes e faziam calçadas. No ano de 1853, muitas obras foram feitas no próprio Arsenal: *precinta e aterro nas ruas do Arsenal (fevereiro), dois baldrames (*) de pedra canga e cristal de 40 palmos de comprimento, 9 de altura, 3 de largura e duas paredes sobre os mesmos baldrames, uma com a altura de 25 palmos e três de grossura e outra com 11 palmos e três de largura (março); uma parede com 30 palmos de comprimento e 15 de altura para os novos armazéns (maio) duas colunas de 18 palmos de altura em frente ao portão interior e do frontispício sobre as mesmas. Usavam, como matéria prima, tijolos, adobes, telhas e telhões, alqueires de tabatinga (*) e de cal, carradas de barro, areia, pedra canga, pedra cristal e de laje de piçarra, além de dois couros crus de boi e 4 medidas de azeite de peixe.*

A oficina de construção reunia os carpinteiros: eles aparelharam 18 linhas de piúva de 30 palmos e 15 vigotes de piúva de 25 palmos para dois armazéns

de arrecadação de madeira (janeiro). Na reforma do edifício do Arsenal, em fevereiro, por exemplo, *empregaram-se os trabalhadores 14 dias em fazerem dois andaimes de vinte braças (*) cada um para suspender os madeiramentos dos armazéns*. Também *aparelharam os freichais de piúva para armar varanda na frente do portão interior deste Arsenal*, caibros e ripas para a casa da latrina e para os novos armazéns (julho), além de armar o feixo da varanda na frente interior do portão deste Arsenal com 50 palmos de comprimento (agosto) e preparar 1 moitão para o poço do Arsenal, além de outros serviços.

A oficina de pintores aparece no relatório de 1853 a partir do mês de agosto. Não havia muito serviço: pintaram 4 tocheiros em agosto, dois cubos em setembro e duas colunas com capiteis e bases em outubro, usando como matéria prima óleo de linhaça, água raz, alvaiade, secante, jaldecrone, vermelhão, verniz de óleo, cola da terra, sabão, verde composto e gesso. Por isso o mestre da oficina *alem de empregar-se nas obras que há pertencentes a esta oficina, dá lições diariamente de desenho na Companhia de Aprendizizes menores* (agosto). Será extinta em 1874 ainda que o diretor defenda sua manutenção *para conservar objetos dada a umidade do clima*.

A divisão de trabalho – ainda rudimentar – no interior da oficina estava baseada na habilidade, aptidão e força física. As oficinas eram especializadas de acordo com a matéria prima que manipulavam. Em 1853, a confecção de um produto mais complexo – um ventilador assentado pelos pedreiros na oficina de latoeiros – foi dividida em várias oficinas: os torneiros produziram *um canete, um eixo, uma roda e um cabo de manivela*; os espingardeiros fizeram um eixo de ferro; os latoeiros entregaram quatro bronzes, a roda e um canudo de cobre. Esses produtos foram encaminhados à oficina de obras brancas, que os reuniu e acrescentou as ferragens.

As oficinas também preparavam objetos que seriam utilizadas em outras oficinas. Espingardeiros produziram em março 10 brocas de aço para a oficina de coronheiros e 2 talhadeiras de aço para a oficina de funileiros; em abril, 1 parafuso para a máquina da oficina de correeiros, em agosto, 1 espada para a oficina de pintores. Latoeiros produziram 3 fivelas grandes para a oficina de correeiros em março, 2 mancais de bronze para a oficina de torneiros (abril), 1 chapa de gatilho para a oficina de espingardeiros, 2 caixas de espera e 1 presilha de latão para o cabeçote do torno e 1 bucha para a oficina de torneiros; os funileiros fizeram 1 lata para a oficina de tanoeiros, 4 machos para a oficina de latoeiros; tanoeiros fizeram 1 balde para a oficina de correeiros. Marceneiros da oficina de obras brancas fizeram 1 cepo para a oficina de funileiros, 1 cacho e ferragem em um cabeçote do torno para a oficina de torneiros e 2 burros para a oficina de seleiros.

Sobras de matérias primas não eram desperdiçadas. No mês de fevereiro os torneiros fizeram 1 eixo para reparo de artilharia, 1 broca de bronze cortada para o mesmo, 2 caçambas para o mesmo, 16 cassouetes para o mesmo, 24 cabos para macetes, 48 cabos para limas, 1 bucha para o torno, 2 rodas para moitões, 7 macetes, 3 moldes para bronzes dos tornos, 1 macho de ferro, 2 cabos para furos de grosas couros (...) *aproveitando-se os cotos de madeira de outras oficinas*. Sobras de madeira também foram suficientes para os marceneiros da oficina de obras brancas fazer um armário pequeno para guardar ferramentas.

O reaproveitamento também era uma prática nas oficinas: correntes e principalmente limas velhas de aço eram fundidas pelos ferreiros e aproveitadas em novas ferramentas, espingardeiros *cortaram sete pedaços de canos de espingardas inservíveis* (janeiro), desmancharam uma corrente velha com o peso de nove libras e $\frac{3}{4}$, aproveitaram 12 ganchos e oito grampos na confecção de 8 correntes de duas conchas de balança para o Corpo de Caçadores (março). Latoeiros usaram cobre e latão velho para fundir ferragens e chapas.

As oficinas atendiam às necessidades militares não só do Arsenal como de outras repartições como o Arsenal da Marinha, Hospital Militar, corpos de artilharia e cavalaria e de outras repartições provinciais como Santa Casa. Fizeram também 30 cavilhas para a ponte do Coxipó (abril) e atendiam particulares – confirmando a falta de artífices na cidade, denunciada por Moutinho.⁸³

A manufatura depende da habilidade artesanal de cada trabalhador individual, o que terá duas implicações: de um lado, a necessidade de um sistema de aprendizagem inserido no processo de trabalho, controlado pelo próprio detentor da habilidade artesanal. Por outro lado, a persistência da habilidade artesanal irá motivar a resistência do trabalhador individual à disciplinarização, ao controle do tempo pelo capital. São freqüentes as reclamações do diretor quanto a pontualidade, assiduidade, qualidade do serviço, disciplina, alegação de doenças, fugas, embriaguez e brigas. A documentação deixa claro que quanto mais especializado, quanto mais habilitado o operário, maior a resistência.⁸⁴

A descrição do processo produtivo no Arsenal de Guerra teve por objetivo evidenciar o tipo de trabalho ao qual as crianças eram submetidas para aprender o ofício e incorporar a disciplina necessária para sua inserção no mercado de trabalho livre. A seguir, evidencio quem eram os trabalhadores das oficinas, com quem interagiam os aprendizes.

Além de menores, trabalham nas oficinas do Arsenal de Guerra mestres (no início contratados no Rio de Janeiro), soldados artífices, escravos (de particulares e da Nação), africanos livres, trabalhadores temporários, presos cumprindo pena e até mesmo, durante curto período de tempo, colonos estrangeiros.

⁸³ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *A província de Mato Grosso*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869. (ed. fac-similar).

⁸⁴ Ver capítulo 7 da Parte III.

A carência de trabalhadores especializados na província era sempre lamentada pelas autoridades locais. Em 1843, o presidente de província de Mato Grosso, Zeferino Pimentel Moreira Freire lastima o estado de decadência em que se encontra o Forte de Coimbra:

*Nenhuma providência posso dar a este respeito, porquanto faltam-me meios pecuniários, que não estão decretados para semelhantes gastos; não há aqui um oficial engenheiro para empregar-se em obra de tanta importância, nem ao menos Artistas hábeis disponíveis para estes trabalhos, finalmente de tudo há carência numa província central a 250 léguas distante da capital, e donde lhe poderão vir estes recursos?*⁸⁵

Os primeiros mestres do Arsenal de Guerra de Mato Grosso foram recrutados entre os artífices de Cuiabá. Em 1842, com a morte repentina do mestre ferreiro, o diretor propõe a contratação de um artífice local para substituí-lo – o abridor Francisco Xavier de Fontes por sua habilidade e destreza em trabalhar os metais.⁸⁶

Artífices locais encaminhavam requerimentos ao presidente de província de Mato Grosso pedindo o lugar de mestre. A leitura de seus requerimentos evidencia que o grau de especialização do trabalho ainda era incipiente, permitindo que se candidatasse a diferentes ofícios ao mesmo tempo.

Diz Henrique Augusto Ferreira de Andrade, cidadão brasileiro, natural da província da Bahia, ora estabelecido nesta capital, onde vive do ofício de ourives, de que faz profissão; entendendo igualmente, os de latoeiro, serralheiro, abridor e outros que fazem parte das artes que na oficina de artífices do Arsenal de Guerra desta província se administram e ensinam; que sabendo ele suplicante que se acha cavo o lugar de mestrança da mesma oficina, vem por isso implorar a V. Exa. a graça de admiti-lo no dito emprego, com o ordenado conveniente ao suplicante, e

⁸⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso, Zeferino Pimentel Moreira Freire, ao ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Salvador José Maciel. Cuiabá, 13/12/1843. Livro de Registro da correspondência oficial com o Ministério da Guerra. APMT 028 A (074). Fl. 04

⁸⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/07/1842. APMT Lata 1842 A/ Assuntos militares/Correspondência do Arsenal de Guerra ao Presidente da Província.

segundo as condições que em separado submete a alta consideração de V. Exa (...).

87

Esse mesmo artífice já tinha apresentado solicitação semelhante em janeiro de 1842.⁸⁸

Outro candidato é Antônio Francisco Panca, *cidadão brasileiro natural, e estabelecido nesta cidade, onde vive do ofício de ourives, que justamente é sua profissão, no entretanto que também sabe, e exercita as de abridor, serralheiro e latoeiro, e os demais que fazem parte das artes que nas oficinas de artífices do Arsenal de Guerra, se administram e ensinam (...).*⁸⁹

O abridor Xavier foi contratado como mestre e ficou no Arsenal de Guerra até pelo menos 1850, quando solicitou licença para cuidar de sua saúde.⁹⁰ Alguns anos antes, o presidente de província de Mato Grosso aprova a proposta de elevar a diária do mestre abridor Francisco Xavier de Fontes, que dirige quatro oficinas no Arsenal de Guerra, para quatro mil réis, tendo em vista sua *habilidade e perícia com que se distingue.*⁹¹

⁸⁷ Requerimento de Henrique Augusto Ferreira de Andrade. Cuiabá, s.d. APMT Lata 1842 A/Assuntos militares/Correspondência do Arsenal de Guerra ao Presidente da Província. O presidente de província de Mato Grosso encaminha o requerimento ao diretor do Arsenal de Guerra em 1/08/1842.

⁸⁸ Requerimento de Henrique Augusto Ferreira de Andrade. Cuiabá, 19/01/1842. APMT Lata 1842 A /Assuntos militares/Correspondência do Arsenal de Guerra ao Presidente da Província.

⁸⁹ Requerimento de Antônio Francisco da Silva Panca. Cuiabá, s.d. APMT Lata 1842 A/ Assuntos militares/Correspondência do Arsenal de Guerra ao Presidente da Província. O requerimento foi encaminhado pelo presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra, em 3/08/1842.

⁹⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 16/06/1850. APMT Lata 1850D/Assuntos Militares.

⁹¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 26/07/1847. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do arsenal de Guerra e inspetor da marinha. APMT nº 523 (090) fl. 67.

A falta de trabalhadores habilitados continua a ser reclamada, levando o presidente de província de Mato Grosso a solicitar providências ao ministro da Guerra:

Aproveito o ensejo para rogar a V. Exa. que haja de enviar-me com a possível brevidade um coronheiro e um carpinteiro apto para construir reparos de artilharia, e tomar em consideração o que já ponderei a V. Exa. sobre a falta de oficiais, que há nesta província, principalmente na arma de artilharia. ⁹²

Em maio de 1845, o presidente de província de Mato Grosso volta a reclamar a falta de pessoal habilitado:

(...) apesar de todas as diligências, que desde logo empreguei para haver os precisos mestres e maior número de operários, apenas consegui um bom mestre latoeiro, e um carpinteiro mediocre, e pouco incremento tenho podido dar por falta de pessoal nos trabalhos do dito Arsenal, fazendo-se principalmente sensível a falta de um bom diretor, de um coronheiro, e de um carpinteiro inteligente para os reparos de artilharia (...). ⁹³

No final deste ano, para suprir a falta de mão-de-obra especializada, o ministro da Guerra comunica o envio de operários contratados no Rio de Janeiro para o serviço do Arsenal de Guerra, com diárias que variavam de 280 réis para o carpinteiro Antonio Jose da Silva até 4\$000 réis para o torneiro forjador João Monteiro de Vasconcelos. A tabela anexa (quadro 2, abaixo) com os vencimentos totais para o trimestre de agosto, setembro e outubro de 1845 não explica a diferença nas diárias. É possível supor que profissionais mais habilitados recebam salários mais altos, mas artesãos da mesma profissão recebem diárias bem diferentes, como é o caso dos latoeiros Martins Moisés Arão, com 280 reis e José da Silva Couto, com 2\$000 réis.

⁹² Ofício do presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, ao ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho. Cuiabá, 13/03/1845. Livro de Registro da correspondência oficial com o Ministério da Guerra. APMT 028 A (074) Fl. 83.

⁹³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, ao ministro e secretário de Estado dos negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho. Cuiabá, 2/05/1845. Livro de Registro da correspondência oficial com o Ministério da Guerra. APMT 028 A (074) Fls. 101 e 101v.

Quadro 2 – Vencimentos dos operários do Arsenal de Guerra - agosto, setembro e outubro de 1845.

Nomes e Ofícios	Agosto	Setembro	Outubro	Total
João Batista Ramos, oficial de construção de reparos, diária de 3\$000	93\$000	90\$000	93\$000	276\$000
João Monteiro de Vasconcelos, torneiro forjador em geral, 4\$000	124\$000	120\$000	124\$000	368\$000
João de Oliveira Porto, latoeiro fundidor, 2\$500	77\$500	75\$000	77\$500	230\$000
Manoel Lopes de Sousa, tanoeiro, 2\$000	62\$000	60\$000	62\$000	184\$000
José Francisco Rios (Artífice), correieiro, 2\$000	62\$000	60\$000	62\$000	184\$000
Manoel José Ramos (Artífice), pedreiro, 1\$920	59\$520	57\$600	59\$520	176\$640
Teotônio José da Fonseca, correieiro, 3\$000	93\$000	90\$000	93\$000	276\$000
José Brum, pintor, 3\$000	93\$000	90\$000	93\$000	276\$000
Antônio Soares de Proença, pintor, 3\$200	99\$200	95\$600	99\$200	294\$000
Fernando Carlos de Azevedo, ferreiro espingardeiro, 3\$000	93\$000	90\$000	93\$000	276\$000
José da Silva Couto (Soldado de Cavalaria), latoeiro, 2\$000	62\$000	60\$000	62\$000	184\$000
Benedito José da Fonseca, funileiro, 2\$000	62\$000	60\$000	62\$000	184\$000
Domingos José de (ilegível), coronheiro, 3\$000	93\$000	90\$000	93\$000	276\$000
José de (ilegível) Pinto, coronheiro 3\$000	93\$000	90\$000	93\$000	276\$000
Sebastião Luís da Costa, Torneiro de Metais, e madeira 2\$500	77\$500	75\$000	77\$500	230\$000
Manoel Antônio da Silva (Artífice), serralheiro 280	8\$680	8\$400	8\$680	25\$760
Martins Moisés Arão, (Artífice perdoado), latoeiro 280	8\$680	8\$400	8\$680	25\$760
Antônio José da Silva (Artífice perdoado), carpinteiro, 280	8\$680	8\$400	8\$680	25\$760
Totais	1.269\$760	1.228\$800	1.269\$760	3:768\$320

Fonte: Aviso do ministro da Guerra, Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, ao presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim. Rio de Janeiro, 21/08/1845. Registrado em Cuiabá, 23 /03/1846. Livro de Registro dos avisos expedidos pelo Ministério da Guerra 1845-49. APMT nº 032 (085). Fl. 29v, 30, 30 v. e 31.

De 1845 até 1860, chegaram anualmente operários vindos do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro para trabalhar em Mato Grosso.

Os primeiros contratos detalhavam os jornais (*) que os operários iriam receber, determinavam que os mesmos se comprometiam a seguir para a província e *ali cumprirem fielmente suas obrigações*.⁹⁴

Ano após ano, vários mestres saíram do Rio com destino ao Arsenal de Guerra de Mato Grosso. Em 1847, foram contratados Fernando Carlos de Azevedo, oficial de ferreiro, e Manoel de Moraes, oficial de carpinteiro, após contrato mais rigoroso que estabelecia punição em caso de não cumprimento:⁹⁵

os referidos operários se obrigam por suas pessoas, e sob pena de prisão até pagarem tudo quanto deverem, e todas as despesas que se fizerem com o seu transporte a cumprirem fielmente este trato pelo dito tempo de dois anos; e assim judicialmente processados se não cumprirem.

Em 1856, os contratos passam a exigir que os mestres de oficina deixem discípulos formados no Arsenal de Guerra para substituí-los.

A viagem do Rio de Janeiro para Mato Grosso era longa e demorada. O governo imperial contratou o condutor Joaquim Leite do Amaral Coutinho *para conduzir em cavalgadas, desde a cidade de Santos até a capital da província de Mato Grosso* os primeiros operários contratados para servir no Arsenal de Guerra.⁹⁶

⁹⁴ Aviso do ministro da Guerra, Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, ao presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim. Rio de Janeiro, 21/08/1845. Registrado em Cuiabá, 23/03/1846. Livro de Registro dos avisos expedidos pelo Ministério da Guerra 1845-49. APMT n° 032 (085). fls. 31 (verso), 32 e 32 (verso).

⁹⁵ Aviso do ministro da Guerra, Antônio Manoel de Mello, ao presidente de província de Mato Grosso, João Crispiniano Soares. Cuiabá, 16/08/1847. Registrado em Cuiabá, 1°/03/1848. Livro de Registro dos avisos expedidos pelo Ministério da Guerra 1845-49. APMT n° 032 (085). Fl. 138.

⁹⁶ Cópia do contrato com Joaquim Leite do Amaral Coutinho anexo ao Aviso do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 23/03/1846. Livro de Registro dos avisos expedidos pelo Ministério da Guerra 1845-49. APMT n° 032 (085). Fl. 29v.

Joaquim Leite do Amaral Coutinho também se encarregou de levar os gêneros, *contidos em 19 caixões, que pesam setenta e quatro arrobas, dizendo receber nesta corte a quantia de dez mil réis pela condução de cada arroba.*⁹⁷

Em novembro de 1845, o presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, comunica ao ministro interino da Guerra, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que *as praças e artífices que se destinam a esta mesma província (...) até agora não são chegados a esta (...).*

98

Em janeiro de 1846, os trabalhadores ainda não chegaram a Mato Grosso:

*aproveito a ocasião para declarar a V. Exa. que os artistas e operários que, segundo me consta, por comunicação do diretor do Arsenal de Guerra da Corte, V. Exa. mandara para o desta província, não chegaram até agora, mas tenho noticia de que estão em caminho aquêem de Goiás.*⁹⁹

Em abril de 1846, os operários finalmente chegaram a Cuiabá e o ministro da Guerra autoriza o presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, *mandar pagar aos operários contratados para servirem no Arsenal desta província os respectivos jornais a contar de 1º de novembro passado, até o dia*

⁹⁷ Ibidem fl. 34.

⁹⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, ao ministro e secretário de estado dos negócios da marinha e interino dos da Guerra, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti. Cuiabá, 10/11/1845. Livro de Registro da correspondência oficial com o Ministério da Guerra. APMT 028 A (074). Fl. 163.

⁹⁹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, ao ministro e secretário de estado dos negócios da marinha e interino dos da Guerra, Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti. Cuiabá, 12/01/1846. Livro de Registro da correspondência oficial com o Ministério da Guerra. APMT 028 A (074). Fl. 178.

de sua apresentação nessa cidade, visto que não dependeu deles a demora da viagem além do prazo de três meses que havia sido calculado. (...) ¹⁰⁰

O tempo normal de viagem do Rio de Janeiro a Cuiabá durava seis meses. Em outras ocasiões, imprevistos como doenças, atrasavam ainda mais a viagem:

Os operários José Ferreira Carneiro, Alexandre Pinto de Souza, Manoel Lopes de Sousa apresentaram-se neste Arsenal a 14 de novembro, tendo saído da corte a 23 de julho último, vencendo os jornais acima mencionados; o último (Sebastião Luís da Costa) ficou doente em Mogi mirim, na província de São Paulo, e espera-se a todo o momento. ¹⁰¹

A dificuldade de transporte exigiu do governo maior rigor ao ajustar a condução de operários como se vê no contrato com Caetano José de Campos para conduzir o operário Júlio Batista da Costa:

(...) Se o operário não fizer a viagem, desertar, ou morrer em caminho, o condutor reporá ao governo a quantia que for de direito. ¹⁰²

O rigor do contrato, no entanto, não impediu problemas. A 18 de janeiro de 1849, o Ministério da Guerra comunica retorno do operário Júlio Batista da Costa, *por ter o condutor desaparecido.*¹⁰³

A 30 de março de 1849, o ministro da Guerra pede ao presidente de província de Mato Grosso que cobre do condutor Caetano José de Campos a quantia

¹⁰⁰ Aviso do ministro da Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 18/07/1846. Registrado em Cuiabá, a 24/10/1846. Livro de Registro dos avisos expedidos pelo Ministério da Guerra 1845-49. APMT n° 032 (085). Fl. 86.

¹⁰¹ Tabela dos jornais dos operários do Arsenal de Guerra da Província de Mato Grosso anexa ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/11/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

¹⁰² Cópia do contrato. Rio de Janeiro, 18/08/1848. Livro de registro de avisos do Ministério da guerra 1849-1851. APMT n° 39 (0105) fls. 5 v. e 6.

¹⁰³ Aviso do ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 18/01/1849. Registrado em Cuiabá, 31/03/1849. Livro de registro de avisos do Ministério da Guerra 1849-1851. APMT n° 39 (0105) fls. 12 e 12 v.

que recebeu adiantada para condução do mestre da oficina de construção, Júlio Batista da Costa, *abandonado em Mogi Mirim*.¹⁰⁴

Aparentemente os operários e mestres procedentes do Rio de Janeiro gostaram da vida em Cuiabá. Vários deles solicitaram prorrogação ou renovação de seus contratos. Por exemplo, o mestre da oficina de tanoeiros, Manoel Lopes de Souza, cujo contrato foi prorrogado por mais dois anos pelo Ministério da Guerra.¹⁰⁵

Outro da primeira turma de operários procedentes do Rio de Janeiro, Antônio Soares de Proença, solicitou renovação de seu contrato por mais dois anos.¹⁰⁶ Proença teve longa carreira no Arsenal de Guerra de Mato Grosso. Seu contrato como mestre da oficina de pintores e, posteriormente como professor de desenho, foi renovado novamente em 1851,¹⁰⁷ 1863¹⁰⁸ e em outros anos conforme evidencia a farta documentação. Aposentou-se¹⁰⁹ em agosto de 1876 como mestre de pintores, recebendo dois terços dos vencimentos, continuando no exercício de professor de geometria e desenho linear. Foi dispensado definitivamente do Arsenal

¹⁰⁴ Aviso do ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 30/03/1849. Registrado em Cuiabá, 9/08/1849. Livro de registro de avisos do Ministério da Guerra 1849-1851. APMT nº 39 (0105) fls. 17 v. e 18

¹⁰⁵ Aviso do ministro da Guerra, João Paulo dos Santos Barreto, ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 2/09/1848. Registrado em Cuiabá, 7/12/1848. Livro de registro de avisos do Ministério da Guerra 1849-1851. APMT nº 39 (0105) fl. 4.

¹⁰⁶ Aviso do ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 9/01/1849. Livro de registro de Avisos do Ministério da Guerra 1849-1851. APMT nº 39 (0105) fl. 8.

¹⁰⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/10/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

¹⁰⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 15/04/1863. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 21v.

¹⁰⁹ Aviso do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 20/06/1876 citado pelo ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá 8/08/1876. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 fl. 70.

de Guerra em 1878,¹¹⁰ por ferir o artigo 288 do Regulamento de 1872 *que proibia a nomeação de empregado jubilado ou aposentado para empregos do Arsenal.*¹¹¹

Também da primeira turma de artífices contratados no Rio de Janeiro, Sebastião Luís da Costa, torneiro de metais e madeira, ficou no Arsenal de Guerra de Mato Grosso pelo menos até 1863, quando foi desacatado pelo operário Amaro Francisco dos Santos. Sebastião passou a mestre em junho de 1848,¹¹² em função de suas qualidades atestadas pelo diretor:

*(...) em sua profissão é perfeitissimo tanto em madeira como em metais, arte esta que não existindo em nossa província convém aproveitar-se a ocasião de ser transmitida aos filhos do país por sua utilidade doméstica (...).*¹¹³

João Batista Ramos, outro mestre da primeira turma, não teve o mesmo destino. Em 1853, o presidente de província de Mato Grosso concorda com seu pedido de dispensa do contrato alegando que o mestre *não dá o menor lucro à repartição que o paga tão vantajosamente, mas antes causa prejuízo.*¹¹⁴

Alguns mestres tiveram que concordar com redução de salários para continuar no Arsenal de Guerra. Foi o caso do mestre de pintores Manoel Corrêa de Matos que, apesar da boa conduta, recebeu a proposta de reduzir seu salário de 4\$000 réis diários para dois mil réis, para continuar na oficina.¹¹⁵

¹¹⁰ Aviso do Ministério da Guerra de 15/02/1878 citado pelo ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 5/04/1878. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 fl. 117.

¹¹¹ Decreto nº 5118, de 19 de outubro de 1872.

¹¹² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/06/1848. APMT Lata 1848 B/Assuntos Militares.

¹¹³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/04/1848. APMT Lata 1848 B/Assuntos Militares.

¹¹⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22 e 26/09/1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra

¹¹⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/04/1872. APMT Lata 1872 A/Arsenal de Guerra.

A remuneração paga aos mestres era considerada alta pelos diretores do Arsenal de Guerra, conforme informam vários ofícios.

A 28 de novembro de 1851, o diretor solicita ao presidente de província de Mato Grosso que aumente o crédito destinado ao Arsenal de Guerra, tendo em vista os jornais dos mestres chegados do Rio de Janeiro e anexa o seguinte quadro:

Quadro 3 - Tabela dos jornais dos operários do Arsenal de Guerra da província de Mato Grosso, de 23 julho de 1851 a 30 de junho de 1852.

Oficinas	Nomes	De 23 de julho de 1851 a 30 de junho de 1852		
		Dias	a quanto	importância
latoeiro	José Ferreira Carneiro	344	4\$000 rs.	1:376\$000
funileiro	Alexandre Pinto de Souza	344	4\$000 rs.	1:376\$000
Tanoeiro	Manoel Lopes de Sousa	344	3\$500 rs.	1:204\$000
Torneiro	Sebastião Luís da Costa	344	4\$000 rs.	1:376\$000
soma				5:332\$000

Fonte: Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/11/1851. APMT. Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

Alguns serviços exigiam a contratação de mão-de-obra temporária livre ou escrava. Em 1853, o presidente de província de Mato Grosso autorizou o diretor do Arsenal de Guerra a contratar *um oficial para ajudar o mestre de pedreiros nas obras dos armazéns nesse Arsenal, e igualmente alugar dois escravos para socarem as taipas dos mesmos armazéns.*¹¹⁶

¹¹⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 9/12/1853. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 34v.

Em 1854, o presidente de província de Mato Grosso autoriza *abonar aos serventes de pedreiro e aos dois escravos empregados na construção de taipas o jornal de 600 réis nos dias úteis*.¹¹⁷

Escravos de particulares eram contratados como mão-de-obra temporária. Ocupantes de cargos públicos, Joaquim Gaudie Ley e Camilo Barreto, por exemplo, tinham escravos alugados para o Arsenal de Guerra.¹¹⁸

Os escravos da nação¹¹⁹ enviados ao Arsenal de Guerra eram solicitados para servir outras repartições. Por exemplo, a 7 de outubro de 1859, o presidente de província de Mato Grosso pergunta se o Arsenal de Guerra pode ceder um dos escravos da nação para *ficar servindo na Tesouraria*¹²⁰ e em dezembro, pergunta *por que o escravo da nação cedido pelo Arsenal de Guerra ainda não foi para a Tesouraria*.¹²¹

Em 21 de setembro de 1860, o presidente de província de Mato Grosso comunica o envio, pelo chefe de polícia da Corte, *do escravo da nação de nome José Joaquim a fim de ser aqui empregado no serviço desse Arsenal*.¹²²

Um dos escravos da nação, Higino, fugiu do Arsenal de Guerra, segundo informe enviado pelo chefe de polícia datado de 19 de março de 1862.¹²³

¹¹⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 28/02/1854. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 43.

¹¹⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/11/1870. APMT Lata1870 A/ Assuntos Militares.

¹¹⁹ *Os escravos da Nação eram africanos que, entrados ilegalmente no país, após a proibição efetiva do tráfico em 1850, haviam sido apreendidos e encontravam-se sob os cuidados do governo imperial*. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 66

¹²⁰ Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 67

¹²¹ *Ibidem* fl. 65.

¹²² *Ibidem* fl. 98v.

Além dos escravos da nação, trabalhavam no Arsenal de Guerra os africanos livres:¹²⁴

*(...) aos africanos livres, que vieram servir nesta província, arbitrarei (...) o jornal que merecerem, no qual se incluirá o sustento e o vestuário, devendo desse jornal tirar-se para a alimentação de cada um deles uma ração de etapa (pois que deverão ser arranchados nesse Arsenal) e entregar-se-lhes no fim do mês o remanescente, e outrossim que os escravos da nação não vencerão jornal algum, mas sim uma ração de etapa a cada um, fornecida em rancho por esse Arsenal, e o vestuário necessário subministrado pelo estabelecimento em tempo conveniente.*¹²⁵

Em abril de 1860, o presidente de província de Mato Grosso pede ao diretor do Arsenal de Guerra *uma relação de africanos livres a cargo desse Estabelecimento, designando os seus nomes, nação, idade presumida, data da concessão dos mesmos, ocupação, autoridade que os concedeu, acompanhada as observações que pareçam convenientes.*¹²⁶

Em dezembro de 1860, o presidente de província de Mato Grosso pede relação de todos os africanos livres existentes neste estabelecimento, que *pelo*

¹²³ Ibidem fl. 159.

¹²⁴ A denominação “africano livre” era dada ao escravo que ingressou no país após a lei que proibiu o tráfico negreiro. A lei Diogo Feijó, de 7 de novembro de 1831, a primeira contra o tráfico, já determinava que africanos importados após a lei deveriam ser devolvidos ao país de origem, com as despesas pagas pelo traficante. Esta lei nunca foi cumprida. Posteriormente uma lei estabelecia que os africanos “livres” (a lei determinava que eles deveriam trazer pendurada ao pescoço uma lata, contendo uma carta declaratória de que o portador era livre) deveriam trabalhar para o governo durante 14 anos, para custear as despesas de repatriação. Em 1850, a lei Eusébio de Queiros também abolia o tráfico de escravos em todo o território e portos do Brasil. Leis sucessivas emancipando os africanos livres demonstram que estes eram livres apenas na “denominação” e no documento.

¹²⁵ Livro de Registro dos officios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 5

¹²⁶ Officio do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 4/04/1860. Livro de Registro dos officios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fl. 83

*tempo de serviço ou por seu bom comportamento estejam no caso de obter carta de emancipação.*¹²⁷

Os africanos livres eram, às vezes, requisitados para obras militares fora do Arsenal. Por exemplo, em março de 1862, foi solicitado pelo 1º tenente de engenheiros, Herculano Carlos Ferreira Pena, *para ser empregado nas obras militares.*¹²⁸

Durante curto espaço de tempo, o Arsenal de Guerra empregou também imigrantes estrangeiros:

*No vapor Conselheiro Paranhos, chegaram remetidos de Montevideú, como colonos, pela Legação Imperial, vinte individuos, quase todos com officio. Nesta data mando que sejam apresentados ao chefe de policia para lhes dar destino. Sendo de supor que estejam eles sem meios, e convindo empregá-los prontamente para animar a vinda de outros que só esperam pela oportunidade da passagem, cumpre que V. Mcê. de acordo com o diretor do Arsenal da Marinha, escolha os operários que convenha serem empregados nos respectivos estabelecimentos, marcando-lhes o jornal diário correspondente ao préstimo de cada um deles.*¹²⁹

No período da guerra, prisioneiros paraguaios foram detidos no Arsenal de Guerra onde, reclama o diretor, *trabalham nas oficinas com pouca vontade e mesmo sem perfeição alguma, sendo preciso as mais das vezes quase que compeli-los por meios brandos e suasórios aos referidos trabalhos.*¹³⁰

¹²⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 10/12/1860. Livro de Registro dos officios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 108

¹²⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 28/03/1862. Livro de Registro dos officios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 158.

¹²⁹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 18/01/1861. Livro de Registro dos officios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 112v.

¹³⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/08/1867. APMT Lata D/ Assuntos Militares.

O Arsenal de Guerra também foi uma prisão. Até a construção da cadeia pública, em 1865, era o único local para encarceramento de presos civis ou militares, já condenados ou a sentenciar. Os presos cumpriam pena trabalhando no Arsenal de Guerra ou nos serviços urbanos como limpeza de praças, ruas, córregos, abastecimento de água, entre outras tarefas.

Em 1863, o diretor do Arsenal de Guerra considerava útil a presença dos presos:

*Os presos sentenciados, que cumprem neste Arsenal suas sentenças, prestam no mesmo importantíssimos serviços em favor dos Cofres Públicos.*¹³¹

No entanto, a partir de 1871, os diretores do Arsenal de Guerra irão reiteradamente solicitar a remoção dos presos em defesa da moralidade dos menores e dos soldados:

*Existe um xadrez onde cumprem sentença presos de diversas penas, este mesmo xadrez serve para prisão dos operários militares, o que é muito inconveniente e contrário à disciplina e moralidade da mesma Companhia.*¹³²

Em relação aos menores, os diretores alegavam falta de espaço, além da defesa da moralidade, para solicitar a remoção dos presos:

*Convém também ampliar mais o alojamento da Companhia de Menores, dando cômodos para que seus empregados possam morar conjuntamente de modo que o Pedagogo e seu Ajudante permaneçam no mesmo estabelecimento. O meio mais fácil de isso obter-se explica-se simplesmente com a mudança dos presos para os calabouços de seus corpos; medida que reúne a esta vantagem os inconvenientes da presença deles entre menores cuja moral não se deve deixar estragar.*¹³³

¹³¹ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 01/11/1863. APMT Lata 1863 D/Arsenal de Guerra.

¹³² Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/04/1873. APMT Lata 1873 A/Arsenal de Guerra.

¹³³ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/08/1871. APMT Lata 1871 E/Arsenal de Guerra. Mesma solicitação foi reiterada pelos diretores nos Relatórios dos anos seguintes até a remoção definitiva dos presos em 1882.

Somente em 1882, a prisão que funcionava no interior do Arsenal de Guerra foi desativada com a remoção dos presos militares para os respectivos quartéis e dos presos civis para a cadeia.¹³⁴

A primeira referência a presos no Arsenal de Guerra consta de um ofício do diretor ao presidente de província de Mato Grosso informando em 1842 que *foi entregue neste Arsenal o réu Joaquim Claro de Carvalho para ser empregado na oficina de carpinteiros como ordenou-me V. Exa. em sua respeitável portaria datada de ontem.*¹³⁵

Em setembro de 1842, uma *Relação da despesa mensal orçada para gratificação dos artífices empregados neste Arsenal, e mais pessoas abaixo declaradas*¹³⁶ enviada pelo diretor ao presidente de província de Mato Grosso lista dois sentenciados e uma despesa de 7\$087 para 30 dias. Se o dado estiver certo, o valor gasto diariamente para cada preso (aproximadamente 118 réis) é inferior ao gasto de 150 réis por menor, previsto por lei.

Em 1843, o diretor informa que *o calabouço deste Arsenal está com toda a segurança e tem cômodos para dez presos, dependendo todavia de uma sentinela na porta do calabouço.*¹³⁷ Nesse momento, já era nove o número de soldados presos por crime de primeira deserção. O número de presos não cessou de crescer ao longo da existência do Arsenal de Guerra mesmo quando foi construída a cadeia pública em 1865 (ver Quadro 4).

¹³⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/05/1882. APMT Lata 1882 C/Arsenal de Guerra.

¹³⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 23/06/1842. APMT Lata 1842 A/ Assuntos militares.

¹³⁶ Cuiabá, 20/09/1842. APMT Lata 1842 A/ Assuntos Militares.

¹³⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/07/1843. APMT Lata 1843 B/ Arsenal de Guerra.

No Arsenal, ficam detidos operários militares acusados de indisciplina, soldados que desertaram ou auxiliaram a fuga de outros presos, além de civis condenados por crimes graves.

Artífices reincidentes em faltas no serviço eram punidos com prisão. Em janeiro de 1842, o diretor do Arsenal de Guerra comunica ao presidente de província de Mato Grosso que *se acham presos (...) os soldados da Companhia de Artífices – sete por faltarem ao ponto na tarde de hoje e doze que compareceram na oficina mas não trabalharam*.¹³⁸

Quadro 4 - Relação de presos no Arsenal de Guerra por ano¹³⁹

Ano	Número de presos
1842	2
1843	9
1844	11
1862	32
1851	34 / 17 presos ¹⁴⁰
1857	39
1863	44
1871	Mais de 50
1872	32 ¹⁴¹

Fonte: Ofícios e relatórios dos diretores do Arsenal de Guerra. APMT.

¹³⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/01/1842. APMT Lata 1842 A/Assuntos Militares.

¹³⁹ Os números não são precisos, porque ao longo do ano chegam novos presos e alguns sentenciados terminam suas penas ou são anistiados. Dados foram compilados em ofícios e relatórios dos diretores do Arsenal de Guerra. Alguns documentos citam especificamente o número de presos em determinado ano. Para alguns anos, inferiu-se o número a partir de autorização de compras para os presos. Como exemplo, o ofício do presidente de província de Mato Grosso autorizando a compra de 39 chapéus de palha de carandá para 39 presos sentenciados. Cuiabá, 8/07/1857. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. fl. 124 verso.

¹⁴⁰ São 34 presos, em fevereiro e 17, em setembro, com o perdão dos sentenciados pelo crime de deserção. Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/02/1851. Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/09/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

¹⁴¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/05/1872. APMT Lata 1872 A/Arsenal de Guerra.

A 2 de maio de 1850, o diretor comunica a prisão do artífice de fogo Benedito José da Fonseca e do soldado Manoel da Cunha Magalhães *por terem ido passar a mostra do corpo fixo de artilharia, o que privou o trabalho das oficinas esta manhã*.¹⁴²

Em 1870, operários faltosos *recebem quinze dias de prisão, mas devem continuar trabalhando nas oficinas*.¹⁴³ Em 1872, o soldado da Companhia de operários militares, Francisco Cândido Jarzem, foi preso por ter faltado ao serviço:

*(...) não é esta a primeira vez que este soldado tem cometido faltas desta ordem, prejudicando assim as demais praças no serviço de escala; de cujo procedimento contrário à disciplina não se tem corrigido, com prisões e dobras de serviço; chamando conseqüentemente a atenção de V. S. a fim de providenciar de modo a evitar a reprodução destas faltas que muito prejudicam ao serviço e a moralidade da Companhia.*¹⁴⁴

Também ficavam detidos soldados acusados de furto. Em 11 de março de 1850, o tambor Lúcio Moreira dos Santos que trabalhava como jornaleiro no Arsenal de Guerra, foi preso por ter vendido *cinco vigotes pertencentes ao Arsenal*. O presidente de província de Mato Grosso decidiu que, além da pena de prisão, o trabalhador deveria pagar o custo da madeira.¹⁴⁵

¹⁴² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 2/05/1850. APMT 1850 D/Assuntos Militares.

¹⁴³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, s.d. (provavelmente setembro). APMT Lata 1870 A/Assuntos Militares.

¹⁴⁴ Parte do Tenente comandante Joaquim Maria do Espírito Santo, anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 18/03/1872. APMT Lata 1872 A/Arsenal de Guerra.

¹⁴⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/03/1850. APMT Lata 1850 D/Assuntos Militares. Em despacho manuscrito no próprio ofício, o presidente de província de Mato Grosso determinou ao comandante *obrigá-lo a pagar, depois de castigado*.

Alguns anos depois, o diretor comunica que o soldado Manoel da Paixão, *que furtou as tábuas (...), veio preso em diligência para este Arsenal (...) e acha-se empregado na oficina de tanoeiros a que pertencia.*¹⁴⁶

Atitudes de desacato e de desrespeito ao diretor ou outros funcionários do Arsenal de Guerra também foram punidas com prisão. A 17 de março de 1853, o diretor relata a insubordinação do cabo José Maria da Silva, encarregado dos calcetas: *Respondeu-me arrogante e atrevidamente e virou as costas sem a menor consideração. Foi preso (...).*¹⁴⁷ Também foi punido com prisão o soldado José Francisco da Silva que desrespeitou o pedagogo após ter sido repreendido por conversar com os menores durante a aula.¹⁴⁸

O respeito à hierarquia era rigorosamente exigido no interior do Arsenal de Guerra. Além de soldados, mestres também foram punidos por desacato. Em 1853, o fato de um mestre não tirar o chapéu para cumprimentar o diretor foi punido com prisão.¹⁴⁹ Em 1856, outro mestre, Severiano José Corrêa, passou quatro meses na prisão por ter desacatado o diretor do Arsenal de Guerra no pátio da Igreja Matriz de São Gonçalo.¹⁵⁰

Comportamentos *prejudiciais à moralidade do estabelecimento* também resultavam em prisão. O soldado Manoel Benedito Tiago foi preso pelo 1º

¹⁴⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 08/08/1856. APMT Lata 1856 A/Assuntos Militares.

¹⁴⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/03/1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra.

¹⁴⁸ Parte do ajudante de pedagogo Manoel Apolidogino de Araújo Ramos, anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/10/1861. APMT Lata 1861 C/Arsenal de Guerra

¹⁴⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 3/06/1853. APMT Lata 1853 A/ Arsenal de Guerra .

¹⁵⁰ Vide Ofícios do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/11/1856 (que encaminha termo de admoestação de Severiano José Corrêa) e de 4/03/1857 (comunicando a soltura do mestre) APMT Latas 1856 A/Assunto Militar e 1857 A/Arsenal de Guerra.

sargento da Companhia de operários militares, ao ser *encontrado ontem às três horas da madrugada fora do quartel (...) espancando o tambor da mesma Companhia Felix Bento da Costa, porque recusava a praticar atos de imoralidade*.¹⁵¹

Também iam para a cadeia, soldados envolvidos em crimes mais graves como tentativas de homicídio. O soldado José Pinto Rio foi condenado a dez anos de prisão *por ter dado uma baionetada em seu companheiro*.¹⁵² Em 1872, o soldado da Companhia de Operários Militares, Desidério Henriques Cuiabano, acusado de ferir o soldado Valentim Pereira da Guia, *com uma canivetada na parte superior da maminha esquerda*, foi condenado a *ser corporalmente castigado com 50 pancadas de espada de prancha*. Mas sendo o réu menor de 18 anos, o conselho entende que não pode ser corporalmente castigado e solicita a deliberação do presidente de província de Mato Grosso, que decide castigar o réu com *prisão rigorosa e jejuns e depois serviços dobrado na guarnição*.¹⁵³

Valério de Vasconcelos, ex-aprendiz do Arsenal de Guerra e mancebo na oficina de espingardeiros, foi condenado à pena de *carrinho perpétuo* (*) pelo crime de homicídio.¹⁵⁴ O crime ocorreu após uma briga com um soldado da oficina de pintores:

Neste momento acaba de expirar o soldado da Companhia de Artífices Sabino Pedro de Alcântara, com uma facada que lhe dera o mancebo da mesma Companhia, Valério. Ao saber deste acontecimento mandei chamar autoridades policiais do lugar e o dr. Josetti para tratarem do corpo de delito e socorrê-lo com os recursos da

¹⁵¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso e anexos. Cuiabá, 16/03/1873. APMT Lata 1873 A/Arsenal de Guerra.

¹⁵² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso comunicando fim da sentença de dez anos do soldado José Pinto Rio. Cuiabá, 13/12/1864. APMT Lata 1864 A/ Arsenal de Guerra.

¹⁵³ Parecer do conselho peremptório anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/05/1872. A decisão do presidente de província de Mato Grosso consta do despacho escrito a mão no próprio ofício. APMT Lata 1872 A/ Arsenal de Guerra.

¹⁵⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 16/06/1860. APMT Lata 1860 E/Arsenal de Guerra.

*medicina; o que participo a V. Exa., acrescentando que se acha preso no xadrez deste Arsenal o assassino.*¹⁵⁵

O costume de embriagar-se levou vários soldados à prisão, como o soldado Basílio Vieira de Souza, que foi preso por 15 dias após reconhecer *estar (...) um tanto embriagado, vício de que não é habitual.*¹⁵⁶

Era bastante comum a fuga de presos juntamente com os soldados que estavam de sentinela. Quando capturados, as penas dos soldados coniventes variaram de dois meses¹⁵⁷ a seis anos de prisão.

*O calceta Manoel do Espirito Santo, soldado da 4ª Companhia do Corpo Fixo de Caçadores, que cumpre sentença de dois anos de prisão com trabalho pelo crime de deixar fugir um preso que se achava doente no hospital (...) pede sua soltura, porque um outro soldado também conseguiu esta graça.*¹⁵⁸

Além de soldados estacionados no Arsenal, como os integrantes da Companhia de Artífices Militares, a prisão do Arsenal de Guerra também recebe condenados de outros quartéis e até mesmo da Companhia de Imperiais Marinheiros como ocorreu a 17 de novembro de 1845, quando *foi recolhido no calabouço do Arsenal de Guerra, o grumete da Companhia de Imperiais Marinheiros, Benedito Antônio, por haver ferido gravemente a uma mulher.*¹⁵⁹

¹⁵⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/04/1860. APMT Lata 1860 E/Arsenal de Guerra.

¹⁵⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/05/1877. APMT Lata 1877 E/ Arsenal de Guerra.

¹⁵⁷ Ver ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/07/1870, que comunica a soltura de dois operários militares condenados a dois meses de prisão por terem deixado fugir dois presos confiados a sua guarda. APMT Lata 1870 A/Assuntos militares.

¹⁵⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 13/09/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

¹⁵⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/11/1845. APMT Lata 1845 B/Assuntos Militares

O Arsenal de Guerra recebe também presos civis transferidos pela polícia, *por conveniência de sua segurança*, como foi o caso de José Marques de Fontes e de Manoel Alves de Lisboa.¹⁶⁰

Civis condenados a trabalhos forçados também cumpriam pena no Arsenal de Guerra. Luciano Ferreira do Espírito Santo, condenado a oito anos de prisão, pelo crime de *defloramento*, cumpria pena auxiliando o mestre de pedreiros, acorrentado ao escravo Manoel Congo, condenado a galés (*) perpétuas, por ter *ferido levemente ao seu senhor antes de sua morte*.¹⁶¹ Também cumprem pena no Arsenal de Guerra escravos e africanos livres:

*Luis, escravo de João Alves Ribeiro, foi transferido para a prisão do Arsenal, na qual estivesse incomunicável (...).*¹⁶²

A 4 de agosto de 1853, o diretor comunica fuga do escravo Elias, *que se achava ajoujado (*) com o preso sentenciado Antônio da Costa Segundo, que ficou com a corrente cortada (...)*.¹⁶³

Em 1862, o diretor encaminha requerimento do preso Martinho, africano livre a serviço deste Arsenal, *em que pede dispensa do serviço alegando o seu estado valetudinário e ainda por ter concluído o tempo de 10 anos a que fora obrigado em 1835*.¹⁶⁴

¹⁶⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/08/1856. APMT Lata 1856 A/ Assunto Militar.

¹⁶¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/09/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra

¹⁶² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/08/1849. APMT Lata 1849 A/Arsenal de Guerra.

¹⁶³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/08/1853. APMT Lata 1853 A/ Arsenal de Guerra.

¹⁶⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 23/12/1862. APMT Lata 1862 B/Arsenal de Guerra.

Dez anos mais tarde, o diretor comunica a prisão do africano Luís Segundo, *detido por ter ferido outro africano, em consequência de briga ocasionada por embriaguez*.¹⁶⁵ Um relatório de 1863 informa a quantidade de presos e a diversidade de penas a que foram condenados. Ainda que não se conheçam maiores detalhes sobre os crimes cometidos e as circunstâncias do julgamento, um rápido exame desta *relação* indica a existência de penas desiguais para crimes semelhantes e uma sentença aparentemente exagerada (a de carrinho perpétuo a um soldado por ter dado uma bofetada).

Quadro 5 - Relação de crimes e penas dos condenados presos no Arsenal de Guerra¹⁶⁶

Condenados por (número)	Pena (número)
Assassinato (10)	Carrinho perpétuo (3) Galés perpétuas (4) 10 anos de carrinho (2) 12 anos de prisão (1)
3ª Deserção Simples (14)	6 anos de prisão (14)
Sedição (4)	10 anos de prisão (1) Carrinho perpétuo (1) Galés perpétuas (2)
Disputa (1)	8 anos de prisão (1)
Ferimento (2)	1 ano de prisão (1) 4 anos de prisão (1)
Insubordinação e resistência a mão armada (1)	8 anos de prisão (1)
Roubo	8 anos de galés (3) 4 ½ anos de prisão (3) 10 anos de prisão (1)
Fuga de preso	6 anos de prisão (1) 4 anos de prisão (2)
Dar uma bofetada	Carrinho perpétuo (1)
Fuga estando cumprindo a sentença de 2ª deserção	10 anos de prisão (1)

Fonte: Anexo do Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/11/1863. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1863 D/Arsenal de Guerra.

¹⁶⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 15/03/1872. APMT Lata 1872 A/Arsenal de Guerra.

¹⁶⁶ Os números não são precisos, porque ao longo do ano chegam novos presos e alguns sentenciados terminam suas penas ou são anistiados. Dados foram compilados em ofícios e relatórios dos diretores do Arsenal de Guerra. Alguns documentos citam especificamente o número de presos em determinado ano. Para alguns anos, inferiu-se o número a partir de autorização de compras para os presos. Como exemplo, o ofício do presidente de província de Mato Grosso autorizando a compra de 39 chapéus de palha de carandá para 39 presos sentenciados. Cuiabá, 8/07/1857. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. fl. 124 verso.

A prisão (já denominada *xadrez* na correspondência oficial) era pequena e insuficiente para os presos. Inúmeros ofícios do diretor reclamam a falta de espaço – *já existem na prisão deste Arsenal 31 presos, sendo essa prisão de 57 palmos(*) sobre 30 palmos*¹⁶⁷ e a precariedade das condições higiênicas.¹⁶⁸ Além do desconforto, o pequeno número de sentinelas determinava limites a movimentação dos presos¹⁶⁹ e obrigava o uso de correntes.

Apesar disso, muitos presos que se encontravam em outras cadeias preferiam cumprir pena no Arsenal de Guerra:

Os condenados à prisão com trabalhos sujeitam-se a trabalhar em quaisquer dos Arsenais desta capital e até existem outros presos condenados à prisão que também querem se sujeitar a mesma coisa. ¹⁷⁰

Os presos trabalhavam nas oficinas quando tinham habilidade, prestavam serviços no palácio, no quartel, na polícia e ajudavam na cozinha e no cuidado dos animais.¹⁷¹ A maioria ocupava-se dos trabalhos mais penosos como limpeza de ruas e praças, córregos e rios, cemitérios; transporte de água e matérias primas. Até 1872, o transporte de matérias fecais era feito pelos presos:

Sendo a remoção das matérias fecais feita em cubos de madeira transportados a cabeça dos presos reclusos no xadrez deste Estabelecimento, rogo a V. Exa.

¹⁶⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/02/1860. APMT Lata 1860 B/Assuntos Militares.

¹⁶⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/05/1872. APMT Lata 1872 A/Arsenal de Guerra.

¹⁶⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/04/1872. APMT Lata 1872 A/Arsenal de Guerra. Ofícios do mesmo teor foram enviados em inúmeras ocasiões ao presidente de província de Mato Grosso, que lamentava não ser possível o aumento de guardas.

¹⁷⁰ Ofício do chefe de polícia ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/01/1847. APMT Lata 1847 C/Chefia de Polícia.

¹⁷¹ Mapa dos condenados a galés anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 01/08/1862. APMT Lata 1862 B/Arsenal de Guerra.

autorizar-me para mandar prontificar uma carroça com os precisos compartimentos e que deve ser puxada por animais para este serviço. ¹⁷²

Os diretores também reclamavam que a ração no valor de 140 réis determinada legalmente era insuficiente para o sustento dos presos.¹⁷³

A promiscuidade do local motivou inúmeras brigas que resultavam em ferimentos graves e sublevações.¹⁷⁴ Em 1863, o escravo da nação Higino morreu em consequência de *socos, pontapés e empurrões* dados pelo galé Laurentino Domingos Ferreira, que cumpria pena de seis anos de prisão, com trabalhos, pelo crime de deserção. Segundo os depoimentos de informantes (o escravo Luis e os ex-soldados Salvador Antonio de Pinho) e Francisco Xavier, o agressor tinha *por costume divertir-se nas horas de descanso com o preto Higino (...) [trocando] socos, pontapés e cabeçadas*. Em função da violência do *extravagante divertimento*, Higino foi vítima de congestão cerebral que lhe ocasionou a morte.¹⁷⁵

O episódio evidencia a proximidade de presos condenados a galés com outros trabalhadores, nas horas de trabalho e de descanso. Em outras ocasiões, presos embriagaram-se com suas sentinelas e chegaram a fugir juntos.¹⁷⁶ Essa proximidade incomodava o governo provincial que determinou ao diretor que escolhesse guardas para vigiar os galés encarregados da limpeza da cidade *para que*

¹⁷² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/05/1872. APMT Lata 1872 A/Arsenal de Guerra.

¹⁷³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/09/1856. APMT Lata 1856 A/ Assunto Militar. Em função da alta dos gêneros alimentícios, a diária é elevada, até o final do ano, para 280 réis. Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 19/12/1856. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 103 v.

¹⁷⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. 12/11/1862. APMT Lata 1862 B/Arsenal de Guerra.

¹⁷⁵ Parte do ajudante de diretoria anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 13/07/1863. APMT Lata 1863 C/Arsenal de Guerra.

¹⁷⁶ A ocorrência de embriaguez entre trabalhadores do Arsenal de Guerra será examinada no capítulo 7.

*não coniventes na vadiação dos presos, os faça trabalhar, não mais do que devem, porém mais do que fazem.*¹⁷⁷

Diante de condições tão precárias, até mesmo o diretor achava natural o desejo de fuga dos presos.¹⁷⁸ Os presos aproveitavam os momentos em que estavam fora do Arsenal de Guerra, cumprindo suas penas de trabalhos forçados, para fugir. Foi o caso de um preso *que achava-se com a calceta (*) na perna presa a cintura* que fugiu quando ia ao açougue buscar carne para o rancho.¹⁷⁹ Em 1847, um preso saiu para buscar água e fugiu alegando *precisar fazer necessidades*.¹⁸⁰ A documentação relata também casos de fuga de presos que transportavam azeite, água, trabalhavam na limpeza de ruas e cemitérios e até mesmo de um calceta que *aproveitou-se da confusão provocada por um afogamento*.¹⁸¹

Os menores ficam reclusos quando capturados em caso de fuga. Não há evidências de que fiquem junto aos presos adultos, mas a proximidade foi denunciada, em diversos momentos, pelo diretor do Arsenal de Guerra.

(...) proponho a V. Exa. a mudança do calabouço, que ocupa duas salas contíguas à parte do edifício em que está a Companhia de Aprendizizes menores, para uma espaçosa que servia de oficina de ferreiros, e que está colocada no fim da frente

¹⁷⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 9/01/1857. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 055.

¹⁷⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/12/1844. APMT Lata 1844 A/Arsenal de Guerra.

¹⁷⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/08/1845. APMT Lata 1845 B/Assuntos Militares.

¹⁸⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/02/1847. APMT Lata D/Arsenal de Guerra.

¹⁸¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/02/1860. APMT Lata 1860 B/Assuntos Militares.

*principal deste Arsenal, onde ficam os calcetas bem acomodados, e deixam espaço para os menores que jamais devem estar unidos a uma prisão.*¹⁸²

Em outra ocasião, que evidencia a promiscuidade, um aprendiz faltou à aula para fazer um trabalho originalmente destinado a um preso.¹⁸³

Pelo menos dois ex-aprendizes ficaram presos no calabouço do Arsenal de Guerra. A 21 de maio de 1849, o diretor comunica que

(...) pelo comandante da policia foi remetido o preso menor José Moreira, que ausentou-se sem licença a 12 de fevereiro de 1846, e achando-se com 19 anos de idade, já não pode ser admitido na Companhia de Menores Aprendizes, ordenei que fosse conservado em [ilegível] no calabouço deste Arsenal até ultteriores ordens de V. Exa. julgando o mais que suficiente para assentar praça nos corpos de 1ª linha.

184

Outro ex-menor preso é Valério de Vasconcelos Pinto. Ingressou na Companhia de Aprendizes a 10 de abril de 1850, fugiu pelo menos duas vezes. Em 1860, já soldado da Companhia de Artífices, envolveu-se em um assassinato e foi condenado a *carrinho perpétuo (*) e cumpre pena no Arsenal de Guerra.*¹⁸⁵

É em meio a essa trama complexa de relações sociais, que viviam e trabalhavam os meninos, aprendendo comportamentos e habilidades necessários ao domínio de ofícios, mas também assistindo cenas de violência e de resistência ao trabalho.

¹⁸² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/04/1850. APMT Lata 1850 D/Assuntos Militares4.

¹⁸³ Parte do pedagogo anexa ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/02/1862. APMT Lata 1862 F/Assuntos militares 02.

¹⁸⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 21/05/1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra.

¹⁸⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 16/06/1860. APMT Lata 1860 E/Arsenal de Guerra

No capítulo seguinte, procuro explicitar quem são os aprendizes para evidenciar a relação contraditória entre a população livre pobre e a política de disciplinarização desenvolvida pelo Arsenal de Guerra.

*Para visitar os mortos, o historiador precisa de algo além da metodologia, algo como um salto de fé ou uma suspensão da dúvida. Não importa quão céticos possamos ser quanto à vida futura, mas só podemos sentir humildade em relação a todas as vidas passadas. Não que eu esteja defendendo o misticismo ou o culto aos ancestrais. Tampouco estou questionando a validade da semiótica e da narratologia. Tenho certeza de que precisamos pensar seriamente sobre o que fazemos, ao tentarmos explicar a vida e a morte no passado. Mas como fazer justiça aos mortos?*¹⁸⁶

Mamede, Valério, Manoel Batista são alguns dos meninos pobres que viveram internados no Arsenal de Guerra de Mato Grosso, onde estudaram, trabalharam e construíram suas identidades sociais, ora submetendo-se ora resistindo à rígida disciplina militar.

Mamede Alves Ferreira é um exemplo do sucesso da política de disciplinarização institucional. Abandonado por sua mãe logo após seu nascimento, foi criado na Santa Casa de Misericórdia. Em 1850, ingressou na Companhia de Aprendizes Menores, iniciando uma longa carreira no interior do Arsenal de Guerra. Mancebo,¹⁸⁷ em 1853, trabalhou na oficina de torneiros, até 1862, quando foi dispensado por problemas de saúde. Retorna ao Arsenal de Guerra como mestre de

¹⁸⁶ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 19.

¹⁸⁷ Aos 16 anos, o aprendiz passava para a classe de mancebo. Aos 18 anos, assentava praça na Companhia de Artífices onde cumpria oito anos de serviço efetivo.

torneiros em 1871. Em 1884, novamente com problemas de saúde, trabalhava como ajudante de porteiro, até ser definitivamente dispensado em 1886.

Sorte diferente teve Valério Vasconcelos Pinto. Admitido a 10 de abril de 1850, fugiu a 27 de março de 1856 mas retornou voluntariamente a 22 de abril do mesmo ano. Em 1860, era mancebo na oficina de espingardeiros quando deu uma facada mortal em seu companheiro, Sabino Pedro. Condenado a *carrinho perpétuo* (*), cumpria pena de prisão no Arsenal de Guerra, quando envolveu-se em outra briga.

A escrava Antônia Maria Arcângela acreditava estar dando a seu filho, Manoel Batista, uma vida melhor ao enviá-lo ao Arsenal de Guerra em 1850. Alguns meses mais tarde, a proprietária de Antônia reclama ao presidente de província de Mato Grosso a devolução do menino escravo. A mãe contesta a pretensão, enviando documentos que provam ser seu filho livre, pois seu batizado foi registrado no livro das pessoas livres.

Seu homônimo, Manoel Domingos, órfão da guerra do Paraguai, entrou no Arsenal de Guerra, com apenas quatro anos, contrariando o regulamento. Sua avó foi reclamá-lo dois anos depois, assim que se recuperou da varíola, em outra demonstração de amor familiar às crianças.

Quatro meninos, quatro histórias de vida diferentes, escolhidas em meio a centenas de outras trajetórias, indicam a diversidade de identidades forjadas no Arsenal de Guerra. Alguns meninos submeteram-se à disciplina, tornando-se bons operários e até mesmo mestres de oficina. Outros rebelaram-se. Fugiram diversas vezes, alguns retornaram voluntariamente, outros capturados pela polícia. Vários foram transferidos para corpos militares estacionados nas áreas de fronteira devido a sua reiterada indisciplina. Poucos se envolveram em situações de furto e de homicídio, ousando transgredir de forma mais radical a ordem social que o governo imperial tentava impor aos homens livres pobres.

Alguns meninos foram enviados por suas mães certas de que estavam lhes reservando um futuro melhor, num gesto de amor materno. Outras mães – em nome desse mesmo amor – reivindicaram a devolução de seus filhos indevidamente encaminhados pela polícia ou porque a melhoria de suas condições de vida lhes permitiu reconstituir a família.

Repetindo Darnton, como fazer justiça aos mortos? Como resgatar suas experiências de vida sem reduzi-las a dados estatísticos ou a casos pitorescos? Este capítulo pretende descrever as normas de admissão de menores ao Arsenal de Guerra, não se limitando aos textos legais,¹⁸⁸ mas a partir da documentação oficial resgatar como tais normas foram vivenciadas de forma, às vezes, contraditória pela população livre pobre.

A Companhia de Aprendizes Menores começou a funcionar no Arsenal de Guerra de Mato Grosso em 1842, quando foram admitidos onze menores. É possível inferir este dado, porque o primeiro menor que ingressa no ano seguinte (25/01/1843), Cândido Porfírio, recebe o número de matrícula 12. Dos onze que ingressaram no primeiro ano de funcionamento, sabe-se o nome de nove, dos quais restavam cinco menores no início de dezembro de 1842.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Faria discute a importância da legislação como fonte para a história da educação, desde que não se caia na armadilha reducionista representada pela lei como reflexo especular da vontade ou das propostas da classe dominante para a educação e, no mesmo tom, daquelas concepções que entendem a legislação como simples explicitação formal de uma política educacional. FARIA FILHO, Luciano M. de. “A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação”. In: _____ (org.) *Educação, modernidade e civilização*. Fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125. Saviani, na década de 1970, já alertava também para os riscos da análise da legislação que enfatiza o ideal em detrimento do real, tomando o dever ser pelo ser, a norma pelo fato, para defender a tese de que *para se compreender o real significado da legislação, não basta ater-se à letra da lei; é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas*. SAVIANI, Dermeval. “Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis nos. 5.540/687 e 5.692/71”. In: _____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 134.

¹⁸⁹ O diretor do Arsenal de Guerra encaminhava mensalmente ao presidente de província de Mato Grosso relações de menores matriculados, com algumas informações – nome, data de matrícula, filiação e procedência. De 1842 a 1848, o pedagogo elaborava relações nominais, listando todos os menores por ordem de matrícula,

(As notas continuam na próxima página)

A partir da correspondência entre os diretores do Arsenal de Guerra e os presidentes de província, guardada em latas e registrada em livros no Arquivo Público de Mato Grosso, foi possível reconstituir uma lista de 332 menores admitidos, de 1842 a 1880.

Inicialmente o número de aprendizes admitidos nos Arsenais de Guerra provinciais era determinado pelo presidente de província, *à vista da consignação decretada para as despesas dos ditos Arsenais e do número e importância das suas oficinas.*¹⁹⁰

O Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842, determinou em seu artigo 1º que:

*O estado efetivo das Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra não poderá exceder o número de praças correspondente à soma, que for decretada na Lei do Orçamento para despesa das mesmas Companhias.*¹⁹¹

Em Mato Grosso, as vagas totalizaram 25, até 1850, quando o número foi elevado para 50, com a admissão de 31 menores, provocando problemas com a lavadeira de roupas *que reclama do número excessivo de peças e pede aumento do preço do serviço de oito mil réis para vinte mil réis mensais.*¹⁹²

anotando também o grau de adiantamento na instrução e comportamento na oficina, entre outras informações. Para o ano de 1842, foram localizadas apenas as relações de outubro e de dezembro. APMT Lata 1842 A/Assuntos Militares.

¹⁹⁰ Artigo 28 do Regulamento para a administração geral dos Arsenais de Guerra provinciais e armazéns de depósitos de artigos bélicos, anexo ao Decreto de 21 de fevereiro de 1832. (Dá regulamentos para o Arsenal de Guerra da Corte, Fábrica da Pólvora da Estrela, Arsenais de Guerra e Armazéns de depósitos de artigos bélicos. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. 3 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 49

¹⁹¹ Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842. *Coleção das leis do Império do Brasil*, 1842, tomo V, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843. p. 1.

¹⁹² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/04/1850. APMT Lata 1850D/ Assuntos Militares 04.

Alguns dias depois, o diretor reclama que *há urgente precisão de cômodos para a Companhia de Aprendizes Menores deste Arsenal pelo elevado número do seu estado efetivo em comparação do que anteriormente existia (...)*.¹⁹³

Apesar da precariedade de instalações, já em 1856, o diretor do Arsenal de Guerra pedia aumento do número de vagas, alegando que faltavam aprendizes para serem distribuídos aos mestres, procedentes do Rio de Janeiro, que, conforme exigiam os contratos de trabalho, deveriam prepará-los para substituí-los futuramente.¹⁹⁴

Além da falta de discípulos para atender os mestres das oficinas, a demanda de matrículas pelas famílias pobres levou os presidentes de província de Mato Grosso a reivindicarem aumento de vagas, em diversas ocasiões:

Na Companhia de Aprendizes Menores as vagas que por diversas circunstâncias se dão, são pela pobreza desvalida esperadas com ansiedade, como V. Exa. não ignora, tanto que se ela for elevada ao dobro do seu estado completo seriam preenchidas imediatamente (...).¹⁹⁵

O número de vagas foi aumentado para 100 somente em 1858,¹⁹⁶ mas esse total somente foi preenchido após 1867,¹⁹⁷ certamente pela falta de espaço físico.

¹⁹³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/04/1850. APMT Lata 1850D/ Assuntos Militares 04.

¹⁹⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/01/1856. APMT Lata 1856 A/Assuntos Militares 01.

¹⁹⁵ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/12/1856. APMT Lata 1856 A/Assunto Militar.

¹⁹⁶ Aviso do Ministério da Guerra de 17 de julho de 1858 autoriza o presidente de província de Mato Grosso a elevar para cem o número de aprendizes menores do Arsenal de Guerra. Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 6/10/1858. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fl. 26v.

¹⁹⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/11/1867. APMT Lata 1867 B/Assuntos Militares 02.

Em 1879, aviso do Ministério da Guerra reduz novamente o número de vagas para 50.¹⁹⁸ Já em 1881, o presidente de província de Mato Grosso lamentava a redução de vagas:

*Esta bela instituição de aprendizes pobres, que em outras províncias tem produzido tão bons frutos, precisa nesta ser alargada com a admissão de maior número de menores. O número marcado de menores para serem matriculados nesta mesma Companhia é apenas de cinqüenta, quando existe na província uma quantidade imensa desses enjeitados da fortuna que tem direito a uma educação profissional e moral.*¹⁹⁹

Inúmeras representações foram encaminhadas pelos presidentes para solicitar aumento de vagas, sem sucesso.²⁰⁰

Em 1884, a reivindicação é reiterada:

*É de lamentar que o número destes [aprendizes artifices] não se eleve a 100, porque ali encontram os meninos desvalidos todos os meios de receberem educação e de virem a ser úteis a si e a pátria. Já representei neste sentido ao governo, mas respondeu-me que não havia verba.*²⁰¹

As expressões utilizadas pelas autoridades provinciais – *enjeitados da fortuna, meninos desvalidos* – evidenciam o papel que atribuíam à educação

¹⁹⁸ Relatório com que o general barão de Maracaju, presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de outubro de 1880. APMT. Livro 13.

¹⁹⁹ Fala com que o Exmo. Sr. vice-presidente tenente coronel José Leite Galvão abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura seguida do relatório com que o Exmo. Sr. general barão de Maracaju, ex-presidente de província de Mato Grosso, pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléia no dia 3 de maio de 1881. APMT. Livro 16. p. 19

²⁰⁰ Relatório com que o Exmo. Sr. coronel dr. José Maria de Alencastro, presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da respectiva Assembléia no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá: Typ. de J. J. R. Calhao, 1882. APMT. Livro 17. p. 57

²⁰¹ Fala com que o Exmo Sr. general Barão de Batovy abriu a sessão da 25ª legislatura da Assembléia Provincial de Mato Grosso, em 1º de outubro de 1884. APMT. 1884. Livro 20. p. 46

profissional – a de tentar corrigir as desigualdades provocadas pela sorte, dissimulando os mecanismos de discriminação provocados pela ordem escravista.²⁰²

O número de matrículas por ano variou muito porque dependia da existência de vagas que se abriam com a exclusão de menores fugitivos ou com a passagem de aprendizes para mancebos. Destacam-se como anos de maiores entradas, os de 1850 (31 matrículas), 1864 (29), 1859 (25), 1872 (21) e 1865 (20), conforme se verifica pelo quadro seguinte.

²⁰² Sobre a função ideológica das concepções que atribuem à educação o papel de equalização de oportunidades na sociedade capitalista, ver CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social*. 6. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

Quadro 6 - Número de menores admitidos no Arsenal de Guerra por ano

Ano	Número
1842	11
1843	15
1844	7
1845	0
1846	3
1847	5
1848	3
1849	11
1850	32
1851	1
1852	1
1853	8
1854	5
1855	0
1856	0
1857	18
1858	14
1859	25
1860	15
1861	10
1862	06
1863	12
1864	29
1865	20
1866	2
1867	1
1868	4
1869	7
1870	17
1871	3
1872	21
1873	16
1874	1
1875	1
1876	4
1877	2
1878	1
1879	0
1880	1
	332

Fonte: Correspondência entre presidentes de província de Mato Grosso e diretores do Arsenal de Guerra. Vide nota 203.

²⁰³ Esta tabela é o resumo de um banco de dados que reúne as informações disponíveis sobre os menores recolhidas na correspondência oficial entre presidentes de província de Mato Grosso e diretores do Arsenal de Guerra. Ao ser matriculado na Companhia de Aprendizes, cada menor recebe um número. Graças a esse rigor,

(As notas continuam na próxima página)

O regulamento de 1832 determinava que só podiam ser aceitos no Arsenal de Guerra:

1º Os expostos da Santa Casa da Misericórdia.

2º Os órfãos indigentes.

3º Os filhos de pais nimamente pobres. ²⁰⁴

Em 1837, novo decreto regula o modo de admissão dos aprendizes menores nas oficinas do Arsenal de Guerra, determinando a idade de ingresso – 8 a 12 anos – e exigindo autorização do Ministério da Guerra. ²⁰⁵

O regulamento de 1842 incluiu entre os que podiam ser admitidos *os menores, que viverem abandonados sem superior, que vele na sua educação*²⁰⁶ e exigiu um tutor que indenizasse as despesas de manutenção e de educação do aprendiz, caso o mesmo fugisse ou fosse excluído da Companhia.²⁰⁷

O texto legal trazia anexas as Instruções para execução do Regulamento, detalhando o complexo procedimento para o ingresso do menor no Arsenal de Guerra. O interessado devia dirigir um requerimento ao presidente de província ou pedir a alguma pessoa alfabetizada que o redigisse, anexar atestado de batismo para comprovar idade, providenciar um tutor que se responsabilizasse pela indenização de despesas do menor. ²⁰⁸ Nada comparável ao ato de deixar uma

foi possível reconstruir o livro de matrículas da Companhia de Aprendizes, reunindo no banco de dados informações sobre filiação, fugas, doenças, adiantamento na instrução e comportamento nas oficinas. O livro original de matrículas, previsto na legislação, não foi localizado nos Arquivos consultados em Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro.

²⁰⁴ Decreto de 21 de fevereiro de 1832. p. 37, 38 e 49.

²⁰⁵ Decreto de 29 de dezembro de 1837. Citado por FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986 (vol. 2) p. 156-158.

²⁰⁶ Artigo 2º do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842.

²⁰⁷ Artigo 4º do mesmo regulamento.

²⁰⁸ Artigo 1º e 2º das Instruções anexas ao Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842. p. 4 e 5.

criança na roda de expostos, que não exigia qualquer formalidade. Apesar das exigências burocráticas, a solicitação de matrículas sempre foi superior ao número de vagas, evidenciando que, apesar da extrema pobreza, a população conseguia superar essas dificuldades para enviar seus filhos ao Arsenal de Guerra e tentar dar-lhes um futuro melhor.

Pelo regulamento, somente meninos órfãos, abandonados e pobres podiam ser admitidos no Arsenal de Guerra. As primeiras relações mensais enviadas pelos diretores do Arsenal de Guerra eram bastante detalhadas, citando números de matrículas, nomes, idade, data de ingresso, filiação, naturalidade, entre outros dados. Posteriormente, as relações tornaram-se mais resumidas e, somente em alguns casos, a correspondência do presidente de província encaminhando solicitação de matrícula referia-se à filiação ou a situação do menor para justificar o ingresso.

Dos 26 menores matriculados na Companhia de Aprendizes desde o início de seu funcionamento até outubro de 1843, foi possível recuperar informações sobre a filiação de 19 meninos dos quais 10 são crianças abandonadas em casas de famílias, que as encaminharam para o Arsenal de Guerra. Outros três meninos são identificados como órfãos. Cinco matriculados são filhos de homens *nimiamente pobres e sem meios de os alimentar e educar*. Apenas um é identificado como filho de mulher pobre – aparentemente solteira.²⁰⁹

O fato de a roda de expostos ter sido pouco usada em Cuiabá²¹⁰ não significou ausência de abandono de crianças mas que, na maioria das vezes, as mães pobres preferiam abandonar seus filhos em casas de famílias – as quais também

²⁰⁹ Relação dos menores recebidos neste Arsenal de Guerra anexa ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/05/1843. APMT Lata 1843 B/Arsenal de Guerra.

²¹⁰ Cf. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*. Op. cit. p. 52-3. Ver também MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 144

nem sempre tinham condições de criar os meninos, preferindo enviá-los ao Arsenal de Guerra quando atingiam a idade legal.

Durante os 47 anos, que durou a Companhia, dezenas de mães (viúvas ou solteiras) encaminharam solicitações de matrículas para seus filhos, alegando pobreza.²¹¹

Examinando a relação de menores admitidos até 1880 destacam-se mães que encaminharam mais de um filho ao Arsenal de Guerra. A maioria delas num único dia. Mas, em outros casos, como o de D. Maria Leocádia Ribeiro (viúva de Apolinário de Oliveira Gago), o intervalo foi de doze anos: o primeiro filho Antônio Augusto foi admitido em 22 de setembro de 1847, o segundo João Capistrano, a 3 de julho de 1848 e o último filho Joaquim em 8 de fevereiro de 1859.

D. Matilde Camila de Cristo, viúva do capitão Francisco José de Araújo Ramos, foi obrigada a insistir na admissão de seus filhos. São vários requerimentos, inclusive com atestados do pároco corrigindo idade suposta de seus filhos de modo a cumprir com as exigências legais. Ao final de três meses, D. Matilde tinha conseguido matricular seus filhos Espiridião (11/10/1849), José Mariano (17/10) e Antônio José (15/12).

Antônia da Silva Rondon, viúva de Paulo Pires, teria abandonado seus três filhos Francisco, João e Pedro – matriculados no Arsenal de Guerra em 28 de janeiro de 1843 – mas em março de 1845 dirige requerimento ao presidente de província de Mato Grosso pedindo a devolução de um dos filhos, João. Aparentemente suas condições de vida melhoraram, pois Antônia indenizou o

²¹¹ O primeiro requerimento localizado no APMT data de 1847. É o Requerimento de Benedita de Jesus pedindo admissão de seu filho na Companhia de Aprendizes Menores anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 13/02/1847. O presidente de província de Mato Grosso despacha favoravelmente em 12 de abril, sem citar nome (deve ser Policarpo do Nascimento). APMT Lata 1847D/Arsenal de Guerra.

Arsenal de Guerra pela *despesa de 186\$339 réis com vestuário, calçado e alimentos efetuada com o menor*.²¹²

Em outra situação, a morte prematura da mãe faz a família encaminhar os órfãos ao Arsenal de Guerra. É o caso de Antônia da Costa Viana cujos filhos Antônio e João são entregues ao Arsenal em fevereiro e março de 1857, respectivamente.²¹³

Em outros casos, os documentos não informam o motivo do envio dos meninos ao Arsenal de Guerra. Supõe-se que seja a extrema pobreza. É o caso de João Garcia Leal e Antônio Garcia Leal, filhos de mãe incógnita, matriculados a 6/3/1844; Antônio Eugênio, José Leite da Silva e Ciriaco Leite, filhos de Manoel Leite e Maria Antônia, admitidos a 16/10/1846; Caciano e João Francisco de Sales, filhos de Ana Antônia do Espírito Santo, a 15/12/1848; Manoel, Luís e João de Moura, filhos de Januária de Moura, a 1/02/1850; Lúcio Gonçalves da Silva e Joaquim Timóteo da Silva, filhos de Maria Hedvirges de Jesus, a 28/05/1857; Benedito, Estevão e Joaquim, filhos de Francisca Maria de Jesus, a 27/12/1858; Jerônimo e João, filhos de D. Augusta Rosa Nunes de Albuquerque, a 22/06/1859; José e Francisco, filhos do finado Joaquim Corrêa da Costa e Maria das Dores, a 5/12/1860; Isidoro e João Amaro, filhos de Marcelino dos Santos e D. Gertrudes Maria Ferreira a 4/01/1864; Raimundo e Laurindo Nonato Bueno, filhos de Maria Jacinta da Conceição a 16/02/1864 e finalmente, José Felipe Messias e Antônio Maria do Espírito Santo, filhos de Bibiana Maria de Jesus, em 1865.

²¹² A informação de que a mãe quitou a despesa consta de despacho manuscrito no alto do Requerimento de Antônia da Silva Rondon. Cuiabá, 13/03/1845. APMT Lata 1845 A/Instrução Pública. Ofício do ajudante de diretor ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/03/1845. APMT Lata 1845 A/ Documentos Militares.

²¹³ Ofícios do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 19/02/1857 e 2/03/1857. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fls. 110 v. e 112.

Pelo menos 16 mães ou familiares entregaram mais de uma criança ao Arsenal de Guerra. Há também o caso de Pedro, José e João, filhos do indigente José Querino Pires de Miranda – provavelmente enviados pela polícia e matriculados na Companhia de Aprendizes a 24 de julho de 1860.

Da relação de mulheres que enviaram seus filhos ao Arsenal de Guerra, apenas nove são tratadas como Dona – sinal de condição social mais elevada.²¹⁴ Três foram casadas com militares de certa patente: D. Matilde, viúva do capitão Francisco José de Araújo Ramos, D. Clementina, do major reformado Manoel Benedito da Anunciação e D. Maria Madalena de Almeida, casada com o tenente Luis Zeferino Moreira já falecido. Outras quatro mulheres tratadas como donas são casadas legalmente (os filhos têm o sobrenome do pai): D. Maria Leite de Mesquita casada com Antônio Teodoro de Siqueira, D. Maria Leocádia Rebelo, viúva de Apolinário de Oliveira Gago, D. Tereza Maria da Transfiguração, esposa de Luís Rodrigues de Sampaio e D. Gertrudes Maria Ferreira, casada com Marcelino dos Santos. Entre as donas, destacam-se duas que requerem o ingresso de seus filhos sem mencionar o nome dos pais dos meninos: D. Antônia que matriculou seu filho, Manoel José de Arruda (14/06/1869) e D. Augusta Rosa Nunes de Albuquerque, que encaminhou dois filhos, Jerônimo e João (22/06/1869).

Outras mulheres que encaminharam filhos não são tratadas como dona. Não há menção a nomes de pais, ou quando há menção, os sobrenomes não coincidem. Isso nem sempre pode ser interpretado como indício de ilegitimidade, pois não havia no período lei civil fixando normas sobre o assunto:

Qualquer um podia batizar seus filhos com os nomes da mãe ou dos avós. Irmãos tinham às vezes sobrenomes diferentes e as mulheres não adotavam os nomes dos

²¹⁴ Quem chamou minha atenção para o diferencial de condição social atribuído pela designação Dona foi PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império*. São Paulo, Contexto, 2003. Originalmente tese de doutorado intitulada *Farda, saias e batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-90)*. Curitiba: UFPR, 1997.

*maridos. Também parecia ser relativamente fácil trocar de sobrenome. (...) As regras atualmente em vigor nessa matéria só foram fixadas em nosso país pelo Código Civil de 1916.*²¹⁵

Outros meninos foram encaminhados pelas famílias pobres, ou sem condições de criá-los pela morte prematura da mãe ou do pai:

Antônia Rosa, moradora desta cidade, requer a V. Exa. a graça de mandar admitir na Companhia de Aprendizizes Menores a seu irmão José Anselmo de Moraes, por ser desvalida e sem meios de o educar convenientemente (...). É órfão de pai e mãe (...).
216

O envio dos meninos por suas próprias mães não deve ser interpretado como indício de indiferença, mas como falta de condições econômicas para educá-los. Assim como Antônia, várias outras mães solicitaram a devolução de seus filhos porque a melhoria de vida lhes permitia reconstituir a família ou o crescimento do menino já o possibilitava ajudar no sustento da casa.

Como prova de amor materno, várias mães protestaram contra a captura de seus filhos pela polícia. Em 1870, uma mãe encaminhou ao presidente de província de Mato Grosso requerimento reclamando que *dois filhos foram apreendidos pela polícia e entregues a Companhia de Aprendizizes*. O processo anexa ainda atestado de batismo e certidão de bom comportamento dos meninos.²¹⁷

Quando a situação era inevitável, as mães preferiam que seus filhos ficassem no Arsenal de Guerra a serem enviados a outros corpos militares ou ao Arsenal da Marinha em Ladário.²¹⁸

²¹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe. "Vida privada e ordem privada no Império". In: _____ (org.) *Império: a corte e a modernidade nacional*. História da vida privada no Brasil, 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.55

²¹⁶ Requerimento de Antônia Rosa, anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/03/1850. APMT Lata 1850 D/ Assuntos Militares.

²¹⁷ Requerimento e documentos anexos ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 20/02/1870. APMT Lata 1870 D/Arsenal de Guerra.

²¹⁸ No sistema de medidas atual, a distancia corresponde a 417 quilômetros de distância de Cuiabá.

Maria da Silva Rondon, viúva do finado Manoel Quirino Paes. residente na Freguesia de São Gonçalo de Pedro 2º, que vive muito pobremente do mesquinho produto do seu trabalho e de suas três filhas que moram juntas e honestamente. tem um filho de idade de doze anos, de nome Antônio da Silva Rondon, que lhes ajudava saindo a vender os objetos que fabricam para trazer o alimento desse dia.

O documento, além de descrever como sobrevive uma família pobre e a importância do trabalho infantil, informa que o menino foi recolhido pela polícia a 19 de agosto e encaminhado a Companhia de Aprendizes Marinheiros, onde, conforme alega a mãe, *não há esperanças de um futuro lisonjeiro, porque o homem ali educado apenas pode ser bom marinheiro, o que seu filho jamais poderá ser por ter a clavícula fraturada do lado direito (...).*

Após alegar a falta que lhe faz o filho que lhe foi tirado, e sua incapacidade física, a mãe suplica: *procurando melhorar a sua sorte e a de seu filho, vem submissa e respeitosamente pedir a V. Exa. para que se digne por graça especial, ou antes por um ato de caridade, ordenar que lhe seja restituído o referido seu filho (...).*

Como último argumento, sugere: *quando isso não possa ser, ao menos seja ele transferido da Companhia de Aprendizes Marinheiros para a de Menores do Arsenal de Guerra, porque ali, embora a suplicante sinta a falta dos seus serviços, ao menos resta-lhe a consoladora esperança de que com a educação que perceber neste estabelecimento pode ficar habilitado para poder ser útil a si, a sua família e à nação.*²¹⁹

A argumentação foi convincente. Antônio da Silva Rondon foi admitido no Arsenal de Guerra a 5 de julho de 1871.²²⁰

²¹⁹ Requerimento de Maria da Silva Rondon. Cuiabá, 01/07/1871. APMT Lata 1871 C/Requerimentos.

²²⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 5/07/1871. Livro de Registro da Correspondência Oficial entre a presidência da província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1869-1871). APMT Livro 243 fl. 64.

Até mesmo desconhecidos, condoídos, encaminham menores ao Arsenal de Guerra:

*Ontem às duas horas da tarde, o oficial de espingardeiros José Moreira de Godói apresentou-me um menino de idade de 8 a 9 anos mais ou menos de nome Joaquim, dizendo que sua mãe achando-se moribunda na rua do Mundêu desta cidade, mandou-me entregar para ser admitido por esmola na Companhia de Aprendizizes Menores; e examinando do dito Moreira o nome de tal mulher e o seu estado, disse-me que não a conhecia e que somente a viu quando foi chamado para lhe pedir a condução do menino, fiquei bastante compungido, e ordenei que fosse alimentado no rancho dos aprendizes menores até obter mais exatas informações; hoje, porém, soube pelo mesmo Moreira, que a tal mulher chama-se Eugênia Pinto de Arruda, viúva pobre sem meios, e que se acha quase a expirar, sem ter pessoa que trate da educação de seu filho; nesta conjuntura recorro a V. Exa. para que se digne mandar que aquele menino seja admitido na Companhia de Aprendizizes Menores deste Arsenal a vista do seu lastimoso estado e do abandono em que está.*²²¹

Foram matriculadas também crianças expostas – denominação dada às crianças abandonadas nas igrejas, casas de famílias²²² e em rodas especialmente criadas nos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia.²²³

²²¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/04/1850. APMT Lata 1850 D/ Assuntos Militares.

²²² Os relatórios dos presidentes de província de Mato Grosso referem-se a pouca utilização da roda dos expostos em Cuiabá: (...) *desde muitos anos a roda dos enjeitados não tem recebido uma só criança, entretanto que por vezes tem-se exposto recém-nascidos na porta de casas particulares*. Discurso recitado pelo Exmo. Sr. presidente de província de Mato Grosso, capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851. APMT. Relatórios do presidente da província 1841 – 1851. Livro 01. Fl. 172v. Ou ainda: *Há mais de um ano a roda de expostos não tem recebido uma só criança, o que manifesta bastante moralidade no povo desta capital*. Fala do presidente de província de Mato Grosso, José da Silva Guimarães, dirigida a Assembléia Legislativa Provincial, a 1º de março de 1841. APMT. Registro das falas presidenciais apresentadas a Assembléia Legislativa Provincial (1841-1851). Livro 02. Fl. 18v.

²²³ Sobre a Roda dos expostos em Cuiabá, ver NOVAIS, Sônia Maria de Oliveira. *Perfil da infância cuiabana (1834-1870)*. Cuiabá, UFMT, 1997 (monografia de conclusão de curso de graduação em História). Além de VOLPATO e MARCÍLIO, citadas na nota 26, ver também GONÇALVES, Margareth de Almeida. “Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista”. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/ Ed. UFRJ, 1987, p. 37-52. PRIORE, Mary del (org.). *História da criança no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992. MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884)*. Contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. São Paulo: USP, 1972 (tese de doutoramento).

O caso mais interessante é o de Mamede, exposto e criado na Santa Casa até a idade de 7 anos, quando foi encaminhado ao Arsenal de Guerra (1850),²²⁴ onde foi aprendiz, artífice, mestre de oficina e ajudante de porteiro.²²⁵

Outros menores abandonados foram encaminhados pela polícia que os encontrou perambulando pelas ruas de Cuiabá ou por outras autoridades municipais:

*Desejando quanto antes providenciar sobre a sorte de Benedito Siqueira, de idade de onze anos mais ou menos, órfão de pai e mãe, que me fora remetido do 4º distrito desta cidade pelo respectivo subdelegado com alguns poucos bens, que ficaram pelo falecimento de sua mãe Gertrudes Cipriana de Siqueira, tomei a resolução de enviá-lo a V. Exa. a fim de que com suas respeitáveis ordens seja ele admitido entre os menores existentes no Arsenal de Guerra. Não devo admitir a V. Exa. que o referido menor apresenta grande repugnância em ir para este estabelecimento a ponto de se ter evadido de minha casa em ocasião em que dele fazia entrega a seu respectivo tutor e curador, sendo por isso talvez necessário que ele seja ali conservado debaixo de vigia.*²²⁶

Em 1881, relatório da Polícia informa que de princípios de setembro do ano passado, até o presente, tem sido remetidos por esta chefatura para o Arsenal de Guerra desta capital para fazerem parte da Companhia de Aprendizes Menores os seguintes meninos: Manoel Gaudie Nunes, Manoel Ricardo de Oliveira, Pedro Francisco, José Manoel Gomes, Vicente Antônio Gomes, João Marques Papa

²²⁴ Em 1846, o presidente de província de Mato Grosso refere-se a um menino exposto na Santa Casa, *que por ser de mui débil constituição, ainda não entrou para a Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra*. Discurso recitado pelo Exmo. presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de junho de 1846. APMT. Relatórios do presidente da província 1841 – 1851. Livro 01. Fl. 72 v. *Dos três expostos que estavam a cargo das obras pias, mandei o menino para a Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra (...)*. Discurso recitado pelo Exmo. Sr. presidente de província de Mato Grosso, coronel João José da Costa Pimentel, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1850. APMT. Relatórios do presidente de província (1841-1851). Livro 01. Fl. 145.

²²⁵ Sobre Mamede Alves Ferreira, ver BARROS, Angelina A. Rosa. *Mamede, fragmentos de uma vida*. Cuiabá: UFMT, 1997 (monografia de conclusão de curso de graduação em História).

²²⁶ Ofício do juiz municipal de órfãos, Ayres Augusto de Aratújo, ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/04/1847. APMT Lata 1847 D/ Juiz Municipal.

Santiago, Gabriel Ferreira da Silva, Luciano Ângelo, Antônio Máximo dos Santos, Lino de Tal, Crispim Amaro de Souza. ²²⁷

No ano seguinte, a mesma informação se repete. Foram enviados pela polícia ao Arsenal de Guerra os menores Manoel Sotero Jorge, Artur Martins de Barros, Emídio de Tal, Tomás da Cruz, Virgínio Sebastião da Silva e Francisco Ferreira Mendes. ²²⁸

Segundo o artigo 2º do regulamento no 113, de 3 de janeiro de 1842, nenhum menor poderá ser alistado nas sobreditas Companhias antes de oito anos de idade, nem depois que houver completado doze. ²²⁹

A idade do menor era comprovada por meio de certidão de batismo que deveria ser anexada ao requerimento de matrícula. Na ausência do documento, o diretor do Arsenal de Guerra pedia ao pároco da Sé para que atestasse a idade provável, *segundo sua consciência*.

Por exemplo, em 5 de dezembro de 1849, o cura da Sé informa que Luisa Maria Ferreira, mulher de Joaquim de Souza Neves, *é bastante pobre, ainda mais por se ver abandonada por seu dito marido; e por esta forma sem um justo meio de dar uma (ilegível) educação, outrossim certifico-lhe que o menor Eusébio, filho da sobredita, apenas terá dez a onze anos, é o que tenho o sumo prazer de significar a V. S.* ²³⁰

²²⁷ Relatório da Polícia anexo ao Relatório com que o Exmo. Sr. General Barão de Maracaju pretendia abrir a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 3 de maio de 1881. Cuiabá: Typ. de J. J. R. Calhao, 1881. APMT. Livro 16. p. 19

²²⁸ Relatório com que o Exmo. Sr. coronel dr. José Maria de Alencastro, presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da respectiva Assembléa no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá: Typ. de J. J. R. Calhao, 1882. p. 8.

²²⁹ Regulamento n° 113, de 3 de janeiro de 1842. p. 1.

²³⁰ Documento anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/12/1849. APMT Lata 1949 E/Arsenal de Guerra.

Em outras ocasiões, o cura alegou desconhecer a mãe e o filho. Foi o caso de Bernardina Brito de Oliveira e seu filho Joaquim. Em ofício encaminhado ao diretor do Arsenal de Guerra, o cura da Sé, Manoel Gomes, informa: *em benefício da mocidade desvalida (...) certifico não ter conhecimento da dita Bernardina, assim de seu filho Joaquim, e nem em meu rol de população a encontrei, talvez seja de alguma família vinda de fora desta cidade.* ²³¹ Joaquim, no entanto, foi matriculado sob o nº 54 a 15 de dezembro.

Em outra situação, o cura da Sé avaliou as idades de dois meninos e depois admitiu ter se equivocado. Foi o que ocorreu com os filhos de D. Matilde Camila de Cristo que, após matricular seu filho mais velho, Espiridião (deveria ter 12 anos, porque em 1853 passa a mancebo adido a Companhia de artífices²³²), solicita a matrícula de mais dois filhos, José e Antônio, *sem instruir a petição com a certidão de batismo por falta de meios de obter da vila de Diamantino.* Por isso o diretor dirigiu-se oficialmente ao cônego cura da Sé, pedindo-lhe que declarasse, *segundo sua consciência, a idade provável dos ditos menores.* Pela resposta dada pelo cônego, o diretor conclui que *o menor Antônio não pode ser admitido, por falta da idade marcada no art. 2 do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842.* O presidente de província de Mato Grosso determinou que se nomeasse tutor ao mais velho e aprovou sua admissão a 17 de novembro.

Aparentemente, sua mãe não se conformou com a decisão, pois enviou novo requerimento ao presidente de província de Mato Grosso, anexando outra declaração do cura da Sé acerca da idade do filho Antônio, corrigindo informação anterior:

²³¹ Ofício do cura da Sé, Manoel Gomes, ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 24/11/1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra.

²³² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso, Cuiabá, 13/01/1853. Lata 1853 A/Arsenal de Guerra.

*(...) tenho a declarar-lhe que (...) aconteceu lembrar-me de um equívoco, que foi considerar o mais velho Antônio com a idade de seis a sete anos, tendo aliás dez; e o de nome José, sete a oito anos, que justamente tem, e como é me sensível ter acontecido o ato supra referido, por isso e que de novo afirmo a V. S. ter o sobredito menor dez anos (...).*²³³

Antônio foi admitido na companhia a 15 de dezembro. O caso evidencia o esforço da mãe de superar as barreiras burocráticas para matricular seu filho.

O critério de idade nem sempre foi cumprido: doze menores com mais de 12 anos foram admitidos, no período de 1842 a 1848.²³⁴ Era comum também a prática de *considerar encostado à Companhia de Aprendizizes o menor até que complete a idade exigida pelo dito regulamento para poder ser matriculado.*²³⁵

Caso mais curioso de desrespeito ao critério de idade é o de Manoel Domingos, que ficou órfão durante a epidemia de varíola em Cuiabá em 1867 e foi admitido no Arsenal de Guerra, com a idade de quatro anos, conforme alega sua avó. O diretor contesta a informação, dizendo que o menino tinha oito anos, conforme registro no livro de matrícula.²³⁶

Apenas menores livres podiam se matricular na Companhia de Aprendizizes Artífices, ainda que tal exigência não estivesse prevista no Regulamento de 1842. Tal proibição se evidencia quando D. Genoveva Rodrigues Duarte envia requerimento ao presidente de província de Mato Grosso, *em que se queixa de ter*

²³³ Declaração do cura anexo ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/11/1849. APMT Lata 1849 E/ Arsenal de Guerra.

²³⁴ CRUDO, Matilde A. A resistência infantil ao ensino de ofícios: as fugas da Companhia de Aprendizizes Menores (Cuiabá, 1842-48). *Revista Educação Pública*. Cuiabá: EdUFMT, v. 4, n. 5. Jan./jun. 1995. p. 272-280)

²³⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 20/01/1864. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 54 v.

²³⁶ Ver mais detalhes sobre a história de Manoel Domingos na p. 115

*sido admitido na Companhia de Aprendizizes Menores deste Arsenal Manoel com sobrenome de Batista contra o art. 3º Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842, por estar Manoel e Antônia sua mãe ainda respondendo a uma ação pendente de escravidão, e por isso depositados desde 5 de fevereiro de 1844 (...).*²³⁷

O presidente de província de Mato Grosso encaminha favoravelmente o requerimento de Genoveva e pede ao diretor do Arsenal de Guerra que exclua o menor Manoel Batista da Companhia de Aprendizizes menores.

O diretor do Arsenal de Guerra não concordou com esta decisão e encaminhou ao presidente de província de Mato Grosso parecer do padre José Jacinto da Costa e Silva, tutor do menor e do juiz de órfãos, Henrique José Vieira. O tutor informa que seu afilhado é livre, pois *o assento de batizamento foi feito no livro das pessoas livres* e questiona o argumento de D. Genoveva, alegando que Manoel *não pode de forma alguma ser considerado escravo.* ²³⁸

O juiz de órfãos suplente Henrique José Vieira informa que a liberdade do referido do menor está na verdade posta em litígio desde 6 de dezembro de 1844, mas questiona a pretensão ao alegar que os argumentos do tutor justificam a liberdade do referido menor e a de sua mãe. ²³⁹

Aparentemente D. Genoveva conseguiu recuperar mais um escravo. A última informação sobre Manoel Batista revela que foi hospitalizado a 28 de junho

²³⁷ Requerimento não localizado. Citações retiradas do ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 3/03/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra. Não há o livro de registro da correspondência da presidência ao Arsenal de Guerra relativo ao ano de 1851.

²³⁸ Ofício do padre José Jacinto da Costa e Silva ao presidente de província de Mato Grosso, Augusto Leverger. Cuiabá, 28/03/1851. Anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra de 3/03/1851 já citado.

²³⁹ Ofício do juiz de órfãos suplente, Henrique José Vieira, ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 6/03/1851. Anexo ao ofício do diretor de 3/03/1851 já citado.

com sarampo, tendo recebido alta a 2 de julho de 1851.²⁴⁰ As listas de aprendizes que podem passar a mancebo do ano de 1856, quando Manoel teria completado 16 anos, não incluem seu nome. Não há registro de fuga.²⁴¹ Em 1857, também ocorre a admissão de Augusto Soares, liberto, filho de Lucinda, escrava de Maria Teresa Guimarães e Silva.²⁴²

Crianças indígenas – também não previstas pela lei – foram internadas no Arsenal de Guerra: Virgílio Pereira de Moraes, filho da índia bororo Augusta da Silva, em 6 de março de 1850;²⁴³ João Henriques, *índio menor da nação coroadó*, em 17 de junho de 1857 e Salvador, da mesma nação, a 14 de novembro de 1857.²⁴⁴ Certamente sobreviventes das inúmeras expedições armadas pelo Arsenal de Guerra para perseguir indígenas que insistiam em resistir à ocupação de seus territórios. O custo de armamentos, munições e demais apetrechos fornecidos pelo Arsenal de Guerra era indenizado pela verba *catequese do Ministério da Agricultura*. Essa mesma verba custeou o sustento de meninos da colônia indígena Tereza Cristina enviados ao Arsenal de Guerra para aprenderem ofício:

os índios menores (...) devem ser conservados nesse Arsenal, [para] habilitarem-se em ofícios mecânicos que se ensinam nesse estabelecimento, por parecer-me ser esse o meio pelo qual mais facilmente poderão tornar-se úteis a si e aos seus companheiros existentes na mencionada colônia; ficando essa diretoria autorizada a

²⁴⁰ Mapas de aprendizes menores relativos aos meses de junho e julho de 1851, encaminhados pelo ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/07/1851 e 12/08/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

²⁴¹ Como não há o livro de registro de correspondência do presidente de província de Mato Grosso ao diretor relativo ao ano de 1851, não foi possível saber com certeza o desfecho dessa história.

²⁴² Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 10/08/1857. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 127v.

²⁴³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/02/1850. APMT Lata 1850 D/Assuntos Militares.

²⁴⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 17/06/1857 e 14/11/1857. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fls. 122 e 136.

mandar fornecer-lhes, por conta da verba catequese do Ministério da Agricultura, não só o necessário sustento, como também o vestuário, nos termos da tabela (...).
245

No período da guerra, o presidente de província de Mato Grosso preocupado *acerca dos órfãos que ficarem sem apoio em consequência da epidemia de bexigas,*²⁴⁶ decide enviá-los ao Arsenal de Guerra:

(...) dos órfãos que, em virtude da comunicação que lhe fiz ontem a V. Mcê., lhe forem remetidos para serem admitidos a Companhia de Menores desse Arsenal, remeterá V. Mcê. uma relação nominal a proporção que lhe forem apresentados, na qual se declare a idade e filiação dos mesmos, para ser enviada ao juiz de órfãos para o fim indicado no Art. 4 do Regulamento de 3 de janeiro de 1842. Deverá V. Mcê. indicar igualmente a robustez de cada um dos menores. ²⁴⁷

Não é possível saber exatamente quantos órfãos da varíola e da guerra foram admitidos no Arsenal de Guerra.²⁴⁸ No entanto, no ano seguinte, a *Companhia estava no seu estado completo (100 menores), sendo que para a admissão de novo menor, era necessário excluir algum fugitivo.*²⁴⁹

²⁴⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 4/02/1889. Ofícios expedidos pela presidência da província ao Arsenal de Guerra (1887-90). APMT Livro 382. (folhas não numeradas).

²⁴⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 4/11/1867. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 150v.

²⁴⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 5/11/1867. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 151.

²⁴⁸ A guerra e a varíola desorganizaram fortemente os serviços administrativos na província. O livro de registro de ofícios da presidência (livro 211) traz poucos ofícios de 1867, com várias lacunas temporais: de um ofício de fevereiro, passa para outro de agosto. Além disso poucos ofícios foram registrados, apenas dois ou três a cada mês. Nas quatro latas que guardam a correspondência enviada ao presidente de província de Mato Grosso, no ano de 1867, os documentos do Arsenal de Guerra são relativamente escassos e estão misturados a outros maços. Não foi possível encontrar a relação solicitada pelo presidente de província de Mato Grosso. No entanto, a 22 de novembro o diretor informa que *para completar o número de 100 menores, faltam 12*. Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/11/1867. APMT Lata 1867 D/ Assuntos Militares.

²⁴⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/11/1868. APMT Lata 1868 A/ Arsenal de Guerra.

Em função da guerra e da doença, nos anos seguintes, aumenta o número de requerimentos solicitando a admissão de crianças no Arsenal de Guerra.²⁵⁰

Em 1869, o presidente de província de Mato Grosso envia *os menores filhos de escravos da nação (...) que V. Mcê. fará socorrer pela Companhia de Menores desse Arsenal, a que ficarão encostados, e deverá V. Mcê. distribuí-los pelas oficinas, a fim de aprenderem qualquer ofício (...).*²⁵¹

Escravos da nação, menores de idade, libertados pela lei de 1871,²⁵² foram admitidos no Arsenal de Guerra:

*(...) os libertos começarão eles a tratar por si de sua alimentação e da de seus filhos menores. Aos libertos menores pertencentes ao sexo masculino - constantes na relação 4 - manda alistar na Companhia de Menores (...); quanto aos que se negam ao trabalho a pretexto de velhos e valetudinários, manda enviá-los ao juiz de órfãos que a respeito deles providenciará de acordo com o que dispõe a lei (...).*²⁵³

Outro critério para admissão dos menores era sua aptidão para o trabalho, por isso a partir de 1857, a robustez física passou a ser condição para permanência na Companhia de Aprendizes. Aviso do Ministério da Guerra

²⁵⁰ Entre outros requerimento de Mariana da Conceição, anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/06/1869. APMT Lata 1869 C/Arsenal de Guerra.

²⁵¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 4/02/1869. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 183.

²⁵² Lei nº 2040, de 28/09/1871 (Lei do Ventre Livre) declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Citado por CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁵³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 2/07/1872. Livro de Registro de ofícios expedidos pelo presidente de província de Mato Grosso [ao Arsenal de Guerra] (1872-74). APMT Livro 262 fl. 32.

determinou inspeção de saúde nos meses de janeiro e julho, com o objetivo de desligar os menores *quando se julguem incuráveis*.²⁵⁴

A exigência de robustez, como condição para ingresso, somente foi exigida legalmente pelo Parágrafo 3º do Art. 165 do Decreto 5118, de 19 de outubro de 1872. Mas desde 1864, alguns menores eram rejeitados por problemas de saúde. É o caso do filho do finado major José Miranda Monteiro de Mendonça e sua mulher, *que sofre de belida (*) no olho direito, circunstância esta que o impede de fazer parte da referida Companhia de Menores e por consequência da Companhia de Operários Militares*.²⁵⁵

Em 26 de setembro de 1870, o diretor do Arsenal de Guerra devolve ao padre Luís Inácio Coelho, o menor José Benedito, de quem é tutor, em consequência de *sofrer o dito menor de hérnia umbilical, segundo o termo de inspeção de saúde*.²⁵⁶

Antes de 1864, há muitos casos de menores que ficam mais tempo no hospital ou em tratamento de saúde que trabalhando nas oficinas. O caso mais notável é o de Policarpo do Nascimento que, até passar para mancebo, foi internado dezenas de vezes, conforme informam os ofícios do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso.²⁵⁷ Outro menor, João Francisco de Sales ficou pelo menos quatro meses no hospital no ano de 1853.

²⁵⁴ Aviso do Ministério da Guerra no 238 de 14 de julho de 1857 citado pelo ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 31/01/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

²⁵⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/09/1869. APMT Lata 1869 A/Arsenal de Guerra.

²⁵⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/09/1870. APMT Lata 1870 A/ Assuntos Militares.

²⁵⁷ Ver maiores detalhes sobre sua história de vida no capítulo 4.

A saúde frágil do filho foi citada pela mãe de João Pires de Camargo para solicitar sua dispensa da Companhia de Aprendizes Menores. O requerimento de Antônia da Silva Rondon pede a exclusão de seu filho porque *é assaz doentio (...) neste estado morboso é inútil não só ao serviço como para si.*²⁵⁸ O ajudante do diretor concorda com a exclusão justificando: *e conquanto não tivesse até o presente enfermidades ou quaisquer incômodos de saúde que o levassem ao hospital, parece-me ser de constituição débil e pouco apto para a vida futura que deve ter como praça da Companhia de Artífices.*²⁵⁹

Outros menores foram excluídos por problema de saúde, inclusive os que se acidentaram trabalhando no Arsenal de Guerra.

Em maio de 1866, o diretor do Arsenal de Guerra concorda com a exclusão menor Antônio Ferreira (admitido a 9/08/59) *julgado por mais de uma vez sofrer de moléstia incurável (...).* Apesar da mãe não ter *meios de pagar à Fazenda Nacional a importância da criação de seu filho*, o diretor acha que *é uma boa aquisição aos cofres públicos dispensá-lo para não continuar semelhante dispêndio sem o menor proveito.*²⁶⁰

Em 1868, o diretor sugere a exclusão dos menores Pedro Celestino, Manoel Antônio, João André Alves Moreira e Manoel dos Anjos, *este por estar completamente cego dos dois olhos em consequência da bexiga; o primeiro cego de um olho pelo mesmo motivo; o segundo por estar [danificado] sem movimento do braço direito, também pelo mesmo motivo, e o terceiro por ter cegado de um olho em*

²⁵⁸ Requerimento de Antônia da Silva Rondon. Cuiabá, marco de 1845. APMT Lata 1845 A/ Instrução Pública.

²⁵⁹ Ofício do ajudante de diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 16/03/1845. APMT Lata 1845 A/ Documentos Militares.

²⁶⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/05/1866. APMT Lata 1866 C/Arsenal de Guerra.

*conseqüência de uma fagulha que lhe saltou na oficina de ferreiros no ato do trabalho (...).*²⁶¹

Os menores deveriam receber do governo morada, sustento, vestuário, tratamento nas enfermidades e *uma educação tão desvelada como a que os bons pais de família devem dar a seus filhos.*²⁶²

Essa despesa era arbitrada semestralmente pelo governo de acordo com a lei de orçamento militar e deveria ser descontada dos vencimentos do menor quando passasse a artífice.

*No fim de todos os meses se carregará em débito a cada menor a quota que lhe couber na despesa de tratamento, e vestuário feita com todos os aprendizes durante o mês findo. A soma total da despesa que os menores fizerem desde a sua entrada nos Arsenais até passarem para a classe de Mancebos nas Companhias de Artífices, será indenizada pelos descontos que se fizerem nos seus vencimentos, na forma determinada no art. 12.*²⁶³

Os menores passavam aos 16 anos para classe de mancebos e aos 18, assentavam praça na companhia de Artífices, onde seriam obrigados a servir por tempo de oito anos efetivos para indenizar as despesas que custaram como aprendizes. O artigo 12 detalhava o procedimento:

Art. 12. Aos Mancebos e aos oficiais que saírem das Companhias de Aprendizes Menores se abonará pelas folhas das férias respectivas, nos dias em que trabalharem, o mesmo jornal que mereceriam se fossem operários externos, com abatimento dos vencimentos que tiverem como praças das Companhias de Artífices.

Da importância líquida dos jornais, que vencerem, se deduzirá diariamente a quantia que corresponder à despesa diária que se houver feito com os mesmos mancebos, e Oficiais enquanto aprendizes Menores (artigo 7º); e o líquido que ficar, será levado mensalmente a uma caixa econômica; entregando-se a cada um a sua

²⁶¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 29/05/1968. APMT Lata 1868 A/ Arsenal de Guerra.

²⁶² Art. 5º do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842.

²⁶³ Art. 7º do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842.

competente caderneta para com ela haverem o seu pagamento quando obtiverem baixa.

(...)

Os que desertarem, além das penas impostas aos desertores, perderão para a Fazenda Nacional, como indenização da despesa feita com a sua educação, as quantias que tiverem na referida caixa econômica.

Para garantir o cumprimento de tais exigências, o regulamento determinava que cada menor apresentasse um tutor:

Nenhum menor será admitido nas referidas Companhias sem que seu pai, ou tutor obrigue, por termo assinado no Juízo dos Órfãos respectivo, a pessoa do mesmo menor ao cumprimento dos ônus, que no presente Regulamento se impõe aos Aprendizes Menores; esta disposição compreende os aprendizes menores atualmente existentes nos Arsenais, debaixo da pena de serem despedidos no caso de recusa.²⁶⁴

Apesar das exigências rigorosas do Regulamento, a escrituração das despesas e descontos nem sempre estava em dia. Em maio de 1853, a Comissão da Fazenda encarregada do exame do Arsenal encontrou *várias irregularidades*:

*(...) 4º falta das necessárias declarações e observações no Livro de Matrícula dos Aprendizes Menores; (...). 5º falta de descontos, que se não fizeram a alguns aprendizes que passaram a mancebos; (...).*²⁶⁵

Em diversas ocasiões, o diretor encaminhou relações de mancebos que não tinham ainda conseguido indenizar as despesas como aprendizes menores do Arsenal.²⁶⁶

Se o menor desejasse sair da Companhia por qualquer motivo – mesmo para alistar-se como soldado – deveria indenizar essas despesas. Foi o caso de João Ferreira da Silva, que *desejando seguir o serviço das armas, visto que não tem*

²⁶⁴ Artigo 4º do Regulamento no 113.

²⁶⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/05/1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra.

²⁶⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/05/1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra. Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/02/1863. APMT Lata 1863 A/ Arsenal de Guerra.

*vocação para aprender ofício, e como já tem os anos da lei, pede ao presidente de província de Mato Grosso que lhe mande assentar praça de voluntário.*²⁶⁷

O diretor do Arsenal de Guerra esclarece que *o dito Ferreira foi (...) recolhido neste Arsenal no dia 16 de fevereiro de 1843, por ser sua mãe Maria Justiniana nimiamente pobre* e anexa documento informando que o Arsenal gastou com o menor a quantia de 193\$329 réis.

Despesa feita com o menor João Ferreira da Silva, de etapas e fardamento, desde 16 de fevereiro de 1843 até fim de março do corrente ano.

A saber

<i>Etapas</i>	<i>153\$644</i>
<i>Fardamentos</i>	<i>39\$685</i>
<i>Soma</i>	<i>193\$329</i> ²⁶⁸

João Ferreira da Silva não chegou a pagar essa indenização, pois conseguiu fugir antes que seu requerimento fosse aceito pelo presidente de província de Mato Grosso.

Em outro exemplo, que explicita um pouco mais o funcionamento do Arsenal de Guerra, uma avó, durante um ano, questionou o pagamento da indenização, alegando que seu neto não estava matriculado na Companhia de Aprendizes e, portanto nada devia à Fazenda Nacional.

Manoel Domingos foi uma das crianças que ficou órfã por causa da varíola conforme explica o requerimento de sua avó:

Ante V. Exa. humildemente se apresenta Maria do Espirito Santo, avó materna do menor Manoel Domingos, o qual tendo ficado órfão por falecimento de seus

²⁶⁷ Requerimento de João Ferreira da Silva ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/04/1845. APMT Lata 1845 B/ Arsenal de Guerra.

²⁶⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/04/1845. APMT Lata 1845 B/ Arsenal de Guerra.

*legítimos pais Manoel Mamede da Mata e Maria dos Prazeres, vítima da epidemia de bexigas que grassou esta capital de meados para o fim do ano de 1867, onde se achavam, e assim caído o referido órfão na maior desgraça, visto que a suplicante que ainda podia ser útil em alguma cousa, também acometida do mesmo mal não estava na cidade; foi recolhido por ordem do antecessor de V. Exa, em 5 de setembro do citado ano, ao Arsenal de Guerra, e como o dito menor por esse tempo contasse quatro anos incompletos de idade (...).*²⁶⁹

A partir da presunção de idade, começam as divergências entre as versões dos fatos. Segundo a avó, o Manoel Domingos por ter apenas quatro anos incompletos foi entregue pelo diretor do Arsenal de Guerra, ao cabo de esquadra (*) do 5º Batalhão de Artilharia a pé, Tomas Batista Lopes, que servia de guarda da Companhia de educandos, para cuidar da sua criação. Quando o guarda deixou o emprego, em 6 de janeiro de 1868, *trouxe o dito menor, por já lhe ter bastante afeição, para sua casa, onde se tem conservado até hoje, com prévia anuência do diretor que, nenhuma dúvida pôs em entregar-lhe de uma vez, antes pareceu estimar, prevendo a dificuldade de criar-se entre os mais menores, um de tão pouca idade, por cujos motivos era contrária a sua admissão no regulamento respectivo, e desde então tem o referido órfão sido tratado exclusivamente pelo mencionado cabo Batista Lopes que, sendo um homem bem morigerado, casado, de avançada idade, e sem filho, tem criado esse órfão com todo o amor e desvelo possível, como se seu filho fosse.*

É possível que o diretor tenha autorizado matricular o menor em 1867 e alegar a idade de oito anos, exigida legalmente.

Em fevereiro de 1869 – dois anos após o ingresso do menor no Arsenal de Guerra – o caso veio a tona porque a avó de Manoel, D. Maria do Espírito Santo, pediu ao Arsenal de Guerra a devolução do menor.

²⁶⁹ Requerimento de Maria do Espírito Santo ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 15/02/1869. APMT Lata 1869 C/Requerimentos.

A avó do menor explica no requerimento que agora *quer levar em sua companhia o referido seu neto, para a roça onde mora, e de onde veio com muito custo decretadamente para esse fim; por deferência, dirigiu-se ao major diretor participando-lhe a deliberação que tomara de carregar com seu neto e teve em resposta que o podia fazer, indenizando primeiramente a Fazenda nacional a quantia de 110\$000 réis, despendida com a criação e alimentação do menor em questão, desde que para ali fora recolhido.*

O requerimento questiona a indenização, alegando que sendo a suplicante uma mísera mulher, e tendo sido seu neto tratado durante o período aludido em uma casa particular, às expensas dos respectivos donos, *julga a suplicante não dever satisfazer tão pesado ônus, que se lhe exige a título de criação, quanto conscienciosamente nada despendeu a nação, como pode a suplicante provar com testemunha ocular e fidedigna de muita gente.*

A requerente roga ao presidente de província de Mato Grosso a *graça de ordenar a entrega do neto da suplicante, independente de semelhante pagamento, visto que quem poderia cobrar tais despesas, por havê-la feito com recursos próprios e até com sacrifícios por não dispor de outros meios mais que os seus diminutos vencimentos, de muita boa vontade desiste de toda e qualquer retribuição pecuniária não só por conhecer as tênues posses da suplicante como por se ter prestado espontaneamente por amor da humanidade dessa lida, e tanto assim que se oferece a continuar a criar o neto da suplicante sem estipêndio algum público ou particular.*

Finalmente, argumenta que *o cabo quando pediu ao diretor para trazer o menor na sua companhia, tanto que lhe foi entregue de uma vez, dizendo que não havia dívida alguma visto que não estava ainda matriculado isto na presença do sr. capitão João Roberto Cunha Bacelar. Nestes termos pede a V. Exa mandar anular a matrícula pois parece não atingido a idade marcada para o fim.*

Não há qualquer despacho manuscrito, como ocorre em outros requerimentos.

Alguns meses depois, aparentemente diante da insistência da avó,²⁷⁰ o diretor a pedido do presidente de província de Mato Grosso, assinou uma portaria exigindo novos esclarecimentos sobre a questão.

O pedagogo reitera que o menor foi realmente matriculado na Companhia em setembro de 1867 e que foi entregue ao cabo em janeiro do ano seguinte a seu pedido, quando foi despedido do Arsenal de Guerra.²⁷¹

O ajudante da diretoria confirma a matrícula do menor e revela detalhes que confirmam a *pequenez* do menor:

*(...) achando-se cuidando dos menores o cabo de esquadra de artilharia, Tomas Batista Lopes, pela falta de guarda na Companhia, em razão da peste da variola e sendo esse menor muito pequeno por crescimento, o cabo o agasalhava a ponto de não poder sair sem que o menor o seguisse, resultando muitas vezes, o pedagogo corrigi-lo, a fim de obrigar a esse menor existir dentro do estabelecimento; e, tendo de ser o cabo Tomas Batista Lopes despedido do Arsenal, por já não ser preciso o seu cuidado, pediu e instou com V. S. levar o menor Manoel Domingos em sua companhia por ter amor e o referido menor não poder ainda ser aplicado a ofício algum em razão de sua pequenez embora já ter 8 anos pouco mais ou menos, como claro se vê do dito livro de matrícula, e declarando o cabo que não pedia o menor impondo condição alguma; V. S. concedeu ao dito cabo levar o menor com a condição de apresentá-lo em determinados tempos.*²⁷²

O capitão aproveita a ocasião para desabonar a avó questionando sua capacidade de cuidar do neto:

É o quanto me ocorre dizer sobre tal questão neste momento, permitindo me dizer que alegando a peticionária do menor Manoel Domingos para sua companhia diz

²⁷⁰ Ela deve ter encaminhado outros requerimentos, mas não os localizei no APMT.

²⁷¹ Ofício do pedagogo João Batista Monteiro ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 8/11/1869. APMT Lata 1869 C/Arsenal de Guerra.

²⁷² Ofício do capitão ajudante ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 8/11/1869. APMT Lata 1869 C/ Arsenal de Guerra.

que é miserável. Que educação lhe poderá dar? De sua petição nada mais se depreende do que sugestões por alguém, a fim de incomodar as autoridades. tomar tempo a outros afazeres, levantar questões, com a atenção que se dá a semelhante pretensão, sem se olhar as contradições em a cada oração cai a peticionária, nos seus alegados infundados propriamente ditos.

Infelizmente não foram localizados outros documentos que informassem o desfecho da situação. No entanto, em agosto de 1871, data em que Manoel deveria se tornar mancebo, *um menor de nome Manoel Dionísio (sic) é encaminhado para a música do batalhão 21 de Infantaria, juntamente com outros quatro meninos, porque não tem robustez suficiente para o serviço militar.*²⁷³

Os desertores da Companhia de Aprendizes, quando recapturados, são obrigados a pagar a dívida de sua criação. João José Sampaio, ao ser recapturado de sua terceira fuga, voltou ao Arsenal de Guerra para saldar a dívida *que ficou a restar a Fazenda Nacional até a data de sua última fuga a quantia de 779\$134 réis.*

A exigência de indenização foi suspensa pelo Aviso Circular do Ministério da Guerra de 8 de novembro de 1879, que reduziu o total de vagas da Companhia de Aprendizes para 50 e determinou a devolução dos menores aos pais, independente de qualquer pagamento.

A 14 de janeiro de 1880, o jornal Liberal publicou edital convidando pais e tutores para retirar os aprendizes do Arsenal de Guerra independente de indenização.

Joaquim Rodrigues Ramos, tendo lido no jornal O Liberal, sob nº 429 de 14 do mês corrente em Edital, que de ordem de V. S. foi mandado publicar, em cumprimento das ordens do Ministro da Guerra e da presidência da Provincia. convidando aos pais ou tutores dos aprendizes artifices do Arsenal de Guerra, a retirá-los independente de indenização; vem por isso o suplicante na qualidade de tio e tutor

²⁷³ Mapa elaborado pelo pedagogo, Tenente Manoel Joaquim Rodrigues de Oliveira, informa que cinco menores serão transferidos para a música do Batalhão 21 de Infantaria, porque na inspeção médica constam que não tem robustez suficiente para o serviço militar. APMT Lata 1871 E/ Arsenal de Guerra.

*do aprendiz artifice desse Estabelecimento Luis Tibúrcio, impetrar de V. S. a retirada do supradito aprendiz.*²⁷⁴

Esse e muitos outros pedidos semelhantes foram deferidos pelo diretor e pelo presidente de província de Mato Grosso.

A 29 de abril de 1880, o presidente de província de Mato Grosso encaminha ao diretor do Arsenal de Guerra aviso do Ministério da Guerra de 18 do mês ultimo *recomendando que se deve continuar a convidar por editais os pais e tutores dos menores da Companhia de Aprendizes* artífices desse Arsenal *para receberem os filhos ou tutelados que excederam ao número marcado.*²⁷⁵

O diretor do Arsenal de Guerra informa então ao presidente de província de Mato Grosso que a Companhia de Aprendizes Artífices *tem presentemente 40 aprendizes tendo sido retirados por pais e tutores, do principio de fevereiro até 24 de março próximo passado, dezoito aprendizes, ficando por consequência número inferior ao marcado pelo aviso de 8 de novembro de 1879.*²⁷⁶

O presidente de província de Mato Grosso não gostou da redução exagerada e pediu ao diretor *que informe o motivo do seu procedimento em ter feito entrega aos pais ou tutores de maior número de aprendizes do que era necessário para ficarem os marcados na referida lei.*²⁷⁷

Responde diretor:

²⁷⁴ Requerimento de Joaquim Rodrigues Ramos ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 16/01/1886. APMT Lata 1886 F/Arsenal de Guerra.

²⁷⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 29/04/1880. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288. Fl. 167v.

²⁷⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/04/1880. APMT Lata 1880 A/Arsenal de Guerra.

²⁷⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 4/06/1880. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288. Fl. 169.

cumpre-me informar (...) que os aprendizes artífices, que foram entregues a seus pais e tutores, em virtude do aviso do Ministério da Guerra de 8 de novembro do ano findo, o foram por ordem de V. Exa., proferida nos requerimentos desses pais e tutores, como consta de diversos ofícios do sr. secretário da presidência, que me comunicou esses despachos.

*Não foi portanto nenhum aprendiz artífice entregue, ad libitum, por mim; visto que não tive autorização neste sentido nem do Ministério da Guerra e nem de V. Exa., e sendo entregues esses aprendizes por portaria desta diretoria do ajudante e pedagogo, a proporção que baixam os despachos, não tive parte em tempo de ter descido do número de cinqüenta, porque então deixaria de cumprir os despachos de V. Exa. dando parte desta circunstância; mas os aprendizes entregues existem nesta cidade podem ser recolhidos de pronto, se v. Exa. julgar conveniente; entretanto tendo sido excedida a lei do orçamento do império, para com os aprendizes em cerca de nove meses do exercício, resulta alguma compensação para essa lei, sendo essa instituição humanitária, e não obrigatória.*²⁷⁸

Coincidentemente, alguns dias depois, o diretor do Arsenal de Guerra Francisco da Costa Rego Monteiro pede exoneração do cargo e é substituído pelo major Francisco Nunes da Cunha.²⁷⁹

Em 1887, o presidente de província de Mato Grosso reitera a decisão de dispensar os aprendizes do pagamento de qualquer indenização:

Quanto aos menores (...) que completam 16 anos e tenham mostrado até então negação para os ofícios mecânicos (...) julgados incapazes do serviço das armas (...) devem ser entregues a seus pais ou tutores, independente de qualquer indenização.
280

Em 1896, no entanto, a Fazenda Federal inicia um processo judicial contra Horácio Vaz Guimarães, que se recusara a pagar indenização no valor de um

²⁷⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/06/1880. APMT Lata 1880 A/Arsenal de Guerra.

²⁷⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/06/1880. APMT Lata A/Arsenal de Guerra. Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 1/07/1880. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 fl. 170v

²⁸⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 14/12/1887. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288. (folhas não numeradas).

conto e dez mil réis, referente às despesas feitas com a educação do menor Joaquim Leon da Costa Teixeira, de quem seria tutor. ²⁸¹

Órfão de pai e mãe, Joaquim foi enviado ao Arsenal de Guerra, por Horácio Vaz, em maio de 1893, mas somente conseguiu vaga a 2 de janeiro de 1894. Por incapacidade física, as autoridades militares dispensaram Joaquim e exigiram o pagamento de indenização ao seu tutor, Horácio. Como este se recusasse a pagar, a Fazenda Federal deu início a um processo judicial intimando Horácio *a pagar em 24 horas a quantia pedida e custas, ou dar bens a penhora.*²⁸²

O processo, entre outros documentos, apresenta a conta de gastos com o menor Joaquim: ²⁸³

<i>sustento</i>	<i>727:200</i>
<i>vestuário</i>	<i>282:800</i>
<i>total</i>	<i>1:010:000 réis</i>

Horácio alegou em sua defesa²⁸⁴ *que não é nem foi jamais tutor do referido menor, sendo devida a um erro de fato a declaração constante da petição junta por cópia a folha 5, que o embargante apenas assinou como se há de provar, e nem foi ratificada pelo termo exigido no art. 170 do decreto no 5118, de 19 de outubro de 1872, que reorganizou os Arsenais de Guerra. Acrescentou que mesmo que fosse considerado tutor, não teria bens para pagar a indenização. Alegou ainda*

²⁸¹ APMT. Tribunal da Relação 1896. Caixa 41 Pasta 496. Juízo Seccional de Mato Grosso. Trata-se de um maço de 31 folhas localizado e resumido pelo bolsista de iniciação científica Arilson Martins, do projeto Educação em Mato Grosso: memória e história. Sua existência foi comunicada pela prof^a. Elizabeth Madureira Siqueira, coordenadora do projeto.

²⁸² Ofício do procurador interino, José Maria Curvo, ao Juiz Seccional. Cuiabá, 1/07/1896. Fls.02 do processo citado na nota anterior.

²⁸³ Conta da criação do ex-aprendiz artífice Joaquim Leão da Costa Teixeira, extraída do livro de conta corrente desta Companhia, encaminhada pelo pedagogo ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 18/05/1896. Fl. 06.

²⁸⁴ Embargos do advogado Alfredo José Vieira. Cuiabá, 18/07/1896, fl. 15.

que não reclamou ou por qualquer forma solicitou a entrega do referido menor (...) mas foi o menor excluído da Companhia de Aprendizes Artífices, conjuntamente com os de nome José Pais de Faria, Manoel Marques, Manoel Saturnino e João Barbosa de Carvalho, por incapacidade física adquirida depois de sua entrada no Arsenal.

Curiosamente, a defesa não cita o aviso do Ministério da Guerra que dispensou o pagamento de indenização aos aprendizes incapazes.

O juiz seccional, Dr. José Maria Metello, considerou nulo todo o processo *por não competir à Fazenda Nacional a via executiva para a cobrança de suas dívidas ativas senão nos casos taxativamente expressos no art. 189 e do decreto no 848 de 11 de outubro de 1890, nenhum dos quais se verifica nos autos.*²⁸⁵

Em que consistia essa *criação* tão reivindicada para seus filhos pelas mães pobres, apesar de seu alto custo? A parte II examina dois aspectos fundamentais dessa educação: a inserção do aprendiz no trabalho das oficinas e o aprendizado dos conteúdos fundamentais para a futura vida profissional.

²⁸⁵ Conclusão. Cuiabá, 1/08/18896, fl. 21.

Parte II

Trabalho e educação

Os Aprendizes Menores deverão estar acordados ao romper do dia: depois de lavados e vestidos entrarão em forma de revista; e desta marcharão por esquadras para as Aulas, ou Oficinas; terão meia hora de descanso para almoçarem; jantarão a meia hora depois do meio dia, e as duas regressarão para as Aulas, ou Oficinas; depois da ceia se recolherão aos dormitórios, onde serão entretidos uma hora na instrução da doutrina e rezas cristãs. Darão Graças a Deus ao levantar da cama, depois de jantar, e da ceia; ouvirão missa todos os Domingos e Dias Santos, e cumprirão anualmente com o preceito da desobriga quadragesimal. O tempo que ficar livre aos menores de suas obrigações ordinárias, será empregado em recreações inocentes, exercícios ginásticos, e passeios fora do Arsenal nos dias que não forem de trabalho. Em ocasiões oportunas serão exercitados na natação. ²⁸⁶

²⁸⁶ Art. 17 das Instruções para execução do Regulamento n° 113 de 3 de janeiro de 1842, que deu nova organização às Companhias de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra. Coleção das leis do Império do Brasil, 1842, tomo V, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

Armar camas de ferro, tornear madeira, carregar carvão eram alguns dos trabalhos desenvolvidos pelos aprendizes nas oficinas do Arsenal de Guerra assim que sua idade ou *força física* o permitissem.

A inserção precoce no trabalho foi a fórmula que as autoridades provinciais encontraram para transformar meninos pobres – *compêndios de vícios*²⁸⁷ – em operários úteis. Antes que completassem 16 anos, os meninos aprendizes eram submetidos a uma disciplina para que abandonassem os maus hábitos que traziam de suas famílias e assumissem os valores da pontualidade, respeito à hierarquia e bom comportamento.

Para que se tornassem bons operários ou até mesmo mestres, era fundamental também o domínio de algumas habilidades como a leitura, a escrita e as operações aritméticas. As oficinas apresentavam mensalmente relatórios enumerando os trabalhos realizados, a matéria prima gasta e o custo do produto final. Obras de reforma em prédios públicos ou produção de móveis ou conserto de equipamentos para outros órgãos burocráticos somente eram autorizados pelo presidente de província mediante orçamento escrito, que detalhasse a quantidade de materiais a serem empregados. A medida que a administração imperial se burocratizava, o domínio da leitura e da escrita passa a ser fundamental. O ensino dos conteúdos tinha uma finalidade estritamente pragmática. Quando o Império adotou o sistema métrico em 1865, os militares imediatamente providenciaram o ensino das medidas no currículo dos aprendizes e distribuíram às demais repartições os padrões do novo sistema fabricados nas oficinas do Arsenal de Guerra.

Para o desenvolvimento da disciplina, os aprendizes também receberam educação musical. A banda de música era requisitada pelas autoridades

²⁸⁷ Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 6ª legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado, João Paulo dos Santos Barreto. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847. p. 20.

nas ocasiões festivas oficiais e muitos músicos formados no Arsenal de Guerra foram cedidos a outros corpos militares. A música fazia parte das obrigações dos que tinham talento artístico, mas não os dispensava do trabalho das oficinas. Possíveis momentos de lazer eram reprimidos pelas autoridades²⁸⁸.

Outro elemento fundamental na educação para o trabalho era a ginástica, não só para a prática da disciplina como também para o desenvolvimento físico necessário aos trabalhadores.

A parte II, dividida em três capítulos, examinará os aspectos fundamentais da educação dos aprendizes: a inserção no trabalho e o aprendizado dos conteúdos formais, após uma rápida revisão bibliográfica sobre o tema.

²⁸⁸ O presidente de província de Mato Grosso proibiu que menores tocassem em festas particulares, depois de uma divergência entre o mestre de música e o diretor do Arsenal de Guerra. Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 22/10/1855. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 83.

Trabalho e educação, revendo a bibliografia

A relação trabalho e educação expressa um paradoxo aparente em função de seus múltiplos significados. Na pesquisa educacional, esta relação aparece em pelo menos três abordagens. A primeira encara a atividade educativa como trabalho e busca examinar, por exemplo, a profissionalização do professor e dos demais profissionais da educação, sua formação, situação salarial, lutas, reivindicações, movimentos sindicais, entre outros temas. A educação para o trabalho é a expressão da segunda abordagem que, muitas vezes, de forma acrítica busca compreender como a escola pode preparar para o mercado do trabalho. Inclui os estudos sobre o ensino profissionalizante e as análises sobre egressos de diferentes cursos de nível médio ou superior. Ou mais recentemente, a preocupação de adequar a escola ou o currículo tendo em vista o processo de globalização e/ou avanços tecnológicos. A terceira abordagem tem como eixo central o trabalho como princípio educativo. A partir da concepção marxista de homem que define o trabalho como sua característica essencial, esta abordagem pensa como recuperar a “humanidade” que o homem vem perdendo nas sociedades divididas em classes que separam o trabalho manual e trabalho intelectual. Os trabalhos, de forma acrítica ou engajada, propõem modelos de organização da escola, seja para dar conta de formar profissionais necessários aos novos processos capitalistas de produção, seja para educar um novo homem capaz de lutar pela transformação da sociedade desigual.

Fora da pesquisa educacional, o binômio trabalho e educação, em seus diferentes arranjos, também assume diversos significados. Educação para o

trabalho, na forma do ensino profissional, representa, por exemplo, a crença das camadas populares de que o acesso à escola evitaria a seus filhos os trabalhos penosos e fatigantes a que estão sujeitas ou até mesmo o desemprego ou subemprego. Para a classe empresarial, por outro lado, pode significar a esperança de uma mão-de-obra dócil e disciplinada. Em outro arranjo, o binômio simboliza para educadores engajados a utopia de um projeto escolar baseado no trabalho como princípio educativo. Ou ainda, a denúncia de um projeto de disciplinarização do homem (e da criança) livre ao trabalho assalariado.

A diversidade de representações sobre o que é (ou o que deve ser) trabalho e educação remete para o fato de que as duas categorias são históricas. Além disso, mascara a essência do trabalho como característica humana, no seu aspecto positivo; e como fonte da riqueza e do capital, na sua expressão negativa.

A expressão trabalho hoje está tão banalizada que remete a diferentes atividades de ordem mecânica (trabalho de um trator) ou natural (trabalho do vento), física, biológica, etc.²⁸⁹. Trabalho, como categoria histórica, no entanto, revela diferentes aspectos da múltipla e contraditória realidade concreta, conforme afirma Nosella:

A abordagem da categoria “trabalho” pelo método histórico-dialético nega, de saída, que se trata de uma concepção historicamente homogênea, isto é, a noção de trabalho não é uma vaga idéia que se aplica indistintamente a qualquer atividade que o homem faz para sobreviver. A história, pelo contrário, força a diferenciar e a qualificar, ao longo dos séculos, as diferentes formas e concepções de trabalho humano. De tal forma mudam as maneiras de trabalhar dos homens, que suas diferentes conceituações foram registradas nas próprias expressões linguísticas e,

²⁸⁹ O verbete trabalho no Aurélio Eletrônico registra 20 acepções diferentes e remete a 13 expressões que ocupam três páginas.

como inúmeros estudos afirmam, o emprego de sinônimos para as diferentes conceituações torna-se um equívoco.²⁹⁰

Quando a relação trabalho - educação se torna problemática? No artesanato, nas corporações de ofícios ou na pequena agricultura de subsistência, não há separação entre o mundo da produção e da aprendizagem. O trabalho se aprende fazendo. Sempre existiram instituições formais separadas do trabalho para instrução, mas estas, além de serem destinadas a uma minoria, não tinham a importância que o mundo moderno vai lhes atribuir. No aprendizado de um ofício, o adulto que domina o saber o transmite aos mais novos que aprendem observando e ajudando. Nem todos serão mestres, mas há uma articulação entre o mundo da produção e o da aprendizagem.²⁹¹ A questão educação/trabalho se torna problemática a partir da produção capitalista propriamente dita que se caracteriza pela expropriação dos meios de produção e do saber do trabalhador sobre o processo de trabalho; isto é, com o surgimento do trabalho assalariado no modo de produção capitalista.

A degradação do trabalho no modo de produção capitalista obriga o próprio capitalista a pensar na educação como paliativo. Diante do embrutecimento do trabalho fabril, alguns pensadores do século XVIII chegaram a propor a instrução pública obrigatória como forma de compensar a ausência de trabalho intelectual na produção material. Outros autores²⁹² consideraram natural a divisão do trabalho e a existência de uma classe de trabalhadores e serão contrários a qualquer projeto de educação popular. Tal polêmica atravessa toda discussão e proposta liberal de educação: até que ponto vale a pena dar instrução aos trabalhadores? Ou qual o grau

²⁹⁰ NOSELLA, Paolo. "Trabalho e educação. Do tripalium da escravatura ao labor da burguesia; do labor da burguesia à poiésis socialista." In: GOMES, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987. p. 30

²⁹¹ RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.

²⁹² Para uma visão sintética sobre a educação no pensamento liberal, ver CUNHA, Luiz Antonio. "A educação e a construção de uma sociedade aberta". In: _____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 6. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 25-63.

mínimo de instrução que se deve dar aos trabalhadores sem correr o risco de vê-los questionar a dominação? Enguita²⁹³ afirma que o capital precisa da escola para reproduzir em uma geração o trabalho de domesticação da classe trabalhadora que levou séculos. Arroyo²⁹⁴ defende ponto de vista diferente, alertando contra a rapidez com que os educadores leram a tese da desapropriação do saber da classe trabalhadora: ou seja o trabalho é essência humana, mas no capitalismo ele é alienação. Por isso, rapidamente os educadores colocaram a necessidade da educação como forma de contrapor aos malefícios do capital.

Com base nos conceitos marxistas de produção de mais valia absoluta e mais valia relativa, ou subordinação formal e real do trabalho ao capital, Enguita examina detalhadamente o processo de apropriação pelo capital do controle e do saber sobre o processo de trabalho e como se dá a separação entre forças intelectuais e materiais, entre comando e execução.

O esforço do capital para submeter o trabalhador independente ao assalariamento enfrentou a resistência da classe trabalhadora, contra a qual a classe dominante foi obrigada a adotar mecanismos que Enguita resume da seguinte forma:

Inicialmente, privar os trabalhadores de quaisquer outras possibilidades de subsistência. Foi necessário arrancar camponeses do campo, o que se conseguiu através do crescimento demográfico, da supressão de terras comunais, da ampliação das grandes propriedades em detrimento das pequenas e da capitalização das explorações agrárias. Os ofícios tradicionais foram levados à ruína e à dissolução, quebrando os privilégios monopolistas, retirando-lhes o controle da aprendizagem e de acesso, projetando-se uma maquinaria fora de seu alcance

²⁹³ ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola*. Op. cit. p. 30.

²⁹⁴ ARROYO, Miguel G. "Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana". In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991

econômico e até proibindo-se sua organização coletiva, o que, juntamente com as pressões do mercado, determinou sua degradação até sua prática desapareção nos terrenos da atividade econômica cobiçados pelo capital.

A organização do trabalho que hoje conhecemos é o resultado de uma longa cadeia de conflitos globais, setor por setor, indústria por indústria, fábrica por fábrica, oficina por oficina, entre os patrões e os trabalhadores. Estes conflitos desenvolveram-se – e ainda se desenvolvem – no próprio local de trabalho, e só muito lentamente foram sendo saldados com vitória após vitória dos patrões. Para ganhar essa luta, os capitalistas valeram-se não apenas de sua prepotência econômica, mas também do poder policial, judicial e militar do Estado. Muitos conflitos consistem não em confrontos abertos, mas em resistências como o absenteísmo, no alcoolismo, nos problemas de qualidade e até mesmo nas pequenas sabotagens.

Foi necessária também uma profunda revolução cultural. A *economia moral*²⁹⁵ dos artesãos e as tradições dos camponeses foram varridas pela ideologia capitalista do “livre” mercado. O profundo respeito pelo trabalho pessoal bem feito cedeu lugar ao fetichismo da maquinaria. A busca de um equilíbrio entre a satisfação das necessidades de consumo e o esforço do trabalho necessário para isso foi substituída pela identificação do bem estar com o mito do consumo sem fim.

Além disso, adotou-se uma política repressiva sistemática dirigida contra os que se negavam a aceitar as novas relações sociais. Não por acaso os inícios do trabalho fabril estiveram associados com as prisões, os hospitais, os orfanatos e outras formas de internamento. Perseguram-se implacavelmente os pobres, os vagabundos e outros “marginais”, expulsando-os das cidades, internando-os, obrigando-os a trabalhos forçados e submetendo-os a castigos corporais.

²⁹⁵ THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989.

Finalmente, asseguraram-se os mecanismos institucionais para que cada novo indivíduo pudesse inserir-se nas novas relações de produção de forma não-conflitiva. Era necessário que um indivíduo percorresse em anos o que levou séculos para a espécie. Este mecanismo não podia estar no próprio trabalho, pois as leis sobre o emprego das crianças nas fábricas romperam a única possibilidade: a aprendizagem do ofício que intensamente degradada a partir de suas formas artesanais, havia-se convertido em pura e simples super-exploração da infância, e que era necessário suprimir dos trabalhadores o controle do recrutamento. Também não estava na família - defasada em relação ao novo modo de produção.

Era preciso inventar algo melhor, e inventou-se e reinventou-se a escola, criaram-se escolas onde não as havia. reformaram-se as existentes e nelas se introduziu a força toda população infantil. A instituição e o processo escolares foram reorganizados de forma tal que as salas de aula se converteram no lugar apropriado para acostumar-se às relações sociais do processo de produção capitalista, no espaço institucional adequado para preparar as crianças e os jovens para o trabalho. ²⁹⁶

O surgimento do trabalho assalariado no Brasil apresenta algumas especificidades em relação ao desenvolvimento geral examinado.

No Brasil, a produção mercantil capitalista, desde sua origem, explorou o trabalho escravo negro. A mão-de-obra indígena foi utilizada ao longo de toda a história colonial até praticamente sua dizimação, mas não se adequou aos interesses do capital de implantar no Brasil uma monocultura de grandes proporções para exportação. Por outro lado, - sem dúvida, o fator mais relevante - o tráfico de escravos da África representava outra fonte fundamental de lucros para o capital²⁹⁷. Para justificar a importação de escravos negros, os colonizadores brancos alegaram a

²⁹⁶ ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola*. Op. Cit.

²⁹⁷ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

indolência e a preguiça do homem nativo - idéias que irão persistir em relação a mão-de-obra nacional até praticamente ao século XX.

Na história do trabalho no Brasil, é difícil separar o fato do preconceito do qual nem mesmo a historiografia escapa. O primeiro preconceito é traduzir a resistência indígena à imposição violenta de outros padrões culturais de produção como indolência e preguiça e/ou inadequação ao trabalho agrícola. Este preconceito será estendido ao longo da história a toda população livre pobre, que resiste a se submeter ao trabalho nos moldes exigidos pelo capitalismo.²⁹⁸ A segunda ordem de preconceito refere-se à desvalorização do trabalho manual, porque este estava estigmatizado pela escravidão. Encontramos esta leitura em Fernando de Azevedo²⁹⁹ e vários outros autores que irão apontar na depreciação dos ofícios manuais, a causa do desprezo ao ensino profissional no Brasil. Enguita, no entanto, alega que enfatizar esta desvalorização do trabalho pela população pobre livre – a qual não deixa de ter fundamento real – é escamotear a violência do capitalismo na imposição do trabalho assalariado, a qual enfrentou a resistência de povos, com ou sem experiência prévia de escravidão.³⁰⁰ Assim como, na Europa, os trabalhadores livres resistiram a submeter-se aos padrões necessários de disciplina impostos pelo capital, nos países coloniais, ocorreu a mesma resistência a qual se somava ainda o fator das diferenças culturais. O suposto preconceito da população livre contra o trabalho (para não dizer novamente sua indolência e preguiça) servirá de justificativa aos grandes proprietários rurais dedicados à produção do café para importar braços imigrantes, de origem européia. Aqui se soma outro preconceito: o de que a mão-de-obra européia mais uma vez seria superior a nativa pois já estava disciplinada e

²⁹⁸ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

²⁹⁹ *A cultura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

³⁰⁰ ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola*. Op. Cit.

acostumada ao trabalho - características que ainda estavam ausentes do trabalhador brasileiro. Na verdade, a diferença entre o brasileiro e o imigrante residia no fato de que este último já se encontrava desapropriado dos meios de subsistência em seu país de origem e, portanto, “preparado” para submeter-se à disciplina imposta pelo capital. Além de sua submissão às condições de trabalho na lavoura brasileira não ter sido nada pacífica (avolumam-se as rebeldias tanto individuais como coletivas a medida que o sonho de “fazer a América” não se concretiza), a suposta ausência de resistência se explica pela distância da terra natal e pelo esgotamento das possibilidades de trabalho em seu local de origem. Aliás, foi tática do capital deslocar massas de trabalhadores como meio de diminuir sua capacidade de resistência: aqui, especificamente, o custo da viagem era financiada pelo fazendeiro (depois pelo Estado) – custo esse que enquanto não fosse ressarcido significava sua prisão a um contrato de trabalho.

O preconceito se revelou também na preferência na mão-de-obra de origem européia. Quando se aventou a possibilidade de se importar chineses para trabalhar nas lavouras de café, houve quem alegasse que tal importação macularia a raça brasileira já tão “degenerada” pela mestiçagem com o negro.³⁰¹

Paralelamente à importação da mão-de-obra imigrante, os governantes brasileiros não deixaram em paz o trabalhador nacional livre: desde logo limitaram-lhe o acesso aos meios de subsistência, por exemplo, com a Lei das Terras de 1850 e adotaram outras medidas coercitivas como contratos de locação de trabalho.³⁰²

³⁰¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites (século XIX)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³⁰² KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Essa mão-de-obra tão desvalorizada pelos latifundiários do café, no entanto, foi bastante explorada principalmente nos setores da economia periféricos aos grandes eixos dinâmicos que absorviam inicialmente o escravo e depois o imigrante. Fora do eixo da economia cafeeira (Rio de Janeiro e São Paulo), o trabalhador livre sempre conviveu com o escravo.³⁰³ Aliás, fato que também ocorreu na economia cafeeira, a qual preferia destinar aos trabalhadores livres as tarefas mais arriscadas como abrir matas - para não correr o risco de perder os caros investimentos de mão-de-obra.³⁰⁴

No debate sobre a relação trabalho – educação, na perspectiva teórica marxista, dois eixos se cruzam: a visão do trabalho positiva ou negativa? A partir de que ponto de vista? Do trabalhador ou de quem explora o trabalho?

Esse debate reflete as diferentes concepções sobre o trabalho, as quais tem seu fundamento na prática concreta. Trabalho pode ser visto de forma positiva ou negativa e isso determina o papel da educação: visto de forma positiva ele tende a ser incorporado como elemento válido como conteúdo, como procedimento de ensino ou como princípio educativo fundamental. Visto de forma negativa, a educação passa a ser vista como forma de defesa contra seus aspectos embrutecedores, alienadores: a escola como compensação (Adam Smith) ou como iluminação do caráter alienado do trabalho (numa perspectiva mais progressista).

³⁰³ LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho*. 2.ed. Campinas, Unicamp, 1989. Sobre a utilização do trabalho livre e escravo em Mato Grosso, ver ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*. Brasília, Ministério da Fazenda, 1984; VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*. Op. Cit.

³⁰⁴ Sobre a “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, ver também CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987; EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos*. Campinas: Unicamp, 1989; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB, 1969; GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. HAHNER, June. *Pobreza e política*. Brasília: EdUNB, 1993.

A positividade do trabalho é fenômeno da sociedade moderna: na sociedade escravista, trabalho é expresso pelo termo latino *tripalium* (três paus, ao pé da letra), instrumento de tortura para prender animais que se recusavam a serem ferrados. Corresponde a uma sociedade em que o trabalho era desprezado, porque executado por escravos considerados não-cidadãos, não-humanos, seres de segunda categoria porque foram os que preferiram viver submissos, cativos a morrer na guerra. Corresponde a uma sociedade que valoriza o ócio, necessário para dedicar-se a contemplação e a questões de ordem política, reservadas ao cidadão.³⁰⁵ Na sociedade medieval cristã, o trabalho é visto como castigo imposto por Deus aos homens (*Ganharás o pão com o suor do seu rosto*) e ao mesmo tempo como uma atividade necessária para evitar a ociosidade. Mas o maior pecado seria a cobiça, a avareza, ou seja, questionava-se o trabalho com vistas a acumulação de riquezas, a qual era decidida por Deus. (*Era mais fácil um camelo passar pelo buraco da agulha que um rico entrar no reino de Deus*).

Marx ao examinar a resistência dos trabalhadores europeus à ampliação de sua jornada de trabalho, comenta que a sociedade capitalista alterou a ordem de pecados capitais, colocando a preguiça como o principal deles, como a mãe de todos os vícios, sendo que na Idade Média, o pior pecado era a avareza. Os pobres deveriam ser objeto de nossa caridade, uma vez que não tinham culpa de seu destino. A positividade do trabalho começa com a reforma protestante que coloca o trabalho como gerador de riqueza e passa a desenvolver a ética do trabalho como algo positivo. Marx destaca a importância do protestantismo na acumulação de capital,

³⁰⁵ Sobre a origem etimológica do termo “trabalho”, ver ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: EDUSP, 1981, p. 90 apud NOSELLA, Paolo. Op. Cit. Ver também CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992. p. 16.

antecipando Weber. A valorização do trabalho corresponde em termos sociais e econômicos a ascensão da burguesia³⁰⁶.

Mesmo sob a forma capitalista, Marx vê o trabalho de forma positiva, pois a considera um avanço em relação às formas artesanais. Prevê, no entanto, que o caráter alienante do trabalho só se extinguirá quando ocorrer uma apropriação das forças produtivas pelo trabalhador. Marx formula para a sociedade em que vive a proposta de unir o trabalho produtivo com a educação tecnológica e educação física - idéia que vai desenvolvendo ao longo de seus trabalhos, conforme Manacorda detalhadamente esmiuça em sua conhecida obra³⁰⁷. Marx recupera o trabalho como essência humana e uma forma histórica - o capitalismo - conseguiu degradá-lo ao separar concepção e execução, cuja união era essencial para distinguir homem do animal.

Assim para o marxismo, o trabalho se expressa positivamente na formação do homem. São as condições históricas que impõem ao trabalho o caráter alienante que pode ser superado.

Arroyo, ao resenhar a produção teórica recente sobre o tema, pergunta *a partir de que visão de trabalho vem sendo pensados os vínculos entre trabalho e educação* para evidenciar que, em que pese a positividade dada ao trabalho moderno pelos pensadores marxistas, a análise está marcada por uma visão negativa do trabalho - seja nas propostas acríicas ou críticas.³⁰⁸

³⁰⁶ Marx, Karl. "A jornada de trabalho". In: *O Capital*. Crítica da economia política. Vol. 1, Livro Primeiro, O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

³⁰⁷ MANACORDA, M. A. *Marx y la pedagogia moderna*. Barcelona: Oikos-tau, 1979.

³⁰⁸ ARROYO, Miguel G. "Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana". In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

Para Arroyo, a visão pessimista, na sua versão conservadora, aparece tanto na teoria tradicional de educação como na escola nova. Chama de pessimismo culturalista, *certo medo às transformações culturais trazidas pelas formas modernas de produção e preocupação frente aos estragos educativos e culturais que as novas formas de trabalho possam causar as jovens*³⁰⁹. A escola serviria no caso para imunizar e prevenir as crianças contra a deformação da experiência social do trabalho. Para Arroyo, tais teses são conservadoras porque questionam apenas as novas tecnologias e as formas de vida de trabalho e não as relações sociais de produção e a existência da propriedade privada dos meios de produção. Denuncia também o excessivo escolacentrismo embutido nestas propostas.

Segundo Arroyo, a mesma visão pessimista do trabalho aparece em autores progressistas como Braverman e Gorz³¹⁰ que enfatizam a degradação do trabalho a partir da divisão do trabalho e do controle do capital sobre o processo de trabalho no modo de produção capitalista. A partir desta compreensão, os educadores irão considerar que cabe à escola recuperar o saber que foi expropriado do trabalhador pelo capital. Para Arroyo tal tese superestima o poder da escola.

Arroyo também critica a nova história, que questiona a positividade dada ao trabalho e vê o educativo na resistência ao trabalho e não no trabalho. Arroyo considera romântica tal postura, pois a resistência não seria suficiente para derrubar o capitalismo.

Mariano Fernandez Enguita³¹¹ questiona as análises sobre a escola centradas nas idéias e nos seus conteúdos, para dar primazia ao que chama de

³⁰⁹ *Ibidem* p. 164.

³¹⁰ BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 e GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho* São Paulo: Martins Fontes, 1980.

³¹¹ ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola*. Op. Cit.

relações sociais da educação. Para Enguita, o pensamento educacional esteve quase sempre pautado pela marca do idealismo e nem mesmo o marxismo escapou do idealismo, na medida em que não há uma análise materialista da educação. Segundo Enguita,

“... a escola é cenário de trama de relações sociais materiais que organizam a experiência cotidiana e pessoal do aluno com a mesma força ou mais do que as relações sociais de produção o fazem com a experiência do operário na fábrica ou do pequeno produtor no mercado. Por que, então, continuar olhando para o espaço escolar como se nele não houvesse outra coisa em que fixar-se senão nas idéias que se transmitem ou deixam de transmitir? Em outras palavras, por que dar tanta importância ao conteúdo e tão pouca à forma em que é transmitido, é inculcado ou de que se reveste este conteúdo?” ³¹²

Para Enguita, os marxistas continuaram encerrados na dupla problemática do conteúdo do ensino e da igualdade de oportunidades. Segundo ele, apenas Althusser irá analisar a escola como cenário e trama de relações sociais materiais.

A seguir, faz uma detalhada resenha das principais contribuições teóricas que ajudam a recuperar o caráter material das práticas escolares, revendo a sociologia funcionalista norte-americana, a nova história, o estruturalismo althusseriano, e outras, para evidenciar que a escola modela não apenas dimensões cognitivas, mas também o comportamento da criança. Denuncia que os teóricos da educação dão pouca atenção ao que não seja conteúdo de ensino. *“No entanto apenas uma parte é dedicada a transmissão ou aquisição de conhecimentos. A maior parte do tempo é empregado em forçar ou evitar rotinas, impor ou escapar do controle, em manter ou romper a ordem”*. ³¹³

A seguir, irá trabalhar as relações sociais da educação, mostrando como o capitalismo prepara os indivíduos para aceitar e incorporar-se às relações de

³¹² Ibidem p. 137.

³¹³ Ibidem p. 158.

produção dominantes e como cerceia sua potencialidade de resistência e coloca obstáculos a sua capacidade de resposta. Para Enguita, portanto, a escola prepara para o trabalho, não em termos de conteúdos cognitivos, embora também, mas sobretudo em termos de atitudes, disposições, formas de conduta e aceitação das relações sociais imperantes.

No Brasil, a discussão teórica sobre trabalho e educação aprofunda-se a partir da lei 5692/71, que supostamente unificou o ensino de segundo grau eliminando o caráter até então dualista da educação brasileira de separar de um lado a formação propedêutica e de outro a formação profissional. Evidentemente esta discussão se colocou em outros momentos, os quais ainda preciso recuperar de forma mais sistemática. Apenas um exemplo curioso citado por Kowarick: quando se sugeriu aos fazendeiros do café que aproveitassem os próprios escravos como trabalhadores assalariados após a abolição, alegou-se que seria necessário “educar” os negros ao trabalho livre. Ou seja, sem o imperativo da coerção, ninguém estaria “educado” para o trabalho - entenda-se educado como disciplinado³¹⁴.

A bibliografia sobre educação e trabalho já é bastante considerável.³¹⁵ Dado o volume da produção, é difícil classificá-la ou mesmo arrolar suas características principais. No entanto, chama a atenção o fato desta produção bibliográfica, com poucas exceções, reduzir o termo educação a sua expressão

³¹⁴ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

³¹⁵ Um artigo publicado em 1993 levantou 243 resenhas e 624 títulos produzidos entre 1970 e 1989 sobre o tema das relações educação e trabalho. BONAMINO, Alicia; MATA, Maria Lutgarda e DAUSTER, Tania. Educação-trabalho: uma revisão da literatura brasileira das últimas duas décadas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 84, fev. 1993, p. 50-62. Ver também artigo de Ferreti e Madeira, analisando 48 artigos publicados pela revista *Cadernos de Pesquisa* entre 1972 e 1992, sobre a mesma temática. FERRETI, Celso J. e MADEIRA, Felícia R. Educação/trabalho: reinventando o passado? *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 80, fev. 1992, p. 75-86. E ainda, Tourinho se propõe o mesmo objetivo em relação aos textos publicados na revista *Em Aberto*, examinando 19 artigos publicados entre novembro de 1981 e dezembro de 1984. TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. Currículo, trabalho e construção do conhecimento: percurso dessa temática na revista *Em Aberto* na década de 80. *Em Aberto*. Brasília: INEP, v. 12, n. 58, abr./jun. 1993

escolar. Outro ponto comum é o fato da literatura brasileira estar preocupada com a assim chamada “construção da utopia”, isto é, não explica historicamente (concretamente na realidade brasileira) como se construiu a articulação trabalho/educação, por meio de ações, instituições, propostas e/ou políticas concretas. Em nome da utopia, criticam-se as teorias anteriores (no Brasil, principalmente, a teoria do capital humano e as teorias crítico-reprodutivistas) e debate-se como concretizar o trabalho como princípio educativo no ensino de 2º grau. Outra coincidência é quanto a falta de aprofundamento teórico apontada tanto por Frigotto³¹⁶, Arroyo³¹⁷ e Nosella³¹⁸.

As considerações a seguir serão baseadas nas resenhas elaboradas por Kuenzer³¹⁹ e por Frigotto, que seguem um critério “cronológico” para classificar os momentos da produção teórica brasileira sobre trabalho/educação.

As primeiras formulações na década de 60 articulam-se à Teoria do Capital Humano que coloca a educação como determinante das posições ocupadas pelos indivíduos na sociedade e do desenvolvimento econômico do país.

As teorias crítico-reprodutivistas que influenciam os meios educacionais a partir da segunda metade da década de 70 negam que a educação seja

³¹⁶ FRIGOTTO, Gaudêncio. “Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica?” In: SILVA, Tomaz Tadeu. Trabalho, educação e prática social. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. E também, “Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos”. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.

³¹⁷ ARROYO, Miguel G. “O direito do trabalhador à educação”. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987. E também, “Revendando os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana”. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

³¹⁸ NOSELLA, Paolo. “Trabalho e educação. Do tripalium da escravatura ao labor da burguesia; do labor da burguesia à poiésis socialista.” In: GOMES, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987. p. 27-41.

³¹⁹ KUENZER, Acacia. *Ensino de 2º grau*. O trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

determinante, para afirmá-la enquanto elemento determinado na sociedade dividida. Assim a tarefa da escola seria reproduzir a desigualdade social e a ideologia da classe dominante, ao contrário do que dizia a Teoria do Capital Humano de que a educação teria poderes para corrigir a desigualdade. Subordinar a educação ao desenvolvimento econômico significa torná-la funcional do sistema capitalista, isto é, colocá-la a serviço dos interesses da classe dominante, uma vez que qualificando a força de trabalho, o processo educativo concorria para o incremento da produção de mais valia, reforçando em consequência as relações de exploração.³²⁰

Um terceiro momento na bibliografia brasileira situa-se na década de 80, com a crítica às teorias crítico-reprodutivistas e a busca de aprofundamento teórico sobre as questões trabalho - educação. São decisivas a contribuição da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e dos cursos de mestrado e doutorado nesse repensar³²¹.

A primeira crítica às teorias crítico-reprodutivistas é formulada por Salm, para quem a escola não é capitalista nem o capital precisa da escola para reproduzir-se, pois o capital disporia de meios mais eficientes para preparar a mão de obra necessária³²². Na tentativa de demonstrar a autonomia do desenvolvimento capitalista em relação à educação, Salm acaba por absolutizar a separação entre escola e trabalho.

³²⁰ Exemplos de trabalhos: FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1980; WARDE, Miriam. *Educação e estrutura social*, a profissionalização em questão. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977 e ROSSI, Wagner G. *Capitalismo e educação*: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

³²¹ Ver histórico nos trabalhos de Arroyo e Kuenzer já citados.

³²² SALM, Cláudio. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Frigotto³²³ analisa as teorias anteriores para proclamar que a escola não é produtiva a serviço dos indivíduos indistintamente, no seio de uma sociedade sem antagonismos, como supunham os adeptos da teoria do capital humano. Também não é produtiva a serviço exclusivo do capital, como pretendiam os críticos (reprodutivistas) da referida teoria. Segundo Frigotto, a prática educativa escolar é contraditória uma vez que pode mediar tantos interesses do capital como os interesses da classe trabalhadora. Assim se coloca a luta pelo controle da escola que é uma luta pelo acesso efetivo ao saber elaborado.

Kuenzer relaciona na sua resenha textos que ampliam o conceito de educativo, tentando captá-lo no mundo do trabalho e não apenas na instituição escolar. São exemplos, seu próprio livro, em que tenta examinar como as relações de produção educam o trabalhador, ainda que a autora considere tal educação insuficiente daí a necessidade da educação escolar para a articulação do saber que se produz na prática com o saber teórico³²⁴. Noronha, examinando outro objeto a mulher trabalhadora, também preocupa-se em examinar como as relações de trabalho assalariado educam a mulher, enfatizando principalmente o aprendizado da resistência³²⁵. Kuenzer cita ainda os trabalhos de Machado³²⁶ e outros para concluir com a análise dos trabalhos de Arroyo para quem a burguesia conta com instrumentos próprios para constituir o trabalhador, pela própria organização da produção e do trabalho. Para Arroyo, a educação do trabalhador é negada pelo sistema capitalista, ainda que o acesso a escola esteja sendo relativamente liberado.

³²³ FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1984.

³²⁴ KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica*. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1985.

³²⁵ NORONHA, Olinda Maria. *De camponesa a "madame"*: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Loyola, 1986

³²⁶ MACHADO, Lucília R. de Souza. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

Arroyo questiona, de forma contundente, a redução que os pedagogos fazem do educativo ao escolar, para defender que o trabalho educa a classe trabalhadora apesar da escola. Ainda que a instrução possa ser democratizada, há um processo fundamental de educação que está no mundo do trabalho. Recupera portanto a positividade do trabalho na educação do trabalhador, questionando a ênfase dada a escola como espaço da educação do trabalhador.

*O trabalho moderno vem constituindo trabalhadores novos em consciência, com novo saber, nova capacidade de entender-se, de entender a realidade, as leis e a lógica que governam a natureza e a sociedade. Onde vem se dando esse aprendizado? Qual é o princípio educativo que vem tornando o povo mais sabido, ainda que continue tão pouco ou mal instruído?*³²⁷

Para Arroyo, o processo produtivo é uma instância educativa negligenciada pelos educadores formais. Mesma linha segue Nosella ao recuperar a visão socialista de trabalho como *poiéisis* (articulação teoria/prática, trabalho intelectual/trabalho manual) para questionar tanto as propostas conteudísticas, assistencialistas e tecnicistas como insuficientes para dar conta desta visão de trabalho diferente da visão burguesa.

³²⁷ ARROYO, Miguel. "Revendo ..." Op. Cit. p. 163

A inserção dos menores nas oficinas do Arsenal de Guerra

O trabalho era um dos elementos fundamentais do cotidiano dos menores. Sua presença nas oficinas do Arsenal de Guerra constitui mais que mera aprendizagem, configurando-se de fato como trabalho. Como se trata de trabalho real e não fictício, os meninos aprendem de fato os ofícios, contrariando as teses que apontam para o fracasso do ensino profissionalizante.³²⁸

Para as elites imperiais, o valor pedagógico do trabalho para disciplinar a população pobre infantil se sobrepõe a qualquer sentimento de ojeriza que a exploração de crianças pudesse provocar. Essa ojeriza, no entanto, é camuflada, revelando a ambigüidade de sentimentos.

São escassos os estudos sobre o trabalho infantil na história social brasileira.³²⁹ Os poucos estudos privilegiam o início da industrialização, quando a mão-de-obra infantil foi largamente utilizada ao lado da feminina. O trabalho infantil não começou com a indústria, embora as denúncias de sua exploração em níveis alarmantes tivessem contribuído para criar uma ojeriza ao trabalho infantil que se traduziu numa tentativa de escamoteamento, de dissimulação de um processo que ainda hoje existe.

³²⁸ Ver por exemplo FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. Op. Cit.

Um dos raros trabalhos que evidencia o trabalho infantil é o de Mott, que examina o cotidiano da criança escrava no Brasil Colonial, a partir da literatura de viagens.³³⁰ Em relação ao século XIX, destaca-se o trabalho de Marcílio, em que demonstra como *a roda de expostos se tornou, especialmente, a partir do Império, um celeiro de mão-de-obra e de serviços domésticos para casas de famílias, ... oficinas de artesãos e pequenas fábricas.*³³¹

Ao longo do período colonial e imperial, o trabalho infantil escravo e não-escravo co-existiu, como informa Mattoso:

*Esse caráter compulsório de ingresso na vida ativa talvez não tenha sido próprio somente do escravo. Nas camadas baixas livres da população a participação de crianças na vida ativa talvez tenha sido tão importante quanto a das crianças escravas. Ressalve-se, porém, que teoricamente, tal ingresso não tinha o mesmo caráter compulsório que quando se tratava de crianças cativas; a decisão pelo trabalho de uma criança era produto de um consenso familiar – mesmo no caso de família monoparental – e não de uma ordem emanada de um senhor e mestre.*³³²

Este capítulo pretende inicialmente comprovar a inserção das crianças no trabalho das oficinas, para evidenciar que essa exploração não era feita escancaradamente como supõe Marcílio, mas era disfarçada, escamoteada, indicando a existência de um sentimento de mal-estar perante a visão do trabalho infantil, a qual não era suficiente para diminuir as vantagens do trabalho precoce como disciplinador.

O Regulamento de 1842 previa que, além do ensino de primeiras letras, os menores deveriam aprender um ofício.

³²⁹ Ver uma exaustiva resenha dos estudos sobre trabalho infantil no século XX elaborados por economistas, sociólogos e educadores em PIRES, Júlio Manuel. *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. São Paulo: USP/FEA, 1988 (dissertação de mestrado).

³³⁰ MOTT, Maria Lúcia Barros. A criança na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 31, dez. 1979, p. 57-69.

³³¹ MARCILIO, Maria Luiza. “Iniciação dos expostos no mundo do trabalho”. In: _____. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 288-295.

³³² MATTOSO, Kátia de Queirós. “O filho da escrava”. In: PRIORE, Mary del (org.). *História da criança no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992. p. 94.

Os Aprendizes Menores serão obrigados a freqüentar a Escola de primeiras letras até saberem ler, e escrever, e se mostrarem correntes nas primeiras quatro operações de aritmética. No tempo das horas vagas serão entretidos nas diversas oficinas, em trabalhos próprios da sua capacidade: apenas esta o permitir, deverão ser aplicados como Aprendizes aos ofícios para que parecerem mais idôneos. ³³³

Já em 1843, o Governo Imperial, em sua primeira referência a recém criada Companhia de Aprendizes Menores, sugere ao presidente de província que regularize as aulas de desenho e de primeiras letras de maneira que os aprendizes *não sejam distraídos dos trabalhos das oficinas*. ³³⁴

Este aviso também determinou que a maioria dos menores se dedicasse aos ofícios de espingardeiro, serralheiro, ferreiro e coronheiro e que as aulas ocorressem apenas *desde o nascer do sol até a hora do almoço, empregando o resto do dia nos ofícios fabris, em que estiverem matriculados*.

Quando o número de operários nas oficinas era insuficiente, o trabalho era feito pelos menores, como prova o aviso do ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello determinando ao presidente da província, Pimentel, que destine aprendizes para a oficina de taneiros *como para aquelas em que forem poucos, ou insuficientes os operários*. ³³⁵

Esta prática era usual, com exceção dos trabalhos que exigiam forças físicas superiores às infantis:

(...) desde o tempo da minha diretoria está em prática admitirem-se os aprendizes menores da Companhia deste Arsenal nas oficinas para que cada um mostra vocação; todavia não se pode conseguir um deles, que estivesse habilitado para

³³³ Artigo 9º do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842.

³³⁴ Aviso do ministro da Guerra, Salvador José Maciel, ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 11/08/1843. Livro de Registro de Correspondência Oficial do Governo com o Ministério da Guerra (1839-1845). APMT nº 23 (060). Fl. 95 verso.

³³⁵ Aviso do ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, ao presidente de província de Mato Grosso, João José da Costa Pimentel. Rio de Janeiro, 9/11/1850. Livro de registro de avisos do Ministério da Guerra 1849-1851. APMT nº 39 (0105) fls. 120 e 120 v.

*suprir a falta do mestre tanoeiro, ainda mais por ser este ofício daqueles mais custosos de compreender-se principalmente um menor a quem faltam forças físicas para o trabalho; (...).*³³⁶

Outra situação – uma reclamação em relação ao preço cobrado pelo Arsenal de Guerra - comprova o trabalho infantil:

*Constando-me que pelo simples trabalho de armar catorze camas de ferro, trabalho que foi feito em um dia por um só mestre ferreiro e um aprendiz, exige esse Arsenal que o Hospital Militar lhe pague a quantia de vinte e oito mil réis, e parecendo manifestadamente exorbitante uma tal exigência, espero que V. M. me declare as razões que por ventura possam justificá-la.*³³⁷

A presença dos aprendizes nas oficinas é comprovada também nos ofícios do diretor do Arsenal de Guerra, solicitando contratação ou demissão de operários. Ao comentar a contratação de um oficial de latoeiros, o diretor diz que *a oficina precisa de trabalhadores, porque ela só tem aprendizes e o mestre, e mais um operário (...).*³³⁸

No mesmo ano, ao despedir um operário, o mestre alega que *o mesmo o desobedece, chegando a ponto de ameaçar-me, influenciando aos outros oficiais e aprendizes para me desrespeitarem (...).*³³⁹

O trabalho infantil nas oficinas pode ser percebido ainda nos incidentes ocorridos nas oficinas e relatados ao presidente de província. Ao denunciar o desacato do operário Amaro Francisco dos Santos, queixa-se o mestre da oficina de torneiros, Sebastião Luís da Costa:

³³⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/02/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

³³⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 22/11/1862. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fl. 189.

³³⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/03/1853. APMT Lata 1853 C/Arsenal de Guerra.

³³⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/12/1853. APMT Lata 1853 C/Arsenal de Guerra.

*(...) que no dia de ontem estando eu pacificamente dirigindo o trabalho da oficina e tendo mandado um aprendiz trabalhar no torno desocupado por ele, que estava em outro serviço, que não dependia do dito torno, entendeu que eu não devia fazer o aprendiz trabalhar, e respondeu-me insultantemente (...).*³⁴⁰

Acidentes nas oficinas envolvendo aprendizes comprovam também a existência do trabalho infantil:

*(...) ontem pelas 11 horas e meia do dia estando a oficina de ferreiros a trabalhar com as forjas acesas e fazendo chegar um aprendiz civil com alguma quantidade de carvão à mesma forja, em que estava apoiado um cano velho de espingarda que se achava carregado, disparara este com o calor do fogo, em virtude do que ficaram feridos o mesmo aprendiz de nome Antônio Maria e o da Companhia de Operários Militares José Brás Lopes, o primeiro sobre a costela do lado direito e o segundo na perna esquerda(...).*³⁴¹

Os aprendizes também trabalham fora do Arsenal. Em 1863, o diretor ao Arsenal de Guerra, ao enviar relação de obras manufaturadas nas oficinas, explica ao presidente de província que:

*nos trabalhos do Sobradinho, sob a direção do encarregado, que vai todos os dias examinar o serviço, acham se empregados, um oficial e dois aprendizes.*³⁴²

Em 1860, o Arsenal de Guerra cedeu quatro menores, que eram substituídos a cada oito dias, ao capitão do corpo de engenheiros Pedro Dias Pais Leme, encarregado de levantar a planta da cidade de Cuiabá.³⁴³

Os aprendizes assumiram, às vezes, tarefas originalmente destinadas a um preso. Em 1862, o aprendiz Feliciano da Silva Pais faltou à aula,

³⁴⁰ Parte do mestre Sebastião Luís da Costa anexa ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá. 1/08/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

³⁴¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/04/1874. APMT Caixa 1874 A/ Diretoria do Arsenal de Guerra.

³⁴² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/03/1863. APMT Lata 1863 C/Arsenal de Guerra.

³⁴³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 16/11/1860. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fl. 104v

porque foi enviado pelo guarda Francisco da Chaga Rodrigues, na *diligência de conduzir um esqueleto de boi*. O ajudante de pedagogo explica ao diretor do Arsenal de Guerra:

*O guarda da Companhia de Aprendizes Menores Francisco da Chaga Rodrigues tendo recebido ordem de V. S. para ir mostrar o lugar em que os menores tomaram banho a fim de fazer remover por um preso o esqueleto de um boi do lugar em que ontem os mesmos menores deixaram, cuja ordem foi reiterada hoje pela manhã cedo, o referido guarda sem qualquer motivo razoável contrariou a ordem de V. S. deixando de ir mandando para o referido lugar o menor Feliciano da Silva Pais, que por essa razão foi interrompida da lição de hoje(...).*³⁴⁴

Em algumas poucas ocasiões, o trabalho infantil chamou a atenção do presidente de província, que ordenou uma gratificação *de 200 réis, nos dias úteis, ao aprendiz (...) José Teixeira Alvares, pelo seu desenvolvimento.*³⁴⁵

Apesar da convicção de que o trabalho é a melhor maneira de educar os meninos pobres, há uma preocupação em escamotear a exploração infantil, que é disfarçada sob diferentes expressões: os meninos *freqüentam as oficinas, aprendem o ofício, distraem-se* ou são *entretidos* nas oficinas.

O relatório do diretor do Arsenal de Guerra de 1849 é característico:

*A Companhia de Aprendizes Menores compõem-se presentemente de 16 meninos, que aprendem a ler, a escrever, as quatro operações aritméticas, e o desenho, e todas as tardes freqüentam as oficinas, são alimentados, e vestidos regularmente, precisam somente de mais algum cômodo (...).*³⁴⁶

Em outros documentos, o trabalho é considerado oportunidade de aprendizagem:

³⁴⁴ Partes do pedagogo e do ajudante de pedagogo anexos ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra. Ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/02/1862. APMT Lata 1862 F/Assuntos Militares.

³⁴⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/07/1864. APMT Lata 1864 A/Arsenal de Guerra.

³⁴⁶ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 13/09/1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra.

*(...) cabe-me a honra de informar que este Arsenal está habilitado a fazer aquelas obras por preço igual, senão proximamente inferior, parecendo-me bastante justa a observação do inspetor da tesouraria quanto a preferência que poderia ser dada ao estabelecimento, aonde, com a fatura de móveis finos, muito lucrará a aprendizagem dos menores da casa. (...)*³⁴⁷

No horário de atividades dos aprendizes informado ao presidente de província, o trabalho infantil consta como *aprendizagem nas oficinas, do meio dia às quatro*.³⁴⁸

Os relatórios de ponto dos operários das oficinas denunciavam a presença dos menores nas oficinas. Por exemplo, em 1848, 18 aprendizes estavam distribuídos por seis oficinas, conforme se verifica no quadro abaixo:

Quadro 7 – Distribuição dos aprendizes por oficinas em 1849

Oficinas	Número de aprendizes
Sapateiros	3
Latoeiros	4
Torneiros	1
Armeiros	4
Ferreiros	2
Funileiros	4
Total	18

Fonte: Mapa do Estado atual da Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra da província de Mato Grosso, com as alterações ocorridas de 1º de janeiro a 30 de junho de 1849. Cuiabá, 31/07/1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra.

Comparando-se o número de aprendizes em relação ao total de trabalhadores nas oficinas, verifica-se a sua participação considerável na produção do Arsenal de Guerra: em algumas oficinas, como a de funileiros, são praticamente responsáveis por todo o serviço. Em novembro de 1851, os aprendizes somavam 50

³⁴⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/07/1861. APMT Lata 1861 C/Arsenal de Guerra.

³⁴⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/04/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

meninos para 31 artífices, 9 mestres, 5 oficiais e 3 serventes escravos, conforme se observa no quadro abaixo.

Quadro 8 – Trabalhadores das oficinas do Arsenal de Guerra em 1851.

Oficina	Mestres	oficiais	artífices	aprendizes	serventes escravos
Construção de reparos	1	-	4	-	-
Carpinteiros de obras brancas	1	-	3	5	-
Ferreiros	1	1	5	10	-
Correeiros, Seleiros e Sapateiros	-	-	8	7	-
Espingardeiros	1	1	3	8	-
Funileiros	1	-	1	10	-
Latoeiros	1	-	1	4	-
Alfaiates	-	-	2	-	-
Pintores	1	-	-	-	-
Torneiros	-	-	2	2	-
Tanoeiro	1	-	-	2	-
Coronheiros	-	1	2	1	-
Pedreiros	1	2	-	1	3
Total	9	5	31	50	

Fonte: Mapa da Companhia de Aprendizes Menores e Ponto dos Operários das Oficinas do Arsenal de Guerra de Mato Grosso relativos a novembro de 1851. APMT Lata 1851 C/ Arsenal de Guerra.

Na distribuição dos menores pelas oficinas, o diretor do Arsenal de Guerra considerava a constituição física dos menores e sua vocação aos ofícios, seguindo o texto da lei de 1842 que determinava:

Na designação dos ofícios deverá ter-se particular atenção à construção física dos menores, por forma que os menos robustos não sejam nunca destinados aqueles que possam exigir mais vigoroso serviço braçal. ³⁴⁹

Relatórios dos diretores do Arsenal de Guerra ao presidente de província confirmavam esta disposição:

Os educandos da Companhia de Aprendizes Menores distribuídos pelas oficinas segundo sua vocação e robustez têm mostrado muito aproveitamento quer nos

³⁴⁹ Artigo 18 das Instruções para execução do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842.

trabalhos destas, quer no ensino de primeiras letras, desenho, música e ginástica.
350

Era comum a transferência dos aprendizes entre as oficinas, para buscar o ofício que mais se adequasse a sua vocação. Assim, em 1849, João Garcia Leal que aprendia o ofício de tanoeiro, passou para a oficina de ferreiros *por ter vocação para aprender este ofício.*³⁵¹

João Capistrano de Oliveira, que ingressou no Arsenal de Guerra a 3 de julho de 1848, na oficina de latoeiros, passou para a de torneiros em março de 1849, para a de construção e carpinteiros em outubro de 1849 e novamente para de torneiros em novembro de 1850 *por ter mais capacidade que na oficina de construção.*³⁵²

Caciano de Sales Maciel, admitido em 15 de dezembro de 1848, começou na oficina de armeiros; em março de 1849, passou da oficina de latoeiros para a de correeiros.³⁵³ Em março de 1857, consta como operário da oficina de coronheiros.

Por outro lado, os menores Francisco de Toledo e Miguel João do Nascimento passaram para a oficina de correeiros, *por ter acabado o tempo de engajamento do mestre de tanoeiros.*³⁵⁴

³⁵⁰ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/01/1867. APMT Lata 1867 D/Assuntos Militares.

³⁵¹ Mapa da Companhia de aprendizes menores do Arsenal de Guerra de Mato Grosso relativo a fevereiro de 1849. APMT Lata 1849 A /Arsenal de Guerra.

³⁵² Mapas da Companhia de aprendizes menores do Arsenal de Guerra de Mato Grosso. APMT Latas 1849 A/Arsenal de Guerra, 1849 E/Arsenal de Guerra e 1850 D/Assuntos militares.

³⁵³ Mapa da Companhia de aprendizes menores do Arsenal de Guerra relativo a março de 1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra.

³⁵⁴ Mapa da Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra de Mato Grosso relativo a outubro de 1850. APMT Lata 1850 D/Assuntos Militares.

Houve casos em que a preocupação em adequar o trabalho às forças físicas do menor prevaleceu, como o de João Francisco de Sales Maciel, aprendiz tão doentio que não conseguia fardar-se e que tinha *apenas forças para trabalhar na oficina de funileiros, que não exige vigoroso desenvolvimento (...)*.³⁵⁵

Mestres contratados no Rio de Janeiro tinham como obrigação dirigir os trabalhos das oficinas e preparar os aprendizes como artífices e até mesmo como futuros substitutos.

Os primeiros mestres não foram bem sucedidos na tarefa de preparar discípulos por falta de aprendizes ou por resistência. Em 1847, um mestre alegou que não podia ensinar aprendizes porque a exposição ao *ardor do fogo ... concorria para o aumento do grave mal, que sofria de inflamação anterior (...)*.³⁵⁶

Em outra ocasião, o diretor do Arsenal de Guerra lamentou o término do contrato de um mestre que, apesar de sua habilidade, não conseguiu formar seu substituto.³⁵⁷

A partir de 1851, o governo imperial para garantir a formação de artífices e mestres, concede *a faculdade aos mestres das oficinas deste Arsenal ultimamente engajados na Corte para escolherem dentre os aprendizes da*

³⁵⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 18/02/1857. APMT Lata 1857 A/Arsenal de Guerra.

³⁵⁶ Não localizei o ofício original. Mas em ofício de 5 de julho de 1851 (Lata 1851 C/Arsenal de Guerra) ao presidente de província de Mato Grosso, o diretor reclama da insubordinação do mestre João Monteiro de Vasconcelos Mourão e cita este ofício. Ver Resistência ao trabalho.

³⁵⁷ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra, capitão Generoso Antônio de Moraes Cambará, ao presidente de província de Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 2/08/1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra.

*Companhia de menores alguns que apresentem mais aptidão não sendo distraídos nem mudados para outro destino (...).*³⁵⁸

A “faculdade” de escolher aprendizes transforma-se a partir de 1856 em obrigação contratual: ao final de seis anos, o mestre era obrigado a *apresentar pelo menos dois discípulos habilitados e capazes de serem considerados oficiais completos do respectivo ofício*. Para cumprir tal cláusula, o mestre teria o direito de escolher seis aprendizes menores, *os quais durante o dito prazo de seis anos não poderão ser distraídos da aprendizagem por mais de seis meses.*³⁵⁹

Se, ao final de seis anos, o mestre não apresentasse os discípulos habilitados, sofreria sanções: *o jornal lhe será reduzido de uma quarta parte por cada discípulo, que tiver deixado de habilitar até o fim do contrato e será obrigado a servir com esse jornal reduzido na proporção de mais um ano por cada discípulo inabilitado (...).*

Esta cláusula nem sempre pode ser cumprida, diante da impossibilidade de aumentar o número de menores no Arsenal de Guerra de Mato Grosso.³⁶⁰ Esta situação fez o mestre da oficina de serralheiros enviar um requerimento ao presidente de província, *pedindo que seja cumprida a condição de*

³⁵⁸ Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra de 10/06/1851 citado pelo ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso, Cuiabá, 3/09/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

³⁵⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso, Cuiabá, 14/01/1856. APMT Lata 1856 A/Assuntos Militares.

³⁶⁰ Em resposta ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra, o presidente de província de Mato Grosso responde que *esta presidência não está autorizada para elevar a mais de cinquenta o número dos aprendizes menores*. Cuiabá, 24/01/56. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 88 v.

seu contrato que lhe manda entregar seis aprendizes a sua escolha, a fim de não incorrer na condição nona do mesmo contrato. ³⁶¹

Aparentemente o requerimento não foi suficiente³⁶² pois o presidente de província consultou o Ministério da Guerra que reiterou que:

(...) o serralheiro desse Arsenal Simplicio José de Abreu pode escolher seis menores do mesmo Arsenal para ensinar-lhes o ofício de serralheiro. ³⁶³

O cumprimento dessa obrigação contratual foi exigido pelo presidente de província no término dos contratos ou em sua renovação:

Faça V. M. juntar ao presente requerimento documento pelo qual prove o mestre espingardeiro Venâncio Ribeiro de Melo ter dado prontos os discípulos de que faz menção. ³⁶⁴

Para decidir sobre pedido do mestre Antônio Soares de Proença, o presidente de província pede os seguintes esclarecimentos:

1º quais os trabalhos em que se ocupa ordinariamente a oficina de pintores; 2º por quem ha sido dirigida na ausência do suplicante; e 3º se o mesmo suplicante, no fim do tempo do seu exercicio, quer na oficina de pintores, quer na aula de desenho, deixou ou não alguns discípulos suficientemente habilitados, devendo no primeiro caso enviar-me uma relação deles. ³⁶⁵

³⁶¹ O presidente de província de Mato Grosso pediu informações sobre esse requerimento ao diretor do Arsenal de Guerra, em ofício de 23/06/1858. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fls. 13 e 13v.

³⁶² Poucos documentos do Arsenal de Guerra relativos ao ano de 1858 foram localizados nas latas do APMT. Assim não foi possível localizar a resposta do diretor do Arsenal de Guerra.

³⁶³ Aviso do Ministério da Guerra de 6/11/1858 citado pelo ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 18/01/1859. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 41.

³⁶⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 20/10/1860. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fl. 101v.

³⁶⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 27/02/1862. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fl. 152.

O diretor do Arsenal de Guerra informa o cumprimento da obrigação contratual:

*Antônio Soares de Proença deixou alguns aprendizes de sua oficina que praticamente quer na pintura, quer no desenho, trabalham regularmente, sendo eu por isso levado a crer que se continuassem eles nesse ramo de instrução com a necessária aplicação se não os três ao menos um ficaria no caso de o poder substituir (...).*³⁶⁶

Pede ainda aumento de gratificação ao mestre de espingardeiros, Venâncio Rodrigues, para elevar seu jornal à quantia de 7\$000 réis diários, alegando que:

*pela sua pericia, esmero e dedicação ao serviço, já por que além dos dois aprendizes que apresentou, outros tantos estão quase no caso dos primeiros (...).*³⁶⁷

Aos 16 anos, os menores passavam a mancebos e para poderem receber uma gratificação, o diretor encaminhava um parecer do mestre da oficina sobre a aplicação do aprendiz ao trabalho.

o aprendiz menor Antônio Eugênio da Silva que há pouco mais de um ano trabalha na oficina de armeiros é pronto e aplicado naquela oficina

o aprendiz menor Antônio Eugênio da Silva que está há um ano, mais ou menos, na oficina de espingardeiros, e que pela sua boa memória acha-se bem adiantado na dita oficina, sendo bem assíduo ao seu trabalho, muito obediente ao seu mestre....
³⁶⁸

Os pareceres sobre outros aprendizes são bastante semelhantes.

Diz o mestre Júlio Batista da Costa:

³⁶⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/06/1864. APMT Lata 1864 A/Arsenal de Guerra.

³⁶⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/07/1864. APMT Lata 1864 A/Arsenal de Guerra.

³⁶⁸ Pareceres do ajudante de diretoria e do mestre de oficina anexos ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/08/1849. APMT Lata 1849 A/ Arsenal de Guerra.

*O aprendiz menor João Capistrano de Oliveira Gago, que se acha na oficina de torneiros deste Arsenal aprendendo ofício tem tido adiantamento. tem vontade de aprender, é pronto e obediente, mostra ser bom oficial para o futuro, por isso que o julgo merecer a gratificação de 200 réis nos dias úteis. (...)*³⁶⁹

O mestre João Anteportam Latinam usa os mesmos termos para avaliar o menor Manoel Leite, mas ressalva quanto a Manoel da Paixão:

nada posso dizer, mas do que o pouco tempo que entrou nesta oficina tem sido obediente, e pronto, e tem vontade de aprender.

Esse mesmo Manoel da Paixão, alguns anos depois, receberá uma avaliação positiva:

Manoel da Paixão... está bem adiantado, já faz barris e outras obras miúdas, é assíduo no trabalho, obediente, e tem bom comportamento, e está habilitado a vencer 240 reis diários.

*o soldado da companhia de artífices Manoel da Paixão, que se acha aprendendo o ofício de tanoeiro, já está adiantado no mesmo ofício, pois que sabe preparar as madeiras e armar qualquer barril, e outras obras do seu ofício, e conclui com desembaraço com pequeno ensino do mestre. É pronto, aplicado e subordinado, e por isso parece me pode vencer o jornal de duzentos e quarenta reis nos dias úteis....*³⁷⁰

O Regulamento de 1872 passa a exigir que os aprendizes demonstrem “*vocação para os ofícios mecânicos*” para ingressarem na Companhia de Operários Militares:

*Art. 177 Os aprendizes artífices que completarem 16 anos de idade e houverem mostrado vocação para os ofícios mecânicos passarão como efetivos para o corpo de operários militares do Arsenal; aqueles, porém, que até essa idade mostrarem negação para tais ofícios, ou quiserem seguir a carreira das armas, serão transferidos para o depósito de aprendizes artilheiros.*³⁷¹

³⁶⁹ Pareceres de mestres de oficinas anexos ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 20/09/1850. APMT Lata 1850D/Assuntos Militares.

³⁷⁰ Pareceres do mestre de oficina e do ajudante de diretor anexos ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 19/04/1853. APMT Lata 1853A/Arsenal de Guerra.

³⁷¹ Decreto nº 5118, de 19 de outubro de 1872. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1872. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, s.d.

A inserção no processo real de trabalho foi bem sucedida. Uma relação de 1875 evidencia que a maioria dos aprendizes aprendeu um ofício: apenas dois não estavam em condições de serem operários militares – um por *sua má organização física* e o outro *por não ter vocação para ofício algum*. Os demais aprenderam a ler, escrever e contar, além de um ofício.³⁷²

Os aprendizes que não tinham “*vocação para os ofícios*” eram enviados aos corpos militares estacionados na fronteira, devido a dificuldade de encaminhá-los ao depósito de aprendizes artilheiros situado no Rio de Janeiro.

³⁷² Relação nominal dos aprendizes artífices deste Estabelecimento que se acham compreendidos na disposição do artigo 177 do regulamento de 19 de outubro de 1872. Anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/01/1875. APMT Lata 1875 B/Arsenal de Guerra.

Os conteúdos formais da educação

Além de dominar um ofício, os aprendizes precisavam aprender os conteúdos escolares fundamentais para sua vida profissional: a leitura, a escrita e as operações aritméticas. Tais conhecimentos eram necessários para a elaboração de relatórios, de orçamentos e para o cálculo e pedido de matérias primas. É o que deixa claro, o diretor do Arsenal de Guerra ao negar a renovação do contrato de um mestre:

*[O mestre] Simplicio não sabe ler, nem escrever, resultando disto grande inconveniente à marcha do serviço, pois que sendo os mestres e encarregados obrigados a apresentarem no fim de cada mês o quadro de suas respectivas oficinas e o pedido por escrito da matéria prima, para os trabalhos das mesmas, assim como ter em dia e bem escriturados os seus quadros de inventário relativamente às matérias primas recebidas e aquelas que foram consumidas, indispensável se torna que eles saibam ao menos assinar seus nomes (...)*³⁷³

Segundo o Regulamento de 1842, os aprendizes deveriam receber no Arsenal de Guerra uma *educação tão desvelada como a que os bons pais de família devem dar a seus filhos.*³⁷⁴

Essa educação desvelada se traduzia formalmente em aulas de primeiras letras, desenho linear, e música instrumental³⁷⁵ além da instrução da doutrina e rezas cristãs.³⁷⁶

³⁷³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/07/1863. APMT Lata 1863 C/Arsenal de Guerra.

Apesar de previsto em lei desde 1842, em Mato Grosso, o ensino de desenho teve início apenas em 1848, o de música foi autorizado apenas em 1850 e o primeiro professor de ginástica foi contratado em 1864.

O regulamento de 1872 introduziu ainda o ensino de geometria aplicada às artes.³⁷⁷

Os documentos trazem poucas informações sobre as aulas. A maioria dos ofícios do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província refere-se a processos de admissão e/ou demissão de professores ou a reclamações contra sua “inaptidão”.

Um único documento informa como era a distribuição dos horários de aula em 1863.³⁷⁸

*Comunico (...) que o ensino escolar acha-se distribuído pelo modo seguinte:
Leitura, escrita e contabilidade, das 6 às 9
Desenho linear, das 10 ao meio-dia
Aprendizagem nas oficinas, do meio-dia às 4
Música, das 4h e ½ às 7.*

Durante as aulas, nem sempre os meninos estavam isolados de outros adultos. Um ofício do diretor do Arsenal de Guerra denuncia um soldado por *conversar com menores (...) usando frases desonestas.*³⁷⁹

³⁷⁴ Art. 5º do Regulamento no. 113.

³⁷⁵ Art. 8º do Regulamento no. 113.

³⁷⁶ Art. 17 das Instruções do Regulamento no. 113.

³⁷⁷ Art. 174 do Decreto nº 5118, de 19 de outubro de 1872.

³⁷⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/04/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

³⁷⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/10/1861. APMT Lata 1861 C/Arsenal de Guerra.

Segundo o regulamento, *os Aprendizizes Menores serão obrigados a freqüentar a Escola de primeiras letras até saberem ler, e escrever, e se mostrarem correntes nas primeiras quatro operações de aritmética.*³⁸⁰

Os meninos iniciavam imediatamente o aprendizado das primeiras letras, assim que ingressavam no Arsenal de Guerra. Não há uma descrição do método adotado³⁸¹, mas a partir dos relatórios mensais sobre o *estado de adiantamento* dos aprendizes na aula de primeiras letras, é possível inferir alguns procedimentos utilizados no ensino da aritmética, da leitura e da escrita.

Não havia separação por faixa etária ou adiantamento nos estudos. Os meninos aprendem simultaneamente: uns estão na tabuada, outros nas contas de somar, diminuir ou *de repartir*.

Comparando a evolução dos alunos nos 14 mapas da Companhia de Aprendizizes Menores, de 1842 a 1848,³⁸² observa-se que o ensino da leitura antecede o da escrita, que a tabuada antecede as quatro operações aritméticas. No ensino da leitura, é possível ter algumas noções da seqüência do ensino, a partir das informações sobre o adiantamento de cada aluno: *lê soletrado, está na carta de nomes, se acha em ABC, lê corrente*.

³⁸⁰ Art. 9º do Regulamento nº 113.

³⁸¹ O Exército adota o método do ensino mútuo desde 1823. De acordo com este método, desenvolvido por Joseph Lancaster e Andrew Bell, alunos mais adiantados ensinariam os mais atrasados, auxiliando o professor a atender ao mesmo tempo uma turma relativamente numerosa e heterogênea. Diferencia-se do ensino individual, em que o professor atende, ainda que por alguns minutos, cada aluno individualmente e seapradamente e também do ensino simultâneo, em que os alunos são divididos em turmas homogêneas. Ver BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA Filho, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. ensino Sobre o fracasso da adoção do ensino mútuo em Goiás, por falta de condições materiais, ver BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. p. 139-154.

³⁸² A partir de novembro de 1848, os mapas sobre os aprendizes passam a ser mais sintéticos. Ao invés de enumerar todos os menores, trazem uma tabela com a distribuição do número de menores por oficina. Apenas incidentes excepcionais como doenças ou fugas são registradas nas observações.

Quanto ao ensino da escrita, os meninos começam a escrever *por dois regrados* (*) ou *dois riscos*, depois por *um regrado*(*) ou *um riscado*. Escrevem ainda *por pauta*, *por um quarto quadrado*, *por ½ quarto de papel*, até conseguir *escrever em branco*.

As primeiras relações de menores encaminhadas pelo diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província dão algumas informações sobre os procedimentos utilizados.

Joaquim José de Paiva, 11 anos, passou para cartas de nomes, está principiando a escrever.

*Manoel de Souza Brandão, 13 anos, está adiantado em ler, escrever, falta-lhe as contas.*³⁸³

Dois meses depois, Joaquim já *está lendo escrito e escrevendo em dois regrados*.³⁸⁴

Quanto ao aprendizado da escrita, a relação dos menores do Arsenal de Guerra³⁸⁵, com o *estado de instrução* informa que

Antônio dos Santos, 15 anos, escreve por dois riscos (...); José Duarte Ribeiro, escreve por pauta (...); Francisco Pires Camargo por um regrado (...); João Pires de Camargo, por dois riscos (...).

A heterogeneidade dos alunos, a defasagem em relação à idade e diferença dos ritmos de aprendizagem pode ser observada nas Relações mensais encaminhadas pelo pedagogo, das quais segue-se um exemplo abaixo:

³⁸³ Relação dos menores aprendizes neste Arsenal encaminhada pelo diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, outubro de 1842. APMT Lata 1842 A/ Assuntos Militares.

³⁸⁴ Relação dos menores aprendizes neste Arsenal encaminhada pelo diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/12/1842. APMT Lata 1842 A/ Assuntos Militares.

³⁸⁵ Relação dos menores do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 31/08/1843. APMT Lata 1843 B/Arsenal de Guerra.

Quadro 9 – Estado de instrução dos aprendizes em 1843

No	Nomes	idades	quando recebidos	estado de instrução
1	Antônio dos Santos	15	15/3/42	escreve por dois riscos, e está na tabuada
2	Joaquim da Cruz	10	13/7/42	idem, idem idem
3	José Duarte Ribeiro	12	28/7/42	idem por pauta, em conta de multiplicar
4	Francisco da Silva	15	3/11/42	idem idem idem
5	Cândido Porfírio	10	25/1/43	lendo carta de nomes
6	Francisco de Camargo	idem	28/1/43	escreve por 1 regrado, em conta de diminuir
7	João Pires de Camargo	9	idem	idem por 2 riscos, idem
8	Pedro Pires de Camargo	7	idem	idem, 1 quarto quadrado, e está na tabuada
9	Pedro Luís de Alcântara	9	16/2/43	idem ½ quarto de papel
10	Feliciano da Silva	7	idem	lendo carta de nomes
11	Joaquim do Nascimento	16	16/2/43	escreve por 1 regrado, em conta de diminuir
12	João Ferreira da Silva	idem	idem	idem por pauta, em repartir
13	André Joaquim Pais	12	21/2/43	idem por 2 riscos, está na tabuada
14	Malaquias Martins	9	idem	idem, por ½ quarto de papel
15	Francelino de Moraes	8	14/3/43	idem por 2 riscos, e está na tabuada
16	Pedro das Neves	idem	24/3/43	em branco, e lendo cartas
17	Antônio de Oliveira	14	19/4/43	escreve por ½ quarto de papel e lendo cartas
19	Antônio Teixeira	9	2/5/43	

Fonte: Relação dos menores do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 31/08/1843. APMT Lata 1843 B/Arsenal de Guerra.

O aprendizado é lento. Joaquim Marques da Cruz foi admitido na Companhia de Aprendizes Menores a 13 de julho de 1842 (foi o oitavo) e consta de vários mapas até novembro de 1848. Examinando os registros (vide resumo abaixo) sobre sua instrução, é possível acompanhar o processo demorado de aprendizagem:

Quadro 10 – Evolução da aprendizagem de Joaquim Marques da Cruz

Data do mapa	Estado da instrução
6/10/1842	Passou a carta de nomes, está principiando a escrever.
6/12/1842	Está lendo escrito. Escrevendo em dois regrados.
31/08/1843	Escreve por dois riscos e está na tabuada.
3/12/1847	Lê, escreve e faz conta de somar.
6/03/1848	Lê, escreve e faz conta de somar.
30/09/1848	Lê, escreve e faz conta de diminuir.

Fonte: Relações dos menores aprendizes do Arsenal de Guerra. APMT. Vide nota ³⁸⁶.

³⁸⁶ O quadro foi construído reunindo-se as informações referentes ao aprendiz Joaquim Marques da Cruz, disponíveis nos mapas existentes de 1842 a 1848.

Até 1872, o pedagogo ou ajudante de pedagogo era responsável pela instrução elementar dos aprendizes, ainda que a contragosto de alguns, como Manoel Apolidogino, que dizia ter sido contratado como pedagogo e não como professor.

Uma longa denúncia formulada pelo ajudante de diretoria contra Manoel Apolidogino de Araújo Ramos explicita algumas das funções do pedagogo do Arsenal de Guerra:

*Falando do irregular e imoral procedimento deste empregado, permita-me V. S. que alguma coisa diga sobre o comportamento que tem tido o atual pedagogo Manoel Apolidogino de Araújo Ramos, que, dotado de um caráter nimiamente volúvel, e incapaz de persistir em qualquer emprego por melhor que ele seja, desde o primeiro dia de sua admissão neste Arsenal mostrou logo má vontade de servir, quando ele próprio havia solicitado com empenho este emprego. E o que é mais de admitir é que na mesma ocasião em que este indivíduo prestou juramento, protestou não dar cumprimento ao regulamento na parte que trata do ensino por ser pedagogo e não professor, como se os lugares fossem distintos. (...)*³⁸⁷

Na reclamação que o diretor encaminhou ao presidente de província, outras informações sobre os procedimentos didáticos:

(...) e o que é certo, infelizmente, é que pouco ou nada se importa com o ensino, e os menores abandonados ao seu capricho, nenhum aproveitamento têm tido, quer na escrita, quer em leitura, e muito menos em contabilidade, onde o atraso é muito maior, porque existindo uns mais atrasados que outros, quer caprichosamente que estes esperem por aqueles, e ainda por outros que ignoram completamente a tabuada, e assim sucessivamente, para poder ele ensinar esta matéria a todos conjuntamente, sendo de notar que existem já muitos meninos sabendo até a conta de multiplicar e dividir, mas que a pretexto tão frívolo do mestre vão desaprendendo pouco a pouco.

Para cuidar dos aprendizes menores, estava previsto o cargo de Pedagogo desde o regulamento dos Arsenais de Guerra de 1832. A medida que suas

³⁸⁷ Parte do Ajudante de Diretoria ao diretor do Arsenal de Guerra anexo ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/02/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

funções vão se tornando mais complexas, parte de suas tarefas vai sendo atribuída a outros profissionais.

Pelo regulamento de 1832³⁸⁸, o pedagogo, imediatamente sujeito ao vice-diretor (no Arsenal da corte) ou ao ajudante de diretor (nos arsenais provinciais), *terá a seu cargo a educação moral, e arranjos domésticos dos menores. Cuidará da sua comida, lavagem de roupa, e mais objetos indispensáveis, e para este fim habitará na mesma casa, em que eles morarem.* (art. 55)

O artigo seguinte estabelecia que: *O Pedagogo dos Aprendizizes menores terá igualmente a seu cargo o ensino dos mesmos, seguindo o método lancasteriano: para o que lhe serão fornecidos pelo Arsenal os utensis (sic), e mais objetos necessários, bem como pedras, papel, tintas, penas, lápis, régua, exemplares, tabuadas, livros, etc.*

Em 1838, o governo imperial aprova os Estatutos³⁸⁹ para o Estabelecimento dos aprendizes menores do Arsenal de Guerra e propõe novas atribuições ao pedagogo, mas prevê o auxílio de um guarda e dois serventes, para cada 50 meninos.

Art. 2º O pedagogo acompanhará os seus discípulos quer dentro, quer fora do Arsenal, sempre que estes forem se apresentarem incorporados, e nos atos os mais solenes, quando lhe for determinado; fará os pedidos que for necessário para o Estabelecimento dos menores, assistirá à mesa às horas de comida e às rezas, inspecionará o asseio dos menores, e do Estabelecimento.

O Regulamento de 1842 resume as atribuições do pedagogo no art. 15:

³⁸⁸ Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832 (Atos do Poder Legislativo de 1832 e Atos do Poder Executivo de 1832). 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 31-50.

³⁸⁹ Decreto nº 52 - Guerra - 22 de março de 1838. In: FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Op. cit. vol.2. p. 156-8.

A administração econômica de tudo quanto for relativo ao tratamento pessoal dos aprendizes menores, e à sua educação será confiada a um Pedagogo, debaixo da imediata inspeção do vice-diretor do Arsenal de Guerra respectivo, e da superintendência do Diretor. O mesmo pedagogo vencerá, além de casa para sua habitação dentro dos Arsenais, a gratificação que o governo julgar conveniente arbitrar-lhe.

O regulamento prevê ainda no artigo 16 *um ajudante do Pedagogo, que o substituirá nos seus impedimentos, um guarda para cada 50 menores, e os serventes que forem necessários, com a gratificação que o governo lhes abonar.*

O pedagogo acumulava também o cargo de professor de primeiras letras.

Art. 17. O pedagogo, e o seu ajudante poderão acumular os lugares de professores das aulas, que existirem nos arsenais, tendo as habilitações necessárias.

A leitura do artigo 17 pode sugerir que os arsenais provinciais poderiam ter um professor separado do pedagogo. Tal situação, no entanto, não ocorreu em Mato Grosso, antes do regulamento de 1872, que criou as funções de professor de primeiras letras e de coadjuvante de professor de primeiras letras, separadas do pedagogo.³⁹⁰

Em 1863, o diretor do Arsenal de Guerra deixa claro que os cargos de pedagogo e de professor não são distintos, ao reclamar do procedimento do pedagogo Manoel Apolidogino de Araújo Ramos, já citado.³⁹¹

Desde 1832, a nomeação do pedagogo é privativa do presidente de província (nos arsenais provinciais) e do ministro da Guerra (no Arsenal da Corte), a partir de proposta do diretor.

³⁹⁰ Art. 329 do Título VI Dos Arsenais e depósitos de artigos bélicos das províncias. Decreto 5118, de 19 de outubro de 1872. p. 977 e 978.

³⁹¹ Parte do ajudante do diretor ao diretor do Arsenal de Guerra anexo ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/02/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

Em 1838, o governo imperial detalha os procedimentos para nomeação do pedagogo: o diretor deverá ter *o maior escrúpulo na averiguação dos costumes do candidato, e preferirá em igualdade de circunstâncias os chefes de família, e aos Sacerdotes maiores de 40 anos.* ³⁹²:

O Regulamento de 1872 passa a exigir que o pedagogo seja um oficial reformado ou honorário do exército. ³⁹³

Através do exame dos requerimentos dos candidatos ao cargo de pedagogo, dos motivos de recusa ou de aprovação, é possível perceber melhor os critérios de admissão. A falta de idade foi um dos motivos mais citados para justificar a recusa de um candidato. Aparentemente ao critério técnico que verificaria as habilitações do candidato, somava-se um critério filantrópico, pois os candidatos alegavam *pobreza, necessidade de sustentar uma avó ou filhos.* ³⁹⁴

Entre os pedagogos da Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra de Mato Grosso, destacam-se dois padres, dois ex-apontadores e três militares. Dos demais não se sabe a profissão anterior. Os padres predominaram no início da Companhia de Aprendizes, momento em que o regulamento preconizava que o diretor do Arsenal de Guerra desse preferência a sacerdotes para cuidar dos menores. O padre Antônio Joaquim Seixas foi pedagogo de 22 de setembro de 1845 a 28 de maio de 1847, tendo pedido demissão porque *estando próximo a celebrar sua primeira missa, necessita mais assiduidade no estudo da rubrica (...)*. ³⁹⁵

³⁹² Artigo 16 do Estatuto de 1838. In: FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Op. cit. vol.2. p. 156-8.

³⁹³ Artigos 125 e 327 do Decreto nº 5118, de 19 de outubro de 1872.

³⁹⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/10/1848. APMT Lata 1848 B/Assuntos Militares.

³⁹⁵ Requerimento do Padre Antônio Joaquim Seixas ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá. s.d. APMT Lata 1847 A/Obras pias. A demissão foi concedida pelo presidente de província de Mato Grosso conforme ofícios ao pedagogo e ao diretor do Arsenal de Guerra, datados de 28/05/1847. Livro de registro da

(As notas continuam na próxima página)

Quadro 11 – Relação de pedagogos do Arsenal de Guerra de Mato Grosso

Nome	Data nomeação/posse	Data demissão/ exoneração
José Augusto de Figueiredo ³⁹⁶	sem informação	16/09/1845
Padre Antônio Joaquim Seixas ³⁹⁷	22/09/1845	28/05/1847
Padre José Joaquim Vasconcelos Pinto	29/05/1847	08/01/1848
Apontador Joaquim da Costa Leme	15/02/1848	20/10/1848
Padre José Joaquim Vasconcelos Pinto	24/11/1848	
José da Costa Arruda	??/06/1849	01/04/1856 ³⁹⁸
José Maria das Neves	24/11/1856	17/09/1862
Manoel Apolidogino Araújo Ramos ³⁹⁹	17/09/1862	09/05/1863
Apontador Joaquim Augusto Pereira	09/05/1863	27/01/1865
Turíbio Tertuliano de Almeida	20/04/1865	
João Batista Monteiro	03/04/1868	30/11/1870
Tem. honorário Manoel Joaquim Oliveira	30/11/1870	04/04/1872
Jorge de Veneza Campos ⁴⁰⁰	04/04/1872	26/12/1883
Cap. honorário Lycério Augusto Pereira ⁴⁰¹	26/12/1883	06/05/1886
Ten. honorário Antônio Maria Teixeira do Lago ⁴⁰²	10/5/1886	17/06/88
Salvador Rodrigues Silva ⁴⁰³	19/09/1888	
João Febrônio Cerqueira Caldas	29/04/1889	16/01/1891
José Alexandre Monteiro	17/01/1891	
Pedro Fernandes Povoas	02/05/1891	

Fonte: Ofícios do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. APMT.

correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do Arsenal de Guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090 fl.56.

³⁹⁶ Deve ser o primeiro pedagogo do Arsenal de Guerra de Mato Grosso. Sua assinatura já aparece em documentos relativos aos menores em 17 de maio de 1843.

³⁹⁷ Professor público de primeiras letras na Freguesia D. Pedro II.

³⁹⁸ Apontador Ricardo José Rodrigues assume interinamente o cargo de pedagogo.

³⁹⁹ Foi ajudante de pedagogo, de 19 de abril de 1860 a 31 de maio de 1862.

⁴⁰⁰ Amanuense, a 17 de outubro de 1868, pediu ao presidente de província de Mato Grosso o lugar de ajudante de pedagogo. Civil exonerado por não atender exigências do Regulamento de 1872 que exigia um pedagogo militar (reformado ou honorário), volta ao Arsenal de Guerra como professor de primeiras letras a 14 de junho de 1891.

⁴⁰¹ Exonerado pelo presidente de província de Mato Grosso, após grave denúncia do diretor, voltou ao Arsenal de Guerra como adjunto da diretoria a 18 de janeiro de 1890.

⁴⁰² Oficial Coadjuvante do Arsenal de Guerra. Promovido a ajudante de diretoria a 17 de junho de 1888, assume interinamente como pedagogo o ajudante Sargento reformado João Gomes de Araújo, que fica até 19/09/88.

⁴⁰³ Porteiro do Arsenal de Guerra. Assumiu o lugar de pedagogo por falta de candidato. Volta ao cargo de porteiro com a nomeação do pedagogo. Em 1891, passou a ajudante de pedagogo

O segundo foi o padre José Joaquim Vasconcelos Pinto, que foi pedagogo duas vezes: a primeira de 29 de maio de 1847 a 8 de janeiro de 1848, quando pediu demissão após conflito com o ajudante de diretoria (que a documentação não esclarece). Quando o cargo vagou novamente com a morte do pedagogo que o substituiu (o apontador Joaquim da Costa Leme), o padre Pinto alegou indigência para solicitar o emprego de pedagogo:

*Diz o Padre José Joaquim de Vasconcelos Pinto que ele suplicante pelos serviços prestados nesta província há 28 anos, tem toda a razão de merecer de V. Exa como delegado de S. M. Imperador, um meio de subsistência decente, visto que os reveses da fortuna o têm posto em estado de indigente, por isso vem implorar a V. Exa. a graça de o empregar no Arsenal de Guerra no emprego de pedagogo, ou outro qualquer que faça mais suave os seus continuados sofrimentos (...).*⁴⁰⁵

Apesar do baixo salário reservado ao pedagogo, sempre surgiam candidatos ao posto, inclusive funcionários do próprio Arsenal de Guerra. Destacaram-se dois apontadores (Joaquim da Costa Leme e Joaquim Augusto Pereira) que preferiram cuidar dos menores a controlar horários de entrada e de saída dos artífices nas oficinas. Vários outros empregados do Arsenal de Guerra que pleitearam o cargo, em ocasiões diversas, não foram atendidos. Este foi o caso do amanuense Joaquim Teodoro de Faria, que concordava inclusive com a redução de salário:

*(...) o motivo do mesmo suplicante solicitar um emprego menos retribuído do que o que exerce, é que o trabalho sedentário de amanuense é excessivo para a debilidade do suplicante que aliás pode com menos incômodo fazer o serviço do pedagogo por ser de diversa natureza (...).*⁴⁰⁶

⁴⁰⁴ Requerimento do Padre Antônio Joaquim Seixas ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá. s.d. APMT Lata 1847 A/Obras pias. A demissão foi concedida pelo presidente de província de Mato Grosso conforme ofícios ao pedagogo e ao diretor do Arsenal de Guerra, datados de 28/05/1847. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do Arsenal de Guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090 fl.56.

⁴⁰⁵ Requerimento do padre José Joaquim de Vasconcelos Pinto ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/11/1848. APMT Lata 1848 B/Assuntos Militares.

⁴⁰⁶ Requerimento de Joaquim Teodoro de Faria anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/10/1848. APMT lata 1848 B/ Assuntos Militares.

A preferência dos militares, que será formalizada pelo Regulamento de 1872, já era defendida pelo diretor do Arsenal de Guerra de Mato Grosso em 1863:

(...) permita me V. Exa. ainda uma vez opinar na pessoa do alferes reformado do exército Francisco José dos Santos Pulcherio, para o provimento deste lugar. De todos os pretendentes, é este a meu ver o mais idôneo, não só por suas habilitações escolares, mas ainda por que sendo de um caráter probo, bem desempenharia as atribuições (...) confiadas ao pedagogo. A estas razões acresço que, sendo os menores destinados a passarem para os corpos do exército, muito conviria que eles desde a sua infância fossem logo recebendo a educação militar necessária e indispensável ao serviço do exército, por isso, e por que o dito alferes esteja nessas condições, parece-me que a não ser ele atendida, então poderá ser, por também já ter servido no exército, o cidadão Joaquim Augusto Pereira, apontador deste Arsenal, de preferência a quaisquer outros, que, como estes, não tenham o tirocínio militar preciso. Releve V. Exa. o me ter alongado mais do que o que devia; o motivo é o desejo que tenho de que o lugar de pedagogo seja bem preenchido. ⁴⁰⁷

Apesar da recomendação, o presidente de província nomeou o apontador Joaquim Augusto Pereira, para o lugar de pedagogo.⁴⁰⁸

Os pedagogos militares foram o tenente honorário Manoel Joaquim de Oliveira, capitão honorário Lycério Augusto Pereira e tenente honorário Antônio Maria Teixeira do Lago.

Os pedagogos do Arsenal nem sempre escaparam das críticas do diretor. *Caráter volúvel, gênio arrebatado, inábil e vadio* – são alguns dos termos utilizados na correspondência encaminhada ao presidente de província.

A primeira demissão – a de José Augusto de Figueiredo – ocorreu a 16 de setembro de 1845, *em consequência de sua insuficiência e nenhum zelo no preenchimento dos seus deveres.* ⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/05/1863. APMT Lata 1863 D/ Aprendizes Menores.

O diretor já havia reclamado do pedagogo no relatório anterior:

[Os empregados] desempenham bem suas obrigações com exceção do Pedagogo e Professor dos menores que, além de não ter conhecimentos de gramática, nem de música, nem de desenho, cuida pouco de suas obrigações, é de gênio nimiamente arrebatado. Cuido porém que com o crescimento da idade, e com a impressão que lhe devem fazer as minhas repetidas e nunca interrompidas admoestações, virá a vivenciar a falta que há de um homem adequado a este importante ministério. ⁴¹⁰

Em julho, o diretor informa ao presidente de província que o pedagogo está doente e com esta falta estão os menores sem ter quem os veja. ⁴¹¹

Em agosto, nova queixa: o pedagogo ausentou-se e até esta data não se apresentou. ⁴¹²

Em setembro, a reclamação definitiva que resultaria na demissão do pedagogo:

(...) o pedagogo está ausente sem licença desde 6 do mês próximo passado. Por duas vezes mandou recados ao tenente ajudante da direção, dizendo que ia tomar remédios para tratar de sua saúde bastante arruinada, o que é falso por que o atestado que ele apresentou a V. Exa. disse que precisa de 15 dias para seu tratamento. Não é a primeira vez que me queixo a V. Exa. do desmazelo e relaxação deste empregado e asseguro a V. Exa. que com ele não é possível que eu de boa conta de mim. Falta completamente aos seus deveres entretanto consta-me que saíra da cidade a negócios. (...) ⁴¹³

⁴⁰⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 9/5/1863. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 24.

⁴⁰⁹ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7 de janeiro de 1846. APMT Lata 1846 A/ Documentos Avulsos.

⁴¹⁰ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 16 de maio de 1845. APMT Lata 1845 B/ Assuntos Militares.

⁴¹¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 9/07/1845. APMT Lata B/ Assuntos Militares (Arsenal de Guerra).

⁴¹² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/08/1845. APMT Lata 1845 B/ Assuntos Militares (Arsenal de Guerra).

⁴¹³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 3/09/1845. APMT Lata B/ Assuntos Militares (Arsenal de Guerra).

A 16 de setembro de 1845, Figueiredo foi demitido pelo presidente de província que pediu ao diretor que indicasse novo pedagogo.

Esse, no entanto, não foi o padrão nas demissões dos pedagogos do Arsenal de Guerra. Ano após ano, relatório após relatório, os diretores informam que os pedagogos cumprem bem os seus deveres até que desentendimentos – provavelmente de ordem político-partidária provocam avaliações críticas em relação ao seu desempenho e conseqüentemente sua substituição.

Foi o caso de José da Costa Arruda, que em 1849 *desempenha satisfatoriamente com os seus deveres*, mas que em 1855 desentende-se com o diretor e pede demissão:

Levando a presença de V. Exa. o incluso requerimento pelo qual José da Costa Arruda, pedagogo da Companhia de aprendizes menores, sem apresentar atestado de facultativo, pede a V. Exa. três meses de licença para curar-se, informo a V. Exa. que semelhante supplica é filha do desejo de subtrair-se do dever a que está ligado, porquanto, determinando-lhe eu que pernoitasse no interior no Arsenal como outrora praticava, e determina o regulamento de 3 e Instruções de 11 de janeiro de 1842, respondeu-me que preferia demissão do lugar à execução da minha ordem, apresentando-me, duas horas depois, o referido requerimento.

O supplicante, Exmo. Sr., não tem as necessárias habilitações para o bom desempenho do lugar que ocupa. ⁴¹⁴

Observe-se que o diretor Joaquim Antônio do Vale assumira a direção do Arsenal de Guerra três dias antes.

Em julho de 1862, outro diretor Benedito Mariano Campos (nomeado em dezembro de 1861) também se desentendeu com o pedagogo José Maria das Neves que trabalhava no Arsenal de Guerra desde 1856. Ao encaminhar ao presidente de província pedido de licença do pedagogo para tratar de sua saúde, solicita sua demissão:

⁴¹⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/12/1855. APMT Lata 1855 C/ Ofícios (Menores).

Desde que me foi confiada a direção interina deste estabelecimento, ainda não houve um só dia em que o suplicante bem desempenhasse os deveres do seu cargo, para que aliás tem mostrado completa inaptidão. Me parecendo pelo que tenho observado que a licença pedida pelo suplicante é antes caprichosa e para esquivar-se unicamente do cumprimento de seus deveres, do que para tratar de sua saúde, cuja alteração apareceu imediatamente depois das advertências que fiz ao suplicante com maior severidade por faltar com grande freqüência as suas obrigações, me parecendo ainda que a conservação deste empregado jamais será proveitosa ao serviço, e ao contrário incontestavelmente prejudicial por causa da má vontade com que serve e da sua pertinácia em não cumprir as ordens que recebe relativas aos seus deveres; por esses motivos, sou de opinião de que o suplicante não merece o que requer, e que a conveniência do serviço reclama seriamente a sua demissão, embora o lugar tenha de conservar-se vago por algum tempo até que se possa preencher por quem se disponha a exercê-lo conforme deve e não como convenha ao seu interesse particular. ⁴¹⁵

No entanto, atestado anexo do médico informava que o pedagogo *sofre de gastrohepatite (sic) crônica ligada a hemorróidas.*

O presidente de província decide demitir José Maria das Neves⁴¹⁶ e nomeia para substituí-lo Manoel Apolidogino de Araújo Ramos, que já fora ajudante de pedagogo até 31 de maio de 1862. O diretor, no entanto, não estava mais no Arsenal de Guerra: decreto de 15 de abril de 1862, recebido pelo presidente de província e registrado a 12 de agosto, nomeia o capitão do estado maior de 2ª classe, Luís Francisco Henriques, diretor do Arsenal de Guerra de Mato Grosso.

Manoel Apolidogino – que se dizia pedagogo e não professor – também foi demitido a pedido do diretor, após ter denunciado um dos guardas da Companhia de Menores de *procedimentos degradantes*. A denúncia do pedagogo contra o guarda levou o diretor a encarregar seu ajudante a realizar uma sindicância, a

⁴¹⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 16/07/1862. APMT Lata 1862 B/ Companhia de Aprendizes Menores.

⁴¹⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 17/09/1862. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 180.

qual resultou na solicitação do diretor da demissão do pedagogo e de dois guardas *a bem do serviço*.

*(...)Também não deixarei passar despercebido o abuso introduzido por ele, não assistindo a noite a reza, como é de sua obrigação, delegando seus poderes ao decurião. (...)*⁴¹⁷

O apontador Joaquim Augusto Pereira cuja experiência militar o privilegiara na sua indicação como pedagogo é exonerado em 1865. *Inábil como é, sem nenhum zelo e dedicação e, de mais a mais, vadio, nenhuma falta faz ao Arsenal, justifica o diretor.*⁴¹⁸

O caso mais grave envolveu o capitão Lycério. Após constatar a existência de práticas homossexuais entre os menores, o diretor do Arsenal de Guerra conseguiu a exoneração do pedagogo, do ajudante de pedagogo e do guarda da Companhia de Aprendizes Menores.

O motivo alegado pelo diretor para solicitar as demissões foi informado em ofício reservado ao presidente de província. No entanto, para o jornal *A Tribuna*, essas demissões, juntamente com outras que ocorreram após a posse do diretor major Américo Rodrigues de Vasconcellos, tinham caráter político:

*Funcionários zelosos e cumpridores de seus deveres, mas liberais, são por isso abusivamente destituídos de seus empregos para serem dados os seus lugares aos famintos da época.*⁴¹⁹

⁴¹⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/02/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

⁴¹⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 27/01/1865. APMT Lata 1865 G/ Assuntos militares.

⁴¹⁹ *A Tribuna*. Cuiabá, 13/05/1886. Ano 2, n. 27, p. 2. O jornal “dedicado aos interesses morais e materiais da província” informava em seu primeiro número (3/11/1885) que “não se abriga à sombra de nenhum dos partidos militantes, mas, apesar disso, não deixará de profligar os desmandos e abusos das autoridades desde que elas, esquecidas de seus deveres, convertam-se em manivelas de perseguições e em instrumentos de desordem.”

Conflitos políticos não explicam, no entanto, todas as demissões. A morte surpreendeu dois pedagogos no exercício de suas funções: foi o caso de Joaquim da Costa Leme (20/10/1848) e do tenente honorário Antônio Maria Teixeira do Lago (21/07/1888).

O padre Antônio Joaquim Seixas pediu demissão do cargo para se preparar melhor para *rezar sua primeira missa*.

Um militar, o tenente honorário Manoel Joaquim de Oliveira, apesar de *não [ter] boa letra por ser aleijado do dedo index da mão direita*⁴²⁰ somente deixou o cargo para um civil Jorge de Veneza Campos, para *comandar as praças de pré que seguirão para a colônia militar de Conceição*.⁴²¹

Esse mesmo Veneza *conquanto não esteja no caso do artigo 194 do regulamento*⁴²², *por ser paisano, todavia, administra a Companhia e dirige a educação dos aprendizes com zelo e esforço*, reiteram os diretores Bernardo Vasques⁴²³, em 1876, Antônio Augusto de Arruda⁴²⁴, em 1880 e 1881.

Veneza exerceu sua função por mais de dez anos, sempre elogiado *pele seu exemplar comportamento e desvelos que prodigaliza para com as crianças a*

⁴²⁰ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/08/1871. APMT Lata 1871 E/Arsenal de Guerra.

⁴²¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 4/04/1872. Livro de Registro de ofícios expedidos pelo presidente de província de Mato Grosso [ao Arsenal de Guerra] (1872-74). APMT Livro 262 fl. 14.

⁴²² Art. 194 - A administração, economia de tudo quanto for relativo ao tratamento pessoal dos aprendizes artífices e à sua educação, será confiada ao zelo, dedicação, moralidade e cuidados de um oficial reformado ou honorário do exército, com o nome de pedagogo, sob a imediata inspeção do 1º ajudante da diretoria do Arsenal. Decreto nº 5118, de 19 de outubro de 1872.

⁴²³ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 265/01/1876. APMT lata 1876 E/Arsenal de Guerra.

⁴²⁴ Relatórios do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/09/1880 e 20/01/1881. APMT Latas 1880 B/Arsenal de Guerra e 1881 E/Arsenal de Guerra.

par da energia e honestidade que o caracteriza, elogia o diretor anterior Justiniano Cândido de C. Barbosa.⁴²⁵

O fato de ter conseguido agradar a tantos diretores ao longo de mais de dez anos não evitou sua demissão, quando um militar reivindicou seu cargo, citando os artigos do regulamento de 1872, que determinavam que o pedagogo fosse um militar reformado ou honorário.

*Informando o requerimento (...) em que o capitão honorário do exército Lycério Augusto Pereira pede nomeação de pedagogo da Companhia de Aprendizes Artífices deste Arsenal nos termos do artigo 194 do vigente regulamento, cabe-me declarar que desde 1o de março de 1873 esse lugar tem estado ocupado por um paisano de nome Jorge de Veneza Campos que o exerce interinamente por nomeação da presidência desta província e que não está de conformidade com os artigos 194 e 329 do citado regulamento, de modo a ser cumprida exatamente o artigo 197, ao passo que pode ser preenchida essa exigência sendo nomeado o suplicante que aliás se torna merecedor de toda atenção pelos relevantes serviços prestados na guerra contra o Paraguai, como consta de sua fê de ofício e ainda mais por se achar hoje pobre, viúvo e sobrecarregado de filhos menores, como alega.*⁴²⁶

Os cargos de professor de primeiras letras e de coadjuvante de professor de primeiras letras – ainda que já previsto em 1842 – somente foram criados em 1872.

Tertuliano Epifânio da Costa foi o primeiro professor de primeiras letras do Arsenal de Guerra de Mato Grosso. Nomeado interinamente em 1º de março de 1873, solicitou o título de efetivo em 10 de outubro de 1881 no qual permaneceu até sua morte em 14 de março de 1883.

No relatório de 1876, o diretor reclama contra o professor de primeiras letras:

⁴²⁵ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/04/1873. APMT Lata 1873 A/Arsenal de Guerra.

⁴²⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/12/1883. APMT Lata 1883 C/Arsenal de Guerra.

A aula de primeiras letras não tem dado resultados satisfatórios, por falta de professor habilitado. Se as habilitações do cidadão que exerce interinamente este lugar, estivessem a par da sua boa vontade e interesse que emprega neste exercício, muito se teria conseguido; mas aquelas lhe faltam, dando alunos que apenas lêem e escrevem mal, maquinalmente contam as quatro operações e não conhecem o sistema métrico. E de necessidade pois a nomeação de um professor habilitado para reger esta aula. ⁴²⁷

No ano seguinte, a situação foi parcialmente resolvida:

O professor da primeira aula, primeiras letras, não está habilitado, mas hoje tem um ajudante, padre José Felix Bandeira, nomeado interinamente em 13 de novembro findo, que tendo habilitações para bem desempenhar, preenche a deficiência de habilitação do professor. ⁴²⁸

Mesmas informações serão repetidas nos relatórios seguintes até 1880, quando se informa que *por ato da presidência da província de 28 de abril de 1879, foi demitido a seu pedido o ajudante do professor de primeiras letras, padre José Felix Bandeira.* ⁴²⁹

A morte do prof. Tertuliano⁴³⁰ abrirá um exame de habilitação aos aspirantes ao lugar vago de professor de primeiras letras do Arsenal, que compreenderá as matérias do 2º grau de instrução primária, inclusive doutrina cristã. ⁴³¹

⁴²⁷ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/01/1876. APMT Lata 1876 E/Arsenal de Guerra.

⁴²⁸ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/01/1877. APMT Lata 1877 B/Arsenal de Guerra.

⁴²⁹ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/09/1880. APMT Lata 1880 B/ Arsenal de Guerra.

⁴³⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 19/03/1883. Registro de ofícios expedidos pela presidência a diretoria do Arsenal de Guerra (1881-83) APMT Livro 337 fl. 70.

⁴³¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 19/03/1883. Registro de ofícios expedidos pela presidência a diretoria do Arsenal de Guerra (1881-83) APMT Livro 337 fl. 70.

José Mariano de Paula foi aprovado no exame de habilitação mas foi exonerado três anos depois, por incompetência segundo o diretor, por perseguição política segundo o jornal liberal A Tribuna.

(...) Com relação ao ensino que devem receber os menores e com a qual o Estado faz não pequenos sacrifícios, pagando regularmente a professores de diversas matérias, achei-o constituído em uma perfeita burla e os meninos em extremo grau de atraso, devido ou a falta de habilitações de alguns dos professores e mestres ou ao desleixo e incúria de outros. ⁴³²

A denúncia informa ainda que o ajudante de professor *se não é de todo analfabeto, pouco falta para o ser, o que é público e notório*, alegando como prova um texto em que se lia *em comprimento em vez de em cumprimento, em terno em lugar de interno, anequiço em vez de anexo*.

Contra a acusação do jornal de que se tratava de *perseguição política*, argumenta:

a custo procuro regularizar e moralizar o serviço deste arsenal e por isso é a grita que se tem levantado nos periódicos da oposição contra a minha administração, partida de empregados deste estabelecimento que não trepidam em forjar toda sorte de calúnias e infâmias com o fim de fazerem política, pois que são os próprios a blasonarem que assim procedem para prestar serviços ao seu partido (...).

O ensino de primeiras letras no Arsenal de Guerra se desenvolvia de forma independente da instrução elementar mantida pelo governo provincial. Somente a partir de 1874, observa-se uma tentativa de controle ou de equiparação entre os dois ramos de ensino, quando o presidente de província pede ao diretor do Arsenal de Guerra uma relação de alunos.⁴³³ Os mapas⁴³⁴ encaminhados em

⁴³² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/04/1886. APMT Lata 1886 F/Arsenal de Guerra.

⁴³³ Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 fl. 18.

⁴³⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/12/1874. APMT Caixa 1874 A/Diretoria do Arsenal de Guerra.

diversas ocasiões informam a distribuição dos alunos em oito classes de leitura e escrita e quatro de aritmética.

Quadro 12 - Distribuição dos alunos da Companhia de Aprendizes Artífices em 1877

	Leitura	Escrita	Aritmética
1ª classe	17	25	64
2ª classe	20	3	3
3ª classe	2	9	3
4ª classe	2	16	11
5ª classe	2	3	
6ª classe	10	8	
7ª classe	15	4	
8ª classe	13	13	
Soma	81	81	81

Fonte: Mapa dos Alunos que freqüentaram a aula de primeiras letras durante o ano de 1877 anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/02/1878. APMT Lata 1878 E/Arsenal de Guerra.

Respondendo às perguntas do Inspetor de Ensino, o diretor ainda informa que dos 100 aprendizes 81 estão matriculados na aula e que:

(...) que a escola tem o caráter de internato; que não existe gabinete de leitura, nem biblioteca; finalmente que não existe curso noturno; e tem aulas de desenho linear e música determinadas pelo Regulamento que baixou com o decreto nº 5118 de 19 de outubro de 1872, as quais são freqüentadas por número incerto, conforme o serviço, sendo o maior número quarenta alunos.

Em 1882, os aprendizes do Arsenal de Guerra submetem-se ao exame de primeiras letras:

(...) pela primeira vez tiveram lugar neste estabelecimento os exames dos discípulos de primeiras letras, pois não havia razão para que não fossem sujeitos a esse ato de estímulo onde se distinguem e se reconhecem os que souberam cumprir seus deveres, causando a emulação sobre outros que desse preceito se desviaram no curso do ano letivo. ⁴³⁵

No mesmo ano, o diretor ao encaminhar ao presidente de província uma relação de seis aprendizes artífices, *com vocação para os ofícios mecânicos e*

⁴³⁵ Relatório com que o Exmo. Sr. coronel José Maria de Alencastro, presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da respectiva assembléia no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá: Tip. de J. J. R. Calhao, 1882. p. 57.

desenvolvimento físico, que podem passar para a classe de mancebos. Entre os seis aprendizes, cinco foram aprovados no exame de primeiras letras, um dos quais com distinção, e apenas um foi reprovado.⁴³⁶

No final do ano de 1889, o diretor comunica orgulhosamente ao ainda presidente de província os resultados obtidos pelos aprendizes nos exames: cinco alunos foram aprovados nas *matérias que constituem o 1o grau*; três em geometria e desenho linear e 14 destacaram-se nas provas de ginástica.⁴³⁷

O ensino de música aos aprendizes já era previsto pelo Regulamento de 1842.⁴³⁸ Apesar da previsão legal, o Ministério da Guerra proíbe despesas com aulas de música em 1843.⁴³⁹ O ensino de música é restaurado pelo governo imperial em 1850,⁴⁴⁰ mas devido a *insuficiência de crédito*⁴⁴¹ o professor Joaquim Timóteo Ribeiro somente foi nomeado em agosto de 1851.⁴⁴²

⁴³⁶ Relação nominal dos aprendizes artífices que se acham nas condições dos artigos 177 e 178 do regulamento de 19 de outubro de 1872 anexa ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 27/01/1882. APMT Lata 1882 C/Arsenal de Guerra.

⁴³⁷ Resultados dos exames feitos pelos aprendizes artífices deste Arsenal anexos ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/12/1889. APMT Lata 1889 E/Arsenal de Guerra. A notícia da proclamação da República só chegou a Cuiabá a 7 de dezembro.

⁴³⁸ Art. 8º – Haverá nos Arsenais de Guerra, para instrução dos Aprendizes Menores, Aulas de primeiras letras, desenho linear, e música instrumental; vencendo os seus Professores a gratificação, que o governo julgar conveniente arbitrar-lhes.

⁴³⁹ Ofício do ministro da Guerra, Salvador José Maciel, ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 11/08/1843. Livro de Registro da Correspondência Oficial do governo com o Ministério da Guerra (1838-45). APMT Livro (23) 060 fls. 95 v.

⁴⁴⁰ Aviso do ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 13/08/1850 (registrado em Cuiabá a 19/11/1850). Livro de registro de avisos do Ministério da Guerra 1849-1851. APMT nº 39 (0105) fl. 103 (verso).

⁴⁴¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/01/1851 e Relatório do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 12/02/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

⁴⁴² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/08/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

A aula inicia-se em setembro de 1851, com 24 menores conforme informa o mapa da Companhia de aprendizes menores relativo a setembro.⁴⁴³

Examinar a lista de instrumentos musicais utilizados pelos aprendizes pode dar uma idéia do ensino que recebiam. As primeiras compras foram tímidas. Atendendo a pedido do mestre de música, o presidente de província autoriza o diretor do Arsenal de Guerra a comprar *duas clarinetas por 45\$000 réis e oito peças por 10\$000 réis de música de João Gualberto de Matos e duas rabecas por 50\$000 réis de Francisco de Assis Pereira.*⁴⁴⁴

Em 1853, o Arsenal de Guerra da Corte envia instrumentos musicais para os aprendizes de Mato Grosso. Remessas semelhantes repetiram-se em 1862⁴⁴⁵ e 1881⁴⁴⁶, mas foram insuficientes, obrigando o presidente de província a autorizar compras de instrumentos musicais com comerciantes de Cuiabá.

Em 1857, o diretor pede autorização ao presidente de província para compra de um jogo de clarinetas, alegando que *um dos menores aplicado ao ensino de toque de clarineta foi, em consequência de recomendação do médico da Santa Casa, proibido de continuar nele (...).*⁴⁴⁷

⁴⁴³ Mapa da Companhia de Aprendizes Menores relativo a setembro de 1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

⁴⁴⁴ Ofício do diretor do Arsenal de guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/10/1851. APMT Lata 1851 C/ Arsenal de Guerra.

⁴⁴⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 20/08/1862. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 176.

⁴⁴⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 6/09/1881. Registro de ofícios expedidos pela presidência a diretoria do Arsenal de Guerra (1881-83) APMT Livro 337 fl. 10.

⁴⁴⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 7/01/1857. APMT Lata 1857 Lata A/ Arsenal de Guerra/Aprendizes Menores.

Em março, novo pedido do professor que inclui *1 garrafa de azeite doce, primas, segundas e terceiras para violino, primas segundas e terceiras para contra baixo, bordões para o dito*.⁴⁴⁸ A compra foi autorizada em 26 de maio, após novo ofício reiterando a solicitação de compra.⁴⁴⁹

A partir de 1860, as compras tornam-se mais vultosas. Por exemplo, em abril desse ano, o presidente de província autorizou uma compra de *instrumentos e objetos necessários à aula de música da Companhia de Aprendizes Menores* no valor de 724\$500 réis.⁴⁵⁰ Em 1875, o Arsenal de Guerra comprou instrumentos musicais, no valor de 668\$000 reis do negociante Firmo José de Matos.⁴⁵¹ Foram feitas ainda aquisições no comércio local nos anos de 1863⁴⁵², 1872, 1877⁴⁵³, 1881⁴⁵⁴ e 1886.

⁴⁴⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 19/03/1857. APMT Lata 1857 A/Arsenal de Guerra/aprendizes menores)

⁴⁴⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/05/1857. APMT Lata 1857 A/ Arsenal de Guerra/aprendizes menores.

⁴⁵⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 24/04/1860. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 85v.

⁴⁵¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 9/11/1875. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 fl. 42 v.

⁴⁵² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/04/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

⁴⁵³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 20/02/1877. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 fl. 83

⁴⁵⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 31/03/1881. APMT Lata 1881 E/Diretoria do Arsenal de Guerra.

Apenas na compra de 1872, o presidente de província achou *excessivo o lucro* do negociante [Firmo José de Matos] que vendeu instrumentos musicais para a banda de música de menores do Arsenal de Guerra.⁴⁵⁵

O pedido de compra de 1877 traz anexa a relação de instrumentos comprados⁴⁵⁶ que inclui entre os 20 itens solicitados, instrumentos de sopro (clarineta, cornetas, trombones, etc.), de percussão (bombo (*), varinhas de tambor e pratos de metal) além de *uma resma de papel de música e um diapasão de buxo* (*).

Em 1886, uma relação de instrumentos estragados evidencia sua intensa utilização no Arsenal de Guerra.⁴⁵⁷

O primeiro professor de música do Arsenal de Guerra de Mato Grosso foi Joaquim Timóteo Ribeiro. Em 1853, quase dois anos após sua nomeação, foi eleito para a Assembléia Legislativa Provincial e substituído por Felipe Nery Pereira.⁴⁵⁸

Aparentemente insatisfeito com os vencimentos, em dezembro de 1854,⁴⁵⁹ o professor Timóteo pede ao presidente de província para acumular ao seu emprego o cargo de ajudante de pedagogo (vago pelo falecimento de Caetano Pereira Mendes) e reitera pedido em janeiro de 1855. Mas a 31 de janeiro de 1855, o

⁴⁵⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 9/01/1872. Livro de Registro de ofícios expedidos pelo presidente de província de Mato Grosso [ao Arsenal de Guerra] (1872-74). APMT Livro 262 fl. 2v.

⁴⁵⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/02/1877. APMT Lata 1877 E/Arsenal de Guerra.

⁴⁵⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/06/1886. APMT Lata 1886 F/Arsenal de Guerra.

⁴⁵⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 25/04/1853 APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra e Resposta do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 17 v.

⁴⁵⁹ Requerimento de Joaquim Timóteo Ribeiro. Cuiabá, 27/12/1854. APMT Lata 1854 B/Requerimentos.

presidente de província informa ao diretor a nomeação de Joaquim Luciano de Jesus para mestre de música e a dispensa de Joaquim Timóteo Ribeiro, *nomeado ultimamente para administrador da mesa de rendas da povoação de Albuquerque*.⁴⁶⁰

O professor Joaquim Luciano de Jesus não terá carreira longa no Arsenal de Guerra. Acusado de ceder instrumentos da Companhia de Aprendizes Menores *para se tocarem em orgias* em casas de particulares,⁴⁶¹ foi suspenso, durante três meses, pelo presidente de província, que determinou:

*sem licença do diretor, o mestre de música da Companhia de Aprendizes Menores, Joaquim Luciano de Jesus, não tem autoridade para mandar a musica dos menores tocar em casas de particulares.*⁴⁶²

A exoneração deste professor foi solicitada pelo diretor, quatro anos depois, *por faltar amiudadamente aos ensaios*.⁴⁶³

Como substituto, será contratado o professor Felipe Liberato de Oliveira⁴⁶⁴ que fica no Arsenal de Guerra até 1869, quando será substituído por um discípulo, Adão da Costa Faria, que foi aprendiz, artífice e contramestre da oficina de sapateiros do Arsenal de Guerra⁴⁶⁵.

⁴⁶⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 31/01/1855. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. fl. 73 v.

⁴⁶¹ Ofícios do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/08/1855 e 20/10/1855. APMT Lata 1855 C/Ofícios/Menores.

⁴⁶² Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 22/10/1855. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. fl. 83.

⁴⁶³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/09/1859. APMT Lata 1859 E/Aprendizes menores. A exoneração foi concedida pelo presidente de província de Mato Grosso em maio de 1860.

⁴⁶⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 14/05/1860. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 88.

⁴⁶⁵ Ver no capítulo 6, a história de Adão, como um dos ex-aprendizes que se tornaram mestres no Arsenal de Guerra.

Em 1872, o diretor do Arsenal de Guerra propõe substituição do professor de música, *visto não ter a necessária aptidão para esse lugar* e indica o escrivão do almoxarifado Samuel Hartman que já ocupava a função *espontaneamente e sem remuneração alguma*.⁴⁶⁶

O presidente de província concorda com a substituição, mas alerta: *sem prejuízo porém do serviço que lhe compete como escrivão interino do almoxarifado (...)*.⁴⁶⁷

Outros professores de música foram improvisados. No mesmo ano, o operário da oficina de latoeiro, Salustiano Antônio Pinto, recebeu *a gratificação de quinhentos réis nos dias úteis* a ser somada na fêria que recebia na oficina, por ensinar pífaro aos menores da companhia.⁴⁶⁸

Em 1873, o professor Felipe Liberato retorna ao Arsenal de Guerra⁴⁶⁹, de onde apenas sairá em maio de 1887, com sua aposentadoria.⁴⁷⁰ Durante esse segundo período como professor recebeu elogios do presidente de província:⁴⁷¹

⁴⁶⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/01/1872. APMT Lata 1872 A/Arsenal de Guerra.

⁴⁶⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 26/01/1872. Livro de Registro de ofícios expedidos pelo presidente de província de Mato Grosso [ao Arsenal de Guerra] (1872-74). APMT Livro 262 fl. 7v.

⁴⁶⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso. Cuiabá, 31/05/1872. APMT Lata 1872 A /Arsenal de Guerra.

⁴⁶⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/03/1873. APMT Lata 1873 A/Arsenal de Guerra.

⁴⁷⁰ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/05/1887. APMT Lata 1887 G/Arsenal de Guerra.

⁴⁷¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 21/04/1881. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 fl. 195.

Acuso recebido o seu officio n. 48 de 18 do corrente, e inteirado da participação que nele fez-me, cabe-me declarar a V. S. que nesta data mandei louvá-lo em ordem do dia pelo zelo e interesse que tem tomado pela educação dos menores desse Arsenal, conseguindo, no curto espaço de 66 dias, a organização de uma banda de música composta dos mesmos. E por que os incansáveis mestre de música Felipe Liberato de Oliveira e contramestre Salustiano Antônio Pinto concorreram para tão útil e pronto resultado, sirva-se V. S. elogiá-los por tal motivo, em nome desta presidência.

Depois foram professores de música, Tomas de Aquino Rodrigues e Antônio Marinho da Fonseca e Agostinho Dias:

Havendo o mestre de música da Companhia de Aprendizes Artífices Antônio Marinho da Fonseca, solicitado a sua exoneração, cujo requerimento competentemente informado acabo de enviar-vos, afim de dardes o necessário despacho e me parecendo desnecessária a nomeação do seu substituto, por isso que o contramestre Agostinho Dias, além de ter, como praça, um exemplar comportamento e a necessária moralidade para dirigir a banda de música, tem preenchido e continua a preencher o seu lugar com maestria, ouso propor-vos para que fique ele, mediante uma razoável gratificação, encarregado da aludida banda de música.

Esta proposta, Sr. marechal, além de trazer vantagens a fazenda nacional, é verdadeiramente justa porque como é notoriamente sabido, àquele contramestre deve-se o ser a banda de música dos aprendizes artífices uma das melhores desta capital. ⁴⁷²

Mesma opinião tinha o cronista cuiabano Firmo Rodrigues:

Das bandas militares existentes em Cuiabá, a mais harmoniosa era a dos aprendizes artífices do Arsenal de Guerra (...). Aos domingos, o corpo de operários militares e os aprendizes artífices do Arsenal, assistiam à missa na igreja de S. Gonçalo, desfilando ao som da excelente banda de música (...). ⁴⁷³

O último professor de música do qual se tem notícia foi João Batista de Oliveira. ⁴⁷⁴

⁴⁷² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/03/1890. APMT Lata 1890 D/Arsenal de Guerra.

⁴⁷³ RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas da nossa terra*. Cuiabá: Gráfica Mercúrio, 1959. p. 96.

⁴⁷⁴ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/02/1891. APMT Lata 1891 D/Arsenal de Guerra.

O ensino de desenho tinha por objetivo instrumentalizar os alunos no domínio de uma linguagem fundamental para a transmissão de instruções cada vez mais exatas, no momento em que se inicia a separação entre concepção e execução no processo de trabalho.⁴⁷⁵ Previsto no Regulamento de 1842, somente foi iniciado em Mato Grosso em 1848, em função da disponibilidade de tempo do mestre da oficina de pintor:

Poucas vezes o respectivo Mestre, que é hábil, ocupa-se em obras próprias de sua Arte por não haver necessidade; é empregado diariamente em dar lições de desenho aos Aprendizizes Menores, (...) ⁴⁷⁶

Este pintor com pouco serviço, que vira professor de desenho, é o artífice Antônio Soares de Proença, da primeira turma de operários contratados no Rio de Janeiro para trabalhar no Arsenal de Guerra de Mato Grosso. Chegou em abril de 1846 a Cuiabá e somente deixou o Arsenal de Guerra em 1876, quando foi exonerado pelo governo imperial. Além de dirigir a oficina de pintores, foi professor de desenho e depois de geometria e desenho linear, tendo formado vários discípulos.

Ao longo de sua carreira, encaminhou vários requerimentos ao presidente de província, manifestando sua vontade de *continuar como mestre de pintores e professor da aula de desenho da Companhia de aprendizes menores,*

⁴⁷⁵ Ferro ressalta que durante a Idade Média, o desenho não passava de um risco tosco cuja intenção deveria ser captada pela imaginação e habilidade do artesão. Com a crescente separação entre concepção e execução, nenhuma margem de decisão sobrar para o operário. Até mesmo a transmissão das ordens, via leitura do desenho, lhe será retirada com o tempo, cabendo aos que hoje são chamados no canteiro de “mestres”. FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto, 1982 citado por GITAHY, Maria Lucia Caira. “Qualificação e urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934)”. In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.). *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. p.48-49

⁴⁷⁶ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 2/08/1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra.

*enquanto residir nesta capital (...).*⁴⁷⁷

O mestre era competente, apesar da falta de espaço adequado para as aulas. Em 1857, o diretor encaminha *47 escritas e 4 desenhos dos aprendizes menores para mostrar seu adiantamento* ao presidente de província e lamenta que *a falta de uma sala para aula de desenho não permita maior desenvolvimento dos aprendizes.*⁴⁷⁸

O presidente de província parece interessado em melhorar a aula de desenho e autoriza a compra de *seis dúzias de crayons n° 1, cinco de n° 2 e seis de n° 3 para a aula de desenho.*⁴⁷⁹

Em maio de 1857, o diretor volta a insistir na necessidade de uma sala para as *lições de pintura e desenho*⁴⁸⁰. A construção da sala foi iniciada em dezembro e interrompida *pela escassez de madeiras necessárias.*⁴⁸¹

Em 1860, o contrato de Proença como mestre de pintores e professor de desenho foi renovado e seu vencimento diário aumentado para 4\$000 réis, com uma condição a mais: *tirar cópias de desenhos tipográficos e de*

⁴⁷⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/10/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

⁴⁷⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/01/1857. APMT Lata 1857 A/ Arsenal de Guerra/Aprendizes menores. Infelizmente as latas do APMT não guardaram nem as escritas nem os desenhos nem outras amostras do adiantamento da instrução dos menores enviadas em outras ocasiões (21 de julho de 1856, 26 de agosto de 1857).

⁴⁷⁹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 18/03/1857. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 113v.

⁴⁸⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/05/1857. APMT Lata 1857 A/ Arsenal de Guerra/Aprendizes Menores.

⁴⁸¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/12/1857. APMT Lata 1857 A/Arsenal de Guerra/Aprendizes Menores.

*arquitetura.*⁴⁸²

As aulas de desenho eram ministradas aos aprendizes das 10h ao meio dia conforme horário já citado anteriormente.⁴⁸³ Quanto ao que se ensinava, há poucas informações. É possível ter uma idéia do grau de sofisticação do ensino pelos compêndios (franceses) solicitados pelo professor:

*Precisa-se para a aula de desenho da Companhia de Aprendizes Menores: Henry - Dessin lineaire 1 vol.; Tudot - Dessin industriel 1 vol e Atlas Thiollet - 1 vol.*⁴⁸⁴

e pela variedade de materiais utilizados⁴⁸⁵ – mais de 70 itens entre compassos e tiralinhas, pincéis e brochas, lápis e borrachas, esponjas e papéis, corantes importados e vernizes.

A obrigação contratual de fazer os desenhos topográficos ordenados pela presidência foi exigida no ano seguinte. O presidente de província, em ofício ao diretor ao Arsenal de Guerra, *manda colocar a disposição do chefe de esquadra, Augusto Leverger, o professor de desenho desse Arsenal, Antônio Soares de Proença, ficando na inteligência de que o dito Proença nas horas vagas deverá comparecer no Arsenal para cumprir suas obrigações.*⁴⁸⁶

O mestre Proença cumpriu também outra cláusula de seu contrato: a

⁴⁸² Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 31/07/1860. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 92v.

⁴⁸³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/04/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

⁴⁸⁴ Solicitação anexa ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 18/08/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

⁴⁸⁵ Relação dos artigos de que o almoxarife necessita estar provido para satisfazer os pedidos dos mestres de desenho da Companhia de aprendizes menores. Cuiabá, 11/08/1864. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra. O documento é de 1864, mas encontrava-se na Lata 1863 A.

⁴⁸⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 16/01/1864. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 54.

de preparar discípulos para substituí-lo, *quer na pintura, quer no desenho* ⁴⁸⁷

De agosto a novembro de 1871, Proença acumulou também o cargo de mestre da oficina de pintores mediante a gratificação de 300\$000 réis mensais. ⁴⁸⁸ Foi dispensando dessa função a pedido do diretor do Arsenal de Guerra, que julgou *desnecessária a continuação do mestre de desenho da Companhia de Menores como mestre da oficina de pintores, porque o substituiu pelo mestre de funileiros – que não recebera nada mais – por ter este mestre pouco que fazer em sua primitiva oficina e por me parecer de toda equidade esta economia.* ⁴⁸⁹

Após 30 anos de serviço, o governo imperial concedeu aposentadoria ao mestre da oficina de pintores, *com dois terços de seus atuais vencimentos*, autorizando no entanto que *o mesmo continuar no exercício do lugar de professor de ginástica (sic) e desenho linear que ocupa nesse estabelecimento.* ⁴⁹⁰

Finalmente, a 5 de abril de 1878, foi dispensado pelo presidente de província *por ferir o art. 288 do regulamento*. ⁴⁹¹

⁴⁸⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso cita entre os aprendizes preparados Joaquim do Rosário, Antonio Carlos, Joaquim Jose de Sampaio, Antonio da Costa Viana e outros. Cuiabá, 19/09/1862. APMT Lata 1862 F/Arsenal de Guerra. Esta informação será reiterada no Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/06/1864. APMT Lata 1864 A/Arsenal de Guerra.

⁴⁸⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 9/08/1871. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 72.

⁴⁸⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 2/11/1871. APMT Lata 1871/Arsenal de Guerra.

⁴⁹⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 8/08/1876. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 Fl. 70.

⁴⁹¹ O artigo 288 do Regulamento de 1872 dizia: *Nenhum empregado jubilado ou aposentado poderá ser nomeado para empregos da intendência ou do arsenal.* Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 5/04/1878. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 Fl. 117.

Após a demissão de Proença, foram contratados outros professores que não se destacaram. Hugo Paulo Lesko foi nomeado a 15 de maio de 1878⁴⁹² e demitido em 9 de janeiro de 1882⁴⁹³, Antonio Alves Ribeiro (nomeado em maio 1882⁴⁹⁴ e exonerado a 23 de abril de 1883, ao ser nomeado como encarregado da direção de obras públicas da província⁴⁹⁵); João Pedro Gardes e Frederico da Costa Teixeira (assumiu o cargo em 1886).

O Regulamento de 1842 previa *exercícios ginásticos*, mas somente em 1864, foi contratado um professor de ginástica, *João Marques Ferreira, a quem se abonará o vencimento diário de três mil e quinhentos réis, sujeito a ponto e a desconto pelas faltas não justificadas.*⁴⁹⁶ Na mesma ocasião, o presidente de província enviou *um exemplar da obra, que tem por título Nouveau Manuel Complet d' Education Physique, Gymnastique par le colonel Amoros - em três volumes, compreendido um atlas, para servir de regime na instrução dessa arte e escola.* Num indício da importância atribuída ao ensino de ginástica para a melhoria da disciplina, presidente ainda determinou a preparação de um *pórtico ginástico*, conforme ilustração do manual.

Em 1867, o diretor do Arsenal de Guerra já informava que:

⁴⁹² Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 15/05/1878. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288 Fl. 122.

⁴⁹³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/01/1882. APMT Lata 1882 C/Arsenal de Guerra.

⁴⁹⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 16/05/1882. Registro de ofícios expedidos pela presidência a diretoria do Arsenal de Guerra (1881-83) APMT Livro 337 Fl. 43.

⁴⁹⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra, Cuiabá, 23/04/1883. Registro de ofícios expedidos pela presidência a diretoria do Arsenal de Guerra (1881-83) APMT Livro 337. Fl. 73.

⁴⁹⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 30/05/1864. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fls. 71 v e 72.

Os educandos da Companhia de Aprendizes Menores distribuídos pelas oficinas segundo sua vocação e robustez tem mostrado muito aproveitamento quer nos trabalhos destas, quer no ensino de primeiras letras, desenho, música e ginástica. ⁴⁹⁷

Apesar do aproveitamento dos alunos, em março de 1870, a aula de ginástica é suspensa. ⁴⁹⁸ A aula foi restaurada em março de 1873, com a contratação de João Marques Ferreira, ex-mestre do Arsenal de Guerra, como professor de ginástica. ⁴⁹⁹

No ano anterior, o presidente de província manifestara seu interesse pela aula de ginástica enviando ao Arsenal de Guerra manuais de ensino de ginástica utilizados nas escolas públicas da Prússia. ⁵⁰⁰

Dezesseis anos depois, em função da aposentadoria de João Marques Ferreira, foi contratado para substituí-lo Antônio João Nepomuceno, ex-aprendiz:

*(...) o cidadão ora proposto foi educado neste Arsenal, onde aprendeu com muito aproveitamento aquela arte, tendo a capacidade e idoneidade precisas para o lugar, segundo estou informado pelo mestre Ferreira, de quem foi discípulo. (...)*⁵⁰¹

Nepomuceno foi admitido na Companhia de aprendizes artífices, a

⁴⁹⁷ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/01/1867. APMT Lata 1867 D/Assuntos militares 01.

⁴⁹⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 1/03/1870. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 12.

⁴⁹⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/03/1873. APMT Lata 1873 A/Arsenal de Guerra.

⁵⁰⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 2/05/1872. Livro de Registro de ofícios expedidos pelo presidente de província de Mato Grosso [ao Arsenal de Guerra] (1872-74). APMT Livro 262 fl. 20.

⁵⁰¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/03/1889. APMT Lata 1889 E/Arsenal de Guerra.

1º de junho de 1872.⁵⁰² Também ingressou na Companhia de operários, da qual foi sargento.⁵⁰³ A 1º de abril de 1889, assumiu o cargo de mestre de ginástica⁵⁰⁴ tendo obtido ótimos resultados.

Em dezembro de 1889, 14 aprendizes artífices *foram aprovados plenamente* exames de ginástica, sendo que receberam distinção Veríssimo Gorgonho de Oliveira, no exame de elasticidade, João Valério Xavier da Silva, na corda forte e Antônio Rodrigues da Costa, em equilíbrio.⁵⁰⁵

Em 1890, os aprendizes são convidados a fazer uma apresentação de ginástica no Jardim Público:

Tendo eu resolvido que no domingo da Ressurreição 6 de abril vindouro, das 4 horas da tarde em diante, os aprendizes artífices desse Arsenal façam exercicios ginásticos no jardim publico desta capital, recomendo-vos que nesse sentido expeçais as convenientes ordens determinando o fornecimento de tudo quanto for necessário para os mesmos exercicios, que se efetuarão sob a direção do mestre de ginástica aposentado João Marques Ferreira auxiliado pelo atual desse estabelecimento Antônio João Nepomuceno. ⁵⁰⁶

A disciplina dos ginastas do Arsenal de Guerra encantou a mulher de um presidente de província, que descreve em um de seus passeios pela cidade a

⁵⁰² Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 1/6/1872. Livro de Registro de ofícios expedidos pelo presidente de província de Mato Grosso [ao Arsenal de Guerra] (1872-74). APMT Livro 262 fl. 26.

⁵⁰³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 17/02/1886. Registro de ofícios expedidos pela presidência da província ao Arsenal de Guerra (1883-87) APMT Livro 351 fl. 60.

⁵⁰⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/04/1889. APMT Lata 1889 E/Arsenal de Guerra.

⁵⁰⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/12/1889. APMT Lata 1889 E/Arsenal de Guerra. Resposta do presidente de província de Mato Grosso, de 7/12/1889. Ofícios expedidos pela presidência da província ao Arsenal de Guerra (1887-90). APMT Livro 382. Ofício n. 161 (folhas não numeradas).

⁵⁰⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 22/03/1890. Ofícios expedidos pela presidência da província ao Arsenal de Guerra (1887-90). APMT Livro 382. Ofício n.º 39 (folhas não numeradas).

*presença dos menores do Arsenal de Guerra (...) fazendo maravilhas nos seus trabalhos de ginástica.*⁵⁰⁷

A última informação sobre o ensino de ginástica, é um ofício em que o diretor solicita que o Arsenal da Marinha forneça *14 metros de corda de linho de 0,04 m de diâmetro para os exercicios ginásticos dos aprendizes.*⁵⁰⁸

A partir de 1865, o ensino do sistema métrico⁵⁰⁹ foi introduzido no Arsenal de Guerra.⁵¹⁰ Mesmo assim, em 1889 um admirador da administração provincial se propõe a, *sem ônus algum, para dar (...), em cada sexta-feira útil, lições ou explicações do sistema métrico decimal.*⁵¹¹

O pedido foi negado, pois conforme explicou o diretor do Arsenal, *essa matéria [está] compreendida no programa de ensino da aula de primeiras letras, tem sido proficientemente explicada pelo respectivo professor e seu ajudante e tanto assim é que no ano anterior foram alguns aprendizes submetidos a exame e aprovados plenamente.*⁵¹²

⁵⁰⁷ REGO, Maria do Carmo de Melo. *Lembranças de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1897 (edição fac-similar foi lançada em 1993 pela Fundação Júlio Campos).

⁵⁰⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/04/1890. APMT Lata 1890 D/Arsenal de Guerra.

⁵⁰⁹ A lei no 115, de 26 de junho de 1862, substituiu no Brasil o antigo sistema de pesos e medidas pelo sistema métrico francês.

⁵¹⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 13/06/1865. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 108.

⁵¹¹ Ofício do escrevente de 2ª classe do Arsenal de Guerra, Tomé Ribeiro de Siqueira, ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 26/11/1889. APMT Lata E/ Arsenal de Guerra.

⁵¹² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/12/1889. APMT Lata 1889 E/Arsenal de Guerra.

Os aprendizes também foram instruídos nas técnicas de extinção de incêndios, tendo como material didático o *Nouveau Manuel Complet, du Lapeur-Pampur*.⁵¹³

Em 1891, o governo republicano enviou *50 exemplares da obra Curso Prático de Tipografia*, para a Companhia de Aprendizes Artífices.⁵¹⁴ Não há informações se o material didático foi realmente aproveitado em Mato Grosso.

Com o objetivo de formar futuros trabalhadores dóceis, os meninos tinham seu tempo dividido entre os trabalhos nas oficinas e a aprendizagem de conteúdos fundamentais à vida profissional. A sua inserção nos processos de trabalho permitiu, pelo menos para alguns, o aprendizado do ofício. Os demais conteúdos – ainda que fundamentais ao exercício da profissão e à disciplina do futuro trabalhador – nem sempre puderam contar com bons professores ou instalações e materiais adequados. Ainda que, na aparência, a proposta educativa do Arsenal possa parecer avançada ao integrar o trabalho manual ao ensino de primeiras letras, música, desenho e ginástica, o que prevalece é uma visão mais pragmática: o aprendizado do ofício se dá pela experiência direta e os demais conteúdos são complementares.

O processo de disciplinarização do futuro trabalhador envolvia ainda outras estratégias: o internamento, o controle do tempo e dos corpos e os castigos físicos.

⁵¹³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 30/05/1864. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 71v e 72.

⁵¹⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 1/05/1891. Livro de correspondência oficial do governo deste Estado com o Arsenal de Guerra. 1890-1892 APMT Livro SGE 0006-55. Fl. 35.

Parte III

O cotidiano: das normas à resistência

Sobre a disciplina, nossas principais fontes provêm das classes dominantes; discurso de cima, às vezes, elas exprimem mais um projeto ou um programa do que propriamente uma operação, ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra. O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina. ⁵³⁰

⁵³⁰ PERROT, Michele. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 54-55.

Além da inserção no processo de trabalho, ao lado de outros trabalhadores e da aprendizagem de conteúdos formais, os aprendizes do Arsenal de Guerra foram submetidos a outras práticas disciplinares como o internamento, a vigilância, o controle do tempo e dos corpos e a religião. Observando-se o cotidiano da instituição, percebe-se que a análise das práticas disciplinares acaba por revelar o seu contrário: o exercício da resistência.

O conceito de resistência ainda é bastante polêmico, assumindo nas ciências sociais, vários sentidos dependendo do ponto de vista teórico e/ou político. Resistência pode ser entendida como algo negativo, que visa perturbar a ordem estabelecida, para aqueles que entendem a sociedade como um corpo harmonioso em que cada um tem sua função, seu papel e que qualquer questionamento a esta ordem, significaria risco para toda a sociedade. Portanto é um ponto de vista que defende a manutenção da ordem social.

Do ponto de vista de quem entende a sociedade não como um corpo harmonioso, mas como uma organização social em conflito, em permanente contradição, em função de suas desigualdades, a resistência assume um caráter de oposição a algo, com o objetivo de transformá-lo em algo melhor, mais justo, mais solidário.

Para historiadores marxistas mais ortodoxos, a resistência necessária para transformar a sociedade capitalista é a que seria desenvolvida pela classe revolucionária, no caso o proletariado, expropriado de seus bens de produção, que se uniria em sindicatos, partidos políticos e que, por meio de ações coletivas, organizadas, conseguiriam destruir o status quo. Assim a historiografia marxista privilegiaria como movimentos de resistência as greves operárias, as mobilizações populares, os enfrentamentos contra o capital, em suma, tudo que objetivasse a superação da sociedade capitalista.

Com a revisão do marxismo, a partir principalmente das contribuições da historiografia inglesa, foi se alterando a própria noção de classe trabalhadora, a noção de sujeito histórico e conseqüentemente o conceito de resistência.

Não se fala mais em classe trabalhadora, mas classes trabalhadoras, para dar conta da diversidade e da complexidade do seu processo de formação. Muda também a noção de sujeito histórico, não mais apenas o proletariado, o sindicato, a greve, o partido, mas pessoas comuns, homens e mulheres singulares que no seu dia a dia vivem experiências. Muda também a concepção de resistência, assim como a noção de poder. Assim quando Foucault diz que não há um poder soberano, absoluto, mas micro-poderes⁵³¹ que se entranham no dia a dia, em todas as relações pessoais, pode-se falar em micro resistências a estes micro poderes.

Esta tese analisa estratégias de resistência que não se comparam a uma greve ou a um ato coletivo organizado pensado com o objetivo de destruir a sociedade capitalista. Tal concepção de resistência pressupõe que os trabalhadores já tenham internalizado a noção de tempo disciplinar, típica do capitalismo, outro conceito que é apropriado historicamente, conforme demonstra Thompson, em texto já clássico.⁵³²

No século XIX em Mato Grosso, este tempo capitalista ainda estava longe de ser hegemônico. Assim as estratégias de resistência são diferentes, evidenciando como as tentativas da classe dominante em impor o tempo capitalista, o ritmo de trabalho, sofreram a oposição da população livre pobre.

⁵³¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979

⁵³² “O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo”. In SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

A terceira parte da tese inicia descrevendo as práticas disciplinares como o internamento, a vigilância, o controle do tempo e dos corpos além da religião, para, em seguida, apontar um resultado não previsto pelas autoridades: o aprendizado da resistência pelos menores.

Práticas disciplinares

O objetivo deste capítulo é demonstrar que, além da inserção no processo de trabalho e da educação formal, os menores foram submetidos a outros esquemas de disciplinarização entre os quais a prática de internação, controle do tempo, vigilância, controle dos corpos e castigos físicos.

O capítulo comenta os instrumentos legais de disciplinarização – que são as normas que regiam o cotidiano do Arsenal, tendo claro, como afirma Perrot, que a análise do regulamento não é suficiente para dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina. Assim será examinado também o controle dos menores pela religião, pela saúde e pela sexualidade. Parto do pressuposto de que normas e práticas de controle devem ser compreendidos como tentativas das autoridades de prevenir ou conter atos latentes ou explícitos de resistência de crianças e trabalhadores à disciplinarização – contrária a seus modos de vida.

O primeiro passo para compreender as normas disciplinares impostas aos aprendizes é a análise dos diferentes estatutos e regulamentos que regeram o cotidiano dos Arsenais de Guerra e das Companhias de Aprendizes ao longo do século XIX. Entre os instrumentos legais, este capítulo privilegiará a análise dos seguintes:

Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Dá regulamentos para o Arsenal de Guerra da Corte, Fábrica da Pólvora da Estrela, Arsenais de Guerra e Armazéns de artigos bélicos).⁵³³

Decisão no 53 – Guerra – de 22 de março de 1838.⁵³⁴ Aprova os Estatutos para o Estabelecimento dos Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra na conformidade do Art. 6º do Decreto de 29 de dezembro de 1837.⁵³⁵

Regulamento no 113, de 3 de janeiro de 1842. Dando nova organização as Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra, em conformidade do Artigo 39 da lei no 243 de 30 de novembro de 1841.⁵³⁶

Decreto no 5118, de 19 de outubro de 1872. Aprova o regulamento que reorganiza os Arsenais de Guerra do Império.⁵³⁷

Na leitura dos regulamentos, fica evidente a preocupação das autoridades em detalhar de forma cada vez mais rigorosa as normas de comportamento dos aprendizes. Assim no primeiro documento legal – o decreto de 1832 – dos 60 artigos que regulam a administração geral do Arsenal de Guerra da

⁵³³ Este decreto transforma o Arsenal do Exército em Arsenal de Guerra da Corte do Rio de Janeiro e cria os Arsenais de Guerra nas províncias do Pará, Pernambuco Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso Após o preâmbulo, divide-se em três partes: o Regulamento para a administração geral do Arsenal de Guerra na Corte do Rio de Janeiro, a que se refere o Decreto acima, com 60 artigos; o Regulamento para a Administração Geral da Fábrica da Pólvora da Estrela, a que se refere o decreto acima, com 61 artigos e o Regulamento para a administração geral dos Arsenais de Guerra provinciais, e armazéns de depósito de artigos bélicos, a que se refere o decreto acima, com 38 artigos. Coleção das leis do Império do Brasil de 1832. Atos do Poder Legislativo de 1832 e Atos do Poder Executivo de 1832. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. P. 31-50.

⁵³⁴ Fonseca, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, SENAI, 1986, vol 2, p. 156-158.

⁵³⁵ O decreto de 29 de dezembro de 1837 regula o modo de admissão dos aprendizes menores nas oficinas do Arsenal de Guerra. São sete artigos, dos quais o sexto prevê a elaboração de um regimento interno e o sétimo, que estende aos Arsenais provinciais, as mesmas disposições. A partir daí, os textos legais abordarão os Arsenais de maneira uniforme.

⁵³⁶ Coleção das Leis do Império do Brasil. 1842, Tomo V, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

⁵³⁷ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1872. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, s.d. p. 906-981.

Corte, sete se referem aos menores (número de vagas, processo de admissão, rotina diária) e três artigos informam os deveres do pedagogo.

Em função da necessidade de tornar mais explícitas as normas de conduta dos aprendizes, em 1838 o governo aprova os Estatutos para o Estabelecimento dos Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra, com 28 artigos. A técnica legislativa ainda é precária: o estatuto não é dividido por títulos. Não há separação entre artigos referentes aos deveres do pedagogo e dos menores. Assim após cinco artigos sobre as funções do pedagogo, guardas e serventes, seguem-se cinco artigos referentes ao cotidiano dos menores, disciplinando a rotina e mais um artigo prevendo punições em caso de infrações. Do artigo 12 ao 18, o estatuto trata das punições aos guardas, serventes e dos critérios de nomeação dos pedagogos e guardas. Os artigos 18 ao 22 voltam-se novamente aos menores, assim como os artigos 25 e 26. Detalham mais minuciosamente as funções do pedagogo e dos guardas, a vigilância dos menores e estabelecem horários para o cumprimento da rotina diária.

Em 1842, o governo dá nova organização às Companhias de Aprendizes Menores, por meio do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842. São 19 artigos regulamentando normas de admissão de menores, direitos e deveres dos aprendizes, funções do pedagogo e do ajudante de pedagogo. Traz ainda as Instruções para execução do Regulamento, com 27 artigos detalhando os artigos do regulamento e duas tabelas estipulando quantidades de alimentos para a ração diária e o fardamento dos menores. A técnica legislativa se aprimora: os assuntos são separados por títulos e subdivididos em capítulos, parágrafos e alíneas.

Finalmente, o decreto de 1872 que reorganiza os Arsenais de Guerra do Império, dedica um capítulo específico aos menores – o VII, com o título Da Companhia de Aprendizes Artífices, com 40 artigos.

Além do aumento do número de artigos referentes aos aprendizes e do aprimoramento da técnica legislativa, percebe-se uma modificação no seu conteúdo: os primeiros são mais genéricos e preocupados com questões de ordem moral e de bons costumes e os últimos mais preocupados com a disciplina do trabalho. Por exemplo, o Estatuto de 1838 tinha um artigo prevendo punições aos menores que insistissem em comportamentos considerados inadequados:

Art. 11. - O menor que (...) usar de palavras, gestos e ações indecentes; o que jogar jogos, que não sejam concedidos pelo Pedagogo, fumar, tomar tabaco, mentir, beber licores espirituosos, ou fugir do Estabelecimento, será punido com diminuição de comida, prisão, posturas físicas, segundo a sua idade, e robustez, à disposição do Pedagogo, e até mesmo será expulso por ordem do Diretor (...).

A preocupação em detalhar os hábitos inadequados evidencia que estes certamente eram usuais entre os menores. Pode-se ainda deduzir que estes comportamentos persistiram apesar dos regulamentos, como se verá no capítulo seguinte. Como aponta Perrot, ainda que tenham sido elaborados com a intenção de *triumfar sobre uma resistência*, as normas disciplinares nunca chegam a se realizar plenamente.

Já o Regulamento de 1872 não traz normas morais mas seus 347 artigos são exaustivamente minuciosos sobre a disciplina do trabalho, punindo, por exemplo, o desperdício de matéria prima (art. 217), a utilização indevida de ferramentas (art. 227) e os atrasos e as faltas (art. 306) entre outros delitos. Outro exemplo da preocupação das autoridades com o controle é a compra de gêneros e matérias primas. Enquanto o regulamento de 1832 prevê dois artigos, exigindo a publicação de edital para a aquisição de mercadorias pelo menor preço, a lei de 1872 detalha o processo de compras em 47 artigos (art. 57 ao 104).

A preocupação com o disciplinamento do trabalho livre se explica pela consciência cada vez mais crescente de que é necessário procurar alternativas à

escravidão negra. Nesse sentido, 1871 representa um marco, com a aprovação da Lei do Ventre Livre.⁵³⁸ Apesar do caráter restritivo da lei que libertava os filhos das escravas, representa um marco fundamental para a sociedade escravista na medida em que sinaliza que o trabalho escravo está com seus dias contados e que a classe dos proprietários precisa procurar outras modalidades de exploração de trabalho.

A seguir, examino como as normas disciplinares foram sendo impostas aos aprendizes, por meio dos regulamentos que se tornavam cada vez mais minuciosos evidenciando a resistência ao controle.

Um dos mecanismos fundamentais para a disciplinarização dos menores foi seu internamento no interior do Arsenal de Guerra.

Ariès refere-se ao fenômeno do enclausuramento como característica da educação moderna que se manifestava na tendência de *isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-la, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos.*⁵³⁹ Paralelamente à separação das crianças por faixas etárias, o ensino também se especializa em dois tipos: um para os ricos e outro para os pobres.

No contexto brasileiro, o que se verifica no século XIX é uma tendência a desqualificar a família na educação de seus filhos. Para Faria, *a afirmação da escola como instituição social deve ser compreendida em sua relação*

⁵³⁸ Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco, que *declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, (...)*. Coleção das leis do Império do Brasil de 1871. Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871, p. 147-151.

⁵³⁹ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. p. 165 e p. 183.

*com as estratégias de desqualificação da família como agência educadora, utilizadas pelos profissionais da escola e outros letrados.*⁵⁴⁰

Segundo Faria, a idéia de que as famílias, e não apenas as pobres, são incapazes de educar seus filhos justificou em boa parte a defesa de que ao Estado cabia zelar pela educação e fundamentou as práticas de imposição compulsória do dever dos pais de matricular os filhos nas escolas.

O argumento da incapacidade de educar uma criança foi alegado pela diretoria do Arsenal de Guerra para negar a uma avó a devolução de Manoel Domingos, admitido em 1867, ainda que não tivesse a idade prevista em lei, uma vez que ficara órfão durante a epidemia de varíola.⁵⁴¹ Ao responder o requerimento, o diretor questiona:

*(...) a peticionária é miserável. Que educação poderá lhe dar?*⁵⁴²

Mais do que a incompetência de educar, devido a falta de condições econômicas, o Estado temia, no caso das famílias pobres, que seus supostos *maus costumes* influenciassem negativamente as crianças menores:

*Ainda em referência a esta instituição [a Companhia de Aprendizes Menores] se dá a mesma tolerância perigosa, se não animação ou acoroçoamento à malandrice e libertinagem, com escândalo talvez. Não só evitam os pais ou tutores dos meninos a benéfica instituição, como não raras vezes, solicitam do governo da província, sob pretextos frívolos, a escusa de seus filhos ou pupilos; no entanto, vagueiam pelas ruas da capital completamente nus ou seminus; povoam as tavernas, apinham as praças, entregues dias após dias ao vício dos jogos proibidos, à prática de atos imorais, no que revelam perversão de costumes. (...)*⁵⁴³

⁵⁴⁰ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. Caxambu, 20ª Reunião anual da ANPED, 1997. p. 29-30. (separata)

⁵⁴¹ O caso é analisado mais detalhadamente no Capítulo 2 da Parte I.

⁵⁴² Ofício do capitão ajudante ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 8/11/1869. APMT Lata 1869 C/Arsenal de Guerra.

⁵⁴³ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra do Pará. Belém, 7/03/1873. Anexo ao Relatório apresentando à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quinta legislatura pelo ministro e secretário do

(As notas continuam na próxima página)

Para evitar que meninos pobres ficassem entregues à libertinagem, andando soltos pelas ruas vagando nus ou seminus, povoando tavernas, apinhando praças, entregues ao vício dos jogos proibidos e a prática de atos imorais, a solução era isolar os meninos pobres de suas famílias para melhor adestrá-los.

Já o Regulamento de 1832 proibia a saída dos aprendizes, ainda que não previsse castigo em caso de descumprimento desta ou de qualquer outra norma:

*Os menores não poderão ir à casa de seus pais, ou de pessoas a que forem sujeitos, senão em domingos e dias santos de guarda; obtendo para isso permissão por escrito do Vice-diretor.*⁵⁴⁴

O Estatuto de 1838 não proíbe especificamente a saída dos menores, mas exige a companhia constante do pedagogo *quer dentro, quer fora do Arsenal* (art. 2º) e a licença do diretor *por tempo limitado a algum menor para estar na companhia de seus pais, ou de quem suas vezes fizer* (art. 25). Não prevê punições específicas para o descumprimento dessas normas, ainda que estabeleça uma rotina rígida diária aos menores e uma série de proibições e penalidades.

O regulamento de 1842 é mais claro:

Art. 13. Os aprendizes menores não poderão sair para fora dos Arsenais de Guerra, sem licença por escrito do Diretor, que a não concederá por mais de três dias, ouvindo o Pedagogo, e não se opondo este com motivos plausíveis. Os que se ausentarem sem licença serão apreendidos onde forem encontrados; as pessoas que os houverem aliciado, ou admitido em suas casas, oficinas, ou serviço, serão punidos com as penas impostas pela lei aos que aconselham, dão asilo, ou auxílio para desertar a soldados da primeira linha do Exército.

Além das penalidades impostas aos que auxiliarem na fuga dos menores, os aprendizes quando capturados também eram punidos:

Estado dos negócios da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873. p.5

⁵⁴⁴ Art. 53 do Regulamento para a administração geral do Arsenal de Guerra da Corte do Rio de Janeiro. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. O Artigo 33 do Regulamento para administração geral dos Arsenais de Guerra

(As notas continuam na próxima página)

Art. 14. Aos mesmos aprendizes menores poderão ser aplicados correccionalmente, pelas faltas que cometerem, os castigos moderados, com que é licito aos pais corrigir as faltas de seus filhos, e aos mestres as de seus discipulos.

No Regulamento de 1872, os procedimentos de reclusão são mais detalhados:

Art. 181 Nenhum aprendiz artifice sairá do estabelecimento sem licença por escrito do pedagogo, em virtude de ordem expressa do diretor, que não a poderá conceder por mais de 15 dias consecutivos.

Art. 182 Ainda mesmo no caso de licença nenhum aprendiz artifice poderá sair do estabelecimento nem andar pelas ruas da cidade, senão acompanhado por um guarda da companhia, ou por seu pai, mãe, tutor, curador ou pessoa por estes autorizada.

Art. 183 O aprendiz artifice que for encontrado na rua por qualquer empregado do Arsenal sem estar competentemente acompanhado, ou sem o seu uniforme, será conduzido imediatamente para o quartel da Companhia, onde ficará impedido até que o diretor o julgue suficientemente punido.

Para garantir a disciplina dos menores, os regulamentos previam uma estrutura de vigilância que foi se tornando mais complexa, com o aumento do número de funcionários e maior detalhamento das funções.

O Estatuto de 1838 previa a possibilidade de usar como guardas *menores [com] a necessária capacidade*.⁵⁴⁵

Em 1842, surgem outros mecanismos de controle: a separação dos menores em *divisões, sob a vigilância de guardas e esquadras, a cargo de cabos escolhidos entre os menores mais habilitados para este serviço*.⁵⁴⁶

provinciais anexo ao mesmo decreto traz a mesma redação, substituindo apenas Vice-diretor por Ajudante do Diretor.

⁵⁴⁵ Estatuto de 1838.

⁵⁴⁶ Artigos 14 e 15 do Regulamento de 1842.

Além da divisão em grupos e da indicação de um aprendiz para vigiar os demais colegas, o regulamento de 1842 impôs o sistema de numerar os menores.

Art. 16. Todos os menores serão numerados e as roupas tanto do vestuário como das camas terão o número correspondente.

O número era atribuído no ato de matrícula e acompanhava o menor em todos os momentos de sua vida, não só na separação de uniformes e objetos, mas nos informes sobre sua aplicação nas oficinas ou rendimento nos estudos. Os relatórios dos pedagogos indicavam os menores pelos números, raramente pelos nomes. Graças a esse rigor, foi possível rastrear as trajetórias dos aprendizes no Arsenal de Guerra.

Para vigilância dos menores, o aparato administrativo também vai se tornando mais complexo com o tempo.

No regulamento de 1832, era previsto um pedagogo *que terá a seu cargo a educação moral, e arranjos domésticos dos menores. Cuidará da sua comida, lavagem de roupa, e mais objetos indispensáveis, e para este fim habitará na mesma casa em que eles morarem.* O pedagogo também era responsável pelo ensino dos menores.

Em 1838, o estatuto já prevê um guarda e dois serventes para cada cinquenta meninos para *coadjuvar* o pedagogo no desempenho das obrigações. Estabelece como deveres dos guardas: receber o que *houver de ser fornecido para os menores* e ter o *inventário de todos os auxílios da casa, roupas de cama e vestuário*, assistir os menores ao refeitório e acompanhar os menores, vigiando-os cuidadosamente. Aos serventes competia varrer a casa, carregar água, cuidar do serviço da mesa e da cama, e asseio do edifício. Além disso, *farão tudo mais que lhes for determinado, sendo um deles cozinheiro.*

O Estatuto atribuía ao pedagogo a responsabilidade pela fiscalização dos subordinados:

Art. 23 O pedagogo é o fiscal imediato dos seus subordinados, responsável pela impunidade destes, nos casos de delitos que por si pode punir, e nos outros casos por não reclamar a tempo a punição, bem como pelo excesso que cometer nos castigos.

Previa ainda punições aos guardas e serventes: repreensões, multas, prisão e demissão. Os serventes, se escravos, poderiam ser punidos com penas corporais.⁵⁴⁷

O regulamento de 1842 acrescenta *um ajudante de pedagogo, que o substituirá nos seus impedimentos, um guarda para cada cinqüenta menores, e os serventes que forem necessários com a gratificação que o governo lhes abonar.*⁵⁴⁸

O pedagogo acumula ainda as funções de professor. Essa separação somente ocorrerá de fato em 1872. O regulamento, nas suas instruções anexas, detalha ainda as funções do pedagogo, do ajudante do pedagogo e dos guardas.

Em 1872, o regulamento passa a exigir que o pedagogo seja um *oficial reformado ou honorário do exército.*

*A administração, economia de tudo quanto for relativo ao tratamento pessoal dos aprendizes artifices e à sua educação, será confiada ao zelo, dedicação, moralidade e cuidados de um oficial reformado ou honorário do exército, com o nome de pedagogo, sob a imediata inspeção do 1º ajudante da diretoria do Arsenal.*⁵⁴⁹

Além do internamento e da vigilância, outra estratégia disciplinar utilizada no Arsenal de Guerra é a tentativa de controlar minuciosamente os horários, mesmo os destinados ao lazer.

⁵⁴⁷ Artigos 12, 13 e 14 do Estatuto de 1838.

⁵⁴⁸ Artigo 16.

⁵⁴⁹ Artigo 194 do Decreto 5112.

O estatuto de 1838 detalha a rotina em cinco artigos, de forma minuciosa. Por exemplo, o artigo 6 determina que *os menores devem estar acordados ao romper do dia; dentro de meia hora estarão vestidos e postos em forma, rezarão a oração da manhã; e serão logo dirigidos ao lavatório e daí, para a revista, e desta para as oficinas.*

O artigo seguinte estabelece os demais horários: almoço às 8h30, jantar *um quarto de hora depois do meio dia*, retorno ao trabalho, às duas horas da tarde; ceia às 7 horas. Depois da refeição, os aprendizes *se recolherão, lavarão o corpo, os pés, irão ao terço, e daí para o dormitório; no fim de cada comida darão Graças a Deus em voz alta.*

Até o tempo livre é detalhado no artigo 9: O tempo que restar aos menores das suas aplicações, será empregado em recreações tais como passeio, jogos ginásticos e outros. Aos domingos e dias santos, os meninos iam à missa e eventualmente ao banho de mar.

O regulamento de 1842 sintetizou a rotina em um único artigo mas não deixou de lado o controle do tempo:

Art. 17. Os Aprendizes Menores deverão estar acordados ao romper do dia: depois de lavados e vestidos entrarão em forma de revista; e desta marcharão por esquadras para as Aulas, ou Oficinas; terão meia hora de descanso para almoçarem; jantarão a meia hora depois do meio dia, e às duas regressarão para as Aulas, ou Oficinas; depois da ceia se recolherão aos dormitórios, onde serão entretidos uma hora na instrução da doutrina e rezas cristãs. Darão Graças a Deus ao levantar da cama, depois de jantar, e da ceia; ouvirão missa todos os Domingos e Dias Santos, e cumprirão anualmente com o preceito da desobriga quadragesimal. O tempo que ficar livre aos menores de suas obrigações ordinárias, será empregado em recreações inocentes, exercicios ginásticos, e passeios fora do Arsenal nos dias que não forem de trabalho. Em ocasiões oportunas serão exercitados na natação.

550

⁵⁵⁰ Art. 17 das Instruções para execução do Regulamento nº 113 de 3 de janeiro de 1842, que deu nova organização às Companhias de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra. Coleção das leis do Império do Brasil, 1842, tomo V, parte II. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1843.

Além de controlar detalhadamente os horários das atividades dos aprendizes, os regulamentos buscavam também disciplinar os corpos, com o objetivo de mantê-los saudáveis e aptos ao trabalho.

Os regulamentos proibiam – conforme já se observou anteriormente – o fumo, o jogo e as bebidas alcoólicas e incentivavam exercícios de ginástica e de natação, mas chegavam ao extremo de controlar as expressões corporais no dia a dia exigindo que andassem formados *nas ocasiões de reza, nas idas e voltas das oficinas e escola*.⁵⁵¹ Os menores não podiam se sentar nem se levantar, sem que o pedagogo o permitisse, por meio de um toque de sineta.⁵⁵²

Outros comportamentos a serem disciplinados seriam os referentes às manifestações da sexualidade. Segundo Mott, no século XIX, o controle dos desvios sexuais é transferido da Igreja para a delegacia de polícia: (...) *cabe agora ao Estado zelar pela moral e inocência dos imaturos* (...).⁵⁵³

De forma ainda velada, a preocupação com uma possível homossexualidade no interior de uma instituição masculina transparece na determinação que separava os dormitórios dos meninos maiores e menores de 14 anos.

*O dormitório dos maiores de 14 anos será incomunicável com os de menores desta idade.*⁵⁵⁴

Denúncias de práticas homossexuais se tornaram menos veladas para justificar, por exemplo, as constantes brigas entre os presos que cumpriam pena no Arsenal de Guerra.

⁵⁵¹ Artigo 8 do Estatuto de 1838.

⁵⁵² Artigo 20 do Estatuto de 1838.

⁵⁵³ MOTT, Luiz. “Pedofilia e pederastia no Brasil Antigo” in: PRIORE, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Contexto, 1992. p. 57.

Em 1862, o diretor relata em ofício minucioso ao presidente de província que os presos sentenciados Rufino e Valério (a galés perpétuas) e Fileno (a seis anos de prisão) lutavam armados de limas e que a *verdadeira causa de tal tumulto [era] devida a pederastia que acha-se muito desenvolvida entre esses miseráveis, talvez pela reclusão em que eles estão.*⁵⁵⁵

As preocupações legais com a moralidade dos aprendizes, no entanto, não impediram que, em algumas ocasiões, os menores fossem vítimas de abusos sexuais por parte dos guardas contratados justamente para vigiá-los.

É possível que tais incidentes fossem mais frequentes, mas somente eram levados ao conhecimento do presidente de província, quando havia interesse por parte do diretor ou do pedagogo do Arsenal de Guerra na demissão dos funcionários envolvidos.

Em 1860, o pedagogo José Maria das Neves denuncia o guarda de menores, José Francisco Duarte, que *tinha o costume de entregar-se ao vício da sodomia.*⁵⁵⁶ O pedagogo acrescenta que investigou a denúncia, interrogando os menores Feliciano da Silva Pais, Miguel Ângelo dos Santos e Joaquim Gonçalves da Silva *e até mesmo o velho preto cozinheiro*, para reiterar que o guarda *longe de desempenhar a sagrada obrigação que lhe foi confiada, tem pelo contrário lançado no centro da Companhia dos Menores educandos o pernicioso e infame vício da sodomia (...).*

⁵⁵⁴ Artigo 21 do Estatuto de 1838.

⁵⁵⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/11/1862. APMT Lata 1862 E/Arsenal de Guerra.

⁵⁵⁶ Ofício do pedagogo ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 20/10/1860. APMT Lata 1860 D/ Companhia de Aprendizes Menores.

O diretor encaminhou a denúncia do pedagogo ao presidente de província que imediatamente ordenou a demissão do guarda.⁵⁵⁷ Este guarda tinha sido recentemente contratado e seu nome fora escolhido entre sete candidatos, cujos requerimentos foram avaliados pelo pedagogo e encaminhados, dois meses antes. Sem explicitar as razões, o presidente decidiu contratar José Francisco Duarte que alegava estar *desempregado e sem meios de subsistência* contrariando as preferências do pedagogo.

A segunda denúncia de sodomia contra os menores ocorreu em 1863. Desta vez, o pedagogo Manoel Apolidogino de Araújo Ramos reclama ao diretor que o guarda de menores, Antônio Bernardo Barcelos, não cumpre suas obrigações, *evadindo-se do estabelecimento ... não pernoitando no pequeno dormitório dos menores, mas sim na varanda ... Além de ser um remisso e desobediente empregado, o pedagogo acusa o guarda de outros procedimentos, que degradantes deixo de mencionar (...).*⁵⁵⁸

A insinuação maldosa do pedagogo não convenceu o diretor que ordenou ao ajudante de diretoria que procedesse a uma sindicância para apurar a denúncia.

O ajudante de diretoria confirmou ao diretor que *com efeito o guarda não satisfaz completamente as obrigações que lhe são inerentes e procura de certo modo furtar-se ao trabalho de que é encarregado...* Mas alega em sua defesa que *pela sua idade e moralidade, é preferível ao outro guarda, Félix José da Silva Nogueira, dado ao vício da pederastia, como ficou evidentemente provado pela*

⁵⁵⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 21/11/1860. APMT Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 105.

⁵⁵⁸ Ofício do pedagogo ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 21/2/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

confissão de alguns menores vítimas da violência deste guarda [que] procura forçá-las, (...) introduzindo-se à noite no alojamento onde pernoitam esses infelizes dignos dos maiores desvelos e proteção do governo (...)

O ajudante aproveita a sindicância para solicitar também a demissão do pedagogo que além de mau professor deixa de cumprir tarefas como assistir os menores nas rezas noturnas, acompanhá-los nas missas e passeios, porque sofre de *reumatismo gotoso (...)* e ser dotado além disto de um físico anti-militar.⁵⁵⁹

Diante das informações, o diretor solicita a demissão dos dois guardas e a substituição do pedagogo, o que será acatado pelo presidente de província.⁵⁶⁰

Nos dois casos, é possível inferir que divergências entre os funcionários do Arsenal de Guerra provocaram as denúncias e a demissão dos acusados.

Em 1886, uma nova denúncia explicitará de forma mais clara um conflito de ordem político-partidária subjacente à estratégia desenvolvida pelo diretor para demitir professor, o guarda, o pedagogo e seu ajudante – no caso desses últimos, após a descoberta de práticas homossexuais entre os meninos.

O diretor Américo Rodrigues de Vasconcelos,⁵⁶¹ no mesmo dia em que toma conhecimento da demissão do professor de primeiras letras e de seu ajudante, envia um ofício reservado ao presidente de província (com seis páginas) e

⁵⁵⁹ Ofício do ajudante de diretor ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 23/2/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

⁵⁶⁰ A demissão do guarda Barcelos foi informada a 5 de março, a do guarda Nogueira, a 16 de março e a do pedagogo a 16 de maio. Ver Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 16 v e 24 v.

⁵⁶¹ Assumiu o cargo de diretor do Arsenal de Guerra a 14 de janeiro de 1886 e após denunciar o professor de primeiras letras e seu ajudante de incapacidade (ver capítulo 3), consegue junto ao presidente de província de Mato Grosso a demissão de ambos em maio de 1886.

com seis anexos (um dos quais com 4 páginas), revelando a existência de práticas homossexuais entre os aprendizes.⁵⁶²

O ofício é bastante minucioso e apresenta os fatos cronologicamente para somente ao final solicitar *prontas e enérgicas providências (...) a bem da moralidade, disciplina e ordem que devem existir na Companhia dos Aprendizes Menores deste Arsenal.*

O diretor inicia relatando a existência de *moléstias venéreas, cuja origem é a depravação e os maus costumes de que [os menores] estão eivados:*

Em 18 de janeiro último apareceu na enfermaria um menor para se tratar que tinha o ânus completamente estragado por ulcerações que exalavam um fétido insuportável, e indagando da causa, declarou-me o médico ser devido à diarreia; parecendo-me, porém ter sido outra muito diferente a sua origem.

Posteriormente, a 14 do mês passado, baixou um outro menor com o pênis deformado por aguda inflamação, e com um corrimento abundantíssimo; tratando de averiguar a causa, fui informado pelo facultativo respectivo ser a moléstia devida a onanismo.

No dia 21 do mesmo mês, por ocasião de minha costumada visita à enfermaria, encontrei um segundo menor no mesmo estado e sofrendo da mesma moléstia.

Não sendo já um fato isolado, procurei pessoalmente descobrir a que seria devida essa enfermidade, e metendo o dito menor em confissão declarou-me ser ela motivada pela prática de atos imorais com os seus companheiros, fazendo-me por essa ocasião graves revelações (...)

*Além dos dois menores afetados de blenorria, apareceram mais cinco, chegando-se ao conhecimento de fatos altamente indecorosos, e tão vergonhosos que os levando a presença de V. Exa., como é do meu dever, manda a decência que o faça reservadamente.*⁵⁶³

⁵⁶² Ofício reservado do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/5/1886. APMT lata 1886 F/Arsenal de Guerra.

⁵⁶³ Ofício reservado do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso, datado de 5 de maio de 1886. APMT Lata 1886F/Arsenal de Guerra

O diretor acusa o pedagogo de *falta de zelo* e denuncia que *logo que se fechavam as oficinas, ficavam os [menores] entregues a si próprios sem uma só pessoa que velasse por eles.*

O diretor nomeou no dia 21 de abril uma comissão formada pelo ajudante de diretor, pedagogo e médico para *proceder a mais rigorosa sindicância para descobrir não só os menores que são dados ao vício da pederastia, como a procedência da moléstia gonorréia de que estão alguns sofrendo.*⁵⁶⁴

No dia 27, a comissão procedeu a sindicância, empregando *todos os meios possíveis para descobrir os verdadeiros autores da imoralidade que atualmente lavra na Companhia de Aprendizes Artífices, interrogando 48 menores (o número completo seria 50). As perguntas eram as mesmas para todos: Se o menor se entregava (ou se dava) ao vício da pederastia ou masturbação? E se conhecia algum companheiro que se dê ao vício da pederastia ou masturbação?*

O primeiro interrogado foi Lino de Souza, que se achava em tratamento na enfermaria dos aprendizes artífices do Arsenal de Guerra (não consta neste relatório qual a sua doença, supõe-se que seja doença venérea, mas o atestado do médico que examinou todos os meninos não o incluiu entre os afetados por gonorréia). Este admitiu que *em uma noite, quando todos os seus companheiros dormiam, dirigiu-se ao leito do aprendiz artífice Virgínio Sebastião e, aproveitando-se de seu sono, arriara-lhe as calças sutilmente e com ele tivera relações ilícitas.*⁵⁶⁵ Disse não saber de outro companheiro que tivesse o mesmo vício.

O segundo interrogado foi Virgínio, que alegou ignorar o fato *por achar-se dormindo* e desconhecer quem praticasse o vício da pederastia ou

⁵⁶⁴ Anexo A do ofício citado.

⁵⁶⁵ Anexo B ao ofício reservado já citado. As próximas citações serão deste anexo.

masturbação. A seguir foram interrogados cinco menores internados na enfermaria, *doentes de blenorria*. Apesar da evidência física, todos negaram as duas perguntas.

Chama a atenção o fato da comissão ter aceito as negativas sem qualquer insistência. No entanto, o ofício reservado em que o diretor faz a denúncia ao presidente de província, informa que *metendo o dito menor* (o segundo que apareceu na enfermaria com blenorria, mas não identifica) *em confissão declarou-me ser ela motivada pela prática de atos imorais com os seus companheiros, fazendo-me por essa ocasião graves revelações....* Ou seja, um dos menores doentes (não identificados no ofício) delatou os *atos imorais*, fez *graves revelações*, o que motivou a abertura da sindicância. O relatório da comissão investigadora omite quem teria sido o delator.

A seguir, a comissão passou a interrogar os menores em grupos de 10 ou 12 meninos. Na primeira turma de 12, Pedro Francisco e Veríssimo Gorgonha denunciaram como pederastas, ex-companheiros já transferidos no ano passado para o 8º batalhão de infantaria. O aprendiz Benedito Xavier da Paixão respondeu que *Benedito José Rodrigues ... em uma noite dirigiu-se a cama dele respondente e, aproveitando-se de seu sono, teve com ele relações ilícitas, o que ele respondente afirmava por ter encontrado a sua calça descida e umedecida, e que depois do que se deu com ele o viu dirigir-se a cama do aprendiz artífice Pedro Francisco Claro, do qual também desceu as calças para o mesmo fim.*

Pedro Francisco, de denunciante passou a denunciado e *ouvindo o acusado, declarou que era exato, havendo, porém, se dado este acontecimento no ano passado.*

O outro denunciante, Verissimo Gorgonha acusou ainda o companheiro João Eustáquio de Abreu de manter *sempre* relações ilícitas com o aprendiz Virgínio (também já acusado pelo primeiro menor).

Pedro Francisco, acusado, *denunciou seu companheiro Gregório Martins da Silva como pederasta, sendo paciente o mesmo Virgínio Sebastião.* Gregório – um dos doentes – já tinha sido interrogado, alegando nada saber. Ele não foi reinterrogado pela comissão. Os demais menores declararam, que *nada sabiam.*

No segundo grupo – de dez menores – apenas o menor Manoel Ricardo de Oliveira respondeu *que encontrou, quando acordou uma noite, a sua calça descida e umedecida, porém que não sabia quem tinha isso feito.*

No terceiro grupo – de doze menores – oito menores admitiram que *ao acordarem encontraram algumas vezes as suas calças descidas e umedecidas, mas que ignoravam quem assim praticava.*

O menor Augusto Benedito da Penha declarou que *às 5 horas da manhã de hoje viu o aprendiz Francisco Claro em cima de seu companheiro Antônio Pedro de Arruda. Perguntando ao paciente o que sabia a tal respeito? Respondeu que com efeito, quando acordou encontrou o dito Pedro como o seu companheiro denunciou.*

Antônio Pedro era um dos menores da 1ª turma e alegou no primeiro interrogatório nada saber. Este, a diferença do Gregório, foi reinterrogado, quando seu nome foi delatado como *paciente.*

Essa denúncia específica será a gota d'água que provocará a demissão do pedagogo – pois este era o encarregado de pernoitar no dormitório dos aprendizes por ocasião da sindicância.⁵⁶⁶ Ou seja, o fato que provocara a investigação voltara a acontecer no dia da investigação e nas barbas do pedagogo – acusado por isso de *inepto e ineficiente.*

⁵⁶⁶ Conforme Anexo E.

Por fim, a comissão interroga sete menores doentes na enfermaria (não se menciona qual doença) e apenas um deles, Cesário de Arruda Falcão, admitiu que *já arriaram as calças uma vez da noite na companhia, porém ignorava quem tinha sido*.

Ao todo, 14 menores admitiram ter sido vítimas da pederastia, mas doze alegaram não saber *quem tinha sido*. Dois admitiram após serem confrontados com outros depoimentos. Lino assumiu que era ativo; foram acusados de ativos Benedito José Rodrigues, João Eustáquio de Oliveira e Gregório Martins da Silva, Pedro Francisco Claro. Outros, apesar da evidência da doença, negaram o *vício*: Celestino, Francisco, Isidoro e Severiano.

Na sindicância, chama atenção a diferença de tratamento no interrogatório dos menores. Alguns meninos alegam nada saber e fica por isso mesmo. Outros são mais pressionados e *confessam* ter sido vítimas, mas não sabem quem foi. Outros delatam *desafetos*, aprendizes que já saíram do Arsenal, ou “casos notórios”.

Ao fim da investigação, o médico encarregado pelo diretor de examinar todos os menores do Arsenal relata:

Atesto (...) que examinei os menores artífices deste Arsenal e encontrei os de nomes João Eustáquio, Isidoro Abrigo, Gregório Martins da Silva, Celestino Correia da Costa e Francisco Soares, sofrendo de blenorria, Severiano Godofredo das Neves, de uma ligeira uretrite e finalmente Virgínio Sebastião de dilatação dos esfínteres do ânus com uma leve fenda, de um centímetro de comprimento, dirigida de cima para baixo, no bordo inferior da margem do mesmo ânus. Atesto mais que as causas prováveis da moléstia dos seis primeiros são, sem dúvida, a pederastia ou masturbação, vícios detestáveis, que matam o corpo e degradam o espírito, sendo a do último devida a ação mecânica da introdução de um corpo estranho na parte ofendida. ⁵⁶⁷

⁵⁶⁷ Atestado assinado pelo dr. Dormevil José dos Santos Malhado, 2o cirurgião honorário contratado. Cuiabá, 22/04/1886. Anexo C ao Ofício Reservado citado anteriormente.

Curiosamente, na primeira vez em que foi consultado pelo diretor, o médico alegou que a causa das doenças dos meninos era diarreia e onanismo, aparentemente tentando encobrir a irregularidade na Companhia de Aprendizes. Também chama a atenção o fato do capelão não ter sido chamado a participar da sindicância.

A denúncia foi suficientemente grave: o pedagogo e o ajudante de pedagogo foram demitidos pelo presidente de província. O jornal liberal, no entanto, que certamente desconhecia estas acusações, alegou que as demissões constituíam perseguição política:

*Funcionários zelosos e cumpridores de seus deveres, mas liberais, são por isso abusivamente destituídos de seus empregos para serem dados os seus lugares aos famintos da época.*⁵⁶⁸

Não há informações sobre castigos aplicados aos menores, com exceção de João Eustáquio de Abreu, de 12 anos de idade, que reincidiu na *prática de atos imorais, apesar dos castigos que lhe tem sido infligidos por esta diretoria*. Este menor foi transferido para a Companhia de Aprendizes Marinheiros.⁵⁶⁹

Dois anos mais tarde, outro menor *Antônio Tomé da Cruz (...)* que, *além de dar-se à prática de atos imorais, tem ultimamente procurado seduzir a um menino menor, morador nas circunvizinhanças deste estabelecimento, trazendo a família em constantes sobressaltos com suas tropelias*. Juntamente com outro aprendiz, Gabriel Ferreira, acusado de má conduta, foram transferidos para outros

⁵⁶⁸ *A Tribuna*. Cuiabá, ano 2, n. 27, 13 de maio de 1886, p. 2.

⁵⁶⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/5/1886. APMT Lata 1886F/Arsenal de Guerra.

corpos militares *onde talvez possam se regenerar, tornando-se aproveitáveis os seus serviços, por ficarem sujeitas as penas disciplinares mais rigorosas.* ⁵⁷⁰

Além da preocupação com a sexualidade, o controle dos corpos buscava cuidar da saúde dos aprendizes.

A robustez física dos aprendizes era uma das exigências formuladas pelo Ministério da Guerra, desde 1857, para permanência dos aprendizes no Arsenal e muitos menores foram excluídos por problemas de saúde que o incapacitavam para o trabalho.

Doenças menos graves eram tratadas no Hospital da Santa Casa.⁵⁷¹ Em julho de 1847, Cândido Porfirio e André Joaquim foram hospitalizados *para ... serem tratados de um ferimento na parte superior da cabeça por ocasião de uma luta entre eles.* ⁵⁷² Ficaram internados até 8 de agosto ainda que o ofício informe que *não se torna de grave circunstância o ferimento.* Uma relação de doentes do Hospital da Santa Casa⁵⁷³ informa que os dois menores foram *curados com unguento basilicão.* Na mesma relação, consta outro menor Manoel da Paixão que, internado de 26 de agosto a 4 de setembro, com dores de cabeça, foi tratado com *limonada salina.*

Ofícios do diretor e observações constantes dos mapas mensais da Companhia de Aprendizes Menores informam dezenas de internações, mas raramente

⁵⁷⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/5/1888. APMT Lata 1888 A/Arsenal de Guerra.

⁵⁷¹ Mapas mensais da Santa Casa guardados no Arquivo Público de Mato Grosso, infelizmente bastante avariados, informam nomes de aprendizes internados, descrição da doença e tratamentos aplicados.

⁵⁷² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/7/1847. APMT Lata 1847 D/Pagadoria Militar

⁵⁷³ Relação de doentes do Hospital Santa Casa. Cuiabá, s.d. (provavelmente setembro de 1847). APMT Lata 1847 D/Pagadoria Militar.

especificam o motivo que as provocou.⁵⁷⁴ O tempo de hospitalização variou de 15 a 30 dias, com exceção do caso de João Francisco de Sales que ficou hospitalizado de fevereiro a maio de 1853.⁵⁷⁵

O histórico de saúde de um aprendiz – Policarpo do Nascimento – evidenciará a preocupação com a saúde infantil. Com dez anos, Policarpo ingressou no Arsenal de Guerra a 12 de abril de 1847.⁵⁷⁶ No mês seguinte, foi hospitalizado na Santa Casa, com sarna, sendo tratado com enxofre e salsaparrilha(*) até pelo menos setembro do mesmo ano.⁵⁷⁷ Mapas da Companhia de Aprendizes informam várias internações nos anos de 1847 e 1848. Nos intervalos, Policarpo aprendia a ler e a escrever das 6 às 9 e trabalhava na oficina de funileiros das 2 às 6.

Em 1850, o diretor relata a cura do menor Policarpo:

O menor da Companhia de Aprendizes deste Arsenal Policarpo do Nascimento, de 13 a 14 anos de idade, tendo se curado por vezes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, de psoríase (), que sofria, de muitos anos, apenas conseguia uma aparente melhora de seu padecimento, sendo logo acometido novamente da mesma enfermidade, que parecia engravescer-se cada vez mais, e quando me desanimava da sua cura, lembrei-me de recorrer ao préstimo do doutor João Batista Teixeira, cirurgião mor do corpo fixo de caçadores, e prestando-se, com efeito, este com vontade de curar o menino aplicou-lhe logo doses homeopáticas, prescrevendo-lhe a conveniente dieta; com a continuação do que considero o meu doente quase são, e com bem fundadas esperanças de vê-lo breve perfeitamente livre de tão hedionda enfermidade; semelhantemente curou a pedido meu, da mesma enfermidade ao aprendiz menor Manoel Antônio, que já está são, e assim mais a Manoel da Paixão, com belida (*) em um olho, e a Benedito Alves da Cunha, de sycasis (sic) de que ficou também perfeitamente bom. O dito doutor Batista ofereceu-me a prestar iguais*

⁵⁷⁴ Nem sempre foi possível conferir o motivo e tratamento dado aos menores na Santa Casa, devido ao mau estado de conservação dos mapas de doentes.

⁵⁷⁵ Conforme os mapas da Companhia de Aprendizes Menores de 1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra.

⁵⁷⁶ Relação nominal dos aprendizes menores do Arsenal de Guerra, suas idades, naturalidades e filiações, entradas nos ofícios, entradas ao Arsenal e instrução que têm. Cuiabá, 2/10/1847. APMT Lata 1847D/Arsenal de Guerra.

⁵⁷⁷ Relação de doentes que entraram no Hospital da Santa Casa da Misericórdia desta cidade, assinado por João Alves Ferreira, provedor e Augusto Muller, doutor. Cuiabá, s. d. (provavelmente setembro de 1847) APMT Lata 1847 D/Arsenal de Guerra.

favores para a Companhia dos Menores, e eu aceitei, mas desejo que V. Exa. se cientifique disto, e de que ele nada pediu-me pelas curas feitas. ⁵⁷⁸

As esperanças do diretor, no entanto, frustraram-se. Nos anos seguintes, novas internações. Apenas em 1857, com aproximadamente 20 anos, passa para a classe de mancebo.⁵⁷⁹ A sua saúde frágil explica por que essa passagem ocorreu quatro anos após a idade regulamentar. Oito anos mais tarde constava ainda como artífice devedor da Fazenda Nacional *por sua criação*.⁵⁸⁰

O curioso é que a doença de Policarpo não o impediu de permanecer na Companhia de Aprendizes Menores. Vários menores foram dispensados devido a saúde frágil.

Registraram-se também casos de doenças contagiosas como sarampo – resultado das precárias condições higiênicas do Arsenal de Guerra e mesmo da cidade de Cuiabá, na segunda metade do século XIX. Em junho de 1851, dos 50 menores da Companhia de Aprendizes, 41 foram hospitalizados. O diretor explica que *o grande número de doentes é devido ao sarampo, que tem grassado nesta capital, e nenhum dos menores doentes tem perigo de vida.* ⁵⁸¹ O mapa anexo é bastante detalhado, relacionando todos os nomes e números dos menores e informando as datas de baixas e altas do hospital.

A varíola que grassou na cidade após a Guerra do Paraguai⁵⁸² não contaminou os aprendizes porque todos eram vacinados. O presidente de província,

⁵⁷⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 2/07/1850. APMT Lata 1850 D/ Assuntos Militares.

⁵⁷⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/04/1857. APMT Lata 1857 A/Arsenal de Guerra.

⁵⁸⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/2/1863. APMT Lata 1863 A/Arsenal de Guerra.

⁵⁸¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/7/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

⁵⁸² Sobre a varíola em Cuiabá, ver VOLPATO, Luisa. *Cativos do sertão. Op. cit.*

Augusto Leverger, determinara em janeiro de 1851 que todos os menores do Arsenal de Guerra, soldados e presos a galés fossem vacinados.⁵⁸³ Desde então, em grupos de dez, os menores foram encaminhados às quintas-feiras ao comissário vacinador na casa da Câmara Municipal.⁵⁸⁴

Essa ordem foi reiterada em diversas ocasiões.⁵⁸⁵ Apesar do medo que a população tinha da vacina,⁵⁸⁶ menores, soldados e presos não tinham como fugir à determinação compulsória. Mesmo após a terrível epidemia de varíola,⁵⁸⁷ a população ainda apresenta *repugnância* para com a vacina, conforme informa o mapa do resultado de vacinação da Santa Casa durante o ano de 1863, para justificar que somente menores do Arsenal de Guerra foram vacinados no segundo semestre:

*No segundo semestre foram vacinados 43 individuos e como se vê no mapa sem resultado por chegar quase sempre aqui o pus vacínico vindo da Corte deteriorado. A razão de serem os 43 vacinados unicamente da Freguesia de Pedro 2º é porque experimenta-se o pus vacínico nos menores do Arsenal de Guerra em razão da repugnância que geralmente há nesta população para a vacina. Presentemente existe nesta capital pus vacínico vindo do Rio de Janeiro porem ainda se espera do resultado de sua inoculação.*⁵⁸⁸

⁵⁸³ Discurso recitado pelo presidente de província de Mato Grosso, capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 10/5/1851. APMT. Relatórios do presidente de província de Mato Grosso (1841-1851). Livro 01.

⁵⁸⁴ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/2/1851. APMT Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

⁵⁸⁵ Ver ofícios do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 25/1/1854 e 21/6/1854. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. fls. 39 e 51.

⁵⁸⁶ Ver MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *A província de Mato Grosso*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869. (ed. fac-similar)

⁵⁸⁷ Ver o capítulo “O apocalipse cuiabano” na obra de VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão* já citada anteriormente.

⁵⁸⁸ Mapa assinado pelo comissário vacinador, dr. José Antônio Murtinho. Cuiabá 27/4/1863. APMT lata 1862 F/Santa Casa de Misericórdia.

Nesse período, a vacina era inoculada em seres humanos e esperava-se oito dias. Da ferida resultante, se extraía o pus para novas vacinas.⁵⁸⁹

A vacina era enviada do Rio de Janeiro e muitas vezes se deteriorava durante o transporte, perdendo sua eficácia. Conforme explica o Instituto Vacínico do Rio de Janeiro, a uma requisição do presidente de província:

(...) Quanto porém aos meios de dar vigor à vacina, quando já enfraquecida pela distância ou pelo tempo, a ciência não conhece algum; convindo entretanto observar que o meio mais seguro de conservar a integridade da vacina é propagá-la constante e progressivamente de braço a braço, logo que ela chega ao seu máximo desenvolvimento que costuma ser no oitavo dia de inoculação, preferindo-se sempre a vacina dos individuos de mais tenra idade e melhor saúde.⁵⁹⁰

Além da situação de reclusão em que vivem os menores, o parecer do Instituto Vacínico fazia dos aprendizes as cobaias preferenciais para inoculação da vacina.

Apesar da obrigatoriedade da vacinação, dois menores ficaram cegos por causa da varíola e foram excluídos da Companhia de aprendizes.⁵⁹¹

Ainda em 1875, a população manifestava resistência a vacina, fazendo com que o Dr. Murtinho sugerisse o uso da coerção.⁵⁹²

Outro mecanismo fundamental de controle dos menores era a religião. A lei exigia na admissão dos menores o atestado de batismo que, na ocasião, era o único documento que servia de comprovante legal de idade, uma vez que o

⁵⁸⁹ Sobre a história da vacina e a *vacinophobia*, ver CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. p. 97-185.

⁵⁹⁰ Ofício do diretor do Instituto Vacínico Jacinto Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 7/11/1867. APMT Lata 1867 B/Instituto Vacínico.

⁵⁹¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 29/05/1868 A/Arsenal de Guerra.

⁵⁹² Mapa de vacinação contra varíola. Cuiabá, s.d. APMT Lata 1875B/Delegacia do Corpo de Saúde do Exército de Cuiabá.

registro civil de nascimentos somente seria instituído pela República. Os regulamentos também falavam na desobriga (*) quadragesimal (*).

No início da organização burocrática dos organismos estatais, a influência da religião era maior, sendo que o Estado brasileiro contratou quadros formados pela Igreja como seus funcionários. No Arsenal de Guerra, por exemplo, na contratação de pedagogos dava-se preferência a religiosos, até 1872, quando o Exército passou a preferir militares reformados para o cargo, pressupondo a importância da disciplina militar na formação infantil.

A religião, no entanto, não perdeu sua importância: o regulamento de 1872 prevê inclusive o cargo de capelão. Percebe-se no entanto que o controle da moralidade deixa de ser cada vez mais um caso de religião para ser um caso de disciplina. No incidente de 1886, analisado anteriormente, chama a atenção a ausência do capelão na comissão de inquérito que interrogou os menores sobre as práticas homossexuais.

O recurso extremo para disciplinar menores eram os castigos. Desde o Estatuto de 1838, são previstas punições aos menores: *diminuição de comida, prisão, posturas físicas, segundo a sua idade e robustez, e expulsão*.⁵⁹³

O regulamento de 1842 deixa vago o tipo de castigo:

Art. 14. Aos mesmos aprendizes menores poderão ser aplicados correccionalmente, pelas faltas que cometerem, os castigos moderados, com que é licito aos pais corrigir as faltas de seus filhos, e aos mestres as de seus discipulos.

O regulamento de 1872 volta a ser mais detalhado, estabelecendo que o diretor poderá autorizar o pedagogo a infligir *os castigos de prisão simples, solitária por tempo que não exceda a oito dias, privação por igual tempo de parte de ração, e outras penas apropriadas para corrigir crianças*. Adverte que *todas essas*

⁵⁹³ Artigo 11.

*penas, porém, serão aplicadas segundo as idades dos delinquentes e a gravidade das faltas, com exclusão do castigo corporal.*⁵⁹⁴

Ainda que a lei de 1872 proibisse castigos corporais, as penalidades previstas como prisão, solitária, privação de alimentos eram bastante rigorosas se comparadas com as que eram adotadas no mesmo período nas escolas públicas mantidas pelo governo provincial.

No mesmo ano de 1872, o governo provincial aprovou um Regulamento de Instrução Pública que permitia aplicar nas escolas apenas os castigos morais, sendo que atribuía às famílias a decisão de usar castigos mais rigorosos no interior do lar.

Em seu artigo 39, o regulamento previa:

Os professores de instrução primária só poderão aplicar as seguintes penas:

1º Repreensão em particular;

2º Repreensão pública na escola;

3º Privação ou restituição dos prêmios e distinções escolares que os alunos tenham obtido;

4º Castigos vexatórios como ficar de pé ou de joelhos;

5º Trabalho além das horas marcadas, depois de encerrada a escola ou ainda levá-los para casa com obrigação de trazê-los prontos;

6º Comunicação aos pais para estes providenciarem sobre maiores castigos;

*7º Eliminação da escola, notada na matrícula e comunicada ao Governo e aplicável no caso de incorrigibilidade de conduta, depois de decisão do Conselho Literário a quem será afeto o mau procedimento do aluno, com as competentes provas.*⁵⁹⁵

Ao expor seu plano de reforma aos parlamentares mato-grossenses, o presidente de província Cardoso Júnior justifica que o castigo corporal *avilta mas não corrige*.⁵⁹⁶

⁵⁹⁴ Artigo 179.

⁵⁹⁵ Regulamento da Instrução Pública de 1872 apud SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras. op. cit.*

⁵⁹⁶ Relatório do presidente de província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior, apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, em 4/10/1872. Rio de Janeiro: Tip. do Apóstolo, 1873.

A estratégia de disciplinarização teve êxito na formação de operários *úteis a si e a nação*. Exemplo do sucesso dessa política são os aprendizes que viraram mestres. Pelo menos cinco menores viraram mestres de oficina no Arsenal de Guerra, demonstrando a eficiência da política de disciplinarização.

João Gonçalves da Cruz, ex-aprendiz e ex-artífice, assumiu a oficina de espingardeiros, após a morte do mestre Venâncio Ribeiro de Mello, em 1868.⁵⁹⁷ Alguns anos depois, seu trabalho é elogiado pelo diretor:

*João Gonçalves da Cruz, mestre desta oficina, honra o estabelecimento de aprendizes menores a que pertenceu, e em vista do pequeno pessoal de que dispõe em relação à enormidade dos serviços que exige o armamento recolhido de diversos corpos, e de outras procedências, necessita de mais operários, embora ele nada deixe a desejar no tocante ao seu zelo e contínuo trabalho. Assim entendo que, a não haver aumento de pessoal, é melhor reverter-se para o Arsenal da Corte todo o armamento de que se não precisa na provincia, a fim de se não tornar inservível.*⁵⁹⁸

Outro ex-aprendiz e ex-artífice, Adão da Costa e Faria, destaca-se, porque *gratuitamente (...), sob seu espontâneo oferecimento, acha-se lecionando 24 alunos da Companhia de Aprendizes Menores na arte de música instrumental, sendo este procedimento tanto mais digno de louvor quanto é certo o resultar uma economia aos cofres públicos, de trinta mil réis mensais, que percebia o mestre de música Felipe Liberato de Oliveira que (...) deixou neste Arsenal este emprego.*⁵⁹⁹ O diretor do Arsenal de Guerra propõe seu nome para contramestre da oficina de sapateiros, correeiros e seleiros, por ser *credor de estima, já por sua conduta civil e outrora militar, já mesmo pela sua perícia e amor ao trabalho.*

⁵⁹⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/04/1868. APMT. Lata 1868 A/Arsenal de Guerra.

⁵⁹⁸ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/08/1871. APMT. Lata 1871 E/Arsenal de Guerra. Fls. 3 e 4.

⁵⁹⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/01/1869. APMT. Lata 1869 C/Arsenal de Guerra.

No ano seguinte, o diretor participa ao presidente de província que nomeou o contramestre Adão da Costa e Faria para *encarregar-se do ensino de música aos menores da respectiva companhia, sem prejudicar as horas do trabalho da dita oficina, por isso que marquei das quatro horas às seis da tarde, cuja aula tem funcionado desde 10 do corrente.* ⁶⁰⁰ A dedicação de Adão ao ensino musical dos aprendizes rendeu-lhe uma gratificação de 20\$000 réis mensais, conforme despacho manuscrito pelo presidente de província no mesmo ofício.

Em 1871, quando vagou o cargo de mestre da oficina de torneiros, o ex-aprendiz e ex-artifice Mamede Alves Ferreira⁶⁰¹, encaminha requerimento ao presidente de província, solicitando o emprego.

*Mamede Alves Ferreira, casado com família estabelecida nesta cidade, oficial de torneiro de metais e madeira, vem respeitosamente merecer a graça de V. Exa. de nomeá-lo mestre da oficina de torneiros do Arsenal de Guerra desta província. visto como acha se vago esse lugar. (...)*⁶⁰²

Em agosto de 1871, Mamede já consta como mestre da oficina de torneiros, conforme confirma o relatório do diretor: ⁶⁰³

Preenche os seus fins o pessoal desta oficina, cujo mestre foi outrora educado na Companhia de menores deste estabelecimento.

O mesmo relatório informa ainda a existência de mais um ex-aprendiz como mestre na oficina de funileiros:

⁶⁰⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/11/1870. APMT. Lata 1870C/Assuntos militares.

⁶⁰¹ O ingresso de Mamede, órfão exposto na roda da Santa Casa, foi relatado no capítulo 2. Ver também BARROS, Angelina Afonsa Rosa. *Mamede. Fragmentos de uma vida*. Cuiabá: UFMT, 1997. (Monografia de final de curso de graduação).

⁶⁰² Requerimento anexo ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 23/05/1871. APMT. Lata 1871 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁰³ Relatório elaborado pelo diretor Benedito Mariano de Campos e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Jr. Cuiabá, 9/08/1871. APMT Lata 1871 E/Arsenal de Guerra.

Satisfaz os desejados fins esta oficina, cujo mestre há pouco nomeado por despacho do Exmo. Sr. Vice-presidente, foi também educado na Companhia de Menores deste Arsenal.

O relatório de 1873 cita quatro ex-aprendizes como mestres, com habilidade semelhante aos procedentes do Rio de Janeiro:

Esta humanitária instituição que tem servido de amparo à orfandade de crianças desvalidas, tem sido nesta província, como em todas do Império de muita utilidade, quatro oficinas deste Arsenal são dirigidas por mestres filhos desta Companhia, que não estão aquém dos mestres vindos da Corte, igual número de contra-mestres e grande parte de operários civis são filhos desta Casa, até no número de oficiais do Exército se encontra três saídos dessa Companhia e grande parte de inferiores dos corpos existentes nesta província receberam sua educação neste Arsenal. ⁶⁰⁴

Outro aprendiz que teve longa carreira no Arsenal de Guerra foi Joaquim José Sampaio. Já em 1862, o diretor informava ao presidente de província que Joaquim era um dos aprendizes que tinha condições de substituir o mestre da oficina de pintura e desenho.⁶⁰⁵

Em 1868, em plena guerra do Paraguai, Joaquim pede transferência para um batalhão de artilharia, mas o diretor dá um parecer contrário:

Tenho a honra de (...) informar a V. S. que (...) o referido operário trabalha bem quer no ofício de espingardeiro quer no de abridor, que é assíduo na oficina, que faz por cumprir todos os seus deveres, e dar conta das obras de que é incumbido, e que por isso não há vantagem alguma para o estabelecimento a passagem, que ele pretende, muito principalmente nesta atualidade, em que aquela oficina acha-se desprovida de operários, e não ha nesta cidade outros em idênticas circunstâncias que possam se contratar para servir nela; no entretanto que este além de já trabalhar bem, dá as mais bem fundadas esperanças de ainda um dia vir a ser um excelente mestre, com que não só ele mesmo, como este estabelecimento muito lucrará. ⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/04/1873. APMT. Lata 1873. Fls. 2 e 3.

⁶⁰⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 19/09/1862. APMT. Lata 1862 F/Arsenal de Guerra.

⁶⁰⁶ Ofício do tenente ajudante anexado ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/01/1868. APMT. Lata 1868 A/Arsenal de Guerra.

Apesar dos argumentos contrários, o presidente de província atendeu a solicitação de Joaquim, transferindo-o para o 19º batalhão de infantaria.⁶⁰⁷

Em 1873, no entanto, Joaquim está de volta ao Arsenal de Guerra, como contramestre da oficina de espingardeiros. Em requerimento ao presidente de província *pede a Sua Majestade o Imperador a graça de conceder-lhe o uso da medalha geral da campanha do Paraguai*.⁶⁰⁸

No relatório de 1880, aparece como *mandador* da oficina de espingardeiros.⁶⁰⁹

Em 1888, novo requerimento de Joaquim, em que pede a inclusão do período que durou a guerra como tempo de serviço.⁶¹⁰

Em junho de 1890, assina como mestre uma conta da oficina de serralheiros, enviada pelo diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província, referente às obras da Tipografia da Gazeta Oficial, descrevendo o trabalho desenvolvido:

Diminuiu-se o respectivo comprimento e colocou-se rosca e porca na guarnição do rolo;

conserto de dois compressores;

prontificou-se dois passadores para compressores;

prontificou-se três compressores de latão.

*(cobra-se 10 por cento referente ao estrago da ferramenta).*⁶¹¹

⁶⁰⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 26/12/1868. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 178v.

⁶⁰⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 20/09/1873. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1873 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁰⁹ Relatório do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/09/1880. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1880 B/Arsenal de Guerra.

⁶¹⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/03/1888. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1888 A/Arsenal de Guerra.

Alguns meses depois, Joaquim pede dispensa do trabalho⁶¹², encerrando sua longa carreira no Arsenal de Guerra em fevereiro de 1891.⁶¹³

Outro ex-aprendiz, Antônio João Nepomuceno, tornou-se mestre de ginástica a 1º de abril de 1889⁶¹⁴.

O fato de alguns aprendizes terem virado mestres exemplifica o êxito da política de disciplinarização por meio do trabalho precoce, educação religiosa e moral e estratégias como controle dos corpos, vigilância e castigos físicos. No entanto, esta política não se realiza sem oposição. O próximo capítulo evidencia as manifestações de resistência à disciplinarização, desenvolvidas por mestres, soldados, presos e crianças.

⁶¹¹ Conta anexa ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/6/1890. APMT. Lata 1890 D/Arsenal de Guerra.

⁶¹² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/9/1890. APMT. Lata 1890 D/Arsenal de Guerra..

⁶¹³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 20/02/1891. APMT. Lata 1891 D/Arsenal de Guerra.

⁶¹⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/04/1889. APMT Lata 1889 E/Arsenal de Guerra. Mais detalhes sobre sua atuação como professor de ginástica no capítulo 3.

O aprendizado da resistência

*Grandessíssimo vadio*⁶¹⁵, *péssimo e incorrigível*⁶¹⁶, *ratoneiro e medíocre*⁶¹⁷, eram algumas das expressões com que as autoridades reagiam aos comportamentos apresentados pelos trabalhadores do Arsenal de Guerra.

Graças às freqüentes reclamações encaminhadas pelos diretores do Arsenal de Guerra aos presidentes de província, é possível rastrear as manifestações de resistência dos trabalhadores à imposição de mecanismos de disciplinarização descritos no capítulo anterior.

Este capítulo pretende demonstrar que a análise dos regulamentos e de outras disposições formais para disciplinar a população livre não é suficiente para compreender o cotidiano do Arsenal de Guerra. Trabalhadores, livres e escravos, adultos e infantis, resistem à imposição da disciplina de diversos modos – a serem examinados a seguir – provocando novos e mais sofisticados mecanismos de controle, que por sua vez geram novas formas de resistência, num processo dinâmico difícil de ser traduzido em categorias formais.

⁶¹⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/02/1870. APMT Lata 1870 A/Assuntos Militares.

⁶¹⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/03/1859. APMT Lata 1859 E/Arsenal de Guerra.

⁶¹⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/11/1857. APMT Lata 1857 A/Arsenal de Guerra

A inserção direta dos meninos no processo de trabalho permitiu-lhes a aprendizagem das habilidades, atitudes e comportamentos necessários ao trabalhador disciplinado, mas possibilitou-lhes, por outro lado, a observação e assimilação de procedimentos considerados negativos pelas autoridades. Mestres de oficinas e pedagogos alegavam que os aprendizes *não apresentavam vocação para os ofícios* para disfarçar a resistência infantil ao trabalho. Dezenas de aprendizes, quando completavam 16 anos, foram encaminhados para os corpos militares da província, porque não tinham *vocação* ou *aptidão* para continuarem trabalhando como artífices nas oficinas. Quando tinham algum talento musical, conseguiam destino melhor, ou seja, a transferência para as bandas militares:

*(...) existem outros menores que, conquanto não lhes falte inteligência são vadios e não tem adiantamento nas oficinas, podem ser aproveitados para as músicas dos corpos.*⁶¹⁸

As manifestações de resistência não se configuraram como opções conscientes ou escolhas explícitas que tendam a uma futura solidariedade coletiva. Representam antes reações e respostas individuais às condições vividas pelos trabalhadores no interior do Arsenal de Guerra. São ações relativamente desorganizadas, desorientadas, que não devem ser vistas sob um viés romântico que as mistifique como expressões de uma revolta contra a opressão.⁶¹⁹

⁶¹⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/01/1873. APMT Lata 1873 A/Arsenal de Guerra. No despacho manuscrito no ofício, o presidente de província de Mato Grosso autoriza transferir para a banda de música do 2º Batalhão de Artilharia quatro menores *que houverem mostrado pouca aptidão para as oficinas e menos regular conduta*.

⁶¹⁹ Sobre as manifestações de resistência de trabalhadores escravos em Mato Grosso na segunda metade do século XIX, ver a obra de VOLPATO, *Cativos do sertão*, anteriormente citada, particularmente a parte 2 “A identidade do escravo: a dura luta cotidiana”, em que fundamentada em extensa bibliografia analisa mecanismos de resistência dos escravos às duras condições de vida desde ações pacíficas como a subserviência consentida aos atos de transgressão e de violência. Ver também o trabalho de ALEIXO, *Vozes no silêncio*, também já citado, que descreve manifestações de resistência dos trabalhadores livres ao sistema de exploração nas usinas açucareiras em Mato Grosso no início do século XX, citando desde fugas, furtos e atos de sabotagem às formas mais organizadas como associação em sindicatos. Para uma análise da resistência no interior de uma corporação militar, ainda são escassos os estudos como os de PEREIRA, Maristela. Cotidiano, resistência e poder: os corpos provisórios da Brigada Militar na crise da República Velha (1923-1927). *Unidade*. Revista de Assuntos Técnicos da Polícia Militar. Porto Alegre, Ass. Para Pesquisas Policiais, v. 12, n.

(As notas continuam na próxima página)

Arroyo⁶²⁰ adverte contra os riscos da visão pessimista sobre o processo moderno de trabalho e a tendência de se ver o princípio educativo não mais no trabalho (como apontava Marx) mas na resistência ao trabalho, ao comentar criticamente a análise da resistência de Michael Apple.

Paul Willis, após examinar detalhadamente as manifestações de resistência na escola, chama a atenção para o fato de que estas atitudes de acabam contraditoriamente por reiterar a divisão e a desigualdade social.

No caso das manifestações do Arsenal de Guerra, poderíamos considerar que a resistência é improdutivo porque desorganizada e despolitizada. No entanto, não pode ser desconsiderada sob pena de se concluir que a estratégia de disciplinamento para o trabalho encontra na população livre e pobre um recipiente passivo. ⁶²¹

Ainda que as fontes sejam as oficiais, é possível captar as divergências sobre o trabalho. Reclamações do diretor encaminhadas ao presidente de província em relação à baixa qualidade do serviço, falta de assiduidade e pontualidade, embriaguez e furtos, revelam as estruturas de controle criadas pela administração imperial e provincial, mas indicam também a resistência dos trabalhadores à imposição da disciplina. Por exemplo, a denúncia de corpo mole indica uma concepção de ritmo de trabalho considerada ideal pelas autoridades, a qual não é aceita passivamente pelos trabalhadores. Denúncias de furtos revelam de um lado o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e de saída de matérias primas, mas evidenciam também que o conceito de propriedade estatal, muito

21, set-dez 1994. p. 12-24. Sobre a resistência da população livre pobre ao recrutamento militar, ver PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1986 (Série Teses).

⁶²⁰ “Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana”. Op. cit.

⁶²¹ *Aprendendo a ser trabalhador*. Op. cit.

abstrato ao trabalhador que não vê concretamente o proprietário, ainda não foi incorporado pela mentalidade popular.

A resistência dos trabalhadores tem sido traduzida na ótica das classes dominantes como preguiça – tese essa endossada por parte da historiografia brasileira tradicional e mesmo a mais recente, substituindo o termo preguiça por preconceito ao trabalho manual (porque associado ao escravo).

É difícil abordar a resistência, porque o Arsenal tem diversos tipos de trabalhadores: braçais e burocráticos, escravos e livres, militares e civis, adultos e crianças. Ainda que as manifestações de resistência possam ser iguais, por exemplo, o desacato ou a embriaguez, as punições são diferentes: chibatadas para escravos, suspensão no caso dos trabalhadores civis burocráticos, prisão simples para soldados, privação de alimentos para crianças, entre outras.

Trabalhos diferentes nem sempre motivam resistências diferentes, por isso não é suficiente separar a resistência por tipo de trabalho. Funcionários administrativos do Arsenal de Guerra, inclusive os encarregados da vigilância (porteiros, guardas), do controle da entrada e saída de trabalhadores (apontador) e de matérias primas (almoxarife) também recusam a disciplina, mas privilegia a resistência nas oficinas, porque é a que as crianças estão diretamente em contato.

Serão examinadas como manifestações de resistência a falta de assiduidade, má qualidade do serviço, corpo mole, furtos de matérias primas, desacato à hierarquia e fugas.

Nas oficinas trabalham operários militares, operários civis, mancebos e menores sob a vigilância de um mestre. Diretores do Arsenal

reclamaram dos operários militares qualificando-os como *ébrios, relaxados*,⁶²² *insubordinados*⁶²³, *incorrigíveis ... ratoneiros e mediocres*:

*[O operário militar João José Nunes] é um grandessíssimo vadio, pelo que procura todos os meios de subtrair-se ao serviço das oficinas (...).*⁶²⁴

*O indomável gênio desse operário, senão a sua extrema loucura ...[e] arrogância de um empregado infimo, péssimo e incorrigível.*⁶²⁵

Segundo orientação do Ministério da Guerra, operários indisciplinados deveriam ser transferidos para os corpos de linha da província. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os soldados Benedito Rodrigues e Joaquim José Cardoso, que trabalhavam na oficina de sapateiros.

*Pratiquei este ato por ver que os ditos soldados não trabalhavam com vontade e estavam se tornando algum tanto insubordinados.*⁶²⁶

Em 1853, o diretor participa ao presidente de província que:

*Não convindo à disciplina e moralidade que continuem a trabalhar nas oficinas de seleiros, correeiros e sapateiros deste Arsenal os soldados da Companhia de Artífices Manoel Joaquim da Costa e João Simplicio, e o da 3ª Companhia de Artilharia, Pedro Antônio Veiga, por se tornarem incorrigíveis, e o segundo ratoneiro, além do que são mediocres operários, (...) nesta data determinei que os referidos soldados fossem recolhidos ao corpo de artilharia a que pertencem.*⁶²⁷

⁶²² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/02/1851C/Arsenal de guerra.

⁶²³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/3/1853 (Lata 1853 A/ Arsenal de guerra)

⁶²⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/02/1870. APMT Lata 1870 A/Assuntos Militares.

⁶²⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 7/03/1859. APMT Lata 1859 E/Arsenal de Guerra.

⁶²⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/3/1853 (Lata 1853 A/ Arsenal de guerra)

⁶²⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/11/1857 (Lata 1857 A/ Arsenal de guerra).

Operários civis, principalmente os contratados no Rio de Janeiro, também mereceram críticas dos diretores do Arsenal de Guerra.

*Sendo mui nociva a existência de gênios turbulentos, em reunião de homens concentrados num estabelecimento público, entendo dever ser distraído da repartição a meu cargo o latoeiro (...). Estou bem informado de repetidos atos de desrespeito praticados por este, mesmo para com os primeiros empregados da casa (...).*⁶²⁸

Em outra ocasião, o ajudante da diretoria reclama que os operários contratados no Rio de Janeiro são mais atrevidos, pois acham que por causa do contrato irão receber os seus salários independentemente do comparecimento na oficina:

*[o operário] nenhum esforço faz para cumprir com o seu dever, empregando exclusivamente todo o tempo em embriaguez e passeios pelas ruas desta cidade, onde é sempre encontrado em semelhante estado (...).*⁶²⁹

Eram freqüentes também as reclamações do diretor do Arsenal de Guerra de que os operários fazem *corpo mole*⁶³⁰, levando mais tempo para terminar uma tarefa do que o necessário:

*(...) No dia 1º de junho último, ordenei ao mestre da oficina de ferreiros, que pedisse o ferro necessário para um braço de balança de conchas, e que fosse entregue ao operário Mourão para fazê-lo, e aceitando com efeito o material, pediu logo como muito necessário para a fatura desta obra, novas bigornas, tornos, limas, engenho de furar, e outras ferramentas, que lhe foram entregues, a fim de não ter desculpas a dar; desde aquele dia até hoje não tem podido aprontar o referido braço de balança, (...). Não é a primeira vez, que este operário Mourão engana ao governo imperial (...).*⁶³¹

⁶²⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 20/4/1847. APMT Lata 1847 C/ Arsenal de Guerra.

⁶²⁹ Parte do ajudante da diretoria anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/12/1862. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1862 E/Arsenal de Guerra.

⁶³⁰ A lentidão no ritmo de trabalho, ao lado de pequenas sabotagens, também foi considerada como forma de resistência à escravidão por Stuart SCHWARTZ. "Repensando Palmares: resistência escrava na Colônia". In *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001. p. 215)

⁶³¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 13/09/1856. APMT. Lata 1856 A/ Assunto Militar.

A denúncia revela diferenças de concepções sobre o ritmo adequado de trabalho entre a administração do Arsenal de Guerra e os trabalhadores. A persistência do comportamento leva ao diretor a solicitar providências ao presidente de província, perguntando como punir operários negligentes que demoram mais tempo que o necessário na execução dos serviços.

Como não vejo nos regulamentos (...) autorização alguma ao diretor para punir a qualquer operário negligente no serviço das oficinas, que apresentando em mais dias de trabalho que se podem em ultimar em menos, nem mesmo o direito de mandar se lhe apontar falta quando são encontrados fora do seu trabalho (ou mesmo na sua oficina) distraídos em conversas, sempre prejudiciais ao serviço, rogo a V. Exa. se digne esclarecer-me se o diretor ou seu ajudante, em casos tais, podem mandar apontar como falta e descontar na competente fêria o jornal dos dias que julgarem necessários para punição daquele que disso se fizer merecedor. ⁶³²

Em resposta, o presidente de província determina:

(...) faça computar, por meio de um termo, por oficiais do mesmo ofício, que devem prestar juramento, o tempo em que razoavelmente se pode fazer a obra, e mande lançar no ponto, como falta, os dias que excederam aos que forem julgados necessários para a feitura de tal obra. ⁶³³

Os descontos nos salários, como forma de evitar o corpo mole, provocam novas reações. Em 1866, dois operários reclamaram:

(...) atirando sobre a mesa os dinheiros que tinham recebido procedentes de seus jornais, fazendo questão de lesão ou prejuízo em seus vencimentos pelos dias que muito devidamente se lhes marcou ponto por ausentarem dos trabalhos a que são obrigados em face dos seus contratos. ⁶³⁴

⁶³² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/09/1856. APMT/Lata 1856/Assunto Militar.

⁶³³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 22/05/1857. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141 fl. 119v.

⁶³⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/07/1866. APMT Lata 1866 C/Arsenal de guerra.

No mesmo ofício, o diretor informa que decidiu suspendê-los por 15 dias *para que não se reproduzam fatos que de algum modo prejudicam a disciplina que deve haver na repartição civil por mim regida.*

Em outras ocasiões, operários reclamaram dos baixos salários e das condições de trabalho, mas quase sempre sem sucesso.

Em 1862, o espingardeiro Aphonso Bracard, encaminha requerimento ao presidente de província, alegando que desde o começo do mês trabalha em uma peça de grande dificuldade, *mormente porque não foi ela precedida do competente desenho ou modelo.* Reclama ainda que *a diária de mil réis é insuficiente até para a sóbria alimentação do operário mais regrado* e termina a solicitação pedindo um salário *que o isente da fome e o livre dos vexames* alegando ter sido operário que trabalhou em uma das fábricas mais acreditadas na Europa.

Em ofício detalhado ao presidente de província,⁶³⁵ transcrevendo inclusive depoimentos do mestre da oficina, o diretor contesta a reclamação, mostrando a existência de conflitos entre administração e trabalhadores:

(...) Aphonso Bracard faltou à verdade (...): a peça que se lhe deu foi um simples provete em forma de pistola, o mestre forneceu o respectivo desenho acompanhado das dimensões precisas, e mostrou-lhe mesmo um igual provete, feito por uma praça de artífices, que apenas ganha um mil réis nos dias úteis.

A seguir contesta a reclamação salarial, citando depoimento do mestre que questiona sua habilidade – *este oficial apenas passou pela porta da oficina de espingardeiros* – desmentindo sua suposta experiência em fábrica na Europa. Questiona ainda o diretor que o espingardeiro *pediu trabalho mediante qualquer jornal* ao se apresentar no Arsenal de Guerra. Encerra a questão, enviando

⁶³⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/11/1862. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1862 E/Arsenal de Guerra.

pelo próprio mestre, o trabalho inservível e mais ferramentas estragadas pelo reclamante.

Em 1867, um pintor pede aumento do jornal e o ajudante de diretoria questiona:

*Não acho mesquinho o jornal de 3\$500 réis que percebe diariamente o peticionário, pelo contrário entendo que o seu trabalho na referida oficina não corresponde ao jornal que julga ser mesquinho, porquanto, chegando quase sempre atrasado. emprega-se, além disso, mais à palestra do que mesmo ao trabalho relativo a oficina de que é encarregado, não lhe faltando motivos que lhe sirvam de pretexto para se esquivar do serviço, como V. S. não ignora.*⁶³⁶

Para evitar descontos nos salários em caso de faltas, os operários encontram outra saída. O diretor do Arsenal de Guerra reclama ao presidente de província que operários contratados no Rio apresentam atestado de doença para faltar ao serviço e receber suas diárias como facultam seus contratos:

*(...) nos contratos dos operários para as oficinas do Arsenal de Guerra, existe a condição de deverem receber as suas diárias, ainda mesmo impedidos por moléstia, contanto que a justifiquem; com este favor podem alguns deixar de aparecer ao trabalho, apresentando em tempo competente atestados de moléstia passados por facultativos, (...)*⁶³⁷

O diretor acrescenta que os operários são vistos *em passeios de dia, ou de noite* e sugere que o atestado médico deixe claro quantos dias são necessários para a cura e *se é aconselhado ao doente o passeio (...)*.

O presidente de província responde ao diretor do Arsenal de Guerra:

(...) tendo V.M. motivos de supor que não é real a moléstia que alegam alguns operários para dispensarem-se do serviço, deve requisitar ao dr. Delegado cirurgião-mor do exército que os inspecione e declare no respectivo termo se com

⁶³⁶ Parte do ajudante da diretoria anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 18/04/1867. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1867 D/Assuntos Militares.

⁶³⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 2/01/1856. APMT Lata 1856 A/ Assunto Militar 01.

efeito não podem trabalhar, e se o seu curativo exige passeios ou exercícios fora de casa. ⁶³⁸

Providências mais enérgicas foram adotadas em 1859 em relação a um mancebo, que faltou ao trabalho durante seis meses, alegando doença, mas que trabalhou neste período em oficina particular:

Fez bem V.M. em prender o mancebo da Cia de Artífices, Eusébio Ferreira Velho, que faltando a Companhia há seis meses, a pretexto de doente no quartel, ajustava-se e trabalhava em oficina particular.(...) ⁶³⁹

Recomendou ainda que *para prevenir iguais e outras calaças* (*), todos os soldados doentes deverão dormir no quartel e continuarão com os

trabalhos moderados que forem compatíveis com suas forças, e o mesmo se deverá observar acerca dos convalescentes, não podendo uns e outros sair do Estabelecimento, e andar vagando por onde lhes apraz. Com esta medida parece destruído o refúgio de doentes, e atestados de enfermidades a que se socorrem os vadios (...)

O hábito de fingir doença para fugir do trabalho foi aprendido pelos aprendizes:

Tendo notado que os menores gostam muito do hospital, sem dúvida para subtraírem-se ao ensino escolar e mesmo das oficinas, pedindo muitas vezes por coisas insignificantes para serem a ele recolhidos, rogo a V. Exa. se sirva, no caso de julgar acertada a minha proposição, ordenar que diariamente sejam os mesmos visitados por um médico, (...). Nas pequenas moléstias, se V. Exa. permitir poderão ser eles tratados mesmo no estabelecimento mediante o competente receituário, fazendo-se o pedido de uma pequena ambulância para se ter no Estabelecimento, a qual poderá ficar a cargo do pedagogo. ⁶⁴⁰

O presidente de província responde ao diretor que não julga

⁶³⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 16/01/1856. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl.88.

⁶³⁹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 10/01/1859. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fl. 39.

*por ora conveniente estabelecer nesse Arsenal uma enfermaria para tratamento dos menores, nem necessário nomear um médico que os visite diariamente, [mas para evitar os artificios dos menores] comunicou ao diretor do hospital militar ... o fato que V. M. refere de muitas vezes queixarem-se eles de incômodos bem insignificantes, com o fim de subtraírem-se ao ensino escolar e ao trabalho das oficinas, recomendando ao mesmo diretor que chame sobre isto a particular atenção dos facultativos para que não consintam que ali se demorem quando o seu estado não exija realmente algum curativo.*⁶⁴¹

Em agosto de 1866, o diretor informa ao presidente de província que o operário Paulo Wilker reclama dos descontos em seu pagamentos e explica que o operário alega estar doente, mas garante que *em quase todos esses dias eu o encontrava passeando pelas ruas da cidade.*⁶⁴²

Há reclamações constantes também em relação a pouca qualidade do trabalho. Uma comissão da Fazenda encarregada do exame do Arsenal apontou várias irregularidades, entre as quais:

*8º falta de cuidado na limpeza e bom arranjo das armas e mais artigos que existem no armazém.*⁶⁴³

Em 1853, o diretor volta a reclamar da falta de qualidade de serviço na oficina de alfaiates:

(...) é inquestionável a utilidade que resulta de admitir-se um bom alfaiate para mestre, como é o suplicante, a fim de cessarem os defeitos que se observam no

⁶⁴⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/12/1862. APMT Lata 1862 B/ Companhia de Aprendizes menores.

⁶⁴¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/04.1863. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 21.

⁶⁴² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1^o /08/1866. APMT lata 1866 C/Arsenal de guerra.

⁶⁴³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 09/05/1853. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. fl. 19.

fardamento, proveniente da imperfeição nos cortes do que muitas vezes resultam desperdícios de fazenda. ⁶⁴⁴

Dois anos depois, o presidente de província encaminha reclamação do comandante do corpo de cavalaria sobre *o péssimo estado das calças de pano e de brim e dos sapatos manufaturados nesse Arsenal e ameaça que reputarei como grave culpa a indulgência que tiver para com aqueles seus subordinados cuja incúria senão fraude der lugar a fundadas queixas de semelhante natureza.* (...) ⁶⁴⁶

Apesar da ameaça, nova reclamação sobre a qualidade do fardamento será encaminhada pelo presidente de província em novembro de 1855. ⁶⁴⁷

O presidente de província reclama também do mau acondicionamento da pólvora:

Tive ocasião de verificar ocularmente o mau estado de acondicionamento em que se acha a pólvora remetida para este Forte ⁶⁴⁸. *Todas as latas estão mais ou menos danificadas pela ferrugem; algumas estão de todo inservíveis, muitas estão furadas, o que de lugar a pólvora avariar-se e extraviar-se formando uma camada empastada entre a mesma lata e o barril. As aduelas de quase todos os barris conservam-se unidas por dois ou três arcos apenas e pela capa de couro.* ⁶⁴⁹

O presidente de província chega ao extremo de detalhar os procedimentos a serem seguidos:

⁶⁴⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/11/1853. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1853 A/ Arsenal de Guerra.

⁶⁴⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 15/03/1855. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 74.

⁶⁴⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 15/03/1855. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 74.

⁶⁴⁷ Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 84.

⁶⁴⁸ No momento, o presidente de província de Mato Grosso Leverger se encontrava no forte de Coimbra.

(...) determino a V. M. que com todo o preciso cuidado e cautela, mande proceder ao exame da pólvora que se acha a cargo dessa repartição. abrindo-se os barris e verificando-se o estado em que se acham as latas, substituindo estas por outras novas, quando seja preciso, e separando-se a pólvora avariada da boa e lavrando de tudo termo circunstanciado. Talvez convenha que as latas que estiverem de fazer sejam mais pequenas que as que vem da corte, e acomodem mais ou menos duas arrobas de pólvora, neste caso mandará V. M. aprontar caixotes em que possam acondicionar duas latas que farão o costal de um animal de carga e servirão para a condução da pólvora que tiver de ser remetida para as fronteiras quer por terra quer pelo rio (...)

Os diretores também reclamam que os operários desrespeitam a hierarquia. As denúncias de desobediência e de desacato permitem vislumbrar as tensas relações de trabalho no interior das oficinas entre mestres, operários e aprendizes.

A reclamação do mestre da oficina de torneiros, Sebastião Luís da Costa, contra o operário Francisco dos Santos além de evidenciar o trabalho infantil (conforme explicita o capítulo 4) descreve o ambiente da oficina. Na ocasião, o mestre mandou um aprendiz trabalhar no torno que o artífice desocupara e ouviu uma reação irritada:

(...) respondeu-me insultantemente, repreendi-o, porém foi pior chamá-lo a ordem, desatinadamente enfureceu-se contra mim com palavras ameaçadoras, e finalmente ameaçando-me, que esperava-me em qualquer parte para espancar-me; ⁶⁵⁰

O mestre ainda acrescenta que:

(...) o péssimo procedimento do dito Amaro com o pessoal das oficinas de torneiros e coronheiros, e outras por onde anda de passeio quando deve estar trabalhando, embaraça sempre o serviço empregando-se em formar intrigas entre os operários do Arsenal como tem por costume insultar a todos com palavras, e quando não dirige-se diretamente, é com indiretas como aconteceu há poucos dias com o mestre Jacinto e com o mestre Pereira ontem.

⁶⁴⁹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 18/07/1855. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 79 v.

⁶⁵⁰ Parte do mestre Sebastião Luís da Costa, anexo ao Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/08/1853. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1863

Amaro foi contratado no Rio de Janeiro para trabalhar no Arsenal de Guerra de Mato Grosso⁶⁵¹ em 1860. Em setembro de 1861 fugiu com destino a Bolívia⁶⁵² mas foi capturado no distrito de Vila Maria⁶⁵³. No incidente de desacato, Amaro foi punido com suspensão de 15 dias, de modo a servir de exemplo aos demais operários, conforme determina o presidente de província:

*(...) estando bem manifesta a culpabilidade do referido operário, cumpre que V. M. o castigue com a pena de quinze dias de suspensão, o qual lhe será inteirada pelo seu ajudante na presença de todos os operários desse Arsenal; e quando por ventura, o que não é de esperar, semelhante operário se comporte irreverentemente nesse ato, faça V. M. conduzir imediatamente debaixo de prisão ao chefe de polícia, a fim de que este proceda sobre como exigirem as circunstâncias do momento. Semelhantemente procederá V. M. em casos idênticos.*⁶⁵⁴

Nos casos de reincidência, o operário era castigado com prisão e até mesmo demissão.

O operário Martinho Moisés Arão, que continuava *no mau procedimento (...) de insultar o mestre da oficina, e a insistir nos insultos mesmo depois de advertido* foi preso e suspenso por oito dias. O presidente de província ainda determinou ao diretor que *faça sentir ao mencionado (...) que, se continuar a proceder mal, esta Presidência será obrigada a tomar medida que corte de todo e por uma vez seus desregramentos.*⁶⁵⁵

⁶⁵¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 6/11/1860. Livro 178 fl 103

⁶⁵² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/09/1861. APMT Lata 1861 C/AG.

⁶⁵³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. 17/10/1861. Livro 178 fls 138 v.

⁶⁵⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 4/8/1863. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fls. 32 verso e 33.

⁶⁵⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 22.05/1858. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 10 verso.

Conflitos nas oficinas, em algumas ocasiões, chegaram até a ameaças de morte. O operário da oficina de construção, Manoel José Gonçalves, foi recolhido a cadeia por ordem do juiz, em 1856, por ter sido indiciado no *crime de tentativa de morte contra Alexandre Pinto de Souza, mestre da oficina de funileiros*.⁶⁵⁶

As práticas de desobediência são punidas com rigor em função da influência negativa que poderiam exercer sobre outros trabalhadores e principalmente sobre os aprendizes. É o que justifica o diretor do Arsenal de Guerra ao despedir um operário porque o mestre alega que o mesmo o desobedece, *chegando a ponto de ameaçar-me, influenciando aos outros oficiais e aprendizes para me desrespeitarem e não desejando eu perder a força moral na mesma oficina (...)*.⁶⁵⁷

Em alguns casos, a extrema habilidade do operário reforçava seu comportamento rebelde. Em 1863, o mestre da oficina de armeiros reclama ao diretor que foi desacatado pelo operário encarregado da oficina de coronheiros, Antônio Rangel de Andrade. O ofício⁶⁵⁸ anexa parecer do ajudante de diretoria, informando que *Rangel limita-se apenas a ver trabalhar e conversar... já o mestre Venâncio, dá-se o contrário, pois que empregando todo o seu tempo exclusivamente no ensino dos menores, nenhum tempo lhe resta para cuidar de intriguinhas e ociosidades*.

O diretor ainda acrescenta que o operário Rangel *faz uma guerra atroz ao soldado de artifices, Joaquim do Rosário Figueira, por sua superioridade, quer como coronheiro(*), quer mesmo em qualquer outra obra por ter uma*

⁶⁵⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/03/1856. APMT Lata 1856 A/ Assuntos Militares.

⁶⁵⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/12/1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁵⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/02/1863. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1863 A/ Arsenal de Guerra.

habilidade espantosa: tudo isto, Exmo. Sr., creio exuberantemente provar o mau caráter do supra mencionado Rangel...

O presidente de província determina ao diretor que:

(...) deve compelir o coronheiro Antônio Rangel de Andrade a ocupar-se efetivamente em obras próprias do seu ofício, advertindo-o de que, se faltar a tão essencial obrigação do seu contrato, limitando-se a assistir aos trabalhos da oficina, e não prestando portanto serviços equivalentes ao elevado salário que percebe, ou continuar no mau comportamento de que é acusado, terá de ser despedido do Arsenal, como permite o mesmo contrato.⁶⁵⁹

Não era somente a resistência dos operários que preocupava as autoridades, mas principalmente a dos mestres que deveriam ser exemplos de boa conduta para aprendizes e trabalhadores.

Assim como os casos de desobediência e de desacato dos operários aos mestres eram punidos de forma exemplar, o respeito dos mestres à hierarquia superior era exigido com rigor.

A displicência de um mestre que não tira o chapéu para responder ao cumprimento do diretor do Arsenal de Guerra foi a gota d'água que levou-o a uma detalhada reclamação junto ao presidente de província, ao juiz de direito e ao chefe de polícia.

(...) hoje quando entrei para esta Repartição encontrei-me com o mestre Alexandre Pinto de Sousa na varanda continua à secretaria, e saudando-o, como é do meu costume, não fui correspondido por ele, e nem ao menos tirou-me o chapéu, e por que fosse por isso brandamente advertido, respondeu-me com muita audácia, e completo desrespeito sem ao menos se lembrar que falava com seu superior, e não podendo eu suportar por vezes esta insubordinação, e devendo fazer-me respeitar

⁶⁵⁹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 25/2/1863. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 10.

nesta Repartição, como seu chefe e mesmo para exemplo dos mais subordinados ordenei que meu ajudante o mandasse autuar, e prender na oficina. ⁶⁶⁰

O diretor explica que para *fazer-se respeitar nesta Repartição como seu chefe e mesmo para exemplo dos mais subordinados* puniu o mestre prendendo-o em sua oficina. Para corroborar sua reclamação, anexa duas partes(*) que descrevem com detalhes a cena:

respondeu com altas palavras que ele não fazia caso dele senhor diretor e que ele queria história e mais outras impróprias de dirigir-se ao dito senhor diretor (parte do ajudante de diretoria anexa ao ofício).

O ajudante de diretoria reitera a denúncia:

Após a leve repreensão, o mestre lhe respondeu com arrogância essa é boa, o senhor diretor mandou que ele repetisse e o mestre tornou com as mesmas palavras e então o senhor diretor o chamou e mandou prender (...)

O atrevimento do mestre, no entanto, não cessou. Reagiu a punição, enviando um requerimento ao presidente de província solicitando certidão de mandado de prisão.

Para impor sua autoridade, impedir que fique *impune tal audácia* e evitar que *o menoscabo de outros mestres*, o diretor no mesmo dia relatou o incidente ao juiz de direito e ao chefe de polícia *remetendo os documentos necessários para proceder na forma da lei*⁶⁶¹. O presidente de província aparentemente não tomou conhecimento da denúncia.⁶⁶²

⁶⁶⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso e anexos. Cuiabá, 3/6/1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁶¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 3/6/1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra

⁶⁶² Ver Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141..

No dia 8 de junho, o mestre Alexandre pede três meses de licença, mas o diretor alega que *não sendo eu sabedor que esse mestre esteja doente e nem me vindo atestado algum por onde possa me guiar nada afirmo a V. Exa. (...)*⁶⁶³

Alexandre Pinto de Souza começou a trabalhar no Arsenal de Guerra a 20 de novembro de 1851, como mestre da oficina de funileiros. Foi contratado no Rio, para receber um jornal de 4\$000 réis diários. Apesar da rebeldia, sua habilidade garantiu sua permanência em Cuiabá até o final de seu contrato em 1859, que não foi renovado.⁶⁶⁴

Outro mestre que também será motivo de muitas reclamações é Severiano José Corrêa.

Severiano chegou a Cuiabá, procedente do Rio de Janeiro, em setembro de 1855, para trabalhar como mestre do Laboratório Pirotécnico do Arsenal de Guerra. Sua primeira tarefa foi *examinar toda a pólvora (...) a fim de restaurar-se a que está avariada mas que ainda pode prestar para o serviço militar; quanto a que não se puder aproveitar para este fim, V. M. de acordo com o inspetor da Tesouraria procurara tirar partido dela, vendendo-a aos fogueteiros particulares. E finalmente, se ninguém a quiser, convirá fazer diligência para extrair o salitre delas (...)*⁶⁶⁵

Como o Laboratório Pirotécnico ficava fora do Arsenal de Guerra, Severiano não assinava o ponto, dando início a uma longa série de reclamações ao presidente de província até a rescisão do contrato em 1858.

⁶⁶³ Ofício do diretor ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/6/1853. APMT Lata 1853 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁶⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 27/07/1859. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 58.

⁶⁶⁵ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 14/09/1855. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 81v.

O diretor alegou que surpreendeu o mestre em duas ocasiões em horário de trabalho ausente do laboratório. Assim passou a exigir que Severiano comparecesse ao Arsenal de Guerra para assinar o ponto, levando depois os discípulos para o serviço da oficina.

Como Severiano insistisse em não assinar o ponto, o diretor determinou que fossem descontados de seu salário os dias que deixasse de comparecer ao Arsenal de Guerra. Ao verificar o desconto, o mestre se recusou a assinar a fêria (*) do mês de dezembro.

A reiterada indisciplina de Severiano levou o diretor a escrever ao presidente de província solicitando providências para que a *contumaz* desobediência do mestre não influísse na *quebra da subordinação que deve reinar nesta repartição*.

666

Alguns meses depois, o mestre Severiano é acusado de vender pólvora a particulares, contando com a ajuda do menor aprendiz Ciriaco⁶⁶⁷. O presidente de província mandou abrir procedimento judicial contra o mestre.⁶⁶⁸

No mês seguinte, Severiano foi repreendido *asperamente (...) pelo atrevimento de falsamente dizer que havia remetido particularmente [ao presidente de província] espoletas que não deviam sair do dito Laboratório sem ordem do diretor do Arsenal de Guerra*.⁶⁶⁹

⁶⁶⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/01/1856. APMT. Lata 1856A/ Assunto Militar.

⁶⁶⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/07/1856. APMT. Lata 1856A/ Documentos Avulsos

⁶⁶⁸ Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 97.

⁶⁶⁹ Ofícios do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/08/1856 e 8/10/1856. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1856 A/Assunto Militar. Ofício do presidente de província de

(As notas continuam na próxima página)

Em novembro, nova admoestação a Severiano *pele procedimento que ostentou de manhã no pátio da Igreja matriz de São Gonçalo*. O ofício do diretor descreve longamente o ato de desacato e a discussão que resultou na prisão de Severiano.⁶⁷⁰

O mestre foi libertado apenas em 4 de março de 1857⁶⁷¹ e durante o tempo que permaneceu na prisão foi substituído pelo *ex-artífice de fogo Ciciliano da Silva, com o jornal de 800 réis diários*.⁶⁷²

Ao ser solto, Severiano entrou em licença de três meses.⁶⁷³ Ao retornar, foi surpreendido fabricando fogos artificiais na oficina pirotécnica sem consentimento do diretor.⁶⁷⁴

No ano seguinte, nova reclamação do diretor:

*A simples leitura do incluso requerimento que dirigiu-me o mestre da oficina pirotécnica deste Arsenal Severiano José Corrêa, demonstra a maneira desrespeitosa e ainda mais a índole insolente deste operário; e porque a moralidade e a disciplina do estabelecimento exigem severa subordinação no pessoal de que se compõem, determinei que o dito mestre seja conservado impedido no interior deste Arsenal...*⁶⁷⁵

Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 9/9/1856. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl. 99 v.

⁶⁷⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/11/1856. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1856 A/ Assunto Militar.

⁶⁷¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 4/03/1857. APMT. Lata 1857 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁷² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 9/01/1857. APMT. Lata 1857 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁷³ Ofícios do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/06/1857. APMT. Lata 1857 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁷⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/06/1857. APMT. Lata 1857 A/Arsenal de Guerra.

⁶⁷⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 27/06/1858. APMT. Lata 1858 A/Arsenal de Guerra.

Em fevereiro de 1859, o diretor determina a prisão, por quinze dias no interior do Arsenal de Guerra, do mestre Severiano que:

*ultrapassando o despeito com que trata na oficina ao encarregado dela, o 2o tenente engajado João Jorge Bouret, atreveu-se a mandar publicar no Noticiador de ontem, uma correspondência que faz divulgar a sua insubordinação. Pelo que já disse no meu passado relatório a respeito desse mestre, ousou esperar que v. Exa. aprove a correção que lhe impus (...)*⁶⁷⁶

No mês seguinte, Severiano pede a rescisão de contrato ao presidente de província após reclamar ao juiz de direito contra a arbitrariedade do diretor, que mandou-o prender em função da correspondência publicada no jornal. O diretor considerou o pedido insolente:

*O indomável gênio desse operário, senão a sua extrema loucura, trouxe um processo e uma condenação, após da qual se seguiu outra prisão correcional e uma luta interminável entre ele, de uma parte, a direção desta Arsenal e a administração da província de outra, como atestam as cópias juntas e mil e outros documentos que deixo de apresentar, e que pululam no expediente desta repartição com vergonha de demonstrar até a evidência que a ação governamental parecia impotente ante a arrogância de um empregado infimo, péssimo e incorrigível.*⁶⁷⁷

A 11 de março, o diretor manda soltar Severiano, obedecendo à determinação do presidente de província, que concordou com o pedido de rescisão do contrato:

Sendo esta [rescisão] muito proveitosa à moralidade, disciplina e subordinação do Estabelecimento, visto ter o mesmo Severiano, por seu gênio turbulento, rixoso e insubordinado, estado sempre em conflito com seus superiores, a ponto de já ter sido por isso condenado judicialmente por sentença a pena de prisão, que cumpriu: e considerando mais que não pode continuar na respectiva oficina sem quebra de

⁶⁷⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 28/02/1859. APMT. Lata 1859 E/Arsenal de Guerra.

⁶⁷⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. 7/03/1859. APMT. Lata 1859 E/Arsenal de Guerra. O ofício ainda inclui uma lista dos anexos que cita documentos desde 1856 reiterando a sua *contumaz indisciplina*.

*respeito e da harmonia que deve reinar nos Estabelecimentos públicos, mormente em um Arsenal de Guerra (...)*⁶⁷⁸

Aparentemente profissionais mais especializados – como é o caso de mestres pirotécnicos – eram mais rebeldes à disciplinarização. O substituto de Severiano, João Jorge Bouret, também será motivo de muitas reclamações do diretor.

Os funcionários burocráticos também foram acusados de insubordinação. Em 1862, o presidente de província decide suspender do exercício de suas funções o escrivão do Arsenal de Guerra José Antônio Freitas de Guimarães e o manda processar nos termos da lei⁶⁷⁹. O escrivão, já denunciado em outros atos de insubordinação, injuriou o capitão Francisco Nunes da Cunha, chamando-o de bêbado.

Outro problema sério para as autoridades era a falta de assiduidade dos trabalhadores. Já em 1842, soldados que faltaram ao ponto foram punidos com prisão.⁶⁸⁰

As constantes reclamações de faltas fizeram o presidente de província, João Crispiniano Soares, a adotar seguidas medidas. Em julho de 1847, determinou ao diretor do Arsenal de Guerra, que os pedidos de férias dos trabalhadores do Arsenal viessem acompanhadas de certidão de ponto, passada pelo respectivo apontador.⁶⁸¹

⁶⁷⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 12/3/1859. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fl. 47.

⁶⁷⁹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 21/08/1862. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178 fls 176 verso.

⁶⁸⁰ Parte do 1º Tenente ajudante, Joaquim Matos. Cuiabá 3/01/1842. Anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/01/8142. Lata 1842 A/ Documentos Avulsos/Arsenal de Guerra.

⁶⁸¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 26/7/1847. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos

(As notas continuam na próxima página)

Quinze dias depois, o presidente de província pergunta ao diretor se o apontador cumpria fielmente os deveres determinados pelos artigos 21 e 22⁶⁸² do Regulamento de 21 de fevereiro de 1832.⁶⁸³

Três dias depois, o presidente de província envia longo ofício detalhando as obrigações do apontador,⁶⁸⁴ determinando por exemplo no parágrafo 1º do artigo 1º que os trabalhadores das diferentes oficinas devem ser apontados quatro vezes ao dia, *a saber: pela manhã, quando principiar o trabalho; ao jantar quando se despedirem; a tarde quando voltarem ao trabalho; e a noite quando largarem de suas ocupações.*⁶⁸⁵

No mês seguinte (setembro), nova determinação do presidente de província:

Não havendo razão alguma, que se funde em Lei para serem os Empregados do Arsenal de Guerra isentos do ponto e antes aparecendo a conveniência do público serviço e economia da Fazenda Pública para que a ele sejam sujeitos, determino a V. Mcê. que faça estabelecê-lo nessa Repartição a partir desta data em diante, devendo o Ajudante da Diretoria servir de Apontador.

corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do arsenal de guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090 fls 68.

⁶⁸² O Regulamento de 1832 determinava: Art. 21. O Apontador fará o serviço diário do Arsenal, sendo obrigado a fazer o ponto, ao qual não se admitirá pessoa alguma sem ordem do Diretor; será obrigado a formalizar as férias dos operários, e registrar tanto estas, como o ponto no respectivo livro. Art. 22. O ponto será no dia seguinte registrado no competente livro, que será entregue ao Ajudante do Diretor, para que no fim do mês se possa conferir a fêria feita pelo Apontador com o registro, e com os pontos particulares que os Mestres das oficinas são obrigados a apresentar. *Regulamento para a administração geral dos arsenais de guerra provinciais, e armazéns de depósito de artigos bélicos, a que se refere o decreto acima. Decreto de 21 de fevereiro de 1832.* Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832 (Atos do Poder Legislativo de 1832 e Atos do Poder Executivo de 1832). 3. ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

⁶⁸³ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 13/08/1847. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do arsenal de guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090 fl 75 verso.

⁶⁸⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 16/8/1857. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do arsenal de guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090 fls76, 76v, 77 e 77 v.

⁶⁸⁵ Ver Anexo do ofício citado acima.

No mesmo dia, envia esse ofício solicitando o envio no último dia de cada mês do ponto dos empregados do Arsenal de Guerra, chegando ao extremo de enviar modelo da folha de ponto.⁶⁸⁶

Não satisfeito, o presidente de província ainda envia novas instruções no mês seguinte, detalhando limites de atraso e formas de cálculo dos descontos nos salários:

*Em aditamento a ordem de 16 do mês passado, devo declarar a V. Mce 1^o que os mestres das oficinas estando sujeitos ao ponto não serão apontados por entrarem para elas quinze minutos depois da hora marcada para começarem os trabalhos do estabelecimento; 2^o que os descontos dos jornais dos mestres que faltarem serão feitos na proporção das horas que são obrigados a trabalhar; 3^o finalmente que quanto aos mais trabalhadores o desconto será conforme o que este Governo estabeleceu no §2^o das Instruções que acompanharam a dita ordem.*⁶⁸⁷

O apontador que deveria ser um agente de controle dos trabalhadores também é alvo de reclamações:

*O apontador deste Arsenal, Francisco Paes Arruda, cometeu ontem a tarde dentro do estabelecimento os maiores excessos que pode cometer um empregado público, máxime quando estes são injúrias dirigidas contra alguém sob cuja direção se acham. Tendo apenas feito o ponto dos operários, em minha ausência, por conseguinte sem licença, e contra a letra do regulamento, retirou-se ontem do Arsenal dizendo em altas vozes contra mim as mais afrontosas injúrias, ofendendo de envolta a honra de minha família. Não há talvez um operário neste Arsenal que não ouvisse e presenciasse tamanho escândalo.*⁶⁸⁸

O diretor alega que

⁶⁸⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 1/9/1847. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do arsenal de guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090 fls. 83, 83 v e 84.

⁶⁸⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 3/9/1847. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do arsenal de guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090 fl 86

⁶⁸⁸ Parte do ajudante de diretoria. Anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 20/01/1844, APMT Lata 1844 A/Arsenal de Guerra.

(...) o pretexto deste proceder é o ter (...) colocado a mesa deste empregado fora da secretaria em lugar aliás muito decente; as causas são talvez o [fato de] não poder fechar os olhos a desmazelos nem consentir que o serviço do Arsenal padeça por falta de prontidão e atividade.

Em 1847, outra denúncia contra o apontador, Flaminio dos Santos Velho que pagou 1\$500 réis diários ao escravo Fulgêncio⁶⁸⁹. O presidente de província manda ouvir o apontador e determina que este deve repor a quantia paga a mais ao trabalhador.⁶⁹⁰

Em 9 de maio de 1853, o presidente de província determina ao diretor do Arsenal que

*dê as ordens necessárias para que se remedeiem, no que for possível, e não se reproduzam as seguintes faltas e irregularidades notadas pela comissão de fazenda encarregada do exame desse Arsenal (...) [entre as quais] a falta de assiduidade de alguns mestres e operários das oficinas e do mesmo apontador, e repreensível condescendência deste e do ajudante do diretor a semelhante respeito.*⁶⁹¹

O Regulamento de 1872 irá tentar resolver o problema de assiduidade, determinando que o pagamento aos operários deve ser feito preferencialmente por empreitada.

*Art. 122 Em todos os arsenais do Império deve-se preferir o trabalho por empreitada ao de jornal; para o que os diretores mandarão organizar as respectivas tabelas, em todas as oficinas, e aprovadas pelo respectivo diretor, que as não poderá alterar senão depois de reconhecer praticamente existência de algum inconveniente que se oponha a sua fiel execução.*⁶⁹²

⁶⁸⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/08/1847. APMT Lata 1847 D/Arsenal de Guerra.

⁶⁹⁰ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 28/08/1847. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do arsenal de guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090. Fls. 81.

⁶⁹¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra, datado de 9 de maio de 1853. Livro 141. Fl. 18v.

⁶⁹² Decreto no 5118, de 19 de outubro de 1872. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro, Tipografia nacional, s. d. p.937.

O mesmo regulamento detalhou mais rigorosamente as funções do apontador⁶⁹³ e outros mecanismos de controle do horário de trabalho.

Outra transgressão bastante freqüente são os furtos de matérias primas. Segundo Barreiro:

*O chamado crime contra a propriedade, na forma da prática do furto, emergiu como uma das mais significativas facetas do protesto popular no Brasil do século XIX.*⁶⁹⁴

Barreiro questiona as interpretações historiográficas que consideram o crime como um ato primitivo, brutal e estéril de manifestação ou mesmo um estado patológico da vida social, para entender o furto e as pequenas transgressões praticadas pela população livre e pobre como resistência à universalização das representações de propriedade e de trabalho racional.

Não existem talvez indícios suficientes para afirmar que os furtos do Arsenal de Guerra sejam manifestações de protesto contra a noção de propriedade privada. Mas, com certeza, os furtos representam um desafio por parte dos operários às normas de controle de matérias primas. Conforme se descreveu no capítulo 1, o Arsenal de Guerra era um depósito com inúmeros itens guardados em instalações cuja segurança era muito precária.

Denúncias de furto representam os incidentes que os funcionários responsáveis pela vigilância e controle dos materiais conseguiram surpreender ou detectar. Talvez o extravio de mercadorias e de matérias primas fosse muito maior e

⁶⁹³ Ver art. 239 do Decreto no 5118. p. 962.

⁶⁹⁴ BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, Educ, n. 16, fev. 1998, p. 10. Ver também do mesmo autor, "E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções". *Projeto História*. São Paulo, PUC, n. 12, out. 1995. P.57-75 e "A memória do trabalho" In: DÍNCAO, Maria Ângela (org.). *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: Brasiliense e Ed. da Unesp, 1989. p. 101-9.

atribuído, no momento da prestação de contas, a danos causados por intempéries e animais.

Fica evidente também a dificuldade de se aceitar a noção ainda bastante abstrata de propriedade estatal – em que não havia um proprietário concreto – de matérias primas sobre as quais se trabalhava. Isso talvez explique os pequenos extravios de madeira e de material de construção. Não é o caso de furtos de dinheiro – poucos registrados pela documentação – ou de utilização indevida de ferramentas e de matérias primas para uso particular.

Essa confusão entre público e privado também era comum entre os funcionários mais graduados do Arsenal de Guerra, mas no caso, não havia acusação de furto – evidenciando tratamento diferenciado por parte do diretor para os delitos cometidos por operários dos demais. Enquanto pequenos furtos cometidos por operários foram freqüentemente denunciados e punidos pelos diretores do Arsenal de Guerra, curiosamente, a apropriação indevida de móveis e equipamentos públicos por oficiais de patente não era considerada furto.

Em 1848, o diretor comunica ao presidente de província que o ajudante de diretoria, sem sua autorização, mandou fazer nas oficinas do Arsenal de Guerra para seu uso particular uma relação de objetos que incluía: *mesa, marquesa, fogareiro, chocolateira de folha, um bule de folha, doze formas de velas, duas formas de gomo de fazer pudim, duas ditas lisas para o dito, um coador de café, etc.*⁶⁹⁵ O presidente de província solicita esclarecimentos do ajudante que se encontrava em Goiás.

Alguns meses depois, o diretor reitera ao presidente de província que *não autorizou as oficinas a fazer os objetos pedidos pelo ex-ajudante (...) e que*

⁶⁹⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/04/1848. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1848 B/Assuntos Militares.

*não é exato quando diz que tais objetos foram feitos nas horas vagas do serviço, pois é patente a todos que as oficinas se fecham nas horas dadas para almoço e jantar (...).*⁶⁹⁶ O despacho manuscrito pelo presidente de província no próprio ofício esclarece que toda a documentação – ofícios do diretor do Arsenal de Guerra, a resposta do ex-ajudante, ofícios do presidente de província de Goiás - fora encaminhada ao Ministério da Guerra em 16 de setembro. Não há informações sobre o desfecho deste episódio, como de outros fatos semelhantes.

Em 1847, um mestre tentou vender ao almoxarife do Arsenal de Guerra *quatro arrobas de latão ... porção de metal de peças pertencentes a coronhas de armas [ilegível] como guardamatos, couceiras, etc.* O ajudante da diretoria desconfiou que *semelhantes peças, não podendo evidentemente provir do comércio, foram sem dúvida subtraídas do mesmo Arsenal ou aliás das arrecadações dos corpos de 1ª linha, e em todo caso pertencem ao Estado* mandando apreender o material e denunciando o vendedor que era mestre de uma das oficinas do Arsenal de Guerra.

O presidente de província exigiu que o mestre explicasse *satisfatoriamente o modo porque se achava na posse de tais objetos, procedendo-se contra judicialmente e sendo despedido do Arsenal, caso possa ser suspeito de as haver subtraído* e determinou ao almoxarife do Arsenal de Guerra que *não é lícito ajustar a compra de cousa alguma para o Arsenal com Empregados ou Operários do Estabelecimento.*⁶⁹⁷

⁶⁹⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/09/1848. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1848 B/ Assuntos Militares.

⁶⁹⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 24/02/1847. APMT. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do arsenal de guerra e inspetor da marinha. APMT Livro 090. Fls. 34v. e 35.

Em 1848, o diretor comunica ao presidente de província que *mandou corrigir com 50 varadas a um calceta destinado ao trabalho deste Arsenal de Guerra com nome Cândido Francisco, pela culpa de haver roubado uma pistola nacional, a qual foi recolhida ao respectivo armazém, tendo sido achada em poder de um escravo do coronel Valério José Machado, o qual propunha a vendê-la.*⁶⁹⁸

Os operários eram punidos com prisão, quando denunciados de furto e venda de matérias primas pertencentes ao Arsenal. Em 1850, *cinco vigotes pertencentes a este Arsenal* desapareceram nas margens do rio Cuiabá e foram encontrados em poder de um morador do Porto Geral, que concordou em devolvê-los e denunciar o vendedor:

*(...) José Lino Duarte, morador do Porto Geral, (...) [declarou] que havia comprado de um camarada, que não conhecia pelo nome e que no ato de vender-lhe disse pertencer a classe de jornaleiros que empregam-se neste serviço, mas que ficando-lhe bem impressas na memória as suas feições, e por ter em um pé os sinais de um golpe, fácil seria reconhecê-lo, o que assim se verificou logo que viu o tambor Lúcio Moreira dos Santos, de quem eu já desconfiava, (...).*⁶⁹⁹

Em 1853, um alfaiate recém contratado trocou pano azul por fardas de artilharia com o cidadão Joaquim Ferreira:

*(...) descobri que o cidadão Joaquim Ferreira trocou com o soldado Felisberto Pais uma porção de fardas de artilharia por pano azul que o dito soldado recebera para cortar fardas dos corpos de linha desta província, e encontrando eu no Arsenal hoje às seis horas da manhã o dito Ferreira, chamei-o a minha presença, e ele confessou ter feito esta troca, e como tenho recebido de V. Exa as mais rigorosas ordens, para cortar a fraude, que pode haver sobre este ponto, assim como todos os outros, mandei reter o dito homem, (...).*⁷⁰⁰

⁶⁹⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 19/07/1848. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1848 B/Assuntos Militares.

⁶⁹⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/03/1850. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1850 D/Assuntos Militares4.

⁷⁰⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 25/08/1853. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1853 A/Arsenal de Guerra.

Felisberto foi admitido em julho como alfaiate com o jornal de 400 réis. Em parecer, datado de 5 de agosto, o ajudante da diretoria do Arsenal de Guerra diz que *Felisberto é mestre perfeito do mesmo ofício em que se acha, corta e costura todas as peças de obras do seu ofício e tudo faz com presteza, zelo e prontidão (...)*. Tanto o alfaiate como o cidadão foram presos por ordem do presidente.⁷⁰¹

Em 1856, a conivência de uma sentinela facilitou o furto de tábuas:

*(...) o soldado da Companhia de Artífices Manoel da Paixão, operário da oficina de tanoeiros deste Arsenal, com o apoio do guarda nacional Ricardo Fernando Pais, que por vezes serviu de cabo da guarda deste Arsenal, conseguiu tirar clandestinamente, em alta noite, da varanda do armazém de madeiramento 39 tábuas de cedro, das quais 18 foram apreendidas na casa em que morava o dito soldado, e vinte e uma ele confessa ter vendido a várias pessoas (...). O guarda era sentinela do portão da guarda quando teve lugar este fato criminoso.*⁷⁰²

Algum tempo depois, o diretor reclama que:

*(...) o comandante da guarda nacional não providenciou a prisão do guarda nacional Ricardo Fernandes Pais cúmplice no furto de tábuas cometido neste Arsenal pelo soldado da Companhia de artífices Manoel da Paixão, operário da oficina de tanoeiros (...).*⁷⁰³

Em resposta, o presidente de província diz:

*(...) tenho por muito recomendado a V. M. toda a possível diligência para que não fiquem impunes os autores e cúmplices do roubo de tábuas de que V. m. me dá parte, e para evitar que se reproduzam fatos de semelhante natureza (...).*⁷⁰⁴

⁷⁰¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, /1853. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fl.

⁷⁰² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/04/1856. APMT.

⁷⁰³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/07/1856. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1856 A/Assunto militar.

⁷⁰⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 16/05/1856. Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141. Fls. 92.

No mesmo ano, a punição com 30 pranchadas aplicada a um soldado acusado de furto causou polêmica e o diretor foi obrigado a explicar-se:

[A prisão deste] soldado do corpo de artilharia, Benedito José de Oliveira, encarregado da oficina de alfaiate e outro soldado da Companhia de artífices de nome Veríssimo Rodrigues que trabalha na mesma oficina, foi ordenada somente para averiguações, porquanto tendo se tirado da dita oficina dois côvados de pano azul de uma peça destinada a bonés, não devia conservar-me silencioso.

Em 1859, o soldado Benedito Rodrigues, encarregado do corte e condução de madeira na Freguesia da Guia, vendeu uma enxada, uma espingarda de caça e nove bois *iludindo as praças que com ele se achavam, algumas das quais compraram também bois, lendo-lhes algum papel de seu punho como ordem escrita minha.*

O diretor denunciou a ocorrência ao presidente de província e relatou as providências adotadas:

(...) cumpre-me participar que ordenei ao sargento tomasse os bois existentes em poder dos soldados, e que vou requisitar à polícia medidas a fim de se haverem três dos bois comprados pelos paisanos Manoel Sabino, Antônio Ramos e Joaquim Alves...⁷⁰⁵

O presidente de província determina:

(...) deve ser conservado impedido nesse Arsenal o soldado de artífices Benedito Rodrigues, de que trata o mesmo ofício, aplicando-se os seus jornais para pagamento do furto que fez, ate a completa satisfação de sua importância. .⁷⁰⁶

Em 1863, o diretor reclama reforço de vigilância ao denunciar o furto de algumas mantas dos fardos depositados na varanda do Arsenal de Guerra e pede reforço da vigilância, no período de 4 da tarde às 6 da manhã.⁷⁰⁷

⁷⁰⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 10/12/1859. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1859 E/Arsenal de Guerra.

⁷⁰⁶ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 15/12/1859. Livro de Registro dos ofícios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178. Fl. 74

Indignado, o presidente de província ordena ao diretor que

empregue todos os meios que o seu zelo sugerir a fim de descobrir o delinqüente, e de fazer efetiva a sua punição, como convém a segurança desse estabelecimento, onde semelhantes crimes tem se repetido por maneira que certamente exige a mais severa repressão. ⁷⁰⁸

Funcionários burocráticos também foram acusados de furto. Em 1871, o escriturário Antônio Teodoro de Figueiredo *subtraiu 15 côvados de pano azul fino* e foi convencido por colegas a restituir o pano sem que o fato chegasse ao conhecimento do diretor.⁷⁰⁹

Em 1874, o juiz convocou o almoxarife do Arsenal de Guerra como testemunha no processo contra o capitão Alexandre Florentino de Albuquerque Melo, *acusado como um dos autores do extravio de diversos objetos do Arsenal de Guerra em 1871.*⁷¹¹

Em outra ocasião, o almoxarife foi acusado de furto e o presidente de província determinou a formação de uma comissão para inventariar os armazéns do Arsenal de Guerra.⁷¹² Os baixos salários pagos aos funcionários do Arsenal dificultavam contratação de pessoas competentes e idôneas, queixava-se o diretor:

⁷⁰⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/01/1863. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1863C/Arsenal de Guerra.

⁷⁰⁸ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 25/02/1863. Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211 fl. 11.

⁷⁰⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, ????. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1871 A/Arsenal de Guerra.

⁷¹¹ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 17/08/1874. Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288. Fl. 11.

⁷¹² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 17/07/1871. APMT.. Lata 1871 A/ Arsenal de Guerra

a desproporcionalidade que se nota nos vencimentos dos empregos de igual categoria muito concorreu para a freqüência de exonerações pedidas e algumas vezes dadas por se não encontrar neles a idoneidade necessária, por que, se a tivessem, certamente a maior parte deles não se sujeitariam a percepção de vencimentos muito inferiores às suas necessidades vitais. ⁷¹³

Um guarda dos armazéns foi demitido em 1871 *por ter sido encontrado com uma peça de algodão atado ao corpo por debaixo da roupa.*⁷¹⁴

Mais raras são denúncias de furto de dinheiro:

(...) às 10 horas da noite do dia 28 do corrente apresentou-se-me voluntariamente o soldado da Companhia de artífices João Leandro de Santana que ausentou-se a 23 do dito mês, por suspeitas de ter feito o arrombamento na janela da oficina de correiros e roubado setenta e quatro mil réis do furriel Manoel Delfino, (...). ⁷¹⁵

Em 1859, a quantia furtada foi maior:

(...) comunico arrombamento no telhado na parte do edificio em que moro, sendo sacada por uma janela uma mala, que foi arrombada fora do mesmo edificio, roubando-se dela 500 mil réis pouco mais ou menos (...). Descobriu-se que o perpetrador deste delito foi o soldado do 2º batalhão de artilharia a pé, Francisco Xavier. Recuperou-se a totalidade do furto, mas o delinqüente evadiu-se. ⁷¹⁶

Além dos furtos, outra transgressão, o uso excessivo de bebidas alcoólicas, foi freqüentemente denunciado pelos diretores do Arsenal de Guerra. A embriaguez revela uma forma de resistência às duras condições de trabalho, mas demonstra também a existência de relações de proximidade entre trabalhadores livres ou escravos, civis ou militares que conviviam no Arsenal. Tais relações resultaram em ações de solidariedade e de violência.

⁷¹³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 27/08/1864. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1864 A/Arsenal de Guerra.

⁷¹⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 13/11/1871. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1871 E/Arsenal de Guerra.

⁷¹⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/06/1851. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1851 C/Arsenal de Guerra.

⁷¹⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/12/1858. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1859 E/Arsenal de Guerra.

Os soldados da Companhia de Artífices eram punidos com prisão quando surpreendidos em estado de embriaguez.

Em 1877, o diretor do Arsenal de Guerra informa ao presidente de província que um soldado que *reconheceu estar ... um tanto embriagado, vício de que não é habitual, foi posto em prisão por 15 dias.* ⁷¹⁷

Em casos de reincidência, são enviados para um dos corpos de artilharia. Já em 1851, atendendo determinação do Ministério da Guerra, o diretor comunica ao presidente de província que:

(...) terá execução logo que chegue a meu conhecimento a ordem de passagem para os corpos de linha da província (ou o de artilharia, ou o de caçadores) dos operários ébrios, relaxados, constantes da relação, que por cópia acompanhou o respeitável ofício de V. Exa. ⁷¹⁸

A transferência de trabalhadores *ébrios* chegou em algumas ocasiões a deixar a oficina sem operários, como reclama o diretor do Arsenal de Guerra:

(...) o soldado de artilharia Amandio Alves Pereira, operário da oficina de alfaiates, ... por suas repetidas faltas e continuada embriaguez... quer que seja recolhido a seu corpo e como a oficina vai ficar sem nenhum operário, peço o envio de um outro... ⁷¹⁹

Operários contratados no Rio de Janeiro não eram mais disciplinados. Em 1862, o ajudante de diretoria reclama que os operários contratados no Rio são mais atrevidos, acham que por causa do contrato irão receber os seus salários independente do seu comparecimento na oficina e acrescenta:

⁷¹⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/05/1877. APMT Lata 1877. E/Arsenal de Guerra

⁷¹⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/02/1851. APMT Lata 1851 C/ Arsenal de Guerra

⁷¹⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/05/1856. APMT Lata 1856. A/ Assunto Militar 01.

*[O operário procedente do Rio] nenhum esforço faz para cumprir com o seu dever. empregando exclusivamente todo o tempo em embriaguez e passeios pelas ruas desta cidade, onde é sempre encontrado em semelhante estado.*⁷²⁰

Em 1887 e 1888, novas transferências de soldados operários para os corpos de artilharia:

*Tornando-se inconveniente a continuação na respectiva Companhia de Operários Militares Pedro Celestino de Alcântara, por se dar ao vício da embriaguez, João Cândido da Silva, Irineu Ramos da Costa e Martiniano Cipriano da Silva, por má conduta e nenhuma vocação para os trabalhos das oficinas deste estabelecimento, venho pedir a V. Exa. a transferência das referidas praças para um dos corpos de artilharia, de conformidade com o artigo 167 do regulamento vigente dos arsenais de Guerra do império.*⁷²¹

*(...) tendo o soldado da Companhia de operários militares deste Arsenal João José Pereira de Albuquerque na sessão secreta de que trata o artigo 13 do regulamento de 20 de março de 1857, manifestado desejo de ser transferido para um dos corpos de artilharia, segundo reservadamente me comunicou o Exmo. Sr. Brigadeiro Conrado Jacob de Niemeyer, solicito de V. Exa. suas ordens no sentido de ser aquele soldado transferido para o 2o batalhão de artilharia a pé, cumprindo me informar a V. Exa. que, sendo ele de péssima conduta, e dado ao vício de embriaguez, muito lucrará a companhia com a sua transferência.*⁷²²

O diretor denunciou ainda outros empregados do Arsenal de Guerra que se davam ao vício da embriaguez: um guarda de menores, um ajudante de pedagogo e um ex-menor.

Em 1868, o pedagogo João Batista denuncia o guarda da Companhia de menores, Joaquim Feliciano de Godói:

⁷²⁰ Ofício do ajudante de diretor ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/12/1862. APMT Lata 1862.

⁷²¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/02/1887.

⁷²² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 29/09/1888.

(...) não sendo esta a primeira vez que comete tais faltas, porém não de tão longo tempo; provindo semelhantes omissões de seus deveres a quase continuada embriaguez em que vive, o que se torna prejudicial à educação dos menores... ⁷²³

Um ajudante de pedagogo também foi afastado de seu cargo após denúncia de embriaguez:

O ajudante do pedagogo, alferes honorário José Soares do Couto, é inepto completamente para as funções do seu cargo, por excessivamente desleixado e dado ao vício da embriaguez. ⁷²⁴

Não há documentos que informem casos de embriaguez entre os menores, mas o Estatuto de 1832 previa punições ao menor que, entre outras infrações, bebesse *licores espirituosos* (*).⁷²⁵ A previsão de punição faz crer que tais infrações eram regularmente cometidas pelos menores.

Em 1871, um ex-aprendiz preparado para substituir o mestre de latoeiros foi considerado inabilitado pelo vício da embriaguez:

(...) o mestre da oficina de latoeiros, José Ferreira Carneiro, na conformidade da cláusula 4 do seu contrato, deu dois discípulos então praças da cia de artífices José de Arruda e Feliciano Antônio da Silva, que, conquanto não fosse examinados, todavia, estavam no caso de poder cada um deles substituí-lo na dita mestrança; o primeiro porém é falecido e o segundo, sendo transferido para um dos corpos desta província em janeiro de 65, foi escuso do serviço e pelo que me consta acha-se infelizmente inabilitado, hoje pelo vício de embriaguez. ⁷²⁶

Foram freqüentes também as reclamações dos diretores contra as sentinelas que se embriagavam e deixavam escapar os presos que deviam vigiar. Incidentes semelhantes foram denunciados em 1853 e 1859.

⁷²³ Ofício do pedagogo ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 24/09/1868. APMT.

⁷²⁴ Ofício reservado do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/05/86. Fl 3 v.

⁷²⁵ Art. 11 Estatuto de 1832.

⁷²⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/05/1871. APMT.

A 20 de abril de 1853, o diretor do Arsenal de Guerra comunica a fuga de dois calcetas, Elias escravo e Pedro Pereira, *pela pouca vigilância dos guardas deste Arsenal.*

*(...) entrando no indagamto da maneira pela qual foi ocasionada esta fuga, soube que os guardas estavam embriagados e deitaram-se a dormir. Nesta mesma ocasião comunico a V. Exa que o comandante da guarda participou-me que a guarda inteira estava embriagada e incapaz de fazer o serviço militar.*⁷²⁷

Em 1859, mais uma fuga de preso *condenado a galés perpétuas:*

*O guarda que o acompanhava em serviço recolheu-se às oito e meia horas da noite, ébrio e sem conhecer o destino que levará o preso.*⁷²⁸

As denúncias de embriaguez revelam também a solidariedade de presos que socorrem guardas embriagados,⁷²⁹ conforme denuncia o diretor em longo ofício:

Levo ao conhecimento de V. Exa. que no dia 24 do corrente pelas 7 horas da noite, pouco mais ou menos, foi-me participado pelo cabo encarregado dos presos que o de nome Justino Nunes da Silva, sentenciado a 10 anos de prisão com trabalhos pelo crime de roubo e desobediência à prisão, faltando ao mesmo tempo com o respeito ao alferes ajudante da Companhia de pedestres, evadira-se do serviço do cemitério onde se achava com o soldado do 2o batalhão de artilharia a pé que o acompanhava, e por que por este modo necessariamente todos os presos se evadiriam por assim convirem os soldados sob cuja vigilância são confiados, peço a V. Exa. alguma providencia tendente a sanar este mal.

Há poucos dias se deu um fato semelhante como o que levo dito a V. Exa., por ter a sentinela que guardava o sentenciado de nome João Benedito que trabalhava também no dito cemitério evadido se com ele.

Por esta ocasião direi mais a V. Exa. que é tal o grau de relaxamento da maior parte das praças do 2o batalhão de artilharia e mesmo algumas da Companhia de artífices, que os presos deste Arsenal não se tem evadido todos por talvez não

⁷²⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 20/04/1853. APMT Lata 1853 A

⁷²⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/07/1859.

⁷²⁹ Ver outras manifestações de solidariedade nos episódios de fuga conjunta de presos e guardas examinados no capítulo 1.

quererem; porque por muitas vezes tem acontecido o preso carregar sua sentinela as costas para o Arsenal em consequência do seu estado de embriaguez. ⁷³⁰

Eram freqüentes também denúncias de que os presos se embriagavam.

Em 1844, um preso civil Joaquim Claro de Carvalho fugiu do Arsenal de Guerra e retornou alguns dias depois. Explica o ajudante da diretoria:

[O preso] receando ser castigado pelo barulho que fizera na tarde desse dia por se achar embriagado, procurara escapar ao castigo porém que não tencionou fugir, tanto que vinha voluntariamente apresentar-se. ⁷³¹

Outro preso comemorou a sua soltura próxima, embriagando-se em companhia de seu guarda. Ao receber ordem do presidente de província para soltar um soldado preso que completou pena de quatro meses de prisão com trabalho, o diretor informa que *o dito preso na véspera tinha se embriagado em companhia de seu guarda.* ⁷³²

As bebidas eram introduzidas irregularmente pelos empregados do Arsenal de Guerra, conforme denuncia o diretor em 1864:

Manoel Antônio da Silva Xavier, ajudante de porteiro do Arsenal de Guerra (...) além de negligente e frouxo no cumprimento de seus deveres, prestava-se a ser comprador e introdutor de aguardente para os presos, e porque apesar da observação que lhe fez o então porteiro João Teixeira de Mendonça, ele nem assim se coibiu, repreendendo o eu severamente ele nunca mais voltou. Permita me V. Exa. ainda uma vez dizer que a insuficiência de vencimentos que percebe o porteiro e o seu ajudante, é sem dúvida a principal causa motora de se não encontrar pessoa que

⁷³⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 26/10/1863. APMT Lata 1863.

⁷³¹ Parte do ajudante da diretoria anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/12/1844.

⁷³² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/11/1862. APMT.

tenha os necessários requisitos para o bom desempenho desse lugar que, parecendo de pouca importância para muitos, é alias considerável. ⁷³³

O excesso de bebidas entre presos motivou uma briga que resultou em ferimentos leves:

(...) no dia 10 seriam quatro e meia horas da tarde, apresentando-se-me Bouret no quartel de minha residência espavorido, disse-me os presos sublevaram-se, esta tudo em luta, a guarda não os pode conter, a vista desta notícia, lembrando-me que os artífices, aquela hora estariam em suas casas jantando, porque me consta não serem arranchados; mandei imediatamente um recado verbal ao sr. tenente coronel comandante do 2o batalhão pedindo-lhe uma força; felizmente porém não foi precisa, porque o intrépido cabo de esquadra comandante da guarda Antônio Carlos Pereira Júnior com especialidade, e o soldado da mesma que se achava de sentinela, João Batista de Oliveira, puderam conseguir antes da minha chegada o separar os presos sentenciados a galés perpétuas Rufino e Valério, bem como outro sentenciado a 6 anos de prisão de nome Fileno, que se achavam engalfinhados, esforçando-se mutuamente para matarem-se com limas, que a não estarem já rombas certamente já o teriam conseguido; nesta ocasião chegando eu, e achando-os já na oficina de ferreiros para onde a luta os levava, mandei que se pusessem um par de machos em cada um, ao que eles relutaram, sendo-me isto comunicado, fui em pessoa, e ordenei que recebessem os ferros, ao que eles então não hesitaram, e porque ainda assim, atenta a exaltação de espirito, e estado de embriaguez em que estavam, não conviesse que continuassem a ficar juntos, mandei com a devia permissão do sr. tenente coronel comandante um para o 2o batalhão, outro para o hospital não pelas contusões, que foram leves, mas sim pela necessidade de separação, e finalmente outro que mandei ficasse no xadrez do Arsenal; providenciando por este modo, tudo findou-se sem mais novidade; eis pois Exmo. Sr. toda a ocorrência e suas circunstâncias. ⁷³⁴

O ofício do capitão ajudante anexo acrescentava que:

os calcetas Felino, Rufino e Valério todos embriagados travaram uma luta, a qual, sendo de nenhuma consequência, podia entretanto ser muito alta, por que armando-se Felino de uma lima, e com ela tentara sangrar a Valério, e em seguida a Rufino, cuja luta cessou com a intervenção do cabo comandante da guarda que os castigou com espadeiradas, para que não continuassem naquela briga.... Em seguida tratei de investigar qual a verdadeira causa de tal tumulto, sabendo então ser ela devida a

⁷³³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 22/07/1864. APMT

⁷³⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/11/1862. APMT.

pederastia que acha se muito desenvolvida entre esses miseráveis, talvez pela reclusão em que eles estão.

Escravos da nação, que continuavam a trabalhar no Arsenal de Guerra, mesmo depois da Lei de 1871 que os libertou, também eram dados ao vício da bebida:

Anteontem pelas 11 e meia da manhã, achando-me na cidade, por ter lá ido a serviço, fui informado de que dois africanos pertencentes a este Arsenal haviam estabelecido um conflito, na rua do Barão de Melgaço, da qual resultou ser um ferido; imediatamente corri ao lugar e fiz prender e recolher ao Arsenal o agressor Luis 2º, e a Enfermaria militar o ferido, Ananias. Até agora espero o atestado do médico para juntá-lo ao meu ofício, porem como não tinha ainda sido-me apresentado, apesar de o ter pessoalmente pedido, apresso-me em levar ao conhecimento de V. Exa. o citado fato, a fim de V. Exa. resolver como julgar de justiça. O ferimento segundo me parecer foi leve, e ocasionado pelo estado de embriaguez em que se achava o supra citado preto Luis 2º. Aguardo as ordens de V. Exa. acerca do criminoso, que se acha preso no xadrez deste Arsenal. ⁷³⁵

A forma mais dramática de resistência é a fuga a qual recorriam os presos civis e militares, soldados, escravos e menores que viviam reclusos no Arsenal de Guerra.

O Regulamento de 1842⁷³⁶ proibia a saída dos menores do Arsenal: *Os aprendizes menores não poderão sair para fora dos Arsenais de Guerra, sem licença por escrito do Diretor, que a não concederá por mais de três dias, ouvindo o Pedagogo, e não se opondo este com motivos plausíveis.*

No entanto, desde o início da coleta de dados, ao separar e transcrever a documentação, chamavam a atenção os vários ofícios do diretor do Arsenal informando ao presidente da província as *ausências sem licença*, furtos e capturas de menores, evidenciando a resistência dos menores à política de disciplinarização.

⁷³⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 15/03/1872. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1872/A Arsenal de Guerra.

Ao examinar mais atentamente as relações mensais de menores elaboradas pelo pedagogo do Arsenal e encaminhadas pelo diretor do Arsenal de Guerra ao presidente da província, foi possível observar o desaparecimento de vários menores de um mapa a outro. Consultando a legislação e confrontando os mapas mensais, observei que os meninos recebem um número ao ingressar na Companhia de Menores.⁷³⁷ Isso motivou a elaboração de um dossiê para cada um dos menores a partir das informações esparsas recolhidas na correspondência oficial e nos mapas. Assim como se montasse um quebra-cabeças, foi possível recuperar a história de vida dos meninos e levantar algumas informações e questões, dando vida a personagens históricos esquecidos pelo tempo e pela história oficial.

A primeira fuga de que se tem registro é de Joaquim Leite Pereira, que *ausentou-se na noite de 3 do corrente (abril de 1842), levando consigo uma farda de pano azul, duas calças, duas camisas, uma manta de baeta, dois pares de sapato*.⁷³⁸ Aparentemente não foi mais encontrado pois não aparece nos mapas disponíveis referentes a 1842.

Nesse primeiro ano de funcionamento, comparando-se mapas e números de registros, ingressaram onze menores,⁷³⁹ mas do mapa de 6 de dezembro, constam apenas cinco, donde se conclui que seis desapareceram - provavelmente fugiram (não há registro do que aconteceu e de alguns sequer se tem o nome).

⁷³⁶ Artigo 13 do Regulamento no 113, de 1842.

⁷³⁷ Ver os mapas mensais em que cada menor é sempre identificado pelo número de matrícula e também os artigos 5 e 16 das Instruções que acompanham o Regulamento no 113.

⁷³⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra, Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, ao Presidente da Província, Comendador José da Silva Guimarães. Cuiabá, 5/04/1842. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1842 A/Assuntos militares.

⁷³⁹ É possível inferir que onze menores se matricularam no ano de 1842, porque o primeiro matriculado do ano de 1843, Cândido Porfirio, recebe o número de matrícula 12.

Dos cinco que restaram em dezembro de 1842, o menor Joaquim José de Paiva, aparentemente o primeiro matriculado de que se tem registro (1º de março de 1842), também conseguiu fugir, ausentando-se do Arsenal de Guerra, no dia 18 de junho de 1843, juntamente com Antônio Bernardes de Oliveira⁷⁴⁰ e dele não se tem mais notícia, não aparecendo mais no mapa de agosto de 43.

Em dezembro de 1848, dos 43 menores que ingressaram na Companhia desde 1842, apenas 16 continuam no Arsenal: 15 divididos em sete oficinas e um, no hospital.⁷⁴¹

O aprendiz, na maioria dos casos, fugiu sozinho, em algumas poucas oportunidades em duplas.

Em uma única ocasião, dois menores João Francisco de Paula e Valério de Vasconcelos fugiram⁷⁴² juntamente com um adulto, no caso um escravo, Miguel. O fato ocorreu em 1856 e o desfecho foi trágico, conforme relata o diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província:

*(...) mediante as diligências, que empreguei, consegui no dia 22 do corrente a apreensão dos menores João Francisco de Paula e Valério de Vasconcelos. Julgo a propósito comunicar a V. Exa que no desempenho daquela diligência, da qual particularmente incumbi ao cidadão José Constantino da Silva, foi morto o escravo Miguel pertencente a d. Luisa da Silva Albuquerque, o qual tendo se evadido com os referidos menores, foi com ele encontrado pelos encarregados da diligência, e nessa ocasião teve lugar, segundo declara o referido cidadão, o falecimento do dito escravo por efeito de resistência armada (...)*⁷⁴³

⁷⁴⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra, Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, ao Presidente da Província, José da Silva Guimarães. Cuiabá, 27/06/1843. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1843 B /Arsenal de Guerra.

⁷⁴¹ CRUDO, Matilde Araki. A resistência infantil ao ensino de ofícios: as fugas da Companhia de Aprendizes Menores (Cuiabá, 1842-48). *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, EdUFMT, v. 4, n. 5, jan/jun. 1995. P. 272-280.

⁷⁴² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/03/1856. APMT 1856 A/ Companhia de Aprendizes Menores.

⁷⁴³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 30/04/1856. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1856 A/ Companhia de aprendizes menores.

O encarregado da diligência, José Constantino da Silva, conta mais detalhes:

*(...) quando me recolhia de uma viagem que fiz a Poconé e informando de que pessoas suspeitas rondavam o meu sítio e haviam cometido furtos em minhas plantações resolvi mandar dois camaradas meus vizinhos Sebastião José de Oliveira e Eleutério de Lima a fim de explorarem os matos a ver se descobriam os malfeitores com os quais talvez estivessem os menores que V. S. me recomendou. Os encarregados pois desta diligência partindo no dia 17 de manhã, logo a distância de três quartos de légua pouco mais ou menos nas matas da fralda da serra encontraram um rancho de palha e nele o escravo Miguel da herança do finado coronel João Poupino Caldas e dois menores. Chegando os encarregados ao rancho e dando voz de prisão ao dito Miguel, este lançando mão de uma arma de fogo que consigo trazia, ia desferi-la em um dos encarregados Sebastião José de Oliveira que decerto pereceria, se, por um rápido movimento, que em tais ocasiões impera a própria conservação, primeiro não desfechasse contra o mencionado Miguel a arma, com que estava, do que resultou cair este gravemente ferido e falecer poucas horas depois, por ter a munição da arma lhe pegado pouco abaixo do peito, e passando em seguida apreenderam os menores que se achavam armados de lanças, os conduziram à minha residência, aonde se acham até que V. S. os mande conduzir visto que não tenho gente para os levar. Do ocorrido, que muito me constritou, já dei parte verbal ao Sr. Dr. Chefe de Policia por não ter encontrado a V. S. e ser me preciso recolher o quanto antes para o meu sítio.*⁷⁴⁴

A resistência dos menores tem início já no momento do ingresso na Companhia de aprendizes menores.

É o caso de Benedito Siqueira, 11 anos, que segundo o juiz municipal *apresenta grande repugnância em ir para este estabelecimento a ponto de se ter evadido de minha casa em ocasião em que dele fazia entrega a seu respectivo tutor e curador, sendo por isso talvez necessário que ele ali seja conservado debaixo de vigia.*⁷⁴⁵ Ou do menor Antônio Augusto de Oliveira, 10 anos, que foi admitido

⁷⁴⁴ Ofício de José Constantino da Silva. Cuiabá, 19/04/1856. Anexo ao ofício anterior.

⁷⁴⁵ Ofício do Juiz Municipal de Órfãos, Ayres Augusto de Araújo, ao Presidente da Província de Mato Grosso, João Crispiano Soares. Cuiabá, 22/04/1847. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847 D/Juiz Municipal.

em 12 de setembro de 1847,⁷⁴⁶ e não veio mais ao Arsenal desde o dia de sua matrícula.⁷⁴⁷

Seu irmão, Valério Augusto, de 10 anos, matriculado no mesmo dia, ausentou-se pouco depois de um mês após sua admissão, conforme consta na Relação de outubro de 1847⁷⁴⁸ e demais mapas de 1848, evidenciando que não mais retornou.

O curioso é que no ano seguinte a mãe dos menores, D. Maria Leocádia, solicita ingresso do filho de nome João, já recusado anteriormente porque sua idade ultrapassa a exigência legal, sem mencionar qualquer referência a seus dois filhos fugitivos.⁷⁴⁹ Apesar do ingresso autorizado em 13 de julho, seu nome não consta dos mapas até setembro de 1848.

O relato de outra fuga revela os expedientes adotados pelos menores para fugir:

ontem pelas doze horas mais ou menos da noite, ausentaram-se deste Arsenal os menores João Ferreira da Silva, e Francisco Gomes da Silva, iludindo a minha vigilância e a da Guarda, e examinando-se por onde tinham saído, achou-se um taquaraçu () encostado no muro e a ele atada uma corda pela parte de fora. Levaram camisas três, calças uma, jaqueta uma, sapatos um par, rede uma, baeta duas, e encontrou-se no lugar por onde saltaram da parte de fora. uma trouxa com roupa que tinham tirado, pertencente ao menor Miguel Ribeiro do Nascimento. Tenho a desconfiança de que o menor Francisco Gomes da Silva foi reduzido por*

⁷⁴⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra, Antônio Bernardo da Silveira ao Presidente da Província, João Crispiniano Soares. Cuiabá, 16/07/1847. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847D/Arsenal de Guerra e Ofício do Comissário Pagador Bento Franco da Câmara ao Presidente da Província João Crispiniano Soares. Cuiabá, 11/09/1847. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847 D/ Pagadoria Militar.

⁷⁴⁷ Mapa da Companhia dos Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra, acompanhado de suas observações, assinado pelo pedagogo Joaquim da Costa Lemme. Cuiabá, 6/03/1848.

⁷⁴⁸ Relação nominal dos Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra, suas idades, naturalidades e filiações, entradas aos ofícios, entradas ao Arsenal e instrução que tem, assinada pelo pedagogo José Joaquim de Vasconcelos Pinto. Cuiabá, 2/10/1847. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847 D/Arsenal de Guerra.

⁷⁴⁹ Ofício do Ajudante de Diretor do Arsenal de Guerra, Capitão Vicente Coelho, ao vice-presidente da Província, Antônio Nunes da Cunha. Cuiabá, 3/07/1848. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1848 B/Arsenal de Guerra.

*João Ferreira, por que foi sempre bem comportado, e nunca excedeu das licenças que obteve.*⁷⁵⁰

A legislação previa: *os que se ausentarem sem licença serão apreendidos onde forem encontrados: as pessoas que os houverem aliciado, ou admitido em suas casas, Oficinas, ou serviço, serão punidas com as penas impostas pela Lei aos que aconselham, dão asilo, ou auxílio para desertar a Soldados da primeira Linha do Exército.*

Quando ocorria fuga, o pedagogo do Arsenal segundo o Regulamento, deveria informar o diretor do Arsenal que por sua vez informava ao presidente de província, conforme se observa em inúmeros ofícios do período. O diretor, em alguns ofícios, informava: *as providências que tenho dado e que estão ao meu alcance são recomendar as pessoas conhecedoras do mesmo menor, e mandar procurar pelo porto geral; e espero as ordens de V. Exa. para poder requisitar dois soldados da Companhia de Artífices a fim de mandar a Freguesia do Livramento ou a de Santo Antônio do Rio Abaixo a ver se o descobrem e o trazem.*⁷⁵¹

Ou ainda, *...já mandei um soldado ao aldeamento dos índios Goianãs além do rio Cuiabá, e pouco abaixo do Porto Geral por se desconfiar ali sua estada até que ache passagem para mais longe, como o fez desta penúltima vez.*⁷⁵²

Em 1853, mesmo procedimento:

⁷⁵⁰ Ofício do Pedagogo do Arsenal de Guerra, José Augusto de Figueiredo, ao diretor do Arsenal de Guerra, Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça. Cuiabá, 23/04/1845. APMT. Documentos Avulso. Lata 1845 B/Arsenal de Guerra.

⁷⁵¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra, Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça ao Presidente de Província, Ricardo José Gomes Jardim. Cuiabá, 15/11/1844. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1844 A/Arsenal de Guerra.

⁷⁵² Ofício do vice-diretor do Arsenal de Guerra, Ernesto Frederico de Oliveira ao Presidente da Província, João Crispiniano Soares. Cuiabá, 18/05/1847. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847 D/Arsenal de Guerra.

Tendo se ausentando sem licença da Companhia de aprendizes menores o menor José Anselmo, e não tendo até o presente noticias dele, faço parte a V. Exa acrescentando que já mandei indagar no distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo, onde consta-me ter ele parentes, para mandá-lo buscar. ⁷⁵³

Em algumas ocasiões, a polícia foi acionada, conforme relata o diretor do Arsenal de Guerra:

na noite do dia 9 do corrente ausentou-se da respectiva companhia o menor João José de Sampaio, e que ao doutor chefe de policia deprequei sua apreensão. ⁷⁵⁴

Em 1873, o próprio presidente de província ordenou ao chefe de polícia a captura do menor fugitivo conforme se verifica no despacho manuscrito no ofício do diretor comunicando a fuga:

Em cumprimento ao que determinou-me V. Exa. no ofício que se dignou dirigir-me sob nº 3 de 7 do corrente, incluso apresento a V. Exa. nota dos sinais característicos, filiação e naturalidade do menor Januário Bispo Professor, que se ausentou deste Arsenal em 30 de junho do ano próximo passado, e consta estar em companhia de sua mãe Maria Escolástica da Conceição, que consta residir no Coxipó-açu da Freguesia da Guia. ⁷⁵⁵

Manuscrito a lápis, a ordem: *Ao Sr. Dr. Chefe de Policia para que se digne expedir as necessárias ordens para que seja capturado e recolhido ao Arsenal de Guerra da província este menor.* E a tinta: *ordenou-se a captura e remeteu-se a nota ao chefe de policia em 9-1-73.*

Quando as buscas eram infrutíferas e havia grande demanda de vagas, o diretor solicitava ao presidente de província a exclusão do menor fugitivo da Companhia:

⁷⁵³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 12/03/1853. APMT Lata 1853 A/ Arsenal de Guerra.

⁷⁵⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 11/12/1855. APMT Lata 1855.C/ Ofícios (menores)

⁷⁵⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 09.01/1873. APMT Lata 1873 A/ Arsenal de Guerra.

Achando-se ausente sem licença desde 2 de fevereiro do ano passado o menor 49 Manoel João da Rosa como foi participado a V. Exa. em officio desta diretoria sob n 6 de 28 do mesmo mês, e não se tendo podido encontrá-lo, e nem ao menos saber-se o lugar onde existe, apesar das diligências que se tem empregado, peço a V. Exa. autorização para mandar eliminá-lo da Companhia, a fim de que sua vaga seja preenchida por outro, que esteja nas circunstâncias exigidas pelo respectivo regulamento. ⁷⁵⁶

Em 1868, o diretor do Arsenal de Guerra informa que o menor Antônio Joaquim Gonçalves admitido a 3 de fevereiro do corrente ano ausentou-se a 20 de março e acrescenta:

E porque até esta data não haja dele noticia alguma rogo a V. Exa. autorização para mandá-lo eliminar do livro de matricula e em sua substituição admitir a matricula José Celestino de Arruda, que neste Arsenal foi mandado apresentar por V. Exa , ficando assim a Companhia com o seu estado completo. ⁷⁵⁷

Em algumas ocasiões, a exclusão do menor deu-se poucos dias após a fuga. Leopoldino Fernandes dos Reis foi admitido na Companhia a 17 de outubro de 1868, fugiu no dia 26 do mesmo mês e cinco dias depois, o diretor pediu sua eliminação do livro e a admissão em seu lugar do menor Faustino Pires Lisboa, *que por V. Exa. me foi mandado apresentar por seu tio Sabino Pires Lisboa.* ⁷⁵⁸

Das dezenas de fugas registradas pela documentação, chama a atenção o fato de que alguns fugitivos voltaram voluntariamente ao Arsenal de Guerra. Em alguns casos, o motivo do retorno voluntário foi motivado por alguma doença, pois no mesmo dia do retorno ou alguns dias depois, o menor é hospitalizado. Foi o que ocorreu com Cândido Porfirio. Ausente desde 26 de abril de 1848, *apresentou-se voluntariamente de ausente sem licença em 1 de janeiro o menor n. 56*

⁷⁵⁶ Officio do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 24/11/1856. APMT Lata 1856 A/ Assunto Militar 01

⁷⁵⁷ Officio do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/11/1868. APMT Lata 1868 A/ Arsenal de Guerra.

⁷⁵⁸ Officio do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 31/10/1868. APMT Lata 1868 A/ Arsenal de Guerra

*Cândido Porfirio, que foi com baixa para o hospital a 8 e veio com alta a 25 do citado mês.*⁷⁵⁹

O mesmo ocorreu com João Francisco de Paula, ausente desde 27 de março de 1856:

*No dia 22 apresentaram-se os menores 66 João Francisco de Paula e 74 Valério de Vasconcelos que haviam se ausentado a 27 de março. Foram com baixa para o hospital os menores João Francisco de Paula a 22 (...).*⁷⁶⁰

Supõe-se que doenças expliquem dois retornos de Manoel da Paixão, um fugitivo contumaz. Manoel consta como fugitivo, não há registro de seu retorno, apenas sua hospitalização na Santa Casa de 26 de agosto a 4 de setembro de 1847⁷⁶¹. Um ano depois, foge novamente. Retornou voluntariamente em 1850 e um ofício do diretor de alguns meses depois informa que o mesmo foi curado de uma infecção no olho.

Outro caso de retorno voluntário foi o de João Capistrano, cuja fuga surpreendeu o diretor do Arsenal de Guerra, porque sempre tivera bom comportamento. Sua demora deveu-se a dificuldade do retorno.

João José Sampaio – outro recordista em fugas – voltou uma vez voluntariamente após mais de um ano de ausência (de 9/12/1855 a 3/02/1855). Quem arrependeu-se da fuga depois de muitos anos, foi Manoel B. da Silva Xavier, que ausente desde 1º de março de 1869, apresentou-se voluntariamente a 28 de março de 1873, pedindo para ingressar na cia de operários militares.

⁷⁵⁹ Mapa da Companhia de aprendizes menores relativo a janeiro de 1850. APMT Lata 1850 D/ Assuntos Militares.

⁷⁶⁰ Mapa da Companhia de aprendizes menores relativo a abril. APMT Lata 1856 A/Assuntos Militares. Cf of 22/04/1856

⁷⁶¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/03/1850. APMT Lata 1850 D/ Assuntos Militares 4.

A grande maioria foi capturada pela polícia que, em alguns casos, chegou a enviar a conta da despesa. Às vezes eram contratados capitães de mato para a captura (porque envolveu um escravo)

Caso o menor seja capturado, sofre sanções previstas pela legislação: *aos mesmos Aprendizes Menores poderão ser aplicados correccionalmente, pelas faltas que cometerem, os castigos moderados, com que é lícito aos pais corrigir as faltas de seus filhos, e aos mestres as de seus discipulos.*⁷⁶²

Os ofícios que falam da volta são omissos quanto ao tipo de castigo: Antônio Teixeira *foi castigado correccionalmente como dispõe o artigo 14 do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842*⁷⁶³, sem dar maiores detalhes. Outro ofício revela que os fugitivos capturados, Antonio Teixeira, Sebastião Vieira e Benedito Cipriano, *acham-se reclusos.*⁷⁶⁴

Em 1849, José Moreira aguardou no calabouço do Arsenal de Guerra uma decisão do presidente de província sobre seu destino:

Pelo comandante da policia foi me remetido o preso menor José Moreira, que ausentou-se sem licença a 12 de fevereiro de 1846, e achando-se com 19 anos de idade, já não pode ser admitido na Companhia de menores aprendizes, ordenei que fosse conservando em [ilegível] dia no calabouço deste Arsenal até ulteriores ordens de V. Exa. julgando o mais que suficiente para assentar praça nos corpos de 1ª linha.
765

Em 1872, o novo regulamento explicita mais claramente as punições previstas para casos de insubordinação e indisciplina:

⁷⁶² Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842. Art. 14

⁷⁶³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra, Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça ao Presidente da Província, Comendador José da Silva Guimarães, datado de 14 de junho de 1843. APMT 1843-b (Arsenal de Guerra)

⁷⁶⁴ Ofício do vice-diretor do Arsenal de Guerra, Ernesto Frederico de Oliveira, ao Presidente da Província, João Crispiniano Soares, datado de 5 de junho de 1847. APMT 1847-d (Arsenal de Guerra)

⁷⁶⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/05/1849. APMT Lata 1849 E/ Arsenal de Guerra.

Art. 179 As faltas de subordinação e disciplina cometidas pelos aprendizes artífices serão punidas correccionalmente ao prudente arbitrio do diretor, que poderá autorizar ao pedagogo para infligir de pronto os castigos de prisão simples, solitária por tempo que não exceda a oito dias, privação por igual tempo de parte da ração, e outras penas apropriadas para corrigir crianças; todas essas penas, porém, serão applicadas segundo as idades dos delinquentes e a gravidade das faltas, com exclusão do castigo corporal. ⁷⁶⁶

Em 1873, a fuga de um menor foi punida nos termos do novo regulamento. O presidente de província ordena que o menor Januário Bispo Confessor que

Achando-se ausente foi capturado a 27 do corrente no lugar denominado Coxipó Açu por uma escolta da policia, a fim de que seja o mesmo preso correccionalmente para exemplo aos outros, tendo V. M. em vista que a ausência do dito menor teve lugar, segundo se verifica, por sedução. ⁷⁶⁷

Os recordistas em fuga são Cândido Porfírio e Antônio Teixeira, com quatro fugas cada um.

Cândido Porfírio, filho de Henrique José Ribeiro, aleijado pobre, ingressou no Arsenal de Guerra com 10 anos de idade a 25 de janeiro de 1843.⁷⁶⁸ Fugiu a 4 de maio de 1845, pela primeira vez, juntamente com Antônio Teixeira e Pedro das Neves. Na noite seguinte, Cândido e Antônio foram capturados pelo capitão Antônio José da Silva Negrão e devolvidos ao Arsenal de Guerra.⁷⁶⁹

No mapa dos menores relativo a outubro de 1847, consta a observação de que os menores Antônio Teixeira, Cândido Porfírio e Valério Augusto

⁷⁶⁶ Decreto n° 5118, de 19 de outubro de 1872.

⁷⁶⁷ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 9/01/1873. APMT. Livro de Registro de ofícios expedidos pelo presidente de província de Mato Grosso [ao Arsenal de Guerra] (1872-74). APMT Livro 262 fl. 62

⁷⁶⁸ Relação dos menores recebidos neste Arsenal de Guerra, com declaração que recomenda o Exmo. Governo provincial na portaria de 13 do corrente. Cuiabá, 17/05/1843. APMT Lata 1843 B/ Arsenal de Guerra.

⁷⁶⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/05/1845. APMT Lata 1845 B/ Arsenal de Guerra 1.

existem vagando sem licença.⁷⁷⁰ Apresentou-se a 4 de março de 1848⁷⁷¹. Evadiu novamente a 26 de abril de 1848, *levando consigo uma rede, um lençol, uma calça, uma camisa e um par de sapatos.*⁷⁷² Apresentou-se voluntariamente a 1^o de janeiro de 1850⁷⁷³. Cândido foi hospitalizado alguns dias depois⁷⁷⁴. Fugiu pela quarta e aparentemente última vez em 7 de julho de 1850⁷⁷⁵, juntamente com João Capistrano e Manoel da Paixão.

É com mágoa que faço esta participação a V. Exa por que não há razão para o aparecimento destes fatos. Suponho que o 1^o dos ditos menores (João Capistrano), há pouco graduado furriel por sua boa conduta e habilidade no desenho, foi seduzido pelos outros, que não é esta a primeira vez que desertam, e todos por alguém mal intencionado para os empregar em seu proveito. Foram impropicias as diligências feitas para serem capturados constando vagamente que se dirigiram para além do rio Cuiabá; os seus nomes, filiações e sinais constam na nota junta.

Em setembro, João Capistrano apresentou-se voluntariamente ao Arsenal. Quanto aos demais, informa o diretor:

(...) Procedi as indagações convenientes para saber o lugar onde esteve residindo, o motivo de sua deserção e quais as pessoas que lhe deram ajuda, ou favor para realizá-la. e onde estavam os seus companheiros. Informou-me que passaram o rio Cuiabá abaixo do porto geral em uma canoa de pescadores, que não conhecia o seu dono, e seguiram a estrada, que vai para Vila Maria com o desígnio de assentarem praça de soldado, e que chegando ao lugar, que dizem chamar-se Morraria, onde mora um Francisco Pereira, vizinho do sitio chamado Molhado, arrependeu-se de ter desertado, e ficou dois meses em casa do dito Pereira, ate que este vindo vender seus gêneros nesta cidade o conduziu para apresentar-se voluntariamente: quanto

⁷⁷⁰ Mapa da Companhia de aprendizes menores do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 01/11/1847. APMT Lata 1847 D/ Pagadora Militar.

⁷⁷¹ Relação dos menores recebidos neste Arsenal de guerra, com declaração que recomenda o Exmo. Governo provincial na portaria de 13 do corrente. Cuiabá, 17/05/1843. APMT Lata 1843 B/ Arsenal de Guerra.

⁷⁷² Ofício do pedagogo ao diretor do Arsenal de Guerra, anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 27/04/1848. APMT Lata 1848 B/Arsenal de Guerra.

⁷⁷³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 2/01/1850. APMT Lata 1850 D/ assuntos Militares.

⁷⁷⁴ Mapa de janeiro de 1850. APMT Lata 1850 D/ Assuntos Militares.

⁷⁷⁵ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/07/1850. APMT Lata 1850 D/ Assuntos militares.

aos seus companheiros Cândido Porfírio e Manoel da Paixão, seguiram cada um diferente destino, o primeiro para o distrito do rio Cuiabá acima em companhia de um tal Rondozinho, e o segundo para o lugar da canga, distrito de vila do Poconé, em procura de sua irmã Maria das Dores.

As peças de fardamento, que conduziu, tornou a trazer. Não mandei aplicar lhe algum castigo a espera da deliberação de V. Exa., e somente o tenho impedido dentro do Arsenal. Este menor obteve de V. Exa., por sua boa conduta, e habilidade para o desenho, a graduação de furriel.

[Despacho do pp: o senhor diretor, que o castigue como julgar conveniente e com aquela discrição que lhe é própria]

Mapas sucessivos até novembro de 1850 relatam a ausência de Cândido Porfírio.

Antônio Teixeira, filho de pais incógnitos e exposto em casa de Merenciana Francisca Gonçalves, foi matriculado no Arsenal de Guerra a 2 de maio de 1843, aos 9 anos.⁷⁷⁶

Fugiu pela primeira vez a 21 de maio de 1843 e retornou ao Arsenal de Guerra a 12 de junho de 1843 e foi *castigado correccionalmente como dispõe o artigo 14 do Regulamento nº 113, de 3 de janeiro de 1842.*⁷⁷⁷ A 4 de maio de 1845, fugiu com Cândido Porfírio – outro campeão de fugas – mas ambos foram capturados pelo Capitão Antônio José da Silvas Negrão e devolvido ao Arsenal de Guerra conforme já foi relatado.⁷⁷⁸ Em 1847, mais uma tentativa juntamente com Sebastião Vieira e Benedito Cipriano, conforme registra o pedagogo:

[O menor Antônio] tem de costume praticar tão notável procedimento, e habilidade para seduzir seus colegas para praticar este mesmo ato e inspecionando eu por onde teriam eles se ausentado, não posso supor senão que pela Guarda, porquanto é única

⁷⁷⁶ Relação dos menores recebidos neste Arsenal de guerra, com declaração que recomenda o Exmo. Governo provincial na portaria de 13 do corrente. Cuiabá, 17/05/1843. APMT Lata 1843 B/ Arsenal de Guerra.

⁷⁷⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 14/06/1843. APMT Lata 1843 B/Arsenal de Guerra.

⁷⁷⁸ Ofício do pedagogo anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/05/1845. APMT Lata 1845 B/ Arsenal de Guerra 1.

*entrada e saída, que há neste estabelecimento, pois não é possível que eu evite semelhantes acontecimentos havendo pouco zelo e vigilância da parte da Guarda no cumprimento de seus deveres.*⁷⁷⁹

O vice-diretor informa ao presidente de província as providências adotadas:

*já mandei um soldado ao aldeamento dos índios Goanã além do rio Cuiabá, e pouco abaixo do porto Geral, por se desconfiar ali sua estada até que ache passagem para mais longe, como o fez da última vez.*⁷⁸⁰

Os menores foram capturados pela polícia e devolvidos ao Arsenal de Guerra a 5 de junho de 1847.⁷⁸¹ A 19 de setembro de 1848, a fuga definitiva com Cândido Porfírio e Valério Augusto.⁷⁸²

Além de Cândido Porfírio e Antônio Teixeira que ensaiaram várias vezes antes de conseguir fugir definitivamente, outros conseguiram evadir-se do Arsenal com êxito. Ao todo, somem dos mapas 25 menores: seis devem ter sido assentados como praças ou tornaram-se operários das oficinas em função da idade (18 anos), mas esta explicação não aparece nos mapas e na correspondência até agora examinada, como ocorre no caso de fugas, internamentos no hospital ou dispensas autorizadas pelo governo provincial. É certo que 18 conseguiram fugir (os documentos registram o dia da fuga).

Outro reincidente é Manoel da Paixão, com três fugas.

⁷⁷⁹ Ofício do pedagogo do Arsenal de Guerra, Padre Antônio Joaquim Seixas, ao vice diretor do Arsenal de Guerra, Ernesto Frederico de Oliveira, datado de 17 de maio de 1847. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847 D/ Arsenal de Guerra.

⁷⁸⁰ Ofício do vice diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 17/05/1847. APMT Lata 1847 D/Arsenal de Guerra.

⁷⁸¹ Ofício do diretor interino do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 5/06/1847. APMT Lata 1847 D/Arsenal de Guerra.

⁷⁸² Mapa dos menores do Arsenal de Guerra relativo a outubro de 1846 consta a observação que os menores Antônio Teixeira, Cândido Porfírio e Valério Augusto *existem vagando sem licença*. A fuga é confirmada pela Tabela de 17 de maio de 1853.

Manoel da Paixão recebeu 15 dias de licença, a 31 de maio de 1847, e saiu do Arsenal de Guerra *levando duas calças, duas jaquetas riscadas e uma camisa.*⁷⁸³

A 21 de junho de 1847, o diretor interino reclama que o menor ainda não retornou. Em ofício ao presidente de província acrescenta:

*fui informado ter saído para fora desta cidade além do rio Cuiabá, contudo não cessarei em o mandar procurar...*⁷⁸⁴

Não há informações sobre a data de seu retorno ao Arsenal de Guerra. No entanto, Manoel da Paixão foi internado na Santa Casa da Misericórdia, com dores de cabeça no dia 26 de agosto de 1847, tendo sido tratado com *limonada salina* e recebeu alta a 4 de setembro de 1847.⁷⁸⁵

Fugiu novamente a 2 de setembro de 1848⁷⁸⁶ e retornou voluntariamente a 28 de fevereiro de 1850.⁷⁸⁷ Aparentemente por problemas de saúde como da vez anterior, pois pouco tempo após o seu regresso, o diretor

⁷⁸³ Ofício do diretor interino ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 31/05/1847. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847 D/ arsenal de guerra. Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao tenente ajudante do diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 31/05/1847. Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guardanacional, diretor do Arsenal de Guerra e Inspetor da Marinha. APMT Livro 090 fl. 57 verso.

⁷⁸⁴ Ofício do diretor interino ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 21/06/1847. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847 d/ arsenal de guerra). O ofício acrescenta: *fui informado ter saído para fora desta cidade além do rio Cuiabá, contudo não cessarei em o mandar procurar...*

⁷⁸⁵ Relação de doentes que entraram no hospital da Santa Casa da Misericórdia desta cidade. APMT. Documentos Avulsos. Lata 1847 D/Arsenal de Guerra. Os remédios utilizados foram enxofre, salsaparilha e outros que não foi possível identificar.

⁷⁸⁶ Ofício do pedagogo ao diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 6/09/1848, informando que consta que o menor foi *para a companhia de sua mãe, no distrito de Vila Maria*, anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso datado de 6 de setembro de 1848. Lata 1848 B/Arsenal de guerra.

⁷⁸⁷ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/03/1850. APMT Lata 1850 D/ Assuntos Militares.

comunica que Manoel foi tratado pelo medico João Batista Teixeira, que o curou *de belida (*) em um olho*.⁷⁸⁸

A 8 de julho de 1850, nova fuga, juntamente com os já citados João Capistrano e Cândido Porfirio.⁷⁸⁹ Foi capturado a 13 de setembro de 1850⁷⁹⁰ e o diretor propôs sua passagem a mancebo a 20 de setembro de 1850.⁷⁹¹ No ofício em que propõe sua passagem a mancebo, informa o diretor:

(...) o último (Manoel da Paixão) não pode vencer (200 réis nos dias úteis) por não ter tido assiduidade em nenhum dos ofícios e ter-se ausentado da Companhia por três vezes...

reiterando parecer do ajudante de diretoria:

Conquanto ao aprendiz Manoel da Paixão, que se acha aprendendo o ofício de tanoeiro, e que nada compreendeu, de onde desertou duas vezes, agora acha-se na de ferreiros e mostra vontade de aprender. E o que posso informar a V. S. ...

O mestre é mais discreto: *Sobre Manoel da Paixão nada posso dizer, mas do que o pouco tempo que entrou nesta oficina tem sido obediente e pronto, e tem vontade de aprender.*

Aparentemente, Manoel da Paixão sossegou. Em 1853, recebe uma boa avaliação como mancebo:

⁷⁸⁸ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 2/07/1850.

⁷⁸⁹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá 8/07/1850

⁷⁹⁰ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 28/09/1850. Informa que o menor Manoel da Paixão foi remetido pelo chefe de polícia a 27 do corrente. Foi preso pelo subdelegado da freguesia do Rosário, o qual despendeu com alimentos a quantia de três mil e 600 réis, que foi paga. *Nas indagações a que procedi, colhi as mesmas informações que já me havia dado o menor João Capistrano desculpando-se um com outro quanto a deserção, cujo fim principal era o assentamento de praça que dizem desejavam em Vila Maria. Nenhum castigo lhe mandei aplicar até ulterior resolução de V. Exa., ficando somente retido, e com recomendações dentro do arsenal. Do fardamento que levou estragou um par de calças e extraviou um chapéu. [Castigue-se conforme julgar conveniente, tendo atenção a sua idade e mais circunstâncias]*

⁷⁹¹ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 20/09/1850, com parecer do mestre da oficina. Lata 1850 D/assuntos militares Ver ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao

(As notas continuam na próxima página)

Manoel da Paixão ... está bem adiantado, já faz barris e outras obras miúdas. é assíduo no trabalho, obediente, e tem bom comportamento. e está habilitado a vencer 240 reis diários. (parecer do mestre)

O soldado da cia de artífices Manoel da Paixão, que se acha aprendendo o ofício de tanoeiro, já está adiantado no mesmo ofício, pois que sabe preparar as madeiras e armar qualquer barril, e outras obras do seu ofício, e conclui com desembaraço com pequeno ensino do mestre. É pronto, aplicado e subordinado, e por isso parece me pode vencer o jornal de 240 reis nos dias úteis.

O diretor encaminha⁷⁹² os dois pareceres ao presidente de província, mas pondera: *no meu entender, julgo que poderia vencer essa quantia, mas como todos os mancebos vencem a gratificação de 200 réis para desta quantia se descontar o que eles devem e não deve este ser excluído da regra, que se tem estabelecido até o presente.*

No ponto dos operários do Arsenal de Guerra de 1 a 31 de outubro de 1855 consta como operário da oficina de tanoeiros.

Em 1856, está envolvido em furto de tábuas:

A 8 de agosto, o diretor comunica que *o soldado Manoel da Paixão, que furtou as tábuas de que trata o meu ofício n 5º de 30 de abril próximo passado, veio preso em diligência para este Arsenal e acha-se empregado na oficina de tanoeiros a que pertencia.*⁷⁹³

Alguns anos depois, há informações de que Manoel da Paixão foi bem sucedido em aprender o seu ofício:

presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 19/04/ 1853 e os pareceres do mestre da oficina e do ajudante de diretoria sobre Manoel da Paixão como mancebo.

⁷⁹² Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 19/04/1853. APMT Lata 1853 A/ Arsenal de Guerra.

⁷⁹³ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 8/08/1856. APMT Lata 1856A

*em aditamento ao meu ofício de 19 de abril, informando o requerimento do tanoeiro Manoel Lopes de Sousa, e em cumprimento ao que me ordena V. Exa. no de 30 do referido mês, devo declarar que está apto para substituir ao peticionário o mancebo seu discípulo Francisco de Toledo Pisa, tendo sido ainda por ele anteriormente habilitado o ex-artífice Manoel da Paixão.*⁷⁹⁴

Sebastião Vieira, 3 fugas. Sua história chama a atenção por dois detalhes. Em sua segunda fuga, ocorrida a 3 de junho de 1849, Sebastião Vieira levou entre outros objetos, uma cartilha, conforme relata o pedagogo ao diretor do Arsenal de Guerra:

Levo ao conhecimento de V. S. que ontem pelas onze horas do dia mais ou menos desapareceu (sic) deste Arsenal os menores Manoel Leite do Espírito Santo e Sebastião Vieira, levando consigo os objetos constantes da relação inclusa.

Relação dos objetos que o menor Manoel Leite do Espírito Santo consigo levou: 2 lençóis, 4 camisas, 3 calças, 2 jaquetas, 2 pares de sapatos.

*Dita que levou Sebastião Vieira: 1 rede com corda, 2 lençóis, 3 camisas, 1 calça, 2 jaquetas, 4 pares de sapatos e 1 cartilha.*⁷⁹⁵

O diretor informa ainda: *procurei obter algumas informações a respeito, e nada pude colher de positivo, que pudesse orientar-me para onde tivessem ido, e apenas desconfio, que fossem para o distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo, de onde é natural o primeiro daqueles menores. Comunicando o ocorrido a V. Exa, cumpre me dizer que toda e qualquer providencia, que toca-me dar para o bom regime deste estabelecimento, é em parte neutralizada pela má escolha dos inferiores comandantes das guardas.*

O segundo detalhe curioso é que Sebastião foi capturado a 23 de junho, mas por descuido, conseguiu escapar novamente e dessa vez, para sempre⁷⁹⁶.

⁷⁹⁴ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 01/05/1862. APMT Lata 1862 B/ Arsenal de Guerra.

⁷⁹⁵ Ofício do pedagogo anexo ao ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 4/06/1847. APMT Lata 1847 D/ Arsenal de Guerra

Os menores Manoel Leite do Espírito Santo e Sebastião Vieira, que se ausentaram sem licença a 3 de junho ultimo, como participei a V. Exa. a 4 do mesmo, vieram reconduzidos do distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo a requisição minha ao respectivo subdelegado, e do porto geral desta cidade, por descuido de quem o conduzia, evadiu-se o Sebastião Vieira, e deste ate o presente apesar das minhas repetidas indagações não tenho tido noticias.

João José Sampaio, 3 fugas. Dois detalhes chama a atenção na sua história. Foi capturado de sua terceira fuga, já adulto e assim foi integrado a Companhia de artífices para pagar sua dívida de criação, que somava 779\$134 réis. Segunda curiosidade: seu provável irmão Joaquim José Sampaio teve carreira exemplar no Arsenal de Guerra, tendo chegado a mestre.

As fugas e outras manifestações de resistência dos menores acabam, no entanto, por aumentar a discriminação e a exclusão social a medida que essas atitudes reforçam a visão preconceituosa e negativa das elites em relação à população mais pobre. Nas considerações finais desse trabalho, evidencio como as reações da criança – de submissão ou de resistência – à política de disciplinarização contribuem para forjar uma dupla identidade da infância pobre que perdura até os dias de hoje.

⁷⁹⁶ Ofício do diretor do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Cuiabá, 1/08/1847. APMT Lata 1847 D/ Arsenal de guerra.

É de se lamentar que o número [dos aprendizes] não se eleve a cem, porque [no Arsenal de Guerra] encontram os meninos desvalidos todos os meios de receberem educação e de virem a ser úteis a si e à pátria.⁷⁹⁷

(...) não só evitam os pais ou tutores dos meninos a benéfica instituição, como, não raras vezes, solicitam do governo da provincia, sob pretextos frívolos, a escusa de seus filhos ou pupilos [que], no entanto, vagueiam pelas ruas da capital completamente nus ou seminus; povoam as tavernas, apinham as praças, entregues dias após dias ao vício dos jogos proibidos, à prática de atos imorais, no que revelam perversão de costumes.⁷⁹⁸

Após esse longo mergulho no cotidiano dos aprendizes do Arsenal de Guerra, volto ao problema central da tese: por que os militares promoveram uma iniciativa moderna de articular trabalho e educação, para meninos pobres, na segunda metade do século XIX, em uma sociedade ainda escravista?

Retomando as hipóteses iniciais, apresentadas na Introdução, o ensino de ofícios no Arsenal de Guerra, de fato, não é uma iniciativa que se articule às formas emergentes de indústria. As características do processo de trabalho desenvolvido no Arsenal de Guerra – produção em pequenas oficinas, utilização de

⁷⁹⁷ Fala com que o presidente de provincia de Mato Grosso, Barão de Batovy, abriu a sessão da 25ª legislatura da Assembléa Provincial. Cuiabá, 1º/10/1884. APMT. 1884. Livro 20. p. 20.

⁷⁹⁸ Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima quinta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873.

ferramentas manuais, divisão técnica de trabalho ainda incipiente, predomínio da habilidade artesanal – apresentadas no capítulo 1, desmentem essa tese. A documentação analisada também não permite afirmar que os militares, como representantes dos setores médios da população, tenham promovido o ensino de ofícios com o objetivo de preparar mão-de-obra livre ao lado de outros projetos progressistas como abolição da escravidão e industrialização.

Não se trata, portanto, de uma iniciativa *moderna* dos militares no sentido de preparar uma futura mão-de-obra livre para a indústria nascente. Também não é uma iniciativa *moderna* como aparentemente possa dar a entender a articulação trabalho, ensino, ginástica e música que lembra a conhecida formulação marxiana de educação politécnica⁷⁹⁹. No Arsenal de Guerra, os meninos aprendem trabalhando de verdade em oficinas reais. Mas, obviamente, o objetivo dos militares não é o de proporcionar uma formação integral; suas preocupações são pragmáticas, conforme se explicita no capítulo 3. Os meninos são inseridos diretamente no processo de trabalho para que aprendam trabalhando, ainda que a exploração de seu trabalho seja disfarçada sob diferentes expressões: os meninos *frequêntam as oficinas, aprendem o ofício, distraem-se* ou *são entretidos* nas oficinas. Não é um arremedo de oficina, mas trabalho real. São também escolhidos conteúdos de ensino necessários à formação de artífices e de mestres: o domínio da leitura e da escrita e das operações aritméticas, por exemplo, para calcular matérias primas e fazer orçamentos. Para a formação de mentes e corpos disciplinados, os aprendizes receberam ainda educação musical, aulas de religião e ginástica.

Examinado por esse ângulo, o ensino de ofícios no Arsenal de Guerra não se configura como uma iniciativa moderna – no sentido de aproximar-se

⁷⁹⁹ MANACORDA, M. A. *Marx y la pedagogía moderna*. Barcelona: Oikos-tau, 1979.

dos ideais de uma formação integral do ser humano que não separasse o trabalho manual do intelectual.

Os militares promovem ensino de ofícios com o objetivo primeiro de preparar os artífices necessários à sua manutenção, como se evidencia pelos trabalhos desenvolvidos no Arsenal de Guerra. Mas fazem mais do que isso. O fato de se questionar as teses vinculando militares, classes médias e indústria nascente não significa que a experiência desenvolvida no Arsenal de Guerra não se articule ao processo capitalista mais geral. E se articula de forma contraditória, por se constituir um projeto de disciplinarização da população livre pobre tida como ameaçadora à ordem social pelas elites imperiais. Portanto, nada mais *moderno*, na medida em que reproduz e legitima a profunda desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira no século XIX.

A ênfase dada pela bibliografia às divergências entre militares e monarquia, que acabaram por resultar na proclamação da República, dilui o fato de que o Exército foi elemento primordial na defesa de fronteiras do Império e na manutenção da unidade territorial. Assim, o ensino de ofícios nos Arsenais de Guerra se coaduna com o projeto das elites imperiais em relação aos livres pobres de discipliná-los pelo trabalho.

As relações entre militares e elites imperiais, no entanto, são complexas. Ao mesmo tempo que o ensino de ofícios atende às necessidades de formação de mão-de-obra necessária para a manutenção e abastecimento de tropas do Exército encarregadas da defesa do país, disciplina a população livre pobre por meio da inserção precoce no mundo do trabalho ajudando a manter a ordem e paz social.

Para formar trabalhadores necessários, o ensino teve que ser eficiente sob pena de inviabilizar a manutenção de tropas, principalmente nas áreas estratégicas nas quais foram instalados os Arsenais de Guerra. Essa eficiência relativa permitiu, portanto, a uma parcela de aprendizes, que aceitaram o projeto disciplinar,

negar suas condições de origem, por meio do acesso a um ofício, com o qual poderiam ganhar a vida numa sociedade com poucas oportunidades de trabalho livre. Mas o objetivo militar nunca foi o de possibilitar a ascensão social, mas garantir a reprodução de trabalhadores necessários a manutenção das atividades do Estado e particularmente do Exército.

O projeto imperial de disciplinar a população livre pobre por meio do trabalho, no qual se insere a experiência do Arsenal de Guerra, desenvolveu-se também de forma contraditória. A população livre pobre, a quem se destina o ensino de ofícios manifesta atitudes de rejeição ao projeto disciplinar – as autoridades reclamam que os pais preferem manter seus filhos na ociosidade a interná-los no Arsenal de Guerra. Mas seria equivocado considerar que toda a população rejeita esta iniciativa. A documentação revela, em diversos momentos, que a procura de vagas é maior que a oferta. O capítulo 2 examina as atitudes contraditórias da população em relação ao Arsenal de Guerra, descrevendo como a população livre pobre enfrentou as exigências burocráticas – bastante complexas para uma população, em sua grande maioria, iletrada – para matricular seus filhos no Arsenal de Guerra ou para solicitar sua dispensa.

O exame das medidas disciplinares adotadas para controlar os comportamentos dos aprendizes – particularmente no capítulo 4 – evidencia o seu contrário: a resistência dos trabalhadores e dos aprendizes, que exigia mecanismos de controle cada vez mais sofisticados, o que, por sua vez, propiciava novas estratégias de recusa ao projeto disciplinar. A inclusão de um artigo, por exemplo, proibindo fumo e de bebidas alcóolicas no estatuto da Companhia de Aprendizes dá a entender que esse é um comportamento usual.

As estratégias de resistência foram abordadas mais detalhadamente no capítulo 5 que demonstra que o projeto disciplinar não se impôs pacificamente. Atitudes de corpo mole e pequenos furtos podem indicar divergências nas concepções

de trabalho e de propriedade. Fugas revelam a forma extrema de negar o projeto e, a esse mecanismo, recorriam os menores, assim como os presos e, solidariamente, suas sentinelas. Mesmo funcionários pagos para controlar os demais trabalhadores ou o fluxo de matérias primas e de pessoas não escaparam da indisciplina: apontadores acusados de negligência, almoxarifes suspeitos de furto, porteiros que permitiam a entrada de bebidas alcólicas e guardas de menores *relaxados e insubordinados* – maus exemplos para a *moralidade* dos operários e dos aprendizes.

Aprendizes não estavam separados dos demais sujeitos – soldados, presos, funcionários burocráticos, mestres e professores – que compunham o Arsenal de Guerra, uma unidade complexa que reunia armazéns, oficinas, prisão para civis e militares e escola, conforme se descreveu no capítulo 1. Se os menores não estavam isolados, assimilaram tanto as habilidades e atitudes necessárias para se tornarem bons operários e até mesmo mestres, como aprenderam também os maus comportamentos, como freqüentemente temeram as autoridades militares.

A análise da resistência – tal como desenvolvida no capítulo 5 – pode levar a equívocos de imaginar que, no interior do Arsenal de Guerra, todos rejeitavam a disciplina. O ato de resistência, mesmo individual, pressupõe um grau de autonomia e de liberdade nem sempre possível nas condições em que viveram os meninos encaminhados ao Arsenal de Guerra. Para muitos aprendizes, o ingresso na Companhia não foi uma opção sua e sequer de seus familiares à medida que, na condição de órfãos, não tinham mais ninguém que os amparasse. Outros – que viviam nas ruas – foram recolhidos e encaminhados pela polícia. Em caso de fuga, por exemplo, meninos órfãos de pai e mãe certamente não podiam contar com o apoio de parentes para abrigá-los. Um dos casos exemplares do Arsenal de Guerra é o de Mamede Ferreira Alves, abandonado por sua mãe na Santa Casa e internado no Arsenal de Guerra aos onze anos. Não há registro de fuga ou de envolvimento em qualquer incidente que denotasse má conduta. Foi mancebo, artifice e mestre de oficina. Quando a oficina de torneiros foi extinta em 1878, Mamede continuou a

trabalhar como ajudante de porteiro. Foi substituído, porque sofria de *hemiplegia e perturbação mental*, em 1886, após viver 36 anos em função do Arsenal de Guerra.

Mamede não é exceção que confirma a regra. Vários outros aprendizes tiveram boa conduta na Companhia de Aprendizes tendo recebido até elogios do presidente de província de Mato Grosso. Muitos se tornaram bons operários na Companhia de Artífices, sendo que alguns tornaram-se mestres das oficinas.

Um equívoco mais grave, no entanto, seria o de considerar que a análise da resistência – ainda que necessária – seja suficiente. Primeiramente pelo risco de se romantizar as atitudes dos trabalhadores e dos meninos e ver o educativo não mais no trabalho, mas na resistência, como tão bem advertiu Arroyo⁸⁰⁰. Para evitar esse equívoco, é preciso sair dos muros da instituição, como preconiza Ignatieff⁸⁰¹.

É necessário extrapolar o cotidiano do Arsenal de Guerra para verificar um dos efeitos da resistência – o de auxiliar paradoxalmente a manutenção da desigualdade social. Não somente, como alerta Willis⁸⁰², porque as ações individualizadas de resistência, na medida em que são despolitizadas, enfraquecem o movimento verdadeiro de oposição e de luta contra a opressão. Mas, porque contribuem para reforçar o preconceito existente na sociedade contra a população livre pobre.

⁸⁰⁰ ARROYO, Miguel G. "O direito do trabalhador à educação". In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987. Do mesmo autor, "Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana". In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

⁸⁰¹ IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 14, mar-ago 1987. p. 185-193.

⁸⁰² WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

As atitudes de resistência não podem ser vistas sob um viés romântico que as idealize. Ainda que consideradas como manifestações da vontade individual de sujeitos, acabam por reiterar as identidades negativas sobre a infância pobre ao reforçar o preconceito das elites em relação a população livre e sua *desnecessidade de trabalhar*⁸⁰³ acaba sendo qualificada de *preguiça, indolência, libertinagem, malandrice*.

Em relação às crianças pobres, observa-se já na segunda metade do século XIX, o surgimento de uma dupla identidade: a de **aprendiz** para as que se submetem ao projeto disciplinar e a de **menor**, para as que resistem.

A resistência, paradoxalmente, acaba por favorecer a constituição da identidade de infrator, possibilitando às classes dominantes responsabilizar a própria população pela sua situação de exclusão social.

Já na primeira leitura da documentação, chamam a atenção os adjetivos utilizados para designar os meninos que eram internados nos arsenais de guerra: *desamparados; desgraçados; inocentes; desvalidos; infelizes; enjeitados da fortuna* entre outros. Ou seja, a pobreza ainda é entendida como um golpe do destino, um azar, fruto do acaso. Se a infância pobre é identificada como vítima – cabe ao Estado ampará-la, cuidar dela, dar assistência. E a Companhia de Aprendizizes Menores é definida como *humanitária, filantrópica, asilo de caridade*.

Mas, ao mesmo tempo, as autoridades imperiais já atribuem à instituição um caráter mais utilitário: a de formar futuros trabalhadores. Em 1839, o ministro da Guerra já antecipava a idéia de que seria mais fácil disciplinar o futuro trabalhador, se essa tarefa se iniciasse mais cedo: *acostumados assim desde a primeira infância a um arremedo da disciplina militar, adquirem facilmente a*

⁸⁰³ CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

*subordinação e respeito, que devem guardar nas oficinas de trabalho aos seus mestres e superiores.*⁸⁰⁴

A utilização do termo *viveiro* passa a ser freqüente nos relatórios subsequentes, para designar os arsenais como locais de formação dos futuros trabalhadores. O relatório de 1845, por exemplo, chama os arsenais de *úteis viveiros onde se podem criar bons artistas*. A mesma idéia é reiterada, quando o ministro da Guerra espera que os *aprendizes menores possam vir a ser um dia bons construtores, bons maquinistas, e pelo menos bons operários.*⁸⁰⁵

Ao mesmo tempo, no entanto, aparece outra imagem sobre a infância: em lugar de vítimas infelizes (*desgraçadas, desamparadas*), as crianças aparecem como seres a serem temidos, pois representam perigo à ordem constituída.

Em 1847, por exemplo, as crianças são taxadas de *compêndios de vícios.*⁸⁰⁶

A pobreza não é mais encarada como golpe do destino, mas como resultado da ociosidade. Mais uma vez, dilui-se a responsabilidade da sociedade pela situação de exclusão e de marginalização. Em alguns momentos, a culpa pela pobreza e pela ineficácia das políticas de atendimento à pobreza é atribuída à própria criança:

Esta instituição continua a proporcionar aos meninos que são admitidos no arsenal o ensino prescrito no respectivo regulamento; e, se não têm eles apresentado mais

⁸⁰⁴ Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1839 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839.

⁸⁰⁵ Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Jerônimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845.

⁸⁰⁶ Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, João Paulo dos Santos Barreto. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847.

*adiantamento, é porque em sua maior parte, quando entram para o estabelecimento, não trazem os hábitos do trabalho, a que dificilmente se acostumam (...)*⁸⁰⁷

Em 1872, destaca-se a importância do Arsenal ao substituir os pais na educação dos filhos:

*[Na Companhia de Aprendizes artífices], educam-se muitos menores, que não podendo seus pais proporcionar-lhes o necessário ensino, teriam de aumentar o número de ociosos, sempre prejudiciais à sociedade.*⁸⁰⁸

Reforçando a isenção da sociedade pela pobreza, o relatório de 1873 responsabiliza diretamente os pais:

*(...) não só evitam os pais ou tutores dos meninos a benéfica instituição, como, não raras vezes, solicitam do governo da província, sob pretextos frívolos, a escusa de seus filhos ou pupilos; no entanto, vagueiam pelas ruas da capital completamente nus ou seminus; povoam as tavernas, apinham as praças, entregues dias após dias ao vício dos jogos proibidos, à prática de atos imorais, no que revelam perversão de costumes.*⁸⁰⁹

Em suma, o caráter disciplinador vai se tornando mais explícito, de vítima, o menino pobre passa cada vez mais a ser temido como réu.

Ao examinar a legislação imperial sobre o ensino de ofícios nos Arsenais de Guerra, o caráter filantrópico também se desvela, uma vez que desde 1842, exige-se do responsável pelo menor (ou tutor) que assine um termo, comprometendo-se a indenizar o Arsenal pelas despesas de sustento e de educação do menor. Outros artigos prevêem que o menor, assim que se transferir para a Companhia de Artífices, terá descontando do seu soldo, as despesas feitas durante sua educação. Ou seja, o ensino de ofícios encobre a exploração do trabalho infantil, as

⁸⁰⁷ Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868.

⁸⁰⁸ Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da décima quarta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1872.

⁸⁰⁹ Relatório citado na nota 2.

crianças são recolhidas para trabalhar nas oficinas do arsenal e a isso se dá o nome de ensino de ofício, uma iniciativa *filantrópica e humanitária*.

O ensino de ofícios desempenha também uma função legitimadora do sistema capitalista, na medida em que dissimula a reprodução da desigualdade social, atribuindo aos indivíduos a responsabilidade pelo seu sucesso e fracasso na ascensão social. No Arsenal de Guerra, meninos pobres, por meio da instrução elementar e do ensino de ofícios, têm a oportunidade de negar sua origem social, mas estes não aprendem, porque são *desacostumados ao trabalho*, são *compêndios de vícios*, *não tem vocação*, *preferem perambular pelas praças*, ao invés de se dedicar ao trabalho e ao estudo. Se esta categoria continua pobre, a culpa, portanto, é da família e da própria criança.

Na análise das representações das elites brasileiras, é possível observar, já na segunda metade do século XIX, a constituição de uma dupla identidade da infância pobre – a de menor e a de aprendiz.

Menor, para designar o menino pobre que resiste à disciplina, que foge do trabalho e prefere perambular pelas ruas. Ao longo do século XX, cada vez mais, o termo menor assumirá um tom pejorativo para designar mais que a situação do suposto abandono familiar e social, a idéia de marginalidade, de periculosidade, de transgressão⁸¹⁰.

Configura-se, por outro lado, para a parcela da infância pobre que se submete à disciplinarização, que aceita o trabalho precoce, a identidade de aprendiz. Essa criança pobre não é identificada como aluno ou escolar, porque está

⁸¹⁰ Levantamento bibliográfico atualizado sobre essa questão, ver MORELLI, Ailton José. A criança e o “menor”: pequeno balanço bibliográfico. *Diálogos*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, v. 1, n. 1, 1997.

excluída da escola regular⁸¹¹. A ela, é negada também a identidade de trabalhador infantil.

A sua condição de inserção precoce no mundo do trabalho é dissimulada pela identidade de aprendiz, situação que perdura até os dias de hoje. A Constituição Federal de 1988 proíbe o trabalho infantil para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz⁸¹².

⁸¹¹ Sobre a constituição da identidade do “aluno”, ver FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura e prática escolares: ensino da escrita, escolarização dos corpos e produção do aluno como sujeito escolar. 19ª Reunião anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 22 a 26 de setembro de 1996.

⁸¹² *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Art. 7º, XXXIII. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 1997. Os limites de idade foram alterados pela Emenda constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, que alterou a idade mínima para aposentadoria para 65 anos, no caso de homens, e 60 anos, para mulheres. O trabalho agora é proibido para menores de 16 anos e a idade mínima para aprendiz passou de 12 para 14 anos. A situação não se altera, no entanto, para quem já está no mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1997, realizada pelo IBGE, existem atualmente 2.600.000 trabalhadores com idades entre 10 e 14 anos. O IBGE não dispõe dados para a faixa etária de 14 a 16 anos; o dado mais próximo, no entanto, revela que dos 10,4 milhões de jovens entre 15 e 17 anos 4.770.956 adolescentes estão trabalhando ou procurando emprego. *Folha de São Paulo*. 14 de janeiro de 1999. p. 1-6.

*Não comece a explicar onde fica Roma para depois não explicar onde fica Timbuctu.*⁸¹³

*Glossário. Vocabulário ou livro em que se explicam palavras de significação obscura; elucidário. Dicionário de termos técnicos, científicos, poéticos, etc. Vocabulário que figura como apêndice a uma obra, principalmente para elucidação de palavras e expressões regionais, ou pouco usadas.*⁸¹⁴

Adarme. Calibre de arma.

Ajoujar. Prender.

Ajoujo. Cordão ou corrente com que se prendem ou jungem animais pelo pescoço.

Álcali. Qualquer hidróxido, ou óxido, dos metais alcalinos (lítio, sódio, potássio, rubídio e céσιο).

Alvaiade. Pigmento branco, seja de carbonato básico de chumbo (de composição variável), seja de óxido de zinco.

Amanuense. Escrevente, copista. Funcionário público de condição modesta que fazia a correspondência e copiava ou registrava documentos.

⁸¹³ ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 119.

⁸¹⁴ *Dicionário Aurélio Eletrônico*. V.2.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

Belida. Névoa ou mancha esbranquiçada na córnea.

Bombo. Tambor de grandes dimensões e sonoridade grave, percutido com macetas, tocado com as peles em posição vertical, e usado em bandas militares e orquestras, bem como para marcar o ritmo na música popular.

Braça. Antiga unidade de medida de comprimento equivalente a dez palmos, ou seja, 2,2 m.

Buxo. Arbusto ou pequena árvore, originária da Europa e da Ásia, da família das buxáceas (*Buxus sempervirens*), dotada de flores pequenas e alvas, frutos capsulares, e de madeira útil para marchetaria, torno, instrumentos musicais de sopro e instrumentos de desenho; buxeiro.

Cabo-de-esquadra. Ver hierarquia militar.

Calaçaria. Ociosidade, indolência, preguiça.

Calceta. Argola de ferro fixada no tornozelo do prisioneiro, ligada à cintura dele, ou ao pé de outro prisioneiro, por uma corrente de ferro. A pena de trabalhos forçados. Indivíduo condenado à calceta; forçado, grilheta.

Carrinho perpétuo. Uma das modalidades de prisão perpétua com trabalhos forçados. Sob essa denominação, este tipo de pena não aparece no Código Criminal do Império de 1831. Um dos trabalhos que os condenados a carrinho perpétuo executavam no Arsenal de Guerra consistia em carregar matérias primas, tinas de água ou de matérias fecais.

Celamin. Antiga unidade de medida de capacidade para secos, equivalente a 16ª parte de um alqueire, ou seja, 2,27 litros.

Clavina. Tipo de carabina

Coice, coiceira. Parte inferior da coronha.

Coronha. A parte das espingardas e de outras armas de fogo, geralmente de madeira, onde se encaixa o cano, e por onde são empunhadas.

Coronheiro. Fabricante de coronhas.

Correeiro. Fabricante ou vendedor de correias e/ou de outras obras de couro.

Cuba. Vasilha grande de madeira na qual se guarda vinho ou outros líquidos; tina.

Dito. Mencionado. As normas estilísticas da época vedavam a repetição de palavras. Assim, ao invés de repetir uma expressão ou uma palavra, colocava-se no lugar o termo **dito**. Exemplo: três dúzias de anzóis de piraputanga, três ditas de ditos de pacu (no lugar de repetir três dúzias de anzóis de pacu).

Escarmentar. Corrigir, castigar, punir. Repreender com rigor.

Emaçar. Reunir em maço. Envolver em papel; embrulhar.

Espirituoso. Que contém álcool; alcoólico.

Féria. Jornal ou salário de trabalhadores.

Folha-de-flandres. Folha de ferro estanhado, usada no fabrico de numerosos utensílios; lata.

Galés. Pena de trabalhos forçados executados por presos com correntes aos pés. O nome passou a denominar também os indivíduos sentenciados.

Guarda-mato. Peça da espingarda, em forma de arco, que serve para resguardar o gatilho.

Hierarquia militar. No Exército do Brasil colonial e imperial, a hierarquia militar era a seguinte: marechal-de-exército; tenente-general; marechal-de-campo; brigadeiro, mestre-de-campo, ou coronel; tenente-coronel; sargento-mor ou

major; ajudante ou capitão; tenente; alferes; primeiro-cadete; segundo-cadete; primeiro-sargento; segundo-sargento; furriel; cabo-de-esquadra; anspeçada; soldado; e na Marinha de Guerra: almirante; vice-almirante; chefe-de-esquadra; chefe-de-divisão; capitão-de-mar-e-guerra; capitão-de-fragata; capitão-tenente; tenente-do-mar ou primeiro-tenente; segundo-tenente; guarda-marinha; aspirante; primeiro-sargento; segundo-sargento; quartel-mestre; cabo; marinheiro.

Jornal. Salário por um dia de trabalho.

Lazarina. Tipo de espingarda

Menoscabo. Ato ou efeito de menoscar; menosprezo.

Palmo. Unidade de comprimento que vai da ponta do polegar à do mínimo; estando a mão bem aberta. Antiga unidade de medida de comprimento, equivalente a oito polegadas, ou seja, 22 cm.

Parte. Comunicação verbal ou escrita; participação. Denúncia de um crime, delito, transgressão de ordem ou de regulamento.

Patrona. Cartucheira.

Psoríase. Doença de etiologia desconhecida, de evolução crônica, sujeita a remissões e recidivas, e caracterizada pela presença de eritema e escamas, produzindo-se eflorescências avermelhadas semelhantes a discos, com escamas prateadas.

Rancho. Termo usado entre os militares para designar a refeição e o lugar onde comem.

Ratoneiro. Ladrão que faz pequenos furtos.

Regrado. Pautado

Salsaparrilha. Designação comum a cipós do gênero Smilax, da família das liliáceas, de cuja raiz se extrai uma droga considerada como eficiente depurativo. O caule, trepador, é provido de acúleos grossos; as folhas têm nervuras salientes; as flores são pequenas, e os frutos, bagas.

Talabarte. Correia

Talim. Cinto de couro para segurar a espada.

Tanoeiro. Aquele que faz e/ou conserta pipas, cubas, barris, dornas, tinas, etc.

Taquaraçu. Bambu

Tirante. Correia

Trem. Instalação militar destinada a serviços de reparos e abastecimento de tropas. Na atualidade, o termo ainda designa na marinha de guerra o grupamento de navios auxiliares destinados aos serviços (reparos, abastecimento, etc.) de uma esquadra.

Fontes e Referências bibliográficas

A poeira dos arquivos, de que muita gente fala sem nunca a ter visto ou sentido, surgindo tenuíssima de páginas que se esfarelam ainda quando delicadamente folheadas, esta poeira clássica – adjetivemos com firmeza – que cai sobre tenazes investigadores ao investirem contra as longas veredas do passado, levanto-a diariamente. E não tem sido improficuo o esforço⁸¹⁵.

⁸¹⁵ CUNHA, Euclides. *Diário de uma expedição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 46-7. Citado por SILVA, Marcos A. da. Outras histórias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 19, set. 89-fev. 90, p. 245.

Durante quatro anos, convivi com a *poeira dos arquivos e páginas que se esfarelam* nos acervos das seguintes instituições: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) e Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR), em Cuiabá; Arquivo Público do Estado de São Paulo (APSP), Biblioteca Mário de Andrade (Seção de Obras Raras), em São Paulo; Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Histórico do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro. Com a ajuda da informática, transcrevi e organizei um volume considerável de documentos sobre os quais faço um breve comentário, antes de relacioná-los.

Relatórios do ministro da Guerra

Foram lidos 62 relatórios apresentados pelo ministro da Guerra à Assembléia Geral Legislativa, no Rio de Janeiro, de 1836 a 1902. A coleção foi consultada e transcrita no Arquivo Público de São Paulo.⁸¹⁶ Nesses relatórios, o ministro informava a situação das forças armadas nas diversas províncias do Império brasileiro, propunha leis sobre recrutamento e defendia a necessidade de mais verbas para a defesa militar. Ao referir-se aos Arsenais de Guerra, o ministro sempre fazia menção aos meninos atendidos pelo Exército, defendendo o aumento do número de vagas, que variou de 50 a 100 por província, ao longo da segunda metade do século

⁸¹⁶ Os relatórios dos Ministérios podem ser consultados na internet desde 1999, no Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project. (<http://www.wcr.luchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>).

XIX. São documentos fundamentais à medida que representam uma amostra do pensamento das elites brasileiras em relação à infância livre e pobre.

Proposta e Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Manoel da Fonseca Lima e Silva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1836.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Conde de Lages. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1837.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1839 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Conde de Lages. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1840.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1841 pelo Ministro e Secretário de Estado, José Clemente Pereira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, José Clemente Pereira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Jerônimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, João Paulo dos Santos Barreto. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, João Paulo dos Santos Barreto. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 7ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1848.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 8ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Manoel Felizardo de Sousa e Mello. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Manoel Felizardo de Sousa e Mello. Rio de Janeiro: Tipografia Americana de I. P. De Costa, 1851.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 8ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Sousa e Mello. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 9ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1853.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 9ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Pedro D'Alcântara Bellegarde. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1854.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 9ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado, Pedro D'Alcântara Bellegarde. Com a proposta da fixação das forças para o ano de 1856-1857 e o almanaque militar do ano de 1855. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1855.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado, marquês de Caxias. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1856.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Marques de Caxias. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858.

Relatório apresentados à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 10ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Sousa e Mello. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 10ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1860.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima primeira legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Marques de Caxias. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Marques de Caxias. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima primeira legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1863.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira segunda da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, José Mariano de Mattos. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1864.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, visconde de Camamu. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Angelo Moniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima quarta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, barão de Muritiba. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro: 1869.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, barão de Muritiba. Rio de Janeiro: Tipografia Dezesseis de Julho, 1870.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quarta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, visconde do Rio branco. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1871.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da décima quarta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1872.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quinta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quinta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, João José de oliveira Junqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1874.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Carioca, 1875.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, duque de Caxias. Rio de Janeiro: Empresa do Figaro, 1877.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, marquês do Herval. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, marquês do Herval. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, visconde de Pelotas. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Franklin Américo Menezes Doria. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Carlos Afonso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

Relatório organizado pelo ex-ministro da Guerra, Conselheiro Cândido Luiz Maria de Oliveira e apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima nona legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Antônio Eleutério de Camargo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra,

conselheiro João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Tomas José Coelho de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Tomas José Coelho de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Antônio Nicolau Falcão da Frota, ministro de estado dos negócios da Guerra, em junho de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Francisco Antônio de Moura, ministro de estado dos negócios da Guerra, em maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Francisco Antônio de Moura, ministro de estado dos negócios da Guerra, em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat, ministro de estado da indústria, viação e obras públicas e encarregado do expediente do ministério da Guerra, em maio de 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Bernardo Vasques, ministro de estado dos negócios da Guerra, em maio de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Bernardo Vasques, ministro de estado dos negócios da Guerra, em maio de 1896. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de brigada Francisco de Paula Argollo, ministro de estado dos negócios da Guerra, em maio de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão João Tomas Cantuária, ministro de estado dos negócios da Guerra, em maio de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Correspondência entre Ministros da Guerra e presidentes de província de Mato Grosso.

A correspondência entre ministros imperiais e presidentes de província de Mato Grosso era registrada em livros, mantidos em estado razoável de conservação no Arquivo Público de Mato Grosso. Para essa pesquisa, selecionei alguns livros que registraram os ofícios enviados pelo Ministério da Guerra (denominados Avisos) aos presidentes de províncias, transmitindo ordens e informações, nomeando e demitindo funcionários, cobrando relatórios. São fontes preciosas, porque além de informações de caráter burocrático e administrativo, permitem perceber a demora da tramitação da correspondência oficial. Para esse trabalho, foram consultados no Arquivo Público de Mato Grosso três livros referentes ao período 1839 a 1851, com os Avisos do Ministro da Guerra:

Livro de Registro de Correspondência Oficial do Governo com o Ministério da Guerra. 1839-1845. APMT Livro n. 23 (060)⁸¹⁷

Livro de Avisos Expedidos pelo Ministério da Guerra. 1845-49. APMT Livro 085

Livro de Registro de avisos do Ministério da Guerra. 1849-1851. APMT Livro 105

Foram consultados também dois livros que registraram os ofícios do presidente de província de Mato Grosso ao Ministério da Guerra:

Livro de registro da correspondência oficial com o Ministério da Guerra 1843-46. APMT Livro nº 028 A (074).

Livro de registro da correspondência oficial do governo com o Ministério da Guerra. 1846-48. APMT Livro 091.

Os livros relacionados referem-se ao período inicial do Arsenal de Guerra em que a documentação avulsa encontra-se mais deteriorada e desorganizada. O Arquivo Público de Mato Grosso conserva, além dos citados, mais sete volumosos livros de registro de avisos do Ministério da Guerra, inclusive dois reunindo a correspondência reservada e mais nove livros com os ofícios do governo provincial para a repartição da Guerra.

Relatórios, falas e mensagens do presidente de província (e do estado) de Mato Grosso

Relatórios apresentados pelos presidentes de província de Mato Grosso a seus sucessores e discursos (ou falas ou mensagens) pronunciados na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial constituem fonte importante para a pesquisa histórica a medida que sintetizam (às vezes, reproduzem

⁸¹⁷ Trata-se na verdade de livro de registro de Avisos do Ministro da Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Houve erro de identificação por parte de quem o catalogou.

integralmente) os relatórios encaminhados por diretores de instâncias burocráticas como polícia, instrução pública, saúde, entre outras, constituindo-se em importantes repertórios de informações. Para esse trabalho, transcrevi apenas os trechos sobre o Arsenal de Guerra existentes nos relatórios, falas e mensagens presidenciais consultados no APMT, em 35 livros de registro⁸¹⁸.

Relatórios de presidentes de província reunidos em livros no APMT:

Discurso recitado pelo Exmo. presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de junho de 1846. APMT. Relatórios do presidente da província 1841 – 1851. APMT. Livro 01.

Discurso recitado pelo Exmo. Sr. presidente da província de Mato Grosso, coronel João José da Costa Pimentel, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1850. APMT. Relatórios do presidente da província 1841 – 1851. APMT Livro 01.

Discurso recitado pelo Exmo. Sr. presidente da província de Mato Grosso, capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. APMT. Relatórios do presidente da província 1841 – 1851. APMT Livro 01.

Fala do presidente de província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 10/06/1846. APMT. Registro das falas presidenciais apresentadas a Assembléia Legislativa Provincial (1841-1851). APMT Livro 02.

⁸¹⁸ A coleção aparentemente não está completa. Não conferi as versões manuscritas com as microfilmadas. Os livros estão separados em três períodos sendo que ao primeiro (1841 a 1880) correspondem 13 relatórios. Para os anos 1881 a 1889 foram localizados 13 relatórios, faltando o de 1885. Finalmente, o período 1892 a 1899 conta com 8 relatórios.

- Relatório provincial de 1854. Livro APMT 03. (Livro danificado, incompleto (constam apenas as folhas 50 a 57), não tem folha de rosto, nem assinatura, nem data)
- Relatório do presidente de província Alexandre Manoel Albino apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864. APMT. Livro 04.
- Relatório de 1865. Livro incompleto (apenas folhas 140 a 149), sem data, nem assinatura. Relatório minucioso provavelmente elaborado pelo barão de Melgaço. APMT. Livro 05.
- Relatórios apresentados à Assembléia Provincial pelo dr. José de Miranda Silva Reis (1872 – 1874). APMT. Livro 07. (Inclui dois relatórios de Miranda Reis e o de Francisco Cardoso Jr, na posse de Miranda Reis).
- Relatório do presidente de província de Mato Grosso, Miranda Reis, a Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá 3/05/1873. APMT. Relatórios apresentados à Assembléia Provincial pelo dr. José de Miranda Silva Reis (1872 – 1874). APMT Livro 07.
- Relatório do presidente de província de Mato Grosso, Miranda Reis, a Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3/05/1874. APMT. Relatórios apresentados à Assembléia Provincial pelo dr. José de Miranda Silva Reis (1872 – 1874). APMT. Livro 07.
- Relatório com que o Exmo. senhor coronel barão de Diamantino vice- presidente da província de Mato Grosso passou a administração da mesma ao Exmo. senhor general Hermes Ernesto da Fonseca, no dia 5 de julho de 1875. Cuiabá. Typ. de Souza Neves, 1875. APMT. Livro 08.

- Relatório do presidente de província de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, a Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3/05/1876. APMT. Livro 08.
- Relatório com que ao Exmo. Sr. barão de Aguapeí 1º. vice presidente passou a administração da província de Mato Grosso o Exmo. senhor general Hermes Ernesto da Fonseca em 4 de março de 1878. APMT. 1878. Livro 09.
- Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa presidente da província de Mato Grosso abriu a 1 sessão da 22 legislatura da respectiva Assembléia no dia 1 de novembro de 1878. APMT. Livro 10.
- Relatório com que ao Exmo Sr. coronel barão de Maracaju, presidente da província de Mato Grosso passou a administração da mesma o Exmo Sr. Dr. João José Pedrosa no dia 5 de dezembro de 1879. APMT. Livro 11.
- Relatório com que o Exmo. senhor dr. João José Pedrosa, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 2ª. sessão da 22ª. legislatura da respectiva Assembléia no dia 1 de outubro de 1879. APMT. 1879. Livro 12.
- Relatório com que o general barão de Maracaju, presidente da província de Mato Grosso abriu a 1ª. sessão da 23ª. legislatura da respectiva Assembléia no dia 1 de outubro de 1880. APMT. Livro 13.
- Relatório com que ao Exmo Sr. coronel dr. José Maria de Alencastro, presidente da província, passou a administração da mesma o vice-presidente tenente coronel José leite Galvão, no dia 31 de maio do corrente ano. Cuiabá, Typ de j. J. R. Calhao. 1881. APMT. Relatório1881. Livro 14.
- Relatório com que o Exmo. Sr. general barão de Maracaju pretendia abrir a 2ª. sessão da 23ª. legislatura da Assembléia Provincial no dia 3 de maio de 1881. APMT. Livro 15 (manuscrito).

Fala com que o Exmo Sr. vice-presidente tenente coronel José leite Galvão abriu a 2ª. sessão da 23ª. legislatura da Assembléia desta província seguida do relatório com que o Exmo Sr. general barão de Maracaju ex-presidente da província de Mato Grosso pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléia no dia 3 de maio de 1891. Cuiabá, Typ. de J. J. R. Calhao, 1881. APMT. Livro 16.

Relatório com que o Exmo. Sr. coronel Dr. José Maria de Alencastro, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 1ª. sessão da 24ª. legislatura da respectiva Assembléia no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá, Typ de J. J. R. Calhao, 1882. APMT. Livro 17. (inclui também a versão manuscrita).

Relatório com que ao Exmo. Sr. 2º vice-presidente tenente-coronel José leite Galvão passou a administração da província de Mato Grosso o Exmo. Sr. coronel José Maria de Alencastro, em 10 de março de 1883. APMT. 1883. Livro 18.

Fala com que o Exmo. Sr. vice-presidente tenente coronel José Leite Galvão abriu a 2ª. sessão da 24ª. legislatura da Assembléia Provincial em 3 de maio de 1883, seguida do relatório com que passou-lhe a administração da província o Exmo Sr. coronel José Maria de Alencastro, dia 10 de março. Cuiabá, Typ. de J. J. R. Calhao, 1883. APMT. 1883. Livro 19. (versão impressa que inclui o livro manuscrito anterior).

Fala com que o Exmo Sr. general barão de Batovy abriu a sessão da 25ª. legislatura da Assembléia Provincial de Mato Grosso, em 1 de outubro de 1884. APMT. 1884. Livro 20. (manuscrito)

Fala com que o Exmo Sr. general barão de Batovy abriu a sessão da 25ª. legislatura da Assembléia Provincial de Mato Grosso, em 1 de outubro de 1884. Cuiabá, Typ. De J. J. R. Calhao, 1884. APMT. Livro 21.

Exposição com que o Exmo. Sr. vice-presidente e capitão Antônio Augusto Ramiro de Carvalho passou a administração da província de Mato Grosso ao Exmo. Sr.

presidente doutor Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis, no dia 9 de dezembro de 1886. APMT. Livro 22.

Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso na primeira sessão da 26^a. legislatura no dia 12 de julho de 1886 pelo presidente da província o Exmo Sr. Doutor Joaquim Galdino Pimentel Cuiabá, Typografia da Situação, 1886. APMT. Livro 22b. (O número de identificação 22 foi riscado. Trata-se de versão impressa do livro 23.)

Relatório apresentado a Assembléia Provincial de Mato Grosso pelo presidente de província de Mato Grosso doutor Joaquim Galdino Pimentel no dia 12 de julho de 1886. APMT. Livro 23. (Versão manuscrita do livro 22b.)

Relatório que o Exmo Sr. vice-presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso na 2^a. sessão da 26^a. legislatura, no dia [em branco] de setembro de 1887. (Manuscrito) APMT. 1887. Livro 24.

Relatório com que o Exmo. Sr. coronel Dr. Francisco Rafael de Melo rego, presidente da província, abriu a 27^a. sessão das Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em 20 de outubro de 1888. Cuiabá, Typ. da situação, 1888. (Inclui também versão manuscrita). APMT. 1888. Livro 25.

Exposição com que o Exmo. Sr. coronel presidente da província Dr. Francisco Rafael de Mello Rego abriu a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, em 11 de fevereiro de 1888. APMT. Livro 26.

Livro de registro de mensagens do presidente do estado a Assembléia Legislativa. APMT. Livro 27.

1894. (inclui mensagem do presidente Joaquim A. da Costa Marques aos membros da Assembléia Legislativa, de 13 de maio de 1912, encadernada por engano). APMT. Livro 29.

Mensagem de 1º de fevereiro de 1899 a Assembléia Legislativa, por Antônio Cesário de Figueiredo. APMT. Livro 33.

Localizei ainda um livro de registro dos relatórios que os presidentes de província de Mato Grosso apresentaram aos seus sucessores, em virtude do Aviso circular de 11 de março de 1848 (APMT Livro 133). Abrange o período de 1847 a 1871, ainda que na capa conste 1852-1878. Com 128 páginas, foi aberto a 31 de janeiro de 1852 e transcreve 18 relatórios:

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. presidente e comandante de armas da província de Mato Grosso, coronel João José da Costa Pimentel, ao seu antecessor, major Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 8/09/1849.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. presidente de província de Mato Grosso, capitão de fragata, Augusto Leverger, pelo seu antecessor, coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá, 11/02/1851.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. vice-presidente de província de Mato Grosso, Albano de Sousa Osório, pelo seu antecessor, o chefe de divisão Augusto Leverger. Cuiabá, 1/04/1857.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. presidente de província de Mato Grosso, o chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare, pelo seu antecessor, tenente coronel Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 28/02/1858.

Relatório apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. tenente coronel Antônio Pedro de Alencastro, no ato de ser empossado da presidência da província de Mato Grosso,

pelo chefe de divisão da armada nacional e imperial, Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 13/10/1859.

Relatório com que ao Exmo. Sr. Senador Herculano Ferreira Penna, presidente de província de Mato Grosso, entregou a administração da mesma, o ex-presidente coronel Antônio Pedro de Alencastro, no dia 8 de fevereiro de 1862. Cuiabá, 8/02/1862.

Relatório com que o Exmo. Conselheiro Herculano Ferreira Penna passou a administração da província ao vice-presidente chefe de esquadra, Augusto Leverger. Cuiabá, 16/05/1863.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho, presidente de província de Mato Grosso, pelo vice-presidente Augusto Leverger, ao entregar a administração da província. Cuiabá, 15/07/1863.⁸¹⁹

Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. tenente coronel Albano de Souza Osório, vice presidente de província de Mato Grosso, pelo presidente chefe de esquadra, barão de Melgaço, ao entregar a administração da mesma província. Cuiabá, 8/05/1866.

Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. José Vieira Couto Magalhães, presidente de província de Mato Grosso, pelo vice-presidente tenente coronel Albano de Souza Osório, ao entregar a administração da província. Cuiabá, 9/02/1867.

Relatório com que ao Exmo. Sr. barão de Aguapeí, vice-presidente da província, entregou a administração da mesma o presidente Dr. José Vieira Couto de Magalhães. Cuiabá, 13/04/1868.

⁸¹⁹ A fls. 75 do livro consta a seguinte observação: *não se registra o relatório com que o Exmo. Presidente o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho passou a administração da província ao Exmo. Vice-presidente chefe de esquadra graduado e reformado, Augusto Leverger, em 9 de agosto de 1865, porque não ficou na secretaria nem minuta nem cópia.*

Relatório com que ao Exmo. Sr. presidente Dr. José Vieira Couto Magalhães entregou a administração da mesma província o Exmo. Sr. barão de Aguapeí, vice-presidente da província. Cuiabá, 8/07/1869.

Relatório com que ao Exmo. Sr. general barão de Melgaço, entregou a administração da mesma o vice-presidente Dr. José Antônio Murtinho. Cuiabá, 6/06/1869.⁸²⁰

Relatório com que ao Exmo. Sr. vice-presidente da província comendador Luís da Silva Prado entregou a administração da mesma o Exmo. Sr. general barão de Melgaço, presidente da província. Cuiabá 10/02/1870/

Relatório com que o Exmo. Sr. coronel Antônio de Cerqueira Caldas, vice presidente da província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Francisco Antônio Raposo. Cuiabá, 12/10/1870⁸²¹.

Relatório com que o Exmo. Sr. conselheiro Dr. Francisco Antônio Raposo passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Antônio Cerqueira Caldas, vice-presidente da província. Cuiabá, 27/05/1871.

Relatório com que o Ilmo. Sr. barão de Diamantino, vice-presidente da província, passou a administração da mesma ao Ilmo. Exmo. Sr. general Hermes Ernesto da Fonseca, no dia 5 de julho de 1875. Cuiabá, 5/07/1875.⁸²²

Relatório com que o Ilmo. e Exmo Sr. general Hermes Ernesto da Fonseca, presidente da província, passou a administração da mesma ao Ilmo. e Exmo. Sr. barão de Aguapeí, no dia 4 de março de 1878.

⁸²⁰ O livro não registra os relatórios de transmissão de governo de Couto Magalhães ou seu vice, João Batista de Oliveira, para Albano de Souza Osório, nem deste para José Antônio Murtinho.

⁸²¹ Não existe relatório anterior, porque Prado morreu a 19 de maio, data em que assumiu o 2º vice presidente.

⁸²² Faltam os relatórios de Cerqueira Caldas para Cardoso Jr, de Cardoso Jr para Miranda Reis e de Miranda Reis para Caldas.

Correspondência do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra e comandantes militares.

Encontra-se registrada em vários livros de correspondência, dos quais alguns estão completamente danificados (como os livros 062 e 068). Foram consultados os livros do período 1837 a 1892, num total de 12 livros. No período inicial, a correspondência do presidente de província de Mato Grosso com o Arsenal foi incluída no mesmo livro de correspondência para *os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional e inspetor da Marinha*.⁸²³ A partir de 1853, a correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e o Arsenal de Guerra passa a ser registrada em livros próprios, totalizando dez livros volumosos. Um último livro que deveria ter sido consultado SPE 006-139 (1894-1915) não foi localizado.

A leitura dos ofícios dos presidentes de província de Mato Grosso possibilita ver o encaminhamento dado aos problemas apresentados pelos diretores do Arsenal de Guerra.

Livros de registro da correspondência do presidente de província de Mato Grosso ao Arsenal de Guerra

Livro de registro da correspondência dos comandos das armas 1837-1841. APMT Livro 054.

Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do Arsenal de Guerra e inspetor da Marinha. APMT Livro 090.

⁸²³ Como exemplo o Livro de registro da correspondência entre a presidência e os comandantes militares dos diferentes pontos e dos corpos de linha, cirurgiões mores, chefes da guarda nacional, diretor do Arsenal de Guerra e inspetor da Marinha. APMT Livro 090.

- Livro de registro da correspondência do presidente de província ao Arsenal de Guerra (1853-58). APMT Livro 141.
- Livro de Registro dos officios da presidência da província ao Arsenal de Guerra (1858-1863). APMT Livro 178.
- Livro de Registro da correspondência entre o presidente de província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1863-69). APMT Livro 211.
- Livro de Registro da Correspondência Oficial entre a presidência da província de Mato Grosso e a diretoria do Arsenal de Guerra (1869-1871). APMT Livro 243.
- Livro de registro de officios expedidos pelo presidente de província de Mato Grosso [ao Arsenal de Guerra] (1872-74) APMT Livro 262.
- Registro da correspondência oficial entre a presidência e a diretoria do Arsenal de Guerra (1874-81). APMT Livro 288.
- Registro de officios expedidos pela presidência a diretoria do Arsenal de Guerra (1881-83) APMT Livro 337.
- Registro de officios expedidos pela presidência da província ao Arsenal de Guerra (1883-87) APMT Livro 351.
- Officios expedidos pela presidência da província ao Arsenal de Guerra (1887-90). APMT Livro 382.
- Livro de Correspondência oficial do governo deste Estado com o Arsenal de Guerra. APMT/Arquivo Intermediário/Fundo Secretaria da Presidência do Estado/SGE006-55.
- Correspondência do Arsenal de Guerra

A principal fonte da pesquisa consiste na correspondência enviada pelos diretores do Arsenal de Guerra aos presidentes de província e do estado de Mato Grosso, no período de 1842 a 1902.

Esta correspondência volumosa encontra-se guardada em cerca de 250 latas de metal no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Todas foram abertas e examinadas. O material do Arsenal de Guerra foi separado, ordenado cronologicamente, sempre que isso foi possível, e transcrito – alguns ofícios na íntegra, mas a maioria, resumidos.

Em algumas latas, a correspondência apesar de volumosa encontrava-se organizada mês a mês. Em alguns anos, sobraram poucos ou nenhum ofício, sem qualquer explicação. Em alguns casos, os ofícios do Arsenal espalharam-se em quatro e, às vezes, até seis latas. Por outro lado, documentos referentes a Companhia de Aprendizes, às vezes, apareciam misturados aos de Instrução Pública. Por exemplo, um requerimento de uma viúva solicitando exclusão de seu filho da Companhia de Aprendizes foi localizado no maço Instrução Pública. O ofício do diretor, a quem foi encaminhado o requerimento, estava no maço Documentos militares. O caso ilustra também a importância de se examinar todos os detalhes do documento, principalmente os despachos manuscritos pelas autoridades no próprio documento. O requerimento de Antônia inclui dois despachos, com datas diferentes, um deles dando baixa a seu filho.

Além das latas, o APMT guarda algumas caixas de papelão (identificadas pelo ano) – aparentemente com sobras de documentos que não couberam nas latas. A maior parte do material refere-se a Coletoria, Tesouraria, mas é possível encontrar documentação relativa à Instrução Pública, Santa Casa, Assembléia Legislativa, Atas eleitorais, entre outros. Quando as latas traziam pouco ou nenhum ofício do Arsenal, consultei as caixas – alguns anos chegam a ter dez caixas – mas quase sempre sem sucesso.

Observei também que no final do século – após a proclamação da República – a correspondência entre Arsenal de Guerra e presidente do estado de Mato Grosso diminui consideravelmente. Não consegui localizar nada que se referisse ao fim da Companhia de Aprendizes Artífices e da Companhia de Operários Militares em 1899 e poucas referências à extinção do Arsenal em 1915.

Relatórios do diretor do Arsenal de Guerra

Da documentação avulsa guardada nas latas, destaquei os relatórios anuais elaborados pelo diretor do Arsenal de Guerra de Mato Grosso e enviados ao presidente de província que, por sua vez, os encaminha ao ministro da Guerra.

O primeiro relatório foi redigido pelo diretor Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, a 16 de maio de 1845, atendendo solicitação formulada pelo presidente de província de Mato Grosso.⁸²⁴

Como indício da centralização do poder administrativo, a primeira solicitação de relatório pelo Governo Imperial data de 5 de junho de 1844:

Fazendo-se necessário que o Governo Imperial tenha exato conhecimento do estado atual de todos os estabelecimentos e repartições militares existentes nas províncias, remetendo para esse fim os respectivos presidentes relatórios circunstanciados à Secretaria de Estado, nos quais se dêem todos os esclarecimentos necessários sobre o pessoal e material de modo que se chegue ao alcance do número dos Empregados em cada Repartição ou Estabelecimento, e mesmo dos operários com seus vencimentos e salários, dos objetos existentes nos Armazéns de artigos bélicos e Arsenais, das obras manufaturadas nestes; do estado e número de suas oficinas; (...) do estado dos Hospitais e Enfermarias militares; do das obras militares em andamento; das obras projetadas e respectivos orçamentos; do estado dos quartéis existentes e reparos de que possam carecer, daqueles que são mais urgentes, e finalmente do estado das Fortalezas, e obras de fortificação, de suas guarnições e armamentos. Há por bem determinar S. M. O Imperador que V. Exa. tendo bem em vista quanto fica exposto, o cumpra com aquele critério que o caso exige, e com a brevidade compatível com o bom desempenho e exatidão do que ora se ordena.

⁸²⁴ Ofício do presidente de província de Mato Grosso ao diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 11/04/1846, que encaminha cópia do aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 23/12/1844.

*enviando os esclarecimentos pedidos, separadamente sobre cada objeto, a medida que se forem se aprontando.*⁸²⁵

Tal solicitação foi reiterada inúmeras vezes, denunciando a preocupação do governo imperial em construir mecanismos de controle sobre o funcionamento da burocracia estatal.⁸²⁶

Nem todos os relatórios, no entanto, foram encontrados. Não os consegui localizar no Arquivo Histórico do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, para onde teriam sido enviados nem no Arquivo Nacional, que recebeu a documentação do Ministério da Guerra.

Assim a saída foi garimpar as cópias arquivadas, lata por lata do APMT, em meio a correspondência do Arsenal de Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Consegui recuperar 27 relatórios relativos ao período de 1845 a 1891. Se a solicitação do Ministério da Guerra – dois relatórios semestrais – foi fielmente obedecida, haveria quase 150 relatórios até a extinção do Arsenal de Guerra de Mato Grosso, em 1916.

A amostra, no entanto, é satisfatória: não só porque abrange quase todo o período como também porque os relatórios – enquanto documentos formais – são bastante repetitivos, havendo casos de cópias de ano para ano.

Relatório elaborado pelo diretor Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, em 16 de maio de 1845. APMT Lata 1845 B / Assuntos militares.

⁸²⁵ Livro de Registro de Correspondência Oficial do Governo com o Ministério da Guerra (1839-1845). APMT nº 23 (060). Fls. 125 v., 126 e 126 v.

⁸²⁶ Livro de Registro de Correspondência Oficial do Governo com o Ministério da Guerra (1839-1845). APMT nº 23 (060). Fl. 164 v. Livro de Registro dos avisos expedidos pelo Ministério da Guerra 1845-49. APMT nº 032 (085). Fls. 107 v. e 108.

- Relatório elaborado pelo diretor Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, em 7 de janeiro de 1846. APMT Lata 1846 A / Documentos avulsos
- Relatório elaborado pelo diretor Antônio Bernardo de Oliveira e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira, em 30 de outubro de 1848. APMT Lata 1848 B/ Assuntos Militares
- Relatório elaborado pelo diretor, capitão Generoso Antônio de Moraes Cambará e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira, em 2 de agosto de 1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra
- Relatório elaborado pelo diretor, capitão Generoso Antônio de Moraes Cambará e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, João José da Costa Pimentel, em 13 de setembro de 1849. APMT Lata 1849 E/Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor, capitão Generoso Antônio de Moraes Cambará e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, Augusto Leverger, em 12 de fevereiro de 1851. APMT Lata 1851 C/ Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Vicente Coelho e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, Augusto Leverger, em 24 de dezembro de 1853. APMT Lata 1853 A/ Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Vicente Coelho e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, Augusto Leverger, em 19 de dezembro de 1855. APMT Lata 1855 B/ Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor, Joaquim Antônio Xavier do Vale ao presidente de província de Mato Grosso, Augusto Leverger. APMT Lata 1856 A/ Assunto militar.

- Relatório elaborado pelo diretor do Arsenal de Guerra e encaminhado ao presidente de província de Mato Grosso, Albano de Souza Osório, em 10 de dezembro de 1857. APMT Lata 1857 A/Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Luís Francisco Henriques e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em novembro de 1863. APMT Lata 1863 D/ Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Benedito Mariano de Campos e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Jr, em 9 de agosto de 1871. APMT Lata 1871 E/ Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Justiniano Cândido de C. Barbosa e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, José de Miranda da Silva Reis, em 25 de abril de 1873. APMT Lata 1873 A/ Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Bernardo Vasques e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, em 26 de janeiro de 1876. APMT Lata 1876 E/ Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Francisco da Costa Rego Monteiro e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, em 24 de janeiro de 1877. APMT Lata 1877 B / Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Francisco da Costa Rego Monteiro e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, em 21 de janeiro de 1878. APMT Lata 1878 E/ Arsenal de Guerra.
- Relatório elaborado pelo diretor Francisco da Costa Rego Monteiro e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, João José Pedrosa, em 28 de agosto de 1878. APMT Lata 1878 E/ Arsenal de Guerra.

Relatório elaborado pelo diretor Francisco da Costa Rego Monteiro e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, barão de Maracaju (Rufino Enéas Gustavo Galvão), em 20 de janeiro de 1880. APMT Lata 1880 B/ Arsenal de Guerra.

Relatório elaborado pelo diretor Antônio Augusto de Arruda e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, barão de Maracaju, em 15 de setembro de 1880. APMT Lata 1880 B/ Arsenal de Guerra.

Relatório elaborado pelo diretor Antônio Augusto de Arruda e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, barão de Maracaju, em 20 de janeiro de 1881. APMT Lata 1881 E/ Arsenal de Guerra.

Relatório elaborado pelo diretor e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, barão de Maracaju, em 17 de março de 1881. (somente os anexos). APMT Lata 1881 E/Arsenal de Guerra.

1882 - Relatório elaborado pelo diretor Benedito Mariano de Campos e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, José Maria de Alencastro, em 11 de março de 1882. APMT Lata 1882 C/ Arsenal de Guerra

Relatório elaborado pelo diretor Joaquim da Gama Lobo d'Eça e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, em 16 de agosto de 1884. APMT Lata 1884 A/ Arsenal de Guerra.

Relatório elaborado pelo diretor Américo Rodrigues de Vasconcelos e enviado ao presidente de província de Mato Grosso, Joaquim Galdino Pimentel, em 28 de maio de 1886. APMT Lata 1886 F/ Arsenal de Guerra.

Relatório elaborado pelo diretor Américo Rodrigues de Vasconcelos e enviado ao presidente da província de Mato Grosso, José Joaquim Ramos Ferreira, em 25 de maio de 1887. APMT Lata 1887 G/ Arsenal de Guerra.

Relatório elaborado pelo diretor ao presidente de província de Mato Grosso, Francisco Rafael do Melo Rego, em 24 de setembro de 1888. APMT Lata 1888 G/Arsenal de Guerra.

Relatório elaborado pelo diretor Joaquim Gama Lobo d'Eça e enviado ao governador do Estado de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho, em 9 de fevereiro de 1891. APMT Lata 1891 D/Arsenal de Guerra.

Outros documentos

No APMT, encontrei apenas um relatório “independente” elaborado pelo tenente José Joaquim de Carvalho, encarregado pelo Ministério da Guerra de inspecionar o Arsenal de Guerra de Mato Grosso (1845). Relatórios de outras comissões de investigação como os de Carlos Augusto de Oliveira (1862-64) ou de Conrado Niemeyer (1888) não foram localizados. Os relatórios de outros Arsenais de Guerra são bastante semelhantes. No Arquivo Nacional, consegui localizar um relatório elaborado pelo coronel Firmino Herculano de Moraes Ancora, comandante do Corpo de Engenheiros que, a pedido do ministro da Guerra, examinou os relatórios enviados pelos diretores dos Arsenais de Guerra das províncias do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, resumiu-os para apresentar observações e propostas.⁸²⁷

Documentos fundamentais como livros de matrícula de menores, de entrada e saída de matérias primas e de objetos produzidos e outros previstos na legislação não foram localizados nos acervos pesquisados em Cuiabá (APMT e NDIHR) e no Rio de Janeiro (Arquivo Nacional, Arquivo do Ministério do Exército e

⁸²⁷ Ofício enviado pelo coronel Firmino Herculano de Moraes Ancora ao ministro da Guerra, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque. Rio de Janeiro, 16/04/1846. Arquivo Nacional. IG 7 32 Caixa 654 Arsenais nas províncias Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Cuiabá (sic) e Pará 91843-45).

Biblioteca Nacional). Segundo o Álbum Gráfico,⁸²⁸ os documentos do Arsenal, após sua extinção, foram encaminhados ao quartel general do comando do 7º distrito militar (com sede em Corumbá). É possível também que os documentos tenham sido danificados, conforme já advertia o diretor à comissão encarregada da Inspeção do Arsenal de Guerra que solicitara diversas informações e que obtivera como resposta:

*(..) que se não puderam encontrar tais ordens as quais se supõem terem sido com outros muitos documentos. destruídos pelos ratos e cupim do que muito abunda o dito Arsenal segundo informa ao diretor, um antigo empregado da casa (...).*⁸²⁹

No Arquivo Histórico, localizado no 6º andar do imponente edifício do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, estão guardados documentos relativos aos servidores militares necessários para concessão de pensões. Foram localizados sobre o Arsenal de Mato Grosso, cinco livros, sendo o mais antigo datado de 1872. Documentos anteriores a esse período teriam sido encaminhados ao Arquivo Nacional.

Ainda no APMT, está guardada a documentação do Tribunal da Relação, da qual examinei apenas um processo, por informação de um bolsista de iniciação científica.

Relatório do capitão José Joaquim de Carvalho, encarregado de inspecionar o Arsenal de Guerra de Mato Grosso, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e interino da Guerra, Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante de Albuquerque. Niterói, 30/09/1845. Cópia anexa ao aviso do Ministro da Guerra ao presidente de província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 9/10/1845. Registrado em Cuiabá, 5/02/1846. Livro de Registro dos avisos expedidos pelo Ministério da Guerra 1845-49. APMT nº 032 (085). Fls. 77-84.

⁸²⁸ AYALA, S. Cardoso & SIMON, F. *Album graphico do Estado de Mato-Grosso*. Hamburgo/Corumbá: s. n., 1914. p. 186.

Ofício do coronel Firmino Herculano de Moraes Âncora, comandante do Corpo de Engenheiros, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque. Rio de Janeiro, 16/04/1846. (Anexa os relatórios dos Arsenais do Pará, Pernambuco, Bahia, Porto Alegre e Mato Grosso). Arquivo Nacional. IG 7 32 Caixa 654 Arsenais nas Províncias Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Cuiabá (sic) e Pará (1843-45).

Relatórios do Arsenal de Guerra do Pará. Belém, 14/01/1883; 27/02/1889; 24/07/1889. Arquivo Nacional IG 7 32 Caixa 654 Arsenais nas Províncias Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Cuiabá (sic) e Pará (1843-45).

Arsenal de Guerra de Mato Grosso. Livro de Registro do movimento do caixa militar dos empregados do Arsenal, dos anos de 1884 a 1887. Ministério do Exército. Arquivo Histórico. Livro 1 (64 folhas manuscritas)

Alterações dos oficiais em serviço no Arsenal de Guerra de Mato Grosso de 1912 a 1915. Ministério do Exército. Arquivo Histórico. Livro 2 (40 folhas manuscritas).

Livro para registro de filiação, características, etc. dos empregados civis do Arsenal de Guerra (1872). Ministério do Exército. Arquivo Histórico. Livro 3 (44 folhas manuscritas).

Livro de assentamentos e matrículas dos empregados civis do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (1882-Ministério do Exército. Arquivo Histórico. Livro 4. (55 folhas manuscritas)

Livro para matrícula dos operários e aprendizes (1913-1914). Ministério do Exército. Arquivo Histórico. Livro 5 (64 folhas manuscritas).

⁸²⁹ Ofício da Comissão encarregada da inspeção do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 5/12/1863. APMT Lata C/ Inspeção do Arsenal de Guerra.

Processo da Fazenda Federal contra Horácio Vaz Guimarães. APMT. Tribunal da
Relação 1896. Caixa 41. Maço 496. Juízo Seccional de Mato Grosso.

Legislação

Decreto de 3 de setembro de 1810. Manda organizar uma Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército. *Coleção das leis do Império de 1810*. (Cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias de 1810 e Decisões de 1810). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Dá regulamentos para o Arsenal de Guerra da Corte, Fábrica de Pólvora da Estrela, Arsenais de Guerra e Armazéns de depósitos de artigos bélicos. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1832*. Atos do Poder Legislativo de 1832 e Atos do Poder Executivo de 1832. 3. ed., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

Decreto de 11 de julho de 1832. Manda conservar constantemente cinquenta aprendizes livres no Arsenal da Marinha, e vinte no do Exército na Província da Bahia. In: FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. v. 4, p. 111.

Decreto de 29 de dezembro de 1837. Regulando o modo de admissão dos aprendizes menores nas oficinas do Arsenal de Guerra e outras disposições a respeito. In: FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. v. 2, p. 156-8.

Ordem do dia n. 53 – Guerra – de 22 de março de 1838. Aprova os Estatutos para o Estabelecimento dos Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra na conformidade do Art. 6º do Decreto de 29 de dezembro de 1837. In: FONSECA, Celso Suckow.

História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. v. 2, p. 156-8.

Regulamento n. 113, de 3 de janeiro de 1842. Dando nova organização às Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra, em conformidade do Artigo 39 da Lei n. 243, de 30 de novembro de 1841. *Coleção das leis do Império do Brasil*. 1842. Tomo V, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871 (Lei Rio Branco). Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1871*. Parte I, Tomo 31. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871.

Decreto n. 4815, de 11 de novembro de 1871. Dá instruções para execução do art. 6^o, § 1^o, da Lei n. 2040 de 28 de setembro do corrente ano. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871.

Decreto n. 5118, de 19 de outubro de 1872. Aprova o regulamento que reorganiza os arsenais de guerra do Império. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1872*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, s.d.

Decreto n. 5520, de 7 de janeiro de 1874. Fixa o número de peças de fardamento que devem receber em cada ano os aprendizes artífices dos Arsenais de Guerra. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1874*. Tomo 37, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

Decreto n. 6858, de 9 de março de 1878. Altera regulamentos de 19 de outubro de 1872 e extingue algumas oficinas dos Arsenais de Guerra do Império, modifica outras, e aprova o plano de reorganização das que são conservadas. *Coleção das*

- leis do Império do Brasil de 1878*. Tomo 41. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879
- Decreto n. 7.940, de 7 de abril de 1910. Aprova o regulamento para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro com aplicação aos demais da República. *Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.
- Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. *Comentários ao Estatuto da criança e do adolescente*. 4. ed., São Paulo: Malheiros, 1997.
- PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos penais do Brasil*. Evolução histórica. Bauru: Jalovi, 1980.
- Romances, crônicas, viajantes, memórias, relatórios oficiais e militares
- AYALA, S. Cardoso e SIMON, F. *Album Gráfico do Estado de Mato Grosso*. Hamburgo/Corumbá: s. n., 1914.
- BOSSI, Bartolomé. Viagem pintoresco por los rios Parana, Paraguay, San Lorenzo, Cuyabá ... com la descripción de la Provincia de Mato Grosso. Paris: Libreria Parisiense/ Dupray de la Mahérie, 1863
- FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblex, 1985.
- IVO, Pedro (General). *Os Arsenais de Guerra da República*. A sua reorganização, renovamentos e ampliações. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.
- LOPES, Teodorico e TORRES, Gentil. *Ministros da guerra do Brasil (1808-1948)*. 3. ed., Rio de Janeiro: s. ed., 1949.

- LYRA, A. Tavares de. “Os ministros de Estado da Independência à República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 1946 (reeditado pelo Senado Federal, em 1979, sob o título *Instituições Políticas do Império*).
- MELLO, Raul Silveira de (General). *Coronel Ricardo Franco*. S. 1.: Biblioteca do Exército, 1953.
- MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. *Lendas e tradições cuiabanas*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *A província de Mato Grosso*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869. (ed. fac-similar)
- MULHALL, M. G. *Viagem a Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1998 (Publicações avulsas, 11)
- REGO, Maria do Carmo de Melo. *Lembranças de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993. (ed. fac-similar)
- RODRIGUES, Dunga. *Os vizinhos*. Cuiabá: SMEC, 1977.
- RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra*. Cuiabá: Gráfica Mercúrio, 1959.
- SANTOS, Francisco Ruas (coronel). O exército imperial. Antecedentes, constituição e papel na Independência. Ciclo de Conferências comemorativas do sesquicentenário da independência. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: vol. 52, número do sesquicentenário, 1972.
- VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e defesa perante o Senado*. Brasília: Senado Federal/ Ed. UNB, 1979.

Obras de referência

Aurélio Eletrônico v. 2.0. (CD-rom). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

- ALVES, Gilberto Luiz e GALINARI, Lener. *Catálogo bibliográfico da educação sul-mato-grossense*. Cuiabá: FUFMS/Impr. Universitária, 1987.
- ASSIS, Edvaldo de. *Índice analítico da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 1992.
- JUCÁ, Pedro Rocha. *A imprensa oficial em Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986.
- MENDONÇA, Estevão. *Datas mato-grossenses*. Niterói: Typ. Salesiana, 1919. (2 vol.)
- MENDONÇA, Estevão. *Quadro corográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1906. (ed. facsimilar)
- MENDONÇA, Rubens de. *Bibliografia mato-grossense*. Cuiabá: SEC/Edições UFMT, 1975.
- MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico mato-grossense*. 2. ed., Goiânia: Rio Bonito, 1971.
- MORGADO, Eliane Maria Oliveira e MORAES, Sibeles de. *Relatórios dos presidentes da província e governadores do Estado de Mato Grosso*. (1835-1965). Cuiabá: UFMT, 1997.
- Normas para publicações da UNESP*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994. 4 vol.
- NUNES, Clarice. *Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira*. Brasília: INEP, 1992.
- SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (orgs.). *Educação e memória*. Catálogo de documentos relativos à História da Educação de Mato Grosso (período imperial). Cuiabá: Ed da UFMT, 1998.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1993.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá: CCS, 1992.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Catálogo temático da Coleção Amidicis Diogo Tocantis*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 1996.

Referências bibliográficas

- AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre*. (1850-1888). Brasília: Ministério da Fazenda, Departamento de Administração, Divisão de Documentação, 1984.
- _____. *Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso - 1888-1930*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 1995.
- ALMEIDA, Angela Mendes e PAULA, Silvana Gonçalves de (orgs.). *Pensando a família no Brasil*. Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Ed. da UFRRJ, 1987.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.
- ALMEIDA, Maria Ângela Vinagre de. História da educação brasileira -- o problema de sua periodização. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: INEP, v. 69, n. 161, jan. - abr. 1988, p. 112-141.
- ALVES, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 81, mai. 1992, p. 53-60.

- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história. 1870-1929 (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: v. 2. n. 6, 1984, p. 5-81.
- _____. *Educação e História em Mato Grosso (1719-1864)*. 2. ed. ver. e il. Campo Grande: Ed. UFMS, 1996.
- ANDERSON, Perry. *Teoria política e história*. Um debate com E. P. Thompson. Madrid: Siglo XXI, 1985.
- ANDRÉS-GALLEGO, José. *História da gente pouco importante*. Lisboa: Estampa, 1993.
- ANZAI, Leny Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*. Goiânia: UFG, 1985 (dissertação de mestrado).
- APPLE, Michael. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ARANTES, Antonio Augusto e outros. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- ARANTES, Ester M. M. Criança “irregular”, família “desestruturada”. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro: v. 13, n.1/2, fev./mai. 1989, p. 104-9.
- ARIÈS, Philippe. *História social da família e da criança*. 2. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- ARROYO, Miguel G. “O direito do trabalhador à educação”. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.
- _____. “Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana”. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

- ARRUDA, Marcos “A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral”. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 3. ed. rev. ampl., São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- AZZI, Riolando. *A Igreja e o menor na história social do Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- BARREIRO, José Carlos. “A memória do trabalho”. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: Brasiliense/ Ed. Unesp, 1989.
- _____. “E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções”. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 12, out. 1995, p. 57-75.
- _____. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. *Projeto História*. Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Depto. de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n. 16, fev. 1998. p. 9-24.
- BOCCHETTI, Paulo. “Das Escolas de ofício no Brasil ao Projeto CEFET”. In: MARKET, Werner (org.). *Formação profissional no Brasil*. Reflexões teóricas e análises da sua práxis. Rio de Janeiro: Paratodos, 1997. p. 144-159.
- BONAMINO, Alícia; MATA, Maria Lutgarda e DAUSTER, Tania. Educação-trabalho: uma revisão da literatura brasileira das últimas duas décadas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 84, fev. 1993, p. 50-62.

- BORGES, Maria Inez Machado. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: EDUSP, 1994.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRETAS, Genesco F. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- Brighton Labour Process Group. "O processo de trabalho capitalista". In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BUFFA, Ester. "Contribuição da história para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos". *Em aberto*. Brasília: INEP, v. 9, n. 47, jun.- set. 1990, p. 13-19.
- BURGUIÈRE, André. "A antropologia histórica". In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 125-152.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. 2. ed., São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da educação brasileira: perspectivas de uma pesquisa histórico-pedagógica (a propósito de um novo acervo documental). *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo: v. 4, n. 1, jun. 1978, p. 35-61.
- _____. Para uma história da educação brasileira; perspectiva de uma pesquisa histórico-pedagógica. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo: v.5, n. 1-2, dez. 1979, p. 119-54.

- CALDEIRA, Clóvis. *Menores no meio rural, trabalho e escolarização*. Rio de Janeiro: INEP, 1960.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 5.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- _____. Paradigmas rivais na historiografia atual. *Educação e sociedade*. n. 47, abr. 1994, p. 61-72.
- _____ e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992.
- CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCLIEMANN, Analúcia. *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1988.
- CARVALHO, Inaiá M. M. A escolarização em famílias da classe trabalhadora. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 42, ago. 1982, p. 27-40.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador. In FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e instituições*. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. rev., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

- CARVALHO, Laerte Ramos de. *Introdução ao estudo da história da educação brasileira*. São Paulo: USP, 1971.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Saber teórico - saber escolar: perspectiva de pesquisa no campo da história cultural. In: CATANI, Denice Bárbara (org.). *A pesquisa em educação e o intercâmbio cultural*. São Paulo: FEUSP, 1991.
- _____. “A configuração da historiografia educacional brasileira”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 329-353.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a república*. Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CATARINO, Acácio José Lopes. *Da oficina ao Arsenal: Estado e redefinições urbanas no limiar da descolonização*. Recife: UFPE, 1994.
- CATARSI, Enzo. La historia de la infancia en Italia. problemas y perspectivas. *Historia de la educación. Revista interuniversitaria*. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, n. 10, enero-diciembre 1991, p. 21-31
- CENTRO DE PESQUISAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS (CEPAED). Educação da criança das classes trabalhadoras brasileiras. *Educação & Sociedade*. São Paulo: CEDES e Cortez. v. 1, n. 4, set. 1979, p. 15-22.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A invenção do cotidiano*. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

- CHALOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHOMBART DE LAUWE, Marie Jose. *Um outro mundo: a infância*. São Paulo: Perspectiva/ Ed. da USP, 1991.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade*. O exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- CORREA Filho, Virgílio. *Questões de ensino*. Monografias cuiabanas, vol. 1. São Paulo: Ed. Monteiro Lobato, 1925.
- _____. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994. (edição fac-similar)
- CORREA, Valmir Batista. *Mato Grosso - 1817-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. São Paulo: USP, 1970 (tese de mestrado).
- _____. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. 1889-1943. Campo Grande: Editora da UFMS, 1995.
- COSTA, F. e RAMOS, G. Um inquérito sobre 500 menores. Rio de Janeiro: Min. Educação e Saúde Pública/Depto Nacional da Criança/Imprensa Nacional, 1946.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, Milton Carlos. O historiador Joaquim Nabuco e a Guerra do Paraguai. *História*. São Paulo: Ed. Unesp, v. 14, 1985, p. 13-31.
- COSTA, Wilma Peres. A guerra do Paraguai e a problemática militar no Império. *História*. São Paulo: Ed. Unesp, v. 14, 1985, p. 33-48.

- _____. *A espada de Dâmocles*. O Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec e Ed. da Unicamp, 1996.
- CRUDO, Matilde Araki. A resistência infantil ao ensino de ofícios: as fugas da Companhia de Aprendizizes Menores (Cuiabá: 1842-48). *Revista de Educação Pública*. Cuiabá: Ed. da UFMT, v. 4, n. 5, jan. - jun. 1995, p. 272-80.
- CRUZ, Heloísa de Faria. Mercado e polícia – São Paulo, 1890/1915. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 14, mar.-ago., 1987.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio*. 2.ed., Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
- _____. Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil Colônia. *Fórum educacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 4, out. - dez. 1978, p. 31- 65.
- _____. As raízes da escola de ofícios manufatureiros no Brasil (1808-1820). *Fórum educacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 3 n. 2, abr. – jun. 1979, p. 5-27.
- _____. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. *Fórum educacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 3, n. 3, jul. – set. 1979, p. 3-47.
- _____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 6. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. *A Universidade temporã*. O ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Ed. UFC, 1980.

_____. Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil. *Em aberto*. Brasília: MEC/INEP, v. 3, n. 23, set. - out. 1984, p. 1- 6. (Transcrito de *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro: v. 5, n. 2, abr.- jun. 1981, p. 3-28).

_____. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. da Unesp; Brasília: FLACSO, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: a mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História*, n. 18. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, ago./set. 1989.

_____. “Persuasão e violência: o alienismo e suas artes de curar”. In: MARIGUELA, Márcio (org.). *Foucault e a destruição das evidências*. Piracicaba: Ed. Unimep, 1995, p. 43-68.

DAL ROSSO, Sadi e RESENDE, Mara Lúcia. *Comerás o pão com o suor do teu rosto*. As condições de emprego do menor trabalhador. Brasília: Thesaurus, 1986.

DANTAS, Santiago. *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEMO, Pedro. Menor abandonado: algumas questões do ponto de vista da política social. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 3, n. 2, abr.- jun. 1979, p. 51- 68.

DESAN, S. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, L. (org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 63-96.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMINGUES, José Luiz. *O cotidiano da escola de 1º grau: o sonho e a realidade*. São Paulo: EDUC, 1988.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola*. Educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. “Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação”. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura e prática escolares: ensino da escrita, escolarização dos corpos e produção do aluno como sujeito escolar. *19ª Reunião anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação*. Caxambu, 22 a 26 de setembro de 1996.

_____. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (org.). *Educação, modernidade e civilização*. Fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

- FARIA, Ana Lúcia Goulart. *O direito à infância*. Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária da cidade de São Paulo (1935-1938). São Paulo: FEUSP, 1993 (tese de doutoramento).
- FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da Re(s)pública*. Negócios e poder na passagem para o século XX. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.
- FERNANDES, Heloísa. *Os militares como categoria social*. São Paulo: Global, 1978.
- FERREIRA, Almiro de Sá. A escola de Aprendizes Artífices no estado da Paraíba: processos disciplinares e de reordenamento para o trabalho assalariado no Nordeste (1910-1940). Brasília: INEP, jul. 1994. (Série documental; relatos de pesquisa, 19).
- FERRETI, Celso J. e MADEIRA, Felícia R. Educação/trabalho: reinventando o passado? *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 80, fev. 1992, p. 75-86.
- FINKELSTEIN, Barbara. Incorporando as crianças à História da Educação. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica Ed., n.6, p. 183-209, 1992.
- FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. 5 vol.
- FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. 11. ed., Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

- FRAGA Filho, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Ed. da UFBA, 1996.
- FRANCISCO, Adilson José. *Apóstolos do progresso. A prática educativa salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1854-1922)*. Cuiabá: UFMT, 1998 (dissertação de mestrado).
- FRANCO, Luiz Antônio de Carvalho. *O ensino técnico industrial federal: das escolas de aprendizes artífices às atuais escolas técnicas federais*. São Paulo: CENAFOR, 1986.
- _____. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.
- _____. *O ensino de ofícios manufatureiros dirigido aos menores abandonados. Brasil 1870-1930*. São Paulo: PUC/SP, 1988 (dissertação de mestrado)
- _____ e SAUERBRONN, Sidnei. *Breve histórico da formação profissional no Brasil*. São Paulo: CENAFOR, 1984.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB/USP, 1969.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. 4. ed., São Paulo: Moraes, 1980.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____ (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1984.
- _____. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador; o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 47, nov. 1983, p. 38-45
- _____. “Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos”. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.
- _____. “Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica?” In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FUKUI, Lia F. G.; SAMPAIO, Efigênia M. S.; BRIOSCHI, Lucila R. A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: v. 66, n. 152, jan.-abr. 1985, p. 28-46.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Infância e pensamento”. In: GHIRALDELLI Jr., Paulo (org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- GARCIA, Walter E. Propostas educacionais das instituições de menores carentes no Estado de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 31, dez. 1979, p. 81-5.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986.

- GHIRALDELLI Jr., Paulo (org). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo/Curitiba: Cortez e Ed. da UFPR, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GITAHY, Maria Lucia Caira. "Qualificação e urbanização". In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord). *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. 2.ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. p. 19- 118.
- GODINHO, Eunice Maria. *Educação e disciplina*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- GOFFMAN Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 4 ed., Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. *Manicômios, prisões e conventos*. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GOMEZ, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.
- GORZ, Andre (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- GOUVEIA, Aparecida J. O trabalho dos menores: necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 44, fev. 1983, p. 55-62.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência*. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GREGORI, José. O menor ainda minimizado pela lei brasileira. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 31, dez. 1979, p. 4-5.

- HAHNER, June Edith. *Relações entre civis e militares no Brasil: 1889-1898*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *Pobreza e política. Os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: EdUNB, 1993.
- HAMDAN, Eli Mara Leite Royg. As primeiras escolas de uma região de fronteira: algumas características e funções sociais. *Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, s.d.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *O Brasil monárquico. Do império à República*. História Geral da Civilização Brasileira, tomo 2, volume 5. 2. ed., São Paulo: Difel, 1977.
- IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 14, mar. - ago. 1987, p. 185-193.
- KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas británicos*. Un análisis introductorio. Zaragoza, Universidade de Zaragoza, 1989.

- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- _____. *Com a pré-escola na mão*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1982.
- _____ e LEITE, Maria Isabel (orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. São Paulo: Papirus, 1996.
- KREMER-MARIETTI, Angele (org.). *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1977
- KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica*. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1985.
- _____. *Ensino de 2º grau*. O trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *Educação e trabalho: o estado da questão*. Brasília: INEP, 1991.
- KUHLMANN Júnior, Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 78, ago. 1991, p. 17-26.
- LAJOLO, Marisa. “Infância de papel e tinta”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1997, p. 225-246.
- LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho*. 2. ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*. Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Depto. de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n. 16, fev. 1998, p. 25-38.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. “A história do cotidiano”. In: DUBY, Georges et al. *História e nova história*. Lisboa: Teorema, 1986.

_____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *História e memória*. 3. ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

_____ e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 3. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

_____ e NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. 3. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

_____ e NORA, Pierre. *História: novos objetos*. 3. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública*. Goiânia, Rio Bonito, s.d.

LEITE, Miriam L. Moreira. “A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

LENHARO, Alcir. História e cotidiano: o lugar de uma categoria conceitual na pesquisa histórica. In: MARTINS, Angela Maria et al. (coord.). *O tempo e o cotidiano na história*. 2. ed., São Paulo: FDE, 1994.

- LERENA, Carlos. "Trabalho e formação em Marx". In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- LEWKOWICZ, Ida. Crianças nas fábricas de tecidos: o empresário e o trabalho do menor em São Paulo nos anos 20. *História*. São Paulo: Ed. da UNESP, n. 14, 1995, p. 203-214.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBERATTI, Wilson Donizeti. *Comentários ao estatuto da criança e do adolescente*. 4. ed., São Paulo: Malheiros ed. , 1997
- LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Uma contribuição da história para uma história da educação. *Em aberto*. Brasília: INPE, v.9, n.47, jun.- set. 1990, p. 29-35.
- LOURO, Guacira Lopes. A história (oral) da educação: algumas reflexões. *Em aberto*. Brasília: INEP, v. 9, n. 47, jun.- set. 1990, p. 21-28.
- LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *Nos confins do Império*. Um deserto de homens povoado por bois. (A ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830-1870). Niterói: UFF, 1993. (dissertação de mestrado).
- MACHADO NETO, Zhaide. Meninos trabalhadores. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: n. 31, dez. 1979, p. 95-101.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.

- _____. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.
- _____ et al. *Trabalho e educação*. Campinas: Papyrus/CEDES; São Paulo: ANDE/ANPED, 1992.
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: EdUSP, 1994.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber*. A trajetória da arqueologia da Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MANACORDA, M. A. *Marx y la pedagogía moderna* Barcelona: Oikos-tau, 1979.
- _____. “Humanismo de Marx e industrialismo de Gramsci”. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: SECMT, 1963.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARKET, Werner (org.). *Formação profissional no Brasil*. Reflexões teóricas e análises da sua práxis. Rio de Janeiro: Paratodos, 1997.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- MARTINS, José de Souza (coord). *O massacre dos inocentes*. A criança sem infância no Brasil. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Vol. 1, Livro Primeiro, O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Tomos 1 e 2)

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1990.
- MELO, Ana M. Vasconcelos. *O trabalho do menor*. São Paulo: PUC, 1985. (dissertação de mestrado)
- MENDONÇA, Estevão. *Evolução do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: 1977.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai*. Como construímos o conflito. São Paulo: Contexto; Cuiabá: Ed. da UFMT, 1998.
- MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: SMEC, 1978.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e a república*. Ensino técnico-industrial (1892-1929) e ensino comercial (1892-1928). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. Vol. 6
- _____. *A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil 1835-1889*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939.
- MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MONCORVO Filho, A. *História da proteção à infância no Brasil, 1500-1922*. 2. ed. Rio de Janeiro: P. Pongetti e Cia., 1926.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873 a 1934)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1990. (tese de doutorado)
- _____. “Ensino médio e qualificação profissional: uma perspectiva histórica”. In: BRUNO, Lúcia (org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. Leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996, p. 124-145.
- MORELLI, Ailton José. A criança e o “menor”: pequeno balanço bibliográfico. *Diálogos*. Maringá: Univ. Est. de Maringá, v. 1, n. 1, p. 83-97, 1997.

MOTT, M. L. B. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 31, dez. 1979, p. 57-68.

MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968.

NAGLE, Jorge. História da educação brasileira: problemas atuais. *Em aberto*. Brasília: MEC/INEP, v. 3, n.23, set.-out. 1984, p.1-6.

NORONHA, Olinda Maria. *De camponesa a "madame"*: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Loyola, 1986

_____. *História da Educação*: sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro. Campinas: Alínea, 1998.

NOSELLA, Paolo. "Trabalho e educação" In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento*: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.

_____. "O trabalho como princípio educativo em Gramsci". In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial". In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

- NÓVOA, António. Inovação e História da Educação. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, n. 6, 1992, p. 210-220.
- NUNES, Clarice. Guia preliminar de fontes para a história da educação: reconstituição de uma experiência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: INEP, v. 71, n. 167, jan.-abr. 1990, p. 7-31.
- _____. História da educação: espaço do desejo. *Em aberto*. Brasília: INEP, v.9, n.47, jun./set. 1990, p. 37-45.
- _____ (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, Pannonica, n. 6, p. 151-182, 1992.
- _____. Problemas e dificuldades no trabalho com fontes documentais, a partir de experiências anteriormente desenvolvidas. *Seminário Fontes primárias e secundárias da educação brasileira*. Unicamp, 6 a 8 de abril de 1992.
- _____ e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos ANPEd*. Porto Alegre: n. 5, 1993. p. 7-64.
- O'BRIEN, Patrícia. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- OLIVEIRA, Maria de L. B. de. *Infância e historicidade*. São Paulo: PUC, 1989 (dissertação de mestrado).
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

- PASSETTI, Edson. *O que é menor*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Primeiros passos, 152)
- PASSOS, Elizete. Indicações metodológicas para o estudo do cotidiano de uma escola religiosa. *Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores*. (Belo Horizonte, 17 a 20 de maio de 1994). Brasília: INEP, 1995. (Série documental Eventos, 6).
- PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império*. São Paulo, Contexto, 2001.
- PEREGALLI, Enrique. *Como o Brasil ficou assim?* Formação das fronteiras e tratados dos limites. São Paulo: Global, 1982.
- _____. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.
- PEREIRA, Maristela. Cotidiano, resistência e poder: os corpos provisórios da brigada militar na crise da República Velha (1923-1927). *Unidade*. Revista de Assuntos Técnicos da Polícia Militar. Porto Alegre: Associação para Pesquisas Policiais, v. 12, n. 21, set. – dez. 1994, p. 12-24.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os trabalhadores do futuro. O emprego do trabalho infantil no Rio Grande do Sul da Velha República. *História*. São Paulo: Ed. da UNESP, n. 14, 1995. p. 189-201.
- PILETTI, Nelson. *Ensino de 2^o Grau*: educação geral ou profissionalização. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.
- PIRES, Julio Manuel. *Trabalho infantil*: a necessidade e a persistência. São Paulo: USP/FEA, 1988 (dissertação de mestrado).

PÓVOAS, Lenine C. *História geral de Mato Grosso*. Cuiabá: 1995. (2. Vol.)

PRIORE, Mary del (org.). *História da criança no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 1992.

_____. "História do cotidiano e da vida privada: In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274

Projeto História. Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Depto. de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n. 12, out. 1995.

Projeto História. Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Depto. de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n. 16, fev. 1998.

QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher*. O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. Foucault, um pensamento desconcertante. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP. São Paulo: v. 7. n. 1-2, out. 1995, p. 67-82.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.). *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. 2.ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira*. A organização escolar. 3. ed., São Paulo: Moraes, 1981.

_____. A história da educação na formação do educador. *Didata*. São Paulo: n. 9, p. 13-18, 1978.

_____. *Introdução à história da educação brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

RIZZINI, Irene. *O século perdido*. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997.

ROSSI, Wagner G. *Capitalismo e educação*: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

ROURE, Glacy Q. de. *Vidas silenciadas*. A violência com crianças e adolescentes. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALM, Cláudio. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- SAVIANI, Dermeval. É possível uma história da educação latino-americana. Conferencia no II Congresso Ibero-americano de História da Educação Latino-americana. Campinas: Unicamp, set. 1994
- _____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 2. ed., São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982
- _____. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.
- _____, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (org.). *História e História da Educação*. O debate teórico-metodológico atual. São Paulo, Autores Associados, 1998.
- SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade*. Vida diária da gente de cor nas Minas Gerais. Século XVIII. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SCHWARTZ, Stuart. “Repensando Palmares: resistência escrava na Colônia”. In *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.
- SCHULZ, John. “O exército e o império”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPOS, Pedro Moacyr. *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 6 (O Brasil Monárquico. Declínio e queda do Império). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- _____. *O Exército na política*. Origens da intervenção militar. 1850-1894. São Paulo: EdUSP, 1994.
- SHARPE, Jim. “A história vista de baixo” In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. 2. ed., São Paulo: Ed. da Unesp, 1992. P.39-62.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial. *Revista de História*. São Paulo: FFLCH/USP, ano 28, vol 55, n. 109, jan-mar 1977.

- SILVA, Tomaz Tadeu. "Produção, educação e conhecimento: qual é a conexão?" In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- _____ (org.). *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3. ed., Cuiabá: Guaicurus, 1990.
- _____. *A Rusga em Mato Grosso*: edição crítica de documentos históricos. São Paulo: USP/FFLCH, 1991 (dissertação de mestrado).
- _____. *Luzes e sombras*: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: EdUFMT, 2000.
- SOARES, Manoel de Jesus. As escolas de aprendizes artífices e suas fontes inspiradoras. *Fórum educacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n.4., out. - dez. 1981, p. 69-77.
- SOBREIRA, Henrique Garcia. "A categoria trabalho: possibilidades e limites no debate nacional". In: MARKET, Werner (org.). *Formação profissional no Brasil*. Reflexões teóricas e análises da sua práxis. Rio de Janeiro: Paratodos, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte*. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.
- SOUZA FILHO, Tarquínio. *Ensino técnico no Brasil*. S. l. , s. n., 1887.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

_____. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vols.

_____. “O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo”. In SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. Currículo, trabalho e construção do conhecimento: percurso dessa temática na revista *Em Aberto* na década de 80. *Em Aberto*. Brasília: INEP, v. 12, n. 58, abr./jun. 1993.

TREVISAN, Leonardo N. As “obsessões patrióticas”, origens e projetos de duas escolas de pensamento político do exército brasileiro. São Paulo: PUC-SP, 1993 (tese de doutoramento em ciência política)

_____. *O pensamento militar brasileiro*. 2.ed. São Paulo: Global, 1985.

VALLADARES, Lúcia (coord.). *A infância pobre no Brasil: uma análise da literatura, da ação e das estatísticas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

VARGAS, Milton (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*. São Paulo: USP/FFLCH, 1988 (dissertação de mestrado em História).

- _____. O abandono de crianças no Brasil antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. *História*. São Paulo: Ed. da UNESP, n. 14, 1995. p. 153-171.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*: Foucault revoluciona a história. Brasília: Unb.
- VIDAL, Diana Gonçalves. *Técnica e sociedade no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- VIEIRA, Balbina Ottoni. *História do serviço social*. Contribuição para a construção de sua teoria. 5. ed., Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- VIEIRA, Evaldo. Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo. *Educação e sociedade*. São Paulo: Cortez e CEDES, v. 4, n. 12, set. 1982, p. 110-2.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. Formação da fronteira oeste do Brasil. (1719-1819). São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. *Cativos do sertão*: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Ed. da UFMT, 1993.
- WARDE, Miriam Jorge. *Educação e estrutura social*: a profissionalização em questão. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.
- _____. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em aberto*. Brasília: MEC/INEP, v. 3, n.23, set. – out. 1984, p.1-6.
- _____. Contribuições da História para a educação. *Em aberto*. Brasília: INPE, v. 9, n. 47, jun.- set. 1990, p. 3-11.
- WEIGLEY, Russell F. *Novas dimensões da história militar*. Rio de Janeiro: Ed. da Biblioteca do Exército, 1981. (2 Vol.)

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1980.

ZALUAR, Alba. *Da revolta ao crime S.A.* 2. ed., São Paulo: Moderna, 1996.